

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

TESE

**A Descentralização Florestal no Senegal:
Impactos Socioeconômicos e Ecológicos**

Marie Therese Yaba Ndiaye

2008



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**A DESCENTRALIZAÇÃO FLORESTAL NO SENEGAL:
IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E ECOLÓGICOS**

MARIE THERESE YABA NDIAYE

Sob a Orientação do Professor
Peter Herman May

Tese submetida como requisito
parcial para obtenção do grau
de **Doutor em Ciências
Sociais** em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade.

Seropédica, RJ, Agosto de 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

MARIE THÉRÈSE YABA NDIAYE

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor em Ciências.

Tese aprovada em 21/08/2008

Peter Herman May (Dr.), CPDA/UFRRJ (Orientador)

Claudio B de A Bohrer (Dr.), Universidade Federal Fluminense

Fabiano Toni (Dr.), Universidade de Brasília

John Cunha Comerford (Dr.), CPDA/UFRRJ

Nelson Giordano Delgado (Dr.), CPDA/UFRRJ

Minha Filha Adjoa Nguide Onoma

Com muito amor

AGRADECIMENTOS

OBRIGADA A DEUS QUE ME GUIOU

Ao longo do meu percurso acadêmico, pude contar com apoio de muitos que, através de diversas maneiras, tornaram possível e agradável a conclusão desta tese iniciada há cinco anos: sou muito grata a todos.

À CAPES, seu apoio financeiro durante 3 anos possibilitou minha estadia no Brasil

À IFS (Internacional Foundation for Science) que financiou meu trabalho de campo durante 12 meses no Senegal.

À Rede PEN (Poverty Environment Network), pela metodologia de pesquisa

À Yale University pelo ‘pre doctoral fellowship’ e pela sua rica biblioteca

As Populações dos vilarejos de Sambande, Keur Ngor, Mbayalar, Yayem e Samba Diallo que me acolheram. Obrigada pela disponibilidade, pelas informações, pelas ricas informações e as lições de Vida. Sua Hospitalidade me deu força de minimizar as dificuldades da pesquisa de Campo.

Aos meus assistentes de pesquisa, Simon Bakhoun, Ismael Kebe, Pagal Dioum, Moussa Diarra na coleta de dados quantitativos. Obrigada pela paciência.

Ao meu orientador, Professor Peter May, Muito Obrigada pela disponibilidade, pelas orientações, pelos contatos científicos, pela descoberta de novas oportunidades e pelo apoio permanente na busca de recursos de pesquisa.

Aos agentes do ex-Pagera /GTZ, especialmente Pascal Thior e Varore pelos conselhos e pelas orientações.

Obrigada a Raphael Ndiaye de Enda Tiers Monde/Dakar pelos conselhos

Aos amigos e colegas Pape Matar Ndiaye, Rosy Oliveira, Thais Pinheiro, Sueli, Eustaquio, Flavia Mattos, Marcos, Sokhna Ndiaye pela força e pela amizade.

Dedico este trabalho especialmente a minha família:

Aos meus pais Augustin Ndiaye et Therese Ndiaye. MERCI POUR TOUT.

Aos meus irmãos Aloyse Ndiaye et Paul Ndiaye pela força

Ao meu marido Kwame, as suas orientações teóricas foram fundamentais. Obrigada pelo apoio moral. Merci pour tout

A minha filha Adjoa que ela cresça com saúde e chega um dia a ler este trabalho

NDIAYE, Marie Therese Yaba. **A Descentralização Florestal no Senegal: Impactos Socioeconômicos e Ecológicos**. 2008 (Doutorado em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).
Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

A descentralização florestal no Senegal constitui o tema desta pesquisa. Em 1998, o Senegal promoveu novas leis florestais que transferiam as competências de gestão das florestas para as comunidades rurais, para frear a pobreza e a degradação ambiental. Neste contexto, a tese investiga os impactos destas reformas nas vidas das populações e nas florestas. A tese tentou lidar com as duas perguntas, se após a descentralização: - as populações locais seriam capazes de manejar efetivamente as florestas e – o manejo florestal comunitário participaria na redução da pobreza rural. Fiz um estudo com variação espacial e temporal, comparando duas florestas: Keur Samba Dia e Sambandé durante dois períodos diferentes: antes e após a descentralização. Antes de 1998, a gestão das duas florestas estava sob a responsabilidade do Serviço Florestal Nacional. Depois de 1998, as comunidades rurais se tornaram as novas autoridades na floresta Sambandé enquanto que a floresta Keur Samba Dia permaneceu sob um sistema de co-manejo entre as comunidades rurais e o Estado. A pesquisa deparou com o fato de que, em ambas as florestas, os impactos ecológicos da descentralização foram positivos, pois houve uma regeneração florestal. Todavia, os impactos econômicos resultantes da descentralização, foram diferentes de uma floresta para outra. Na floresta de Sambandé, todos os vilarejos foram beneficiados pela descentralização, enquanto que na floresta de Keur Samba Dia, um vilarejo se sentiu mais prejudicado do que o outro. Estes resultados nos informam, que a participação popular foi benéfica à saúde das florestas, mas não foi suficiente para que as populações se aproveitassem economicamente de uma floresta regenerada. A distribuição equitativa, dos benefícios econômicos da descentralização, é mediada pela uniformidade ou formas conflituosos do uso florestal e por fatores sócio - históricos.

Palavras-chave: descentralização, produtos florestais não-madeireiros, borassus, sustentabilidade ecológica, pobreza

NDIAYE, Marie Therese Yaba. **Forestry Decentralization in Senegal: Socioeconomical e Ecological Impacts**. 2008 (PhD in Social Sciences, Development, Agriculture and Society). Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

In 1998 Senegal passed laws that transferred authority over the management of forests to local communities. This dissertation studies the impact of this decentralization on the health of the Samba Dia and Sambande forests and the livelihoods of forest-dependent populations. I use this analysis to reflect on the broader question of the impact of decentralization on conservation and poverty alleviation. I employ temporal and spatial modes of comparison in this study with qualitative research methods. Decentralization has contained forest degradation in both areas. But while people in Sambandé forest report benefits to all from the forest, in Keur Samba Dia members of one village report benefits while others decry a reduction in their benefits from the forest. I argue that the transfer of authority from a largely absent and incapable state to well-organized and knowledgeable local communities account for the containment of environmental degradation in both forests. But while the uniform use of the forest by community members has helped people in Sambandé solve distributive conflicts and so universally benefit from the forest, a significant divergence in how the two villages in Keur Samba Dia exploit the forest has worsened distributive conflicts allowing the more powerful people of Yayem to benefit more but exclude the less powerful people of Samba Diallo from these new benefits. The impact of decentralization on poverty alleviation and forest health is mediated by important local factors and we should not expect it to have good effects in all areas in which it is pursued.

Keywords: Decentralization, forests sustainability, rural poverty alleviation, collective action, distributive conflicts, extralegal enforcement

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: As Regiões Administrativas do Senegal

Figura 2: Cobertura Florestal do Senegal

Figura 3: Estado das Florestas entre 1965 e 1994

Figura 4: Expansão das áreas agrícolas.

Figura 5: Localização da região de Kaolack no Senegal

Figura 6: Mapa da floresta de Sambandé e dos vilarejos adjacentes

Figura 7: Uso dos produtos florestais nas habitações do vilarejo de Sambandé

Figura 8: Coleta de produtos não madeireiros na Floresta de Sambandé

Figura 9: Localização da região de Fatick no Senegal

Figura 10: Mapa da floresta de Keur Samba Dia e os vilarejos adjacentes

Figura 11: Um artesão do vilarejo de Samba Diallo transformando os pecíolos do borassus em moveis

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1: As principais destinações dos PFNMs da floresta de Sambandé

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 : Cobertura florestal segundo a classificação nacional (fora das formações sobre cultivos e cultivadas)

Quadro 2 : As Principais mudanças do Código Nacional Florestal após a descentralização

SUMARIO

INTRODUÇÃO: DESCENTRALIZAÇÃO COMO CONDICIONALIDADE	1
CAPÍTULO I: DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO FLORESTAL, PARTICIPAÇÃO E EFICÁCIA	6
I.1 A DESCENTRALIZAÇÃO, INSTITUCIONALIZANDO A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA.....	6
I.2 DESCENTRALIZAÇÃO, OPORTUNIDADE DE RESGATE DOS CONHECIMENTOS LOCAIS.....	17
I.3 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	20
I. 4 ESTRURA DA TESE.....	33
CAPITULO II: A DESCENTRALIZAÇÃO FLORESTAL NO SENEGAL.....	34
II.1 APRESENTAÇÃO DO SENEGAL.....	34
II.1.1 Características Físicas do Senegal.....	34
II.1.2 Características Demográficas do Senegal.....	35
II.1.3 Os Ecossistemas do Senegal.....	41
II.1.4 As Características da Pobreza no Senegal.....	45
II. 2 ESTADO DAS FORMAÇÕES FLORESTAIS NO SENEGAL	51
II.2.1 Fatores de Degradação das Formações Florestais.....	55
II. 3 HISTÓRIOCO DO PROCESSO DA DESCENTRALIZACAO NO SENEGAL....	62
II.3.1 História Política do Senegal.....	62
II.3. 2 A descentralização do Senegal Independente até os tempos contemporâneos	71
II.3.3 O significado da Descentralização Florestal.....	80
CAPÍTULO III: MANEJO LOCAL DA FLORESTA COMUNITÁRIA DE SAMBANDE	85
III.1 CARACTERÍSTICAS DOS VILAREJOS ADJACENTES A FLORESTA DE SAMBANDE	85
III.1.1 Situação Administrativa da Floresta de Sambandé.....	85
III.1.2 Os Vilarejos em Estudo.....	90
III.1.3 Análise Sócio-Econômica dos Vilarejos em Estudo	92
III 2 O PROCESSO DE “MISE EN DÉFENS” DA FLORESTA DE SAMBANDÉ	100
III.2.1 Justificativas para “mise en défens”	100
III.2.2 As diferentes Etapas da ‘mise en défens’ da Floresta de Sambandé.....	101
III.2.3 Atores Envolvidos no Processo de ‘mise en défens’.....	104
III.3 O PAPEL DAS AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO NO MANEJO FLORESTAL LOCAL.....	108
III. 4 IMPACTOS DO CÓDIGO LOCAL NAS POPULAÇÕES E NA FLORESTA DE SAMBANDE	113
III.4.1 Impactos Ecológicos do Manejo Local	113
III.4.2- Impactos Institucionais do Manejo Florestal Local	114
III.4.3 Impactos Culturais do Manejo local	115
III.4.4 Impactos Econômicos do Manejo Local da floresta de Sambandé.....	120
III. 5 OS DESAFIOS DO MANEJO LOCAL DA FLORESTA DE SAMBANDE	129
III.5.1 A concepção do plano de manejo como pré-requisito	129
III.5.2 O Princípio de Voluntariado dos Comitês de Gestão.....	131

III.5.3 A diversificação das Rendas através da Carbonização Controlada.....	135
CAPITULO IV: O CO-MANEJO DA FLORESTA DE KEUR SAMBA DIA	140
IV-1 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	140
IV.1.1 Estatuto Jurídico da Floresta e os Direitos de Uso	140
IV.1.2 Caracterização da Comunidade Rural de Fimela.....	146
IV.1.3 Clima e Pluviometria	149
IV.1.4 Solos e Hidrologia	150
IV.2. ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS DA COMUNIDADE RURAL DE FIMELA.....	150
IV.2.1 Composição Humana e Infra-estrutura base.....	150
IV.2.2 Agricultura e Pecuária.....	153
IV.2.3 As Diversas Formas de Uso da Floresta de Keur Samba Dia.....	154
IV.3 OS VILAREJOS EM ESTUDO.....	158
IV.3.1 O vilarejo de Yayem	162
IV.3.2 O vilarejo de Samba Diallo	173
IV.4 A GESTÃO LOCAL DA FLORESTA DE KEUR SAMBA DIA	177
IV.4.1 As Causas da Degradação da Floresta de Keur Samba Dia	178
IV.4.2 O Processo de Formação dos Comitês Locais de Manejo.....	184
IV.5 IMPACTOS SOCIOECONOMICOS E ECOLOGICOS DO CO-MANEJO	194
IV.5.1 Impactos ecológicos do co-manejo florestal	194
IV.5.2 Análise Comparativa dos impactos socioeconômicos do co-manejo nos vilarejos de Yayem e de Samba Diallo.....	198
CAPÍTULO V: AÇÃO COLETIVA, NORMAS SOCIAIS E CONFLITOS DISTRIBUTIVOS.....	212
V. 1 O MANEJO LOCAL DAS FLORESTAS DO SENEGAL, UM DILEMA SOCIAL	213
V.1.1 As Teorias da Racionalidade Individual e Manejo dos Comuns	213
V.1.2 Fraqueza do Estado na Gestão dos Comuns	218
V.2 AS INSTITUIÇÕES LOCAIS NO MANEJO FLORESTAL DESCENTRALIZADO	222
V.2.1 Eficácia das Regras Locais de Manejo Florestal.....	222
V.2.2 Grau de Obediência das Regras Locais de Manejo Florestal	230
V.3 CONFLITOS DISTRIBUTIVOS RESULTANTES DO MANEJO LOCAL	239
CONCLUSÕES.....	244
CONTRIBUIÇÃO PARA AS POLÍTICAS	246
Garantindo a Equidade	246
A motivação dos comitês locais	246
A Complexidade do Plano de Manejo	247
O Papel das ONGs.....	249
SUGESTÕES GERAIS PARA FUTURAS PESQUISAS	250
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	252

INTRODUÇÃO: DESCENTRALIZAÇÃO COMO CONDICIONALIDADE

Quais são os impactos da descentralização da gestão florestal nas vidas sócio - econômicas das populações dependentes de florestas e na sustentabilidade das florestas? Este é a temática desta pesquisa. Eu investiguei esta extensa questão através do estudo dos impactos de descentralização da gestão da floresta estatal de Keur Samba Dia e da floresta comunitária de Sambandé nas vidas das populações locais e nas florestas. Mas porque estudar as questões da descentralização, das condições de vida das populações que dependem das florestas e da sustentabilidade florestal? E porque estudar estas questões relacionando-as entre elas?

A gestão local dos recursos naturais tem se tornado um ponto crucial nos programas de amenização da pobreza em muitos países africanos. De fato, nas últimas décadas, debates entre acadêmicos, políticos e especialistas do desenvolvimento têm se focalizado nas estratégias para reduzir a pobreza rural e sustentar o crescimento nacional sem, portanto prejudicar o meio ambiente. Sabe-se que a degradação ambiental e a perda da biodiversidade são freios para o desenvolvimento humano. A erosão dos solos ou o desmatamento são exemplos de desastres ecológicos que dificultam as vidas de milhares de pessoas. Populações rurais, particularmente os mais pobres, dependem diretamente dos recursos naturais e serviços oferecidos pelos ecossistemas para se manter economicamente e culturalmente. Os bens e serviços ambientais são importantes para a criação de rendas rurais, para a produção de alimentos, para a coleta de produtos selvagens e para o abastecimento de energia para as populações rurais. Por causa disto, um meio ambiente saudável, e o acesso a uma diversidade de recursos naturais, são cruciais para a manutenção das comunidades rurais. 'Diversidade' é chave, desde que os pobres precisem de maiores opções para continuar a diversificar e diferenciar o uso de recursos naturais disponíveis enquanto as condições ambientais mudam. Estudos como de CAVENDISH (1999) em Zimbábue têm mostrado que famílias rurais pobres derivam significantes partes de suas rendas dos recursos naturais, colocando em evidência mais uma vez a dependência ambiental dos mais pobres em áreas rurais.

Devido à forte dependência, os mais pobres se tornam também mais expostos e vulneráveis aos desastres ambientais ou aos conflitos associados ao acesso ou uso de recursos naturais. Cada vez mais, as populações rurais pobres vivem em áreas com alta vulnerabilidade ecológica e com relativamente menor produtividade biológica, tais áreas áridas ou declives de montanhas. Mais de 1,3 bilhões de pessoas, habitam terras marginais (World Bank, 2002d), além de ter acesso limitado aos recursos naturais. Frente a forte pressão nos recursos naturais que alguns países subdesenvolvidos conhecem, foi reconhecido que o desafio consiste a gerenciar o meio ambiente de tal forma que ele forneça ao longo termo bens e serviços cujas populações dependem, e a assegurar o acesso seguro e equitativo dos recursos principalmente pelos mais pobres, dando assim mais oportunidades para sobressair da pobreza. A natureza da relação entre a pobreza e o meio ambiente é complexa, dinâmica e multidimensional, e sua compreensão nem sempre é dada.

Seja no âmbito local, regional ou global, quando as políticas públicas são orientadas para a preservação do meio ambiente sem levar em consideração as estratégias de subsistência dos mais pobres, elas podem criar resultados contrários aos esperados, e favorecer condições para maior degradação do meio ambiente. No Senegal, por exemplo, as políticas repressivas florestais do Estado não impediram que as florestas fossem devastadas. Políticas econômicas ambientais têm impacto sobre como o meio ambiente é gerenciado e afetam as populações quanto ao seu acesso aos recursos naturais. Sabendo que o fenômeno conjugado de pobreza e degradação do meio ambiente esta principalmente relacionado às questões políticas e de governança, doadores e organizações da sociedade civil têm recomendado reformas nos sistemas de governança que definem o acesso, ou mesmo a posse do controle dos recursos naturais. O movimento ambientalista se destaca também a chamar atenção da importância de descentralização para uma boa governanca (Friends of the Earth, 2008). Esta nova forma das organizações internacionais de abordar a problemática da pobreza rural, afetou o plano nacional através da reformulação das legislações que determinam os direitos de propriedade, os direitos de acesso e os direitos de manejar, das populações locais.

A conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento organizada pelas Nações Unidas em 1972 foi a primeira conferência mundial a tratar das questões de meio ambiente e de desenvolvimento. Desde esta conferência, a sustentabilidade ambiental transformou-se em uma palavra de ordem para agências de desenvolvimento, que procuraram nas suas estratégias de intervenção, conciliar a gestão ambiental e as estratégias de redução da pobreza. Em 1992, na conferência das Nações Unidas no Rio de Janeiro, as relações entre pobreza, meio ambiente e gestão de recursos naturais foram colocadas em evidência e os governos se comprometeram através da Agenda 21 de adotar estratégias nacionais para o desenvolvimento sustentável. Além disto, esta conferência de 1992 apelou para uma maior participação comunitária e equidade da gestão dos recursos naturais. Recentemente, a 'sustentabilidade ambiental' foi reforçada como uma Meta do Desenvolvimento do Milênio na conferência da United Nations Millenium Summit em 2000, a ser atingida pela integração estratégica dos princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas e nos programas nacionais. Isto se traduziu em reformas institucionais e políticas cuja finalidade foi uma maior tomada de consciência sobre as questões do meio ambiente – pobreza nos planos nacionais de desenvolvimento e para um maior envolvimento das populações rurais na gestão dos recursos naturais.

A governança descentralizada dos recursos naturais tem emergido neste contexto nos países africanos como uma abordagem dominante para promover eficiência, equidade e justiça na gestão dos recursos naturais. Esforços governamentais têm parecido insuficientes para frear a degradação ambiental e a pobreza rural, resultando numa redefinição da função do Estado. Por isto, as instituições internacionais promoveram reformas nestes países para que o Estado delegasse através do processo de descentralização, tarefas e responsabilidades à sociedade civil na gestão de seus assuntos locais.

A descentralização acontece sob diferentes formas. Entretanto, nesta tese, referir-me-ei particularmente à descentralização política e a devolução, que são as duas formas cujo processo de implementação encontra-se em estado mais avançado no Senegal. Na devolução, além do governo central distribuir responsabilidades a níveis territoriais baixo, consiste também em ceder poder, responsabilidades administrativas e recursos, e sem

nenhum controle indireto sobre eles. Esta forma de descentralização tem relação com a democracia, a participação popular e a designação do poder local. Quanto à descentralização política, ela integra as populações locais nas tomadas de decisões criando e designando poder às instituições representativas locais. Em outras palavras, a descentralização significou que no meio rural senegalês, poderes e responsabilidades foram transferidos às autoridades locais para que estas tomassem e implementassem decisões relativas à gestão dos recursos locais.

Em 1999 o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) adotaram os Documentos de Estratégicos de Redução da Pobreza (DERPs) com base no pagamento das dívidas e condições para novos empréstimos. Estas instituições de financiamento recomendaram aos países pobres, que aplicassem reformas institucionais e macroeconômicas para maior eficácia e responsabilidade. As mudanças preconizadas buscam incentivar que as considerações relativas à pobreza e ao meio ambiente, sejam juntamente incorporadas nas metas nacionais e, sobretudo na planificação das despesas públicas. Além disso, no continente africano, a Iniciativa Ambiental do NEPAD¹ foi criada como mais um quadro institucional estratégico para apoiar países africanos de integrar considerações ambientais nas estratégias e políticas de redução da pobreza. As agências de desenvolvimento, têm facilitado muito a integração da governança dos recursos naturais nos processos de descentralização nacional. Mesmo que os estudos realizados em 40 países com DERPs já redigidos, mostram que muitos países não fizeram significantes esforços para integrar questões sobre melhoria da gestão dos recursos naturais, de saúde ambiental, dentro do quadro de planejamento da redução da pobreza (DFID, 2002b), os problemas ambientais e de pobreza são transversais a muitos setores da economia, necessitando, portanto de uma sinergia entre diversas intervenções. Atualmente a descentralização se transformou em palavra de ordem no cenário das políticas públicas internacionais e uma condicionalidade para países pobres, de receber financiamentos internacionais.

¹ O plano de ação da Iniciativa ambiental do NEPAD (Nova Parceria Para o Desenvolvimento da África) elaborado em 2005 tem com objetivo contribuir para a erradicação da pobreza, de assegurar o crescimento e uma gestão racional, participativa e integrada dos recursos naturais.

Muitas ações e reformas vêm sendo desenvolvidas no Senegal em nome da descentralização. O manejo florestal comunitário conquista cada vez mais espaço como alternativa ao manejo estatal, para reduzir a exploração predatória de produtos florestais e a pobreza rural. Este trabalho, vem então, trazer evidências empíricas no setor florestal dos impactos do processo de redistribuição de poder e recursos no Senegal, pelo qual, instituições locais são legitimadas a implementar decisões significativas no meio ambiente.

CAPÍTULO I: DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO FLORESTAL, PARTICIPAÇÃO E EFICÁCIA

I.1 A DESCENTRALIZAÇÃO, INSTITUCIONALIZANDO A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

As reformas da descentralização no Senegal, e em outros países em desenvolvimento, estão baseadas em parte, numa rica literatura produzida por acadêmicos sobre o assunto da descentralização.

A descentralização se refere à transferência de poderes do governo central para hierarquias político – administrativas e territoriais mais baixas (CROOK & MANOR 1998, AGRAWAL & RIBOT 1999). Entretanto, a transferência de poderes, de funções, de autoridades e responsabilidades aos governos locais acontece sob quatro diferentes formas: a descentralização fiscal², a descentralização de mercado ³, a descentralização administrativa e a descentralização política.

A descentralização administrativa se refere à transferência de responsabilidade para autoridades do governo central de nível administrativo mais baixo, ou para outras autoridades locais que respondem pelo governo central (RIBOT, 2002). Ela pode acontecer também sob três formatos: desconcentração, delegação e devolução. A desconcentração permite a redistribuição de autoridade para a tomada de decisões e de responsabilidades de gestão e financeira entre diferentes níveis do governo central. Agentes do governo central são relocados e dispersos geograficamente (SAYER et al, 2004⁴). Através da delegação, o governo central transfere responsabilidades para a tomada de decisões e para a gestão de assuntos públicos às organizações semi – autônomas que não são totalmente controladas pelo governo central, mas são responsáveis diante dele. A devolução constitui na

² Consiste em fornecer meios financeiros para permitir que as autoridades locais pudessem acoplar plenamente as funções descentralizadas. Sejam estes fundos tanto transferidos pelo governo central, quanto coletados ao nível local.

³ Funções previamente da responsabilidade do governo são tomadas pelo setor privado

transferência de autoridade para as tomadas de decisões, finanças e gestão de instituições representativas. Estes últimos têm seu próprio orçamento e têm autoridade independente para decisões de investimentos.

Quanto à descentralização política ou democrática, a autoridade é transferida a atores representativos e que respondem às populações base, tais como representantes locais eleitos (LARSON et al, 2004). Através deste processo, autoridades locais passam a ter o poder da tomada de decisões publicas relevantes para sua comunidade.

A descentralização vem sendo promulgada nos países em desenvolvimento por diferentes vantagens que ela proporcionaria. Foi muito discutido que reformas da descentralização estariam assim aplicadas por razões desenvolvimentistas (HELMSING 2001; De VALK, 1990, RIBOT 2003; UPHOFF e ESMAN, 1974; UNDP, 1999) no sentido de providenciar melhores serviços públicos, melhor gestão local, e mais processos democráticos locais. Em outras palavras a concessão de poder às entidades locais responsáveis e representativas poderia favorecer melhores desempenhos nas áreas de desenvolvimento. As agências internacionais de ajuda, têm exercido pressão sobre os países subdesenvolvidos para que eles adotem práticas democráticas para que os serviços necessários cheguem às populações mais pobres, e para que os recursos sejam utilizados de maneira durável para futuras gerações. Para alcançar os objetivos do Desenvolvimento do Milênio, é essencial que o estado funcione de forma aberta e democrática, salvaguardando as liberdades civis e políticas, para assegurar uma mobilização popular e uma participação cívica, para que os pobres possam exercer pressão sobre os seus líderes no sentido de que estes cumpram os compromissos assumidos (UNDP, 2003:133). Segundo estas instituições, pode-se esperar maior eficácia das políticas governamentais orientadas aos mais pobres, caso existam vias para os cidadãos participarem nos processos de tomada de decisão, através de estruturas democráticas formais ou através da mobilização e ação coletiva direta. O relatório do Desenvolvimento Mundial de 2004, sugeriu que os países subdesenvolvidos aumentassem as alternativas de escolhas e a participação da população (dando mais vozes) para que os serviços essenciais atendessem aos pobres. Sem melhoras nesses serviços, a redução da pobreza continuaria a ser um sonho (Banco Mundial, 2004). O relatório de Desenvolvimento Humano (UNDP, 2003:134) também insistiu na adoção do processo

decisório participativo porque os processos políticos mais relevantes para os pobres são os que têm lugar a nível local, pois é aí que eles têm mais capacidade de exigir que seus governantes prestem contas.

Os argumentos destas instituições de desenvolvimento, assim como outros defensores da descentralização, se baseiam essencialmente no pressuposto de que os governos locais estariam em melhor posição de saber as necessidades e desejos de suas populações que os governos centrais, e que ficaria mais fácil para as populações de pedir contas aos líderes locais do que aos líderes centrais. Uma vez que a descentralização aproxima o governo dos governados, no espaço e institucionalmente, o governo será conhecedor e mais atento às necessidades das populações (CROOK, 2003:1). Neste sentido, a descentralização poderia favorecer políticas melhor-alvejadas, implicar a redução de custos de transação, e o melhor aproveitamento das informações oriundas da base (Banco Mundial, 1997). Uma maior participação local na tomada de decisões, uma melhor compreensão das necessidades e dos desejos locais, e a incorporação destas nos programas governamentais, são aspectos chave das teorias da descentralização (RIBOT 1996, CROOK & MANOR, 1998, AGRAWAL & RIBOT, 1999).

Trazer o governo mais próximo das populações seria, no entanto uma justificativa da descentralização mais citada. Espera-se que a descentralização favoreça uma proximidade entre as populações e os tomadores de decisão, o que por conseqüente deverá permitir uma melhor mobilização social, uma alocação eficiente dos recursos ao nível local e, sobretudo uma resposta adequada às necessidades das populações. Uma relação de proximidade entre as autoridades locais e as comunidades locais, poderia ser muito benéfica para a comunidade local. Este argumento parte do pressuposto que transferir o poder de decisão para mais perto dos usuários dos recursos biológicos, possa ser um grande incentivo para estratégias eficazes de gestão de recursos, o que no meio rural, pode ser positiva na produtividade dos ecossistemas, e central nos esforços de redução da pobreza rural. Ecossistemas são fontes de rendas para familiares rurais. Todavia estes últimos não podem tirar vantagens plenamente dos recursos sem direitos de acesso ou de propriedade, e se elas

não têm controle sobre as regras de acesso e de uso. Assim espera-se que através de um sistema de manejo local, as instituições locais exercem suas responsabilidades para manter seus ecossistemas saudáveis e produtivos, e participar consequentemente na criação de riquezas para os mais pobres.

BERGH (2004:781) sustenta que a descentralização e a participação, têm uma relação de simbiose. O aumento da participação popular nos processos decisórios constitui um dos maiores resultados esperados das reformas de descentralização. De um lado, uma descentralização sucedida requer certo grau de participação local para assegurar uma adequação do governo local às necessidades das populações locais. Por outro lado, o processo de descentralização pode aumentar as oportunidades para a participação dando mais poder e recursos a um governo mais perto das populações, e consequentemente influenciar mais facilmente. A participação seria, portanto ao mesmo tempo um meio e um objetivo de uma sucedida descentralização democrática (LIVTACK e SEDDON 1999:17). Através das representações locais, as decisões sobre a gestão dos recursos naturais poderiam ser trazidas mais perto das populações locais. Outros estudiosos como tais de CROOK e MANOR (1998); RIBOT 1996; MBASSI 1995:23; ROTHCHILD (1994:1) vinham defendendo também, que a descentralização poderia favorecer uma maior democratização e reforçar a participação das populações. Reforçando os mecanismos de democratização, espera-se que as populações locais tenham mais capacidade de controlar as decisões políticas a nível local. Isto implicaria numa impregnação mais eficaz dos cidadãos nos processos de tomada de decisão e de supervisão nos assuntos locais.

A participação popular permitiria transpor muitos obstáculos para o desenvolvimento. A descentralização estimula as populações locais a encontrarem soluções para os seus problemas quotidianos, permitindo que surjam idéias inovadoras e reduza a carga exercida sobre os sistemas hierarquizados centralizados (TURNER & HULME, 1997). Aproximar o governo do povo aumenta a eficácia contribuindo para mobilizar o saber, a criatividade e os recursos das comunidades locais. Um dos maiores problemas observados em relação às políticas públicas, é a inadequação dos serviços oferecidos às necessidades da população. Através da participação, as instâncias de decisões podem adaptar-se às ações e às

necessidades locais: os conhecimentos e as aspirações locais serão finalmente levados em consideração nos projetos de desenvolvimento. Pelo fato de que as populações locais têm mais possibilidades de participar na sua concepção, execução e acompanhamento dos projetos de desenvolvimento, as chances da sustentabilidade destes projetos aumentam (MANOR 2003). OSTROM (1990) e HIRSCHMAN (2003) defendem que a participação local durante o processo de tomada de decisão faz com que as populações tomem ‘posse’ (apropriação) sobre estas decisões. No caso de uma gestão eqüitativa dos recursos naturais, através de instituições e de normas locais de uso, acordos coletivos e participativos podem encorajar as populações a fornecer informações pertinentes e a se comprometer a executar, monitorar e reforçar estas regras. A gestão comunitária pode gerar rendas que contribuam para a melhoria da gestão do meio ambiente através da aquisição de equipamentos (RIBOT 2002^a) e para possibilitar trabalhos públicos locais (LARSON 2002; PACHECO, 2002). No Mali, comunidades locais demonstraram as capacidades de proteger florestas e promover a regeneração florestal (DEMBELE e DEMBELE 2001).

Além das razões desenvolvimentistas, a descentralização vem sendo promulgada para a resolução de crise fiscal (OLOWU, 2001; MENIZEN-Dick e KNOX, 1999:5); na estabilidade macroeconômica e política (WORLD BANK, 2000:107; PRUD’HOMME, 2001:14), na unidade nacional e na construção do Estado (CONYESR, 2000:7; MAMDANI, 1996; BAZAARA, 2002, 2003; MUHEREZA 2003), para aumentar a legitimidade do governo (RIBOT, 2002). FISMAN e GATTI (2002), a partir de estudos de casos em 55 países, discutem a descentralização da despesa governamental e chegam a conclusão de que a descentralização da despesa pública está fortemente associada à redução da corrupção entre os funcionários públicos e a diminuição do comportamento de procura de renda por parte das entidades privadas. Estes e outros benefícios substanciais da descentralização, poderiam vir a fortalecer o Estado, com uma tendência de aumentar sua legitimidade e popularidade (UNDP, 2003: 137). Quanto à relação entre a descentralização e a redução da pobreza, estudos mostraram que as experiências mais bem sucedidas, são aquelas que o governo central tem forte engajamento em relação às políticas de redução da pobreza e está disposta a monitorar

se estas políticas estão sendo implementadas pelas autoridades locais (CROOK e SVERISSON, 2001).

Experiências mostraram que a atribuição de mais poderes a mais localidades administrativas, pode ser um meio eficaz para a resolução de conflitos. Na Namíbia e na África do Sul, o objetivo fundamental das medidas de descentralização consistiu em combater as desigualdades entre as diversas regiões (Waston, 2002). A re-afetação dos recursos permitiu assegurar uma distribuição mais equitativa dos fundos nacionais, em favor das regiões até então negligenciadas pelos grupos dominantes da administração central. Através da descentralização, os grupos sociais anteriormente marginalizados, passam a ter vozes sobre as políticas locais, aumentando assim a equidade. Habitualmente os pobres têm menor capacidade de organização e expressão política, maiores dificuldades em aceder aos serviços públicos e a proteção da lei, dispõem de menos contatos com as pessoas influentes e são mais vulneráveis aos choques econômicos (UNDP, 2003:134). A proximidade dos mais pobres, com as instâncias decisivas, permitiria que estes fizessem ouvir a sua voz nas decisões públicas que afetam suas vidas. No meio rural, particularmente as mulheres, podem ganhar uma possibilidade para participação política a nível local. Neste sentido, a descentralização traz uma abordagem mais sensível ao gênero e aos grupos sociais marginalizados, pois permitiria que estes participem nos processos de tomada de decisão.

Todavia, verificar se a descentralização está realizando suas promessas nos países que a experimentaram, pode se tornar um exercício muito complexo e difícil. Em primeiro lugar, algumas iniciativas de descentralização são ainda recentes, sendo então prematuro relacionar os impactos das reformas com transformações ocorridas nas camadas populacionais. Em segundo lugar, devido à natureza qualitativa das questões relativas à descentralização: participação, equidade e eficiência nem sempre indicadores mensuráveis estão disponíveis. Por isto não é surpreendente de encontrar na literatura resultados mitigados sobre os potenciais benefícios da descentralização. Em terceiro lugar, nem sempre se tem certeza se as mudanças institucionais e sociais possam estar relacionadas apenas à descentralização ou a combinação de políticas. Em quarto lugar, por diferentes

razões, as reformas de descentralização acabam sendo parcialmente implementadas, o que consequentemente afeta sobre os impactos esperados. CROOK & MANOR (1998), AGRAWAL & RIBOT (1999) chamam a atenção que autoridades locais com poderes significativos constituam os elementos institucionais básicos para se esperar os prometidos benefícios da descentralização. Em último lugar, as reformas da descentralização não são iniciadas apenas para atingir os benefícios enunciados anteriormente: melhorar a eficácia, mas como uma condicionalidade para o acesso ao financiamento ou para respeitar apenas convenções internacionais. Centrais governos decidem de se empreender a descentralização para evitar conflitos regionais, para manter unidade nacional, para escapar de onerosas e caras responsabilidades, a resposta de um conflito.

A literatura aponta que os impactos da descentralização podem ser positivos. Existem muitas evidências de populações locais que investiram seu tempo e recursos na gestão do meio ambiente, e que tiveram sucesso mantendo produção e lucros, enquanto protegem suas famílias e comunidades longe dos efeitos da pobreza (Equator Initiative, Poverty and Environment Initiative (UNDP & EC, 1999a – 1999g). Estudos de casos, mostraram cada vez mais, que as comunidades locais têm um estoque de conhecimentos técnicos locais como práticas de cultivos sustentáveis, técnicas eficazes de coleta de água e uso de plantas medicinais. Estes conhecimentos foram muito desvalorizados ou completamente ignorados, devido a diversos processos históricos e políticos. LARSON e RIBOT (2004) compilaram 13 estudos empíricos de descentralização na África, Ásia e América Latina demonstrando que, apesar de muitos países estarem em estágios iniciais do processo de descentralização, existem muitas evidências que sob certas circunstâncias, a teoria pode ser verdadeira, a descentralização democrática pode melhorar a eficiência, a equidade, a democracia e a gestão de recursos. Entretanto este mesmo estudo concluiu que, a descentralização tem efeitos sociais positivos quando as políticas procuram dar poder às populações locais e tem efeitos negativos quando as políticas estendam o controle do estado nas populações locais ou quando eles falham em endereçar a questão de equidade. Estudos, mostraram que processos democráticos locais, podem levar a proteção e manejo de recursos para o uso da comunidade local (CONYERS, 2002). Experiências de gestão comunitária de recursos naturais, têm indicado que as instituições locais democráticas,

podem ser a base para as decisões efetivas sobre o meio ambiente, e que as comunidades têm ou podem desenvolver capacidades e desejos para fomentar e executar efetivamente decisões sobre o manejo dos recursos naturais, e que o manejo comunitário pode trazer efeitos ecológicos e sociais positivos (RIBOT, 2002:4-5). Outros autores nuançam que a descentralização democrática dos recursos naturais, aparece mais desenvolvida onde as populações locais e/ou governos locais tiveram um sucesso parcial mobilizando-se para exigir maior autoridade (OYONO 2002, PACHECO 2002, RESOSUDARMO 2002, KASSIBO 2002).

De fato, muitos estudos relativizam sobre os impactos da descentralização defendendo que as iniciativas de descentralização nem sempre produzem soluções positivas nem para a biodiversidade nem para os pobres. A descentralização democrática não está acontecendo realmente na prática, devido a numerosos fatores associados à forma de implementação das reformas. Alguns autores citam a resistência do governo central de transferir poderes a entidades locais, ou problemas de responsabilidade pelo baixo destas entidades locais, que receberam os poderes (BAZAARA, 2002; KASSIBO, 2002; PELUSO, 2002). OYONO (2002) a partir da experiência do Camerão enfatiza que a descentralização não leva automaticamente aos benefícios, mas deve ser instaurada de tal forma que reforce práticas democráticas e responsabilidade social. Em Camerão, apesar das reformas estabelecerem autoridades locais eleitas que receberam importantes poderes de decisões, os resultados nem sempre beneficiaram as populações locais nem as florestas. As autoridades locais não representaram os interesses das populações locais. OYONO (2002) justifica este fracasso pela centralização histórica da floresta, da exploração da elite em Camerão e, sobretudo pela descentralização que foi instaurada apenas como um procedimento administrativo. Um estudo recente concluiu que a vulnerabilidade aumenta quando a descentralização não foi combinada com políticas que endereçam desigualdades estruturais. Um controle de terras e florestas pelo governo municipal, deve ser acompanhado de políticas que aumentam os direitos de acesso das populações pobres (LARSON et al, 2007).

Alguns autores destacam a resistência do governo central em transferir poderes significativos às entidades locais, ou a falta de prestação de contas destas entidades locais

que receberam os poderes (BAZAARA, 2002; KASSIBO, 2002; PELUSO, 2002). No Senegal, por exemplo, não houve uma transferência de competências de gestão dos recursos financeiros oriundos da floresta, o que limita as ações das autoridades locais na administração das florestas. Para alguns, a resistência do governo central a não devolver a gestão dos fundos para a provisão dos serviços, se justificaria pela vontade do governo central de controlar o monopólio sobre as receitas fiscais substanciais de determinados setores, ou para prevenir atos de irresponsabilidade fiscal pelas autoridades locais. Uma devolução do poder de decisão às autoridades locais, que não foi acompanhada de recursos financeiros, de capacidade administrativa e de mecanismos suficientes para que as autoridades locais desempenhassem as suas funções, teria pouca chance de sucesso. Esta tendência do governo central de não transferir poderes significativos, acontece mais quando o país possuiu riquezas naturais que geram rendas para o Estado. Neste caso a redistribuição é politicamente crucial, mas também muito difícil (CROOK, 2003:83).

A captura das funções e dos benefícios da descentralização pela elite local é frequentemente citada como um freio para que as promessas da descentralização sejam atingidas. A concentração dos benefícios nas mãos da elite, repõe em causa a representatividade e a distribuição equitativa dos benefícios (CROOK 2003). Dentro de uma comunidade, grupos dominantes podem usar os poderes transferidos para tomar vantagens da minoria, podendo prejudicar os pobres mais do que governos centrais ineficientes. A captura pela elite seria facilitada pelo fato que as autoridades e os poderes foram transferidos aos atores que não necessariamente representam os interesses das populações. Em países como o Senegal, onde as autoridades locais são eleitas segundo seu pertencimento a um partido político, em vez de seu desempenho ou de sua capacitação, interesses políticos podem ser mais privilegiados do que as reais necessidades das populações. Quando as autoridades locais favorecem apenas determinados grupos para o acesso e a distribuição de recursos, o princípio de equidade estaria em risco. Em outros países, os governos centrais procuraram controlar certas áreas rurais através de nomeações para cargos locais de pessoas próximas do poder central (TUNER & HULMER, 1997). Estudos realizados em Gana, Nigéria, Costa do Marfim, apontaram que os governos centrais tomaram proveito de suas afinidades políticas com entidades locais, distribuindo

fundos com a finalidade de renovar e consolidar seu poder e a influência de seu partido político nas comunidades locais. O objetivo desta estratégia foi de criar uma elite local dependente e/ou a consolidar alianças baseadas em redes de clientelismo (CROOK, 2003).

Que as autoridades locais sejam escolhidas por eleições e não por nomeação, os riscos de uma situação de não representatividade, de monopólios das decisões ou da captura dos benefícios pela elite são reais. Portanto mecanismos que garantam que as populações locais controlem as decisões e ações dos agentes decisórios descentralizados são primordiais para assegurar que suas preferências e necessidades sejam registradas, integradas e respondidas pelas instituições locais. Estes mecanismos de controle deveriam permitir de estabelecer canais de prestação de contas. Uma descentralização bem sucedida requer uma dinâmica tridimensional entre a administração central, as autoridades locais e as populações locais (TENDLER, 1997) As autoridades locais devem ser pressionadas tanto para cima (para responsabilidade perante a administração central), quanto para baixo (responsabilidade na base). A falta de responsabilidade na base, que acompanha a escolha das instituições locais, é apontada por muitos como a principal barreira crítica a uma descentralização bem sucedida.

Autoridades locais podem não desempenhar seu papel por falta de capacidade, de conscientização e de organização (ARAWAL e RIBOT, 1999) ou mesmo pela ausência de uma cultura de participação. Em alguns casos, os recursos financeiros que devem acompanhar a realocação do poder, não são transferidos, impedindo as autoridades locais de dar seguimento às decisões tomadas. As reformas da descentralização se tornam vazias se as autoridades locais não são capacitadas tecnicamente nem financeiramente para a provisão dos serviços.

A questão da remuneração dos atores locais responsabilizados, aparece na literatura como um fator que limita os impactos da descentralização. ARRETCHÉ (2000) argumenta que, quando se trata de aceitar maiores responsabilidades para a implementação de políticas públicas, os atores locais precisam ser incentivados. A transferência de responsabilidades para níveis territoriais mais locais, somente ocorre quando se estabelece uma relação de

custo – benefício para este fim. Assim, municípios e estados somente aceitam a responsabilidade para novos programas, apenas se os custos (políticos, técnicos e financeiros) são compensados pelos benefícios (principalmente políticos) de controlá-los. A autora mostra que os programas de descentralização mais bem implementados – ou seja, em que um número maior de estados ou municípios, aceitou as novas responsabilidades e criaram os novos mecanismos decisórios exigidos, especialmente os conselhos – foram não somente os que incluíram o repasse de novos recursos para os municípios e estados, mas também os que envolveram atividades tecnicamente simples de realizar e que trataram de assuntos que os prefeitos ou governadores acreditariam ser de importância política. Para Arretche (2000) a descentralização é bem sucedida, quando ocorre dentro de um programa intencional, é preciso que o governo central aja de forma pró-ativa, proporcionando condições financeiras e políticas para que os atores locais se convençam se vale a pena criar novas instâncias e aceitar novas responsabilidades. Em muitos casos, os atores locais resistem à descentralização porque não existem incentivos suficientes para a adoção de novas responsabilidades.

A revisão da literatura sobre a descentralização, nos informa então, que a descentralização pode trazer muitos benefícios às populações e ao meio ambiente. Todavia, existem muitos fatores internos e externos, que influenciam no desempenho de uma gestão descentralizada.

I.2 DESCENTRALIZAÇÃO, OPORTUNIDADE DE RESGATE DOS CONHECIMENTOS LOCAIS

O maior objetivo do meu estudo é de investigar em que condições e como estes fatores influenciam os efeitos da descentralização nas populações e nas florestas. Estudei duas florestas no Senegal: Keur Samba Dia e Sambandé. Em ambas as florestas, os impactos ecológicos da descentralização foram positivos. Todavia os impactos sobre as vidas das populações locais foram diferentes. Na floresta de Sambandé, todos dos vilarejos têm sido beneficiados pela descentralização enquanto que na floresta de Keur Samba Dia, membros de um vilarejo têm reclamado da redução de suas rendas. As explicações sobre estes resultados vêm a seguir.

A restauração de ambas as florestas após a descentralização foi mediada por alguns fatores chaves. Um deles foi a transferência das competências da ineficiência e ausência da autoridade central para estruturas locais organizadas e capazes. A habilidade das comunidades locais, de fomentar regras efetivas, está sem dúvida ligada à riqueza de seus conhecimentos locais sobre as especificidades de sua localidade e seu meio ambiente. Esta participação popular das comunidades na elaboração das regras foi uma motivação para respeitar e obedecer a regulamentação local. Ela reduziu também os custos de implementação destas regras. Além disso, normas sociais foram essenciais. Nestas pequenas comunidades onde a reputação é valorizada, instrumentos como rumor e exclusão se tornarem também chaves para dissuasão e punição.

Os impactos sócios econômicos da descentralização foram diferentes de uma floresta para outra. Na floresta de Sambandé a maioria dos indivíduos pôde economicamente beneficiar-se de uma floresta restaurada. As variáveis chaves foram a uniformidade nas formas de uso florestal e a percepção partilhada sobre conservação. Dada esta uniformidade os vilarejos puderam se beneficiar igualmente dos recursos florestais. Quanto à floresta de Keur Samba Dia, a descentralização prejudicou a geração de rendas de um determinado vilarejo mais do que outro. A distribuição não eqüitativa dos benefícios econômicas da floresta restaurada neste caso, merece uma explicação. Existe uma diferença significativa na maneira que os

vilarejos exploram as florestas. Para o vilarejo de Yayem, a floresta é mais um local de agricultura do que para coleta de produtos florestais. Para o vilarejo de Samba Diallo, eles apenas coletam na floresta. Todavia a regulamentação local estabeleceu mais restrições para coleta do que para a agricultura, o que acabou prejudicando os membros do vilarejo de Samba Diallo. Apesar dos dois vilarejos acharem as suas formas de uso incompatíveis, as populações de Yayem conseguiram impor uma regulamentação local que preservou seus interesses. Esta habilidade de implementar regras a seu favor, se explica pela maior presença dos membros do vilarejo nas instâncias de decisão e pelo processo histórico de criação dos vilarejos ao redor da floresta. Maiores detalhes sobre o processo de manejo florestal local nestas duas localidades, serão dados nos próximos capítulos.

A contribuição deste estudo é de trazer evidências empíricas nas condições onde a descentralização foi juridicamente estabelecida, a descentralização traz benefícios ecológicos, mas os benefícios econômicos e sociais podem ser equivocados. Muitos fatores internos das comunidades rurais têm influências sobre os efeitos da descentralização, portanto não se podem esperar os mesmos resultados em todos os contextos. Os fracassos da descentralização citados na literatura, certamente não se originam das idéias veiculadas à descentralização, mas na maneira que as reformas foram desenhadas e implementadas, e nas dinâmicas locais.

Ao longo do meu percurso acadêmico, vim a me interessar pelas relações existentes entre a diversidade cultural, a biodiversidade e a pobreza no Senegal. Conhecimentos e práticas locais foram ignorados pelos governos coloniais e pós-coloniais, em nome da modernidade e do desenvolvimento. Todavia com a emergência da descentralização, tais conhecimentos são gradualmente reconhecidos como pertinentes e eficientes. Através desta pesquisa de doutorado, tive a oportunidade de verificar se os conhecimentos locais veiculados através das instituições locais, podem contribuir para o manejo efetivo de ecossistemas semi-áridos em benefício das populações locais. Pude também verificar se a adoção de sistemas de governança local se torna necessário para que as populações locais apliquem seus conhecimentos, práticas e seus princípios culturais, enquanto têm vantagens econômicas.

Através deste trabalho, tentei contribuir no debate que questiona o desempenho das comunidades rurais de assumir responsabilidades de proteção e gestão dos recursos naturais. A pesquisa gerou informações específicas sobre os impactos sociais, econômicos e ambientais, de duas experiências específicas, de gestão descentralizada florestal no Senegal. Além disso, minha análise teórica ofereceu explicações sobre os fatores que influenciam para que a descentralização seja benéfica ou não para as populações. Os conhecimentos gerados podem ser úteis para outras regiões onde existe o dilema da conservação e do desenvolvimento. Esses tipos de dados, não contribuirão somente para dar evidências sobre a função da descentralização, mas permitirão também um melhor entendimento sobre as relações entre a descentralização e a pobreza, e a preservação ambiental, (que são elementos essenciais das Metas do Desenvolvimento do Milênio MDM). A análise dos impactos das reformas políticas nas populações mais vulneráveis da sociedade, tem um papel importante na formulação das políticas de redução da pobreza nos países em desenvolvimento.

Durante a pesquisa, obtive também dados quantitativos sobre a contribuição dos produtos florestais nas rendas familiares, e dados qualitativos sobre as instituições locais responsabilizadas pelo manejo florestal. Estes dados irão contribuir na base de dados mundial gerenciada pelo Cifor, para a análise quantitativa e qualitativa das relações entre floresta e pobreza. Os resultados da minha pesquisa poderão ser comparados com estudos de outras regiões para uma melhor compreensão dos efeitos da descentralização nas populações e no meio ambiente.

Enfim, espero que as recomendações finais desta pesquisa, possam ser relevantes e até inspirar formuladores de políticas a nível nacional, para que as populações dependentes da floresta beneficiem-se plenamente das oportunidades oferecidas por esta, sem comprometê-los. Além do mais, um estudo que se orienta sobre a valorização dos sistemas de conhecimentos locais pode inspirar novos paradigmas que tragam soluções locais aos problemas locais.

Muitos estudos têm analisado as experiências de descentralização em regiões como Indonésia, Gana, Nigéria, Camerão (OYONO, 2002), Bolívia (PACHECO, 2003) onde existem densas florestas tropicais, e alto valor comercial dos recursos naturais. Pouco se sabe sobre as trajetórias da descentralização em ecossistemas áridos ou semi-áridos. Pesquisas de Cifor (2002) mostraram que ecossistemas florestais secos encontram maior pressão humana do que florestas úmidas, e que estas são mais centrais para a segurança alimentar do que as florestas tropicais. Florestas em regiões semi-áridas merecem então, uma maior atenção dos cientistas.

I.3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Em seu recorte metodológico, este estudo é interdisciplinar e assume um caráter analítico, descritivo e comparativo. O problema de investigação foi abordado sob formas de pesquisa quantitativa e qualitativa, privilegiando fundamentos das disciplinas de sociologia, antropologia, economia e de ciências políticas.

A pesquisa de campo foi efetuada no Senegal, situado na parte Ocidental do continente africano. Senegal iniciou seu processo de descentralização em 1996 transferindo as coletividades locais nove (9) domínios⁵ de competências pelos quais se destaca a devolução da autoridade de gestão dos recursos naturais. Além de ter a particularidade de adotar a descentralização como política nacional, o governo senegalês vem se empenhando para realizar reformas institucionais e fiscais, com a intenção de criar um ambiente favorável para que as comunidades rurais assumam suas novas responsabilidades. Estas iniciativas nacionais foram complementadas por atividades de formação e de capacitação das novas instituições locais a atuar suas responsabilidades efetivamente. A descentralização foi implementada no contexto onde a pobreza tem a característica de ser fortemente concentrada em áreas rurais com uma percentagem chegando de 72% a 88%.

⁵ Os nove domínios de competências: Cultura, Planificação, Juventude,, Esportes e Lazer, Urbanismo, Meio ambiente, Educação, Saúde, População e Ação social

Assim, devido a estes avanços institucionais e sob um contexto de pobreza acentuada no meio rural, Senegal se apresenta um campo oportuno para estudar os impactos da transferência do poder de gestão dos recursos naturais sobre as vidas das populações rurais e do meio ambiente.

No Senegal, famílias rurais investem em diversas atividades para sua subsistência e suas rendas. Muitas destas atividades se baseiam nos recursos naturais como, agricultura em pequena escala, pesca, pecuária, caça, coleta de lenha, de ervas e outros. Estes produtos naturais podem ser vendidos ou usados diretamente para alimentação, fogo, construção ou outras necessidades. Esta pesquisa se interessou especificamente sobre os produtos florestais não madeireiros (PFNMs). Trata-se do conjunto de bens e substâncias destinados ao uso humano e/ou animal, provindos dos recursos renováveis provenientes dos ecossistemas florestais. Pode-se citar como exemplo, os frutos selvagens, as gomas, as folhas, as flores, as raízes, casca, forragem, mel, a fauna etc... A minha escolha em trabalhar com florestas e produtos florestais não madeireiros, se justifica por duas principais razões.

Primeiro, pobreza e florestas estariam relacionadas. Sabendo que a coleta dos produtos não madeireiros não necessita de alto capital, nem tecnologia intensiva, nem habilidade específica, uma correlação positiva entre pobreza rural e a dependência destes produtos pode existir (ANGELSEN e WUNDER, 2003). NUMANN e HIRSCH (2000) observaram que as populações mais pobres do mundo são as mais engajadas na coleta de produtos florestais não madeireiros do que na exploração de madeira. Já existe uma larga literatura sobre como as florestas beneficiam os pobres nos países tropicais (ANDERSON et al, 1991; TOWNSON, 1994; SHEPHERD et al. 1999; WARNER, 2000).

Em regiões áridas como Senegal, onde há pouca disponibilidade de madeira comercial, as populações se concentram nos produtos florestais não madeireiros. Estes últimos têm uma importância considerável na vida das populações rurais, eles contribuem para a manutenção dos processos ecológicos e constituem uma fonte substancial de recursos alimentares, energéticos e farmacológicos. Hoje as florestas no Senegal constituem a

principal fonte de alimentos para o gado. Frente ao rápido avanço das fronteiras agrícolas, as superfícies dos espaços pastoris reduziram drasticamente. Como a pecuária no Senegal é principalmente extensiva, as florestas se tornaram as únicas reservas pastoris permitindo assim a manutenção do pastoralismo tradicional. As florestas são também fontes de rendas para familiares rurais. Por exemplo, ultimamente as mulheres rurais da África Ocidental (Mali, Burkina), têm obtido rendas com a coleta e a venda da manteiga de karité (*Vitellaria paradoxa*) às indústrias de cosméticos, além de usar a gordura para consumo local.

Todavia, a importância econômica dos recursos florestais não madeireiros, não se reflete ainda nos indicadores macro – econômicos, nem está incorporada nas estratégias nacionais de redução da pobreza do Senegal. De fato, estes produtos aparecem representando apenas 0,6% do PNB durante a década dos 90, as estatísticas não podem captar seus valores reais porque grande parte da comercialização se efetua através dos circuitos econômicos não oficiais. O setor das florestas foi por muito tempo negligenciado nos processos de modernização. Não existe um inventário sistemático do potencial florestal a nível nacional e seus aportes totais na economia nacional não estão ainda contabilizados. Os dados estáticos existentes se relacionam apenas ao pagamento das taxas florestais. Em outras palavras, somente os produtos florestais, que têm licença de circulação para as aglomerações, são contabilizados. As quantidades dos produtos florestais não madeireiros consumidos pela própria população, vendidos diretamente aos consumidores ou comerciantes nas feiras rurais, ou os produtos contrabandeados, são simplesmente ignorados. Tais quantidades não deveriam ser negligenciadas sabendo o forte consumo dos PNFMs das famílias, e a ocorrência freqüente de vendas ilegais. Devido a esta ausência de informações fiáveis sobre os PNFMs, a sua contribuição econômica está, na maioria das vezes sub avaliada.

Esta pesquisa tentará, portanto avaliar a contribuição dos PNFMs nas rendas familiares nas áreas de estudo. Teremos pelos menos uma idéia sobre o nível da dependência destas populações nas florestas. Ao lado da contribuição econômica, estes produtos florestais têm uma importância social, cultural e social. A distribuição da Kola em diferentes cerimônias tradicionais ilustra o aspecto cultural dos produtos da floresta.

A segunda razão de estabelecer as áreas de estudo em áreas florestais, é que desde que começaram a implementar as políticas de descentralização no Senegal, o setor florestal sofreu muitas mudanças para se adaptar ao novo contexto institucional. De fato, o código florestal foi modificado em 1998 reforçando a implicação das coletividades locais na gestão e na proteção das florestas. A existência de um marco jurídico e legal responsabilizando as populações locais, constitui para a pesquisa um instrumento de referência para analisar como os textos estão sendo aplicados na base. Isto me permite verificar em prática se a descentralização pode realmente frear a pobreza e promover o desenvolvimento sócio-econômico.

Na perspectiva de uma análise descritiva e comparativa, usei o procedimento de estudos de casos, coletando dados empíricos segundo variáveis espaciais e temporais: duas áreas geográficas diferentes, comparando dois períodos diferentes. O estudo de caso se constitui num procedimento técnico de pesquisa quando se deseja entender um fenômeno social complexo que pressupõe um maior nível de detalhamento das relações entre os indivíduos e as organizações, bem como dos intercâmbios que se processam com o meio ambiente nos quais estes estão inseridos (YIN 1989).

Esta tese foi desenhada na intenção de fazer uma análise comparativa a partir de duas variáveis: espacial e temporal, tendo como unidades de análise: os vilarejos. Para coletar informações pertinentes aos efeitos da descentralização no estado das florestas, adotei uma perspectiva comparativa temporal, usando dados secundários sobre o que existia antes da descentralização. Como já dito, o processo de descentralização, iniciado em 1996, acompanhou-se de reformas, de reformulação da legislação florestal e de criação de novas instituições de manejo. Eu parto do pressuposto, que para avaliar a eficácia de gestão destas instituições e oferecer explicações alternativas às razões de seu sucesso ou fracasso, posso observar, e através de entrevistas, comparar a qualidade de vida das populações locais e o estado da floresta, antes e depois da descentralização. Considero assim, que a principal variável independente deste estudo, é a transferência de poderes e de recursos financeiros às autoridades na gestão dos recursos naturais. Através desta escolha

estratégica, pretendo focalizar minhas análises sobre as conseqüências da obtenção de uma maior autonomia das populações locais no manejo dos recursos naturais, no meio ambiente e sobre elas mesmas. Nas áreas de estudo, não houve variações climáticas excepcionais durante o período de estudo que pudessem explicar uma regeneração ou uma degradação florestal. Portanto considero as modificações sobre os direitos de controle das florestas, e o processo de legalização dos quadros institucionais locais representam os principais fatores causais que influenciaram o estado das florestas e as formas de uso florestal.

Fiz uma variação espacial para estudar se a autoridade distributiva pode melhorar as florestas e mudar o papel das florestas nas vidas dos pobres, e o quanto. Usei dois casos de florestas com direitos de acesso e usos diferentes: a floresta comunitária de Sambandé e a floresta estatal de Keur Samba Dia. Através desta escolha, comparei duas situações nas quais as populações têm grau diferenciado de autoridade no manejo, consegui verificar como o nível de controle efetivo local dos recursos naturais está interferindo nos impactos da descentralização. Após este recorte temporal e espacial, a seleção dos vilarejos em estudo foi também uma decisão crítica devido à natureza complexa do problema a investigar. Cinco vilarejos foram escolhidos segundo os seguintes critérios de seleção: I) dependência das populações nas florestas, II) existência de instituições locais de manejo florestal, III) representatividade, IV) acesso ao mercado. Trata-se então de três vilarejos situados ao redor da floresta comunitária de Sambandé e de dois (2) situados ao redor da floresta de Keur Samba Dia. Em seguida, uma amostragem de 140 famílias foi sorteada. Devido ao tempo limitado e a quantidade de recursos disponibilizados nesta pesquisa, esta amostragem pode ser qualificada como razoável, porque permitiu obter variação para testar as hipóteses e de fazer análises estatísticas detalhadas. O sorteio foi o principal meio de seleção para obter a amostragem, a mais heterogênea possível incluindo as famílias com grau diferenciado de dependência das florestas. No entanto, as famílias dos chefes de vilarejos em estudo, foram propositalmente incluídas na amostragem, para incentivar sua participação na pesquisa e para que elas soubessem a natureza do questionário e para não suscitar um ambiente de desconfiança.

Como já mencionei previamente, o problema da investigação foi abordado sob as formas

de pesquisa quantitativa e qualitativa, usando uma combinação de instrumentos de coleta de dados como a observação participante, as entrevistas e questionários. As informações coletadas foram valiosas para conduzir análises sobre a relevância das políticas de descentralização florestal e seus impactos na redução da pobreza e nas florestas. Vale salientar que devido ao tempo limitado, os dados quantitativos não foram analisado nesta tese. Uma análise posterior destes dados será feita posteriormente e apresentados sob o formato de artigos científicos. Todavia o fato de ter coletado dados quantitativos e de ter observado as variações nos mesmos me permitiu fazer observações na tese de cunho qualitativo muito bem mais informadas do que se tivesse feito somente com abordagens qualitativos.

Antes de maiores explicações sobre as técnicas que foram empregadas nesta pesquisa, é importante ressaltar que sou membro da rede de pesquisa PEN (The Poverty Environment Network)⁶ estabelecida em 2004 sob a coordenação do Center of International Forestry Research (CIFOR) cuja sede esta na Indonésia. A rede se propõe a realizar o mais compreensivo, global e comparativo estudo sobre o papel das florestas na amenização da pobreza rural, com as tentativas de fazer análises a nível continental e global sobre as relações entre florestas e pobreza. Este projeto partiu do trabalho de OKSANEN et al (2003) que concluiu que as florestas são às vezes ignoradas nos Documentos Estratégicos de Redução a Pobreza (DERP) devido a três razões: I) a falta de dados básicos sobre as relações entre florestas e pobreza, II) a pouca compreensão dos tomadores de decisões sobre as relações entre florestas e pobreza, III) a falta de proposições concretas para as reformas políticas e os investimentos. Os resultados esperados deste projeto global, são de documentar se os produtos florestais são ou não significantes nas rendas das famílias rurais. No caso afirmativo, isto implicaria que as rendas florestais devem ser melhores integradas na formulação das políticas de amenização de pobreza. Caso contrário, as pesquisas mostram que as florestas têm pouca importância para os pobres, investimentos intensivos devem ser evitados no setor florestal e consequentemente as políticas deveriam orientar-se sobre as fontes mais significativas de rendas rurais. Em outras palavras, tais

⁶ Maiores informações sobre a rede podem ser encontradas na pagina:
<http://www.cifor.cgiar.org/pen>

resultados vão informar como o papel das florestas pode ser aumentado através de melhores formulações e implementações de políticas públicas. Isto provavelmente irá beneficiar as populações dependentes dos recursos florestais.

O projeto de pesquisa PEN reúne mais de 30 pesquisadores (principalmente doutorandos) que coletam dados sócios econômicos e ambientais, ao nível das familiares e dos vilarejos. Espera-se obter dados comparáveis entre diversos tipos de florestas para melhor entender as interações entre florestas e pobreza. No final, será criada uma base de dados com mais de 5000 a 6000 familiares e de 200 a 250 vilarejos a partir de mais de 20 países. Além de identificar todos os usos possíveis sobre as florestas e outros recursos ambientais, a coleção de dados terá que informar sobre as fontes predominantes das rendas rurais, e quantificar as rendas das famílias rurais.

A partir de suas experiências passadas sobre assuntos relativos ao uso da floresta, o PEN desenvolveu instrumentos detalhados de coleta de dados quantitativos sobre as rendas familiares sob diferentes contextos sócios econômicos. Três tipos de questionários foram assim formulados: questionário anual do vilarejo, questionário anual das famílias e questionário trimestral das famílias. Os questionários aplicados nas famílias podem ser agrupados em duas categorias diferentes. Primeiro, tem o mesmo questionário aplicado quatro vezes na família, a cada três meses, para coletar informações sobre todas as fontes de rendas. Documentar as variações das rendas numa base trimestral permitiu observar se os recursos das florestas são importantes para as rendas ao longo do ano, ou apenas em determinados períodos, por exemplo, na época das secas. Entretanto os questionários geraram outras relevantes informações a respeito das fontes de rendas rurais, do papel das florestas para diferentes grupos (grau de pobreza, correlação com sexo, idade, migração), o papel de florestas em diferentes contextos de acesso ao mercado e outras dimensões sócias econômicas e ecológicas do uso das florestas. Segundo, tem um questionário anual aplicado nas familiares no início da pesquisa para coletar dados sobre o histórico da família (demografia, bens, nível de uso da floresta). Um outro questionário anual foi aplicado no final da pesquisa, para verificar se um evento excepcional não ocorreu durante a pesquisa, podendo influenciar nos resultados obtidos. A abordagem quantitativa aqui usada ofereceu-

me dados mensuráveis, que são organizados numa base de dados e futuramente analisados com programa Stata.

Alem dos inquéritos ao nível das famílias, conduzi visitas varias vezes as feiras rurais⁷ semanais ao redor das áreas de estudo onde os produtos florestais são comercializados. Estes inquéritos de mercado me permitiram coletar informações a partir dos compradores, dos vendedores, dos comerciantes itinerantes e dos varejistas locais. Dados foram coletados sobre os tipos de PFNMs disponíveis no mercado local, seus preços e a destinação final. Estas visitas me deram a oportunidade de identificar a função dos diversos atores na cadeia dos PFNMs, e as estratégias de distribuição dos produtos florestais a nível nacional. Além disso, aproveitei para pesquisar e calcular a equivalência em unidade universal (Quilograma) das unidades locais de medida. Durante os inquéritos nas familiares, as quantidades coletadas de produtos florestais, foram dadas em unidades como saquinhos, punhado ou pilha. A conversão das unidades locais em valor quantitativa universal foi necessária para harmonizar as unidades dos valores coletados nas entrevistas.

Na minha pesquisa de campo, apliquei estes três tipos de questionários por um período de 12 meses para quantificar as rendas de 140 famílias em cinco vilarejos. Fui apoiada nestas tarefas de coletar dados anuais e trimestrais por quatro investigadores que são originários dos vilarejos em estudo.

Achar uma evidência sistemática dos impactos da descentralização quanto à redução da pobreza seja na África ou em outras regiões, é um exercício difícil (CROOK, 2003:78). Segundo o mesmo autor, alguns estudos comparativos têm usado ‘o grau da descentralização’ como a variável independente, mas a medida normalmente usada – as despesas sub-nacionais como a proporção da despesa governamental total - é tão ‘flawed’ como indicador que os resultados obtidos possam ser apenas sugestivos. Da mesma forma, outros dados são derivados de casos de estudos parciais que não são sistematicamente

⁷ As feiras semanais chamadas localmente de ‘louma’ constituem o principal espaço de transações comerciais entre vilarejos. Acontece semanalmente no mesmo vilarejo, alem dos intercâmbios de bens (gado, alimentos, produtos importados), o ‘louma’ é também um momento de encontros e de difusão de informações a respeito da comunidade.

comparáveis. Nas minhas áreas de estudo, não houve estudos quantitativos sobre os impactos do manejo florestal nas populações anteriores a descentralização. Portanto não disponho de ‘base-line ou longitudinal data’ que são considerados os principais requisitos para uma medida válida de desempenho. Assim, não foi possível na minha pesquisa, medir a variação das rendas familiares, ocorridas desde a implementação das políticas de descentralização, que me permitiria concluir se as rendas aumentaram e reduziram com o evento da descentralização. Frente à impossibilidade de obter dados mensuráveis no campo, usei os dados das minhas entrevistas, que revelaram a percepção das populações sobre a melhoria ou não de suas condições de vida depois que a descentralização foi instaurada. Usei a técnica de avaliação representativa dos impactos, entrevistando diferentes categorias da população, utilizadores da floresta com interesses divergentes, mas também os serviços técnicos e estatais.

Como eu não presenciei o período inicial do manejo local na área de estudo, não foi possível instaurar um sistema de acompanhamento ecológico para quantificar a evolução de diferentes recursos submetidos a um manejo regulamentado. Portanto eu não possuí dados quantitativos que possam demonstrar impactos ecológicos negativos ou positivos. Não foi possível obter dados sobre a evolução das produtividades vegetais ou animais com o serviço florestal nem com o dos projetos, que também não implementaram um sistema de monitoramento ecológico. Frente à falta de dados quantitativos sobre a situação de partida, eu fiz uma avaliação dos efeitos ambientais do manejo local a partir de numerosas entrevistas qualitativas com as populações locais, os agentes do serviço florestal e as Ongs que intervêm na área. Estes puderam dar relatos sobre as mudanças ocorridas desde a aplicação das regras locais. Usei também visuais disponíveis, uma série de fotografias tomadas no mesmo lugar na floresta de Sambandé ao longo dos anos de ‘mise en défens’. Eu consegui visualizar assim, as mudanças conseqüentes a medidas locais de manejo.

A coleta de dados foi em grande parte feita por instrumentos de pesquisa qualitativa para obter dados relativos ao processo de manejo local florestal, e complementando assim os dados de tipo quantitativo. Na pesquisa quantitativa, o rigor científico se expressa através de explicações racionais dos fenômenos, além da objetividade e neutralidade na busca da

verdade. Ela se diferencia da pesquisa qualitativa que tem como objeto o ser humano e a complexa rede que permeia o tecido social, e que estabelece relações mediadas pela subjetividade, emoções e valores. No entanto, THOLLIENT (1992) defende que não há oposição, nem hierarquização entre pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa. Segundo o autor, em determinada pesquisa é possível articular os aspectos qualitativos e quantitativos para dar em conta a realidade. Importa compreender, então, que tanto a pesquisa qualitativa quanto a quantitativa tem em comum a exigência de rigor na construção de seus instrumentos e na análise dos dados.

Sabendo que meu estudo trata dos impactos das políticas públicas sobre as formas de acesso e de uso dos recursos naturais, é importante entender que a complexidade do problema de investigação não permite decompor o processo de descentralização e seus impactos em variáveis básicas. Devido à presença de inúmeras variáveis agindo e interagindo ao mesmo tempo, a tentativa de isolar algumas dessas variáveis, podem levar à redução do enfoque da pesquisa a uma parte do processo, não permitindo assim captar toda dinâmica envolvendo as consequências das políticas de descentralização. Neste caso, as populações rurais e seu meio ambiente não podem ser reduzidos a agregados estatísticos. Estas considerações evidenciam a necessidade de buscar instrumentos de coleta mais adequados que facilitem maiores interações entre o pesquisador e os entrevistados. Nisto, as abordagens qualitativas neste estudo, possibilitaram uma análise descritiva do meio social e rural, além de permitirem análises contextualizadas da realidade. Entretanto, as ferramentas da pesquisa qualitativa não permitem generalizar resultados nem tampouco extrapolá-los para além das fronteiras das experiências estudadas. Ao contrário, a condução da pesquisa qualitativa, permitiu-me entender as lógicas das formas de acesso e de uso dos recursos nas comunidades estudadas, e oferecer pistas para a continuidade da pesquisa em contextos fora e dentro do Senegal.

Assim empreguei como metodologia de investigação, a pesquisa participante, dando prioridade especificamente às técnicas de estudo como: a observação participante, a análise documental, os grupos foco e as entrevistas semi-estruturadas. Para a análise dos dados segui o método científico indutivo. Um método científico é o conjunto de processos ou

operações mentais empregados ao longo da investigação. BPDGAN e BIKLEN citado por LUDKE e ANDRE (1986) apontam que quando a análise de dados segue um processo indutivo, os pesquisadores não se preocupam em buscar evidências que comprovem as hipóteses definidas antes do início do estudo. As abstrações se formam ou se consolidam basicamente a partir da inspeção dos dados num processo de baixo para cima.

Com a observação participante, consegui me inserir na realidade sócio-cultural das comunidades em estudo, além de facilitar minhas interações com as populações locais. Conseqüentemente, estas interações proporcionaram maior compreensão da realidade e estabeleceram laços de confiança com os pesquisados, garantindo desta forma a maior confiabilidade a interpretação dos dados coletados. A minha principal preocupação ao longo da minha estadia na área de estudo, foi de captar os significados e a percepção de diferentes atores na comunidade sobre a transferência de poder e recursos de governo central para autoridades locais. A priori, as pesquisas sobre uso da floresta assim como sobre a quantificação das rendas, são assuntos delicados de abordar em um contexto senegalês. Primeiro não é uma situação agradável de listar e de quantificar a uma pessoa desconhecida as rendas de sua família, nem as fontes, e isto trimestralmente e durante um ano. Desde o período colonial, as florestas foram vistas pelas populações como propriedade do governo. Por muitas décadas, houve inúmeras interdições de acesso ou de uso, acompanhadas de muitas políticas repressivas. Apesar da descentralização, a lei florestal ainda estabelece muitas restrições que visam proteger as espécies em extinção. Então questionar uma família o que ela coletou na floresta e a quantidade, pode se tornar muito delicado, sobretudo quando as restrições são feitas sobre espécies cujas partes são muito usadas na família. Felizmente, ao longo da pesquisa, as famílias e as autoridades locais foram muitas colaborativas e foram abertas na medida do possível, durante as reuniões coletivas e nas entrevistas individuais.

Considero que a minha impregnação nas áreas de estudo foi facilitada por ser originária do Senegal e por falar as duas principais línguas nos cinco vilarejos: Wolof e Sereer. Também fui introduzida e apresentada às autoridades locais e oficiais e as populações dos vilarejos por membros dos vilarejos que são conhecidos como dinâmicos nas ações de

desenvolvimento local, e muito influentes sobre as decisões tomadas dentro dos vilarejos. Antes de iniciar a pesquisa propriamente dita, pedi aos chefes de vilarejos a autorização de realizar investigação no seu território. Informei estes de mesmo que as populações, que se tratava de uma pesquisa científica e não de um projeto de desenvolvimento. Uma vez que os objetivos da minha estadia foram esclarecidos, eu pude prosseguir meu estudo. Apesar de nenhum ganho material ou financeiro imediato, as populações dos vilarejos estudados cooperaram muito ao longo da pesquisa. Elas tiveram expectativas que as recomendações finais do estudo pudessem alcançar os tomadores de decisão para que estes formulassem políticas florestais que melhoram suas condições de vida sem que a proteção das florestas seja minimizada. A motivação e o interesse da comunidade sobre o problema de investigação foram cruciais para a obtenção de dados de qualidade. Isto desencadeou uma motivação pessoal destes atores, possibilitando comportamentos e atitudes dos mesmos a se tornarem sujeitos e não apenas objetos da pesquisa. Para captar as opiniões das diversas categorias de atores, organizei muitas sessões de grupos foco, em cada vilarejo, reunindo homens, mulheres e jovens. O objetivo foi a obtenção de dados confiáveis e representativos. Muitos dados sobre as instituições locais responsáveis pelo manejo das florestas, foram obtidos através da técnica do grupo foco. Esta coleta de informações sobre os arranjos institucionais, proporcionou-me um melhor entendimento sobre as regras de acesso e de uso florestal, como as populações usam as florestas ou que lhes encorajam ou impedem de explorar abusivamente estes recursos.

Antes de ir para campo, fiz um levantamento de dados secundários sobre as áreas de estudo. No campo, foi necessário junto com os moradores mais antigos dos vilarejos, pesquisar e descrever o histórico das áreas de estudo, assim como as principais formas de manejo florestal que eles vivenciaram até os tempos contemporâneos. A análise dos documentos disponíveis nas sedes do governo local ou das ONG, me permitiu também complementar os dados obtidos na observação e nas entrevistas. Trata-se de relatórios oficiais, de documentos de capitalização, de programas ou projetos de desenvolvimento nas áreas em estudo, dos planos de desenvolvimento local ou mesmo relatórios das reuniões comunitárias.

A fase experimental dos questionários foi também muito valiosa na obtenção de dados secundários. No processo de seleção dos investigadores, apliquei com os candidatos, os questionários nos vilarejos ao redor das florestas em estudo. Eu pude avaliar a capacitação técnica dos candidatos para realizar este tipo de inquéritos, mas isto também me permitiu a me familiarizar com a área de estudo. Além de testar as palavras e as expressões mais adequadas nas línguas locais para a compreensão das questões, foi um momento de coleta de informações relevantes sobre as formas de uso e de acesso dos recursos naturais das populações, e de identificação de questões adicionais para maior clareza do tema de pesquisa. Os vilarejos nos quais eu apliquei os questionários como experimento foram descartados na seleção final dos vilarejos a estudar. Para aumentar a confiabilidade dos dados, decidi escolher investigadores originários dos vilarejos em estudo para me apoiar na coleta de dados trimestrais, sendo que estes estariam mais capacitados a reconhecer a veracidade das informações dadas. A inclusão dos residentes na pesquisa, que conhecem a cultura e o meio ambiente, facilitou o processo de integração e aumentou a transparência do processo de pesquisa, além de reduzir os riscos de má interpretação dos eventos.

Ao longo do processo de coleta e de análise de dados, realizei um levantamento bibliográfico sobre autores que se destacaram com discussões recentes e pertinentes sobre os impactos das políticas de descentralização com ênfase para no continente africano. Assim, usei documentos institucionais, trabalhos de tese, relatórios de encontros, artigos e textos na internet que tratam sobre a descentralização e seus impactos. O levantamento envolveu consultas às bibliotecas de universidades do Senegal (Université Cheikh Anta Diop), do Brasil (CPDA/UFRRJ) e dos Estados Unidos (Princeton University e Yale University), nos centros nacionais de pesquisa, e de organizações não governamentais no Senegal.

Dentro do enfoque qualitativo, com o apoio de informantes chaves, fiz um Diagnóstico Rural Rápido (DRP) que é de fato uma ferramenta aplicada no campo para a obtenção rápida de informações sobre o meio rural. O termo participativo vem com a preocupação de integrar as populações no processo, para que estas reflitam criticamente sobre suas condições de vida. Este DRP foi acompanhado de um questionário ao nível do vilarejo para coletar dados demográficos, climáticos, de recursos de uso comum, e de recensear as instituições locais existentes no vilarejo, sejam instituições cujos membros são eleitos ou instituições tradicionais. No último mês da pesquisa, um segundo questionário ao nível do vilarejo foi aplicado para verificar se houve um acontecimento excepcional dentro do vilarejo como inundação, seca, epidemia e outros que poderiam influenciar nos resultados obtidos na pesquisa.

I. 4 ESTRURA DA TESE

Este documento de tese aborda no primeiro capítulo o problema da investigação, a revisão bibliográfica, a justificativa, assim como a metodologia que me permitiu responder as questões da pesquisa. O capítulo 2 descreve o contexto histórico, social e institucional cujas iniciativas de descentralização do Senegal foram implementadas. O capítulo 3 apresenta o estudo de caso da floresta comunitária de Sambande. O capítulo 4 traz o estudo de caso da floresta de Keur Samba Dia, bem como as evidências para reforçar minha argumentação. O capítulo 5 apresenta as discussões teóricas relativas aos resultados da pesquisa. O ultimo capítulo contém a conclusão que apresenta algumas considerações às análises feitas do sucesso, mas também dos desafios do processo de manejo florestal local.

CAPITULO II: A DESCENTRALIZAÇÃO FLORESTAL NO SENEGAL

II.1 APRESENTAÇÃO DO SENEGAL

II.1.1 Características Físicas do Senegal

Devido à carência de informações sobre o Senegal no Brasil, uma parte deste capítulo vai descrever, alguns aspectos relevantes (demografia, sistema político, estruturas sociais, ecossistemas e economia) sobre o país, facilitando deste modo a compreensão e a visualização contextual da área onde a pesquisa se realizou.

Senegal é um país da África Ocidental, localizado entre 12,10 e 16,40 graus de latitude norte e entre 11,10 e 17,30 graus de longitude oeste. Tem uma superfície de 196.712 Km². Senegal é limitado ao Norte pela Republica de Mauritânia, ao leste por Mali, ao Sul pela Guiné Bissau e a Republica de Guiné, a oeste pelo oceano atlântico. O país tem uma fachada marítima de 600 km sobre o oceano atlântico. A Republica de Gâmbia⁸ (10300 km²) forma um enclave dentro do território senegalês. Senegal tem em geral um relevo plano com uma altitude inferior a 50 metros em quase 75% do território nacional. O ponto mais elevado (581 metros) está situado na parte extremo Sudeste nos contrafortes do Fouta-Djalón.

Por ter grande parte de seu território situado no Sahel, o clima senegalês se caracteriza pelas temperaturas relativamente elevadas e uma época de chuvas variando de três a quatro meses segundo a latitude, e uma época de secas para o resto do ano (novembro até junho). No Senegal, as precipitações constituem o principal elemento determinante do clima. A pluviometria média anual segue um gradiente crescente de norte a sul, ela passa de 200 mm ao norte semidesértica a 1500 mm/ano no Sul.

⁸ Antiga colônia britânica, a Gâmbia é um estado independente com seu próprio governo, cuja língua administrativa é o inglês.

Alem da variação espacial, a pluviometria no Senegal acusa também variações temporais marcadas por uma irregularidade associada à redução do número de dias de chuva, mas também da quantidade das chuvas. O efeito cumulativo destes dois fenômenos espaciais e temporais levou a sérias crises de secas. A seca de 1968 destacou-se devido a sua persistência e conseqüências. A partir deste período, a região de Sahel⁹ foi conhecida na mídia internacional revelando conseqüências de secas prolongadas e da desertificação (reduzindo a produção agrícola, perda do gado, morte humana), atraindo assim o interesse dos cientistas ocidentais. No entanto, as variações climáticas locais provavelmente serão também resultantes das mudanças globais do clima que se caracterizam pelo aquecimento da terra devido ao aumento de gases poluentes na atmosfera. Simulações das mudanças no Senegal para o horizonte de 2050 e estudos de vulnerabilidade e de adaptação das áreas costeiras e da agricultura a mudanças climáticas (CSE, 2006) indicaram uma redução pluviométrica mais sensível no sul, menos perceptível no noroeste. Os estudos mostram também uma degradação das condições de produção agrícola e uma redução da mesma. Quanto ao efeito conjugado da elevação do nível do mar e a evapotranspiração, ele aumentaria o risco de salinização, deixando grande parte das águas superficiais e subterrâneas impróprios para consumo ou agricultura.

Em suma, a irregularidade estrutural da pluviometria ainda persiste e se apresenta como um fator limitante para desenvolvimento. Como será mostrado adiante, os impactos socioeconômicos desta vulnerabilidade são percebidos através da redução das rendas das populações rurais, a insegurança alimentar e o êxodo rural, sem contar a ameaça da redução da biodiversidade.

II.1.2 Características Demográficas do Senegal

Em 2002, a estimativa da população do Senegal foi de 9.908.000 habitantes sobre uma superfície de 197.000 km². As projeções para 2025 prevêem o desdobramento da

⁹ Sahel, área de transição entre o deserto do Saara e as áreas da Savana, caracterizadas pelas incertezas do clima. O Sahel estende-se sobre uma área que cobre nove outros países africanos: o Senegal, a Mauritânia, o Mali, o Burkina Faso, o Níger, o Chade, o Cabo Verde, a Gâmbia e a Guiné Bissau

população chegando a 16.511.000 habitantes (WRI, 2003). Senegal dispõe de uma alta taxa de crescimento populacional de 2,7% ao ano; todavia a taxa de crescimento é bem superior nas áreas urbanas (3,3%) do que nas áreas rurais (-1,5%), devido à migração campo-cidade. O crescimento rápido da população é o resultado do pouco uso de métodos anticoncepcionais e ao casamento precoce (50% das mulheres entre 20 e 49 anos se casam antes dos 17 anos). Vale salientar que 44% da população têm menos de 15 anos (WRI, 2003). Esta juventude chega a constituir um potencial de força produtiva, mas também cria uma forte demanda em termos de educação, saúde e emprego.

Mesmo que a taxa de crescimento econômico tenha chegado a 4,7% em 2008 (WORLD BANK, 2008), ela é caracterizada por um baixo desempenho do setor primário e por fortes desigualdades entre as cidades e as áreas rurais. O crescimento não garantiu uma redução significativa da pobreza, sobretudo no mundo rural quando o meio ambiente continua se degradando.

Senegal é administrativamente repartido em onze (11) regiões (figura 1). As subdivisões realizadas do espaço territorial desde a época colonial, são conseqüências de uma política dos governos que deram prioridades à construção de uma nação moderna, com certa preocupação de inserir as sociedades camponesas nas estruturas administrativas.



Figura 1: As Regiões Administrativas do Senegal

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Regions_of_Senegal

Dacar, a capital do Senegal, se destaca em relação a outras regiões por ter ao mesmo tempo, a menor superfície (550 km²) e a maior densidade populacional (2.728 habitantes/km²). A sua população é largamente urbana (96%). Entre 1976 e 1988, a taxa de crescimento anual chegou a 3,89%. Esta taxa se explicou pelo forte êxodo rural, e a concentração dos serviços, dos poderes políticos e econômicos. Assim Dakar reagrupa todas as etnias do Senegal, sendo a língua woloff a mais falada.

A região de Thies ocupa a posição da segunda região mais povoada, principalmente pelo grupo étnico Sereer. Ela conheceu importantes fluxos migratórios devido a numerosas

instalações industriais (químicas, têxteis,...) e turísticas (devido à orla no Oceano Atlântico). Mesmo se os setores de turismo, de pesca e da extração mineira constituam grande parte de sua economia, a agricultura continua a ocupar um lugar importante, participando com 15% do PNB (produto nacional bruto).

No norte do Senegal, a região de Saint-Louis chamada por muitos tempos de ‘région du Fleuve’¹⁰, devido à presença do ‘Rio Senegal’, é essencialmente habitada pelos Woloff, Haalpulaar e Maures¹¹. Com uma densidade baixa de 15 habitantes/km² e uma taxa de crescimento de 1,9%, Saint-Louis conhece uma forte emigração, apesar de suas potencialidades naturais. Com exceção de Richard Toll que tem uma vocação agro-industrial graças a agricultura irrigada, o resto da região está sob influência do clima saheliano: seco e quente.

Da mesma maneira, Louga que é a terceira região mais extensa do Senegal, é habitada por apenas 7,11% da população total. A sua instabilidade climática acentua a degradação do meio ambiente e conseqüentemente freia a principal vocação da região: atividades silvo-pastoris. Louga é majoritariamente habitada pelos Pulaar que praticam um pastoralismo extensivo. A agricultura ainda é um setor tímido da mesma forma que o setor industrial. Esta morosidade econômica poderia explicar em parte, os massivos movimentos migratórios para outras áreas mais promissoras.

No centro – oeste do Senegal, a região de Diourbel sofre também de uma pluviometria muito instável. Diourbel conheceu seu apogeu durante o período colonial, sendo um centro econômico importante, devido a forte implicação dos chefes religiosos “mourides”¹², na produção do amendoim. Todavia, segundo os inquéritos nacionais sobre orçamento e

¹⁰ Pode ser traduzido como região do Rio. Apesar de uma fraca e irregular pluviometria, Senegal dispõe de recursos em águas superficiais e subterrâneas relativamente importantes. Os principais recursos em águas de superfície são constituídos pelos rios : rio Senegal (1800 km) e rio Gâmbia (1150 km) que nascem no maciço do Fouta Djallon situado na Republica de Guine

¹¹ Saint Louis tem fronteira com Mauritânia, o que explica uma forte presença de Maures na região

¹² Os mourides são membros de uma confraria muçulmana ‘Mouridisme’. Ela foi fundada em Diourbel, mas especificamente em Touba que se tornou a cidade santa atraindo hoje milhares de discípulos. Estes se investem ativamente nas atividades de desenvolvimento da localidade.

consumo das famílias (ESAM I.), a taxa de pobreza¹³ chega a 65,3%. A agricultura ainda emprega 57% da população ativa, mas a renda deste setor representa apenas 8,6% do total regional (SRPSD, 2005)¹⁴. Diourbel destaca-se por não possuir nenhuma formação florestal remanescente. Os recursos naturais foram fortemente degradados, todas as florestas foram desmatadas a favor das terras agrícolas.

Até 1984, as regiões de Fatick e de Kaolack foram partes de uma mesma região chamada de Sine Saloum. A minha pesquisa de campo foi realizada nestas duas regiões. Havia e ainda há, em ambas, muito investimento na produção e na comercialização de amendoim, a principal cultura comercial do Senegal. Fatick, Kaolack e Diourbel constituam a ‘bacia do amendoim’, a área onde o cultivo de amendoim mais se desenvolveu. Com exceções da agricultura e da pesca, esta região se caracteriza por pouco dinamismo econômico; as atividades industriais têm fraco desempenho. As taxas de pobreza chegam a 46,3% em Fatick e em Kaolack a 45,5%. A sua população é predominantemente constituída pelos grupos étnicos Sereer e Pulaar.

Quanto à região de Tambacounda foi por muito tempo chamado de Senegal Oriental devido à sua posição geográfica. Apesar de ter a maior superfície (30% do território nacional) e de se beneficiar de boas condições pluviométricas e de fortes potencialidades florestais, Tambacounda é a região menos povoada do Senegal. A população desigualmente repartida é constituída essencialmente de Pulaar, Manding e Bambara. Desde a era colonial, a região se beneficiou de programas governamentais de colonização para a expansão das fronteiras do amendoim, mas estes não obtiveram êxito. A sua rede hidrográfica densa favorece a frequência de doenças como malária, "trypanosomiose"¹⁵ e da "onchocercose"¹⁶, e desencoraja a colonização humana. Mesmo assim, a região tem uma vocação fortemente agrícola, especializando-se no cultivo de arroz e de algodão, além do amendoim. Suas formações florestais abundantes lhe proporcionam um lugar de

¹³ as taxas de pobreza do texto se refere a proporção da população que vivem com menos de 1 \$ por dia e que dispõe de menos 2400 calorias por dia. Este foi o indicador econômico empregado pelo Estado e as instituições internacionais para caracterizar a pobreza no Senegal

¹⁴ Service Régional de la Prévision et de la Statistique de Diourbel

¹⁵ Doença do sono

¹⁶ Doença parasitária que causa a cegueira

destaque na cadeia de abastecimento do carvão, de madeira e outros produtos florestais. A região se beneficia também de importantes reservas de ferro, de mármore e de ouro cuja exploração é predominantemente realizada por empresas privadas.

Na parte Sul do país, as regiões de Kolda e de Ziguinchor foram criadas em 1984 após a cisão da região conhecida como Casamance. Ziguinchor também chamada de “Basse Casamance” está localizada entre a Gâmbia ao norte e a Guiné-bissau no sul. Ela se beneficia das melhores condições pluviométricas do país e possui uma rede hidrográfica muito densa (Rio Casamance e suas ramificações). A sua população é predominantemente Joola, ativa na agricultura, na pesca e na transformação e conservação de produtos marítimos. Quanto a Kolda, tem a população menos urbana do país, com uma taxa de apenas 8,62%. A sua população é composta na maioria de Mandinga e de Pular, mas as culturas comerciais atraíram migrantes originários da Guiné-bissau e da Guiné-Conakry. Kolda e Tambacounda são as regiões que mais concentram formações florestais no Senegal.

A paisagem sociocultural do Senegal está então marcada pela presença de uma diversidade de grupos étnicos. Não existe um consenso sobre o número dos grupos étnicos existentes no Senegal; as classificações variam de uma publicação para outra. A língua materna, os nomes patronímicos, e as localidades que são geralmente os principais critérios de identificação étnica, não são muito aplicáveis no caso senegalês. A repartição geográfica contemporânea dos grupos étnicos é resultante dos movimentos migratórios, das estratégias de resistência, de fugas ou de conquistas de novos espaços. Da mesma forma, a mobilidade das populações, e as relações matrimoniais intensas entre etnias dificultariam traçar hoje uma delimitação geográfica das etnias. Algumas localidades são certamente associadas a uma etnia específica, como Fatick e Kaolack aos Sereer ou Ziguinchor aos Joola, mas é importante perceber que Fatick ou Ziguinchor representa apenas um espaço tradicional de concentração respectivamente dos Sereer e dos Joola, que ao longo dos tempos, por ser um ambiente sócio econômico favorável, acolheram migrantes de diversas origens. Por isso tem que levar em consideração que nenhuma região administrativa do Senegal tem um povoamento homogêneo, mas é constituída de uma diversidade de grupos

sociais, étnicos e religiosos. Tal diversidade étnica se encontra até mesmo ao nível de vilarejo, onde indivíduos de etnias coabitam e exploram, às vezes de formas diferenciadas, os recursos naturais. Também, é importante ressaltar que dentro de um grupo étnico, encontram-se particularidades mais ou menos significativas que se traduzem em diferenças na língua, nos costumes, nas crenças e nos valores. Por exemplo a etnia Sereer é constituída de sub- grupos. Os Sereer: Ndut, Noon, Safen habitam a região de Thies e têm características lingüísticas muitas diferentes dos Sereer chamados Sine encontradas na região de Fatick. Quanto aos Sereer Niominka, se distingue dos outros Sereer por terem seu habitat natural nas ilhas (NIANE, 1995).

Outro fato demográfico importante a ressaltar aqui consiste na repartição desigual da população, resultante de vários processos históricos. A concentração humana na parte ocidental hoje observada é um produto das políticas da ocupação do território desde a época colonial. Os administradores coloniais privilegiaram a "valorização" das regiões costeiras (devido ao acesso fácil aos portos), para a construção de infra-estruturas e para a expansão das fronteiras agrícolas, em detrimento do interior. Estes centros como Dacar e Thies se urbanizaram rapidamente conhecendo hoje muitos problemas associados a um mal, ou falta de planejamento. Quanto ao norte, além da falta de programas de desenvolvimento, o vazio demográfico se explica também pelos sucessivos períodos de seca e pela profundidade do lençol freático dificultando atividades agrícolas e pastoris. As várzeas do leste do território não foram propícias à ocupação humana devido à ocorrência de doenças parasitoses. Nas regiões densamente povoadas, uma das questões cruciais é a pressão sobre os recursos naturais já limitados, quando a população não pára de crescer.

II.1. 3 Os Ecossistemas do Senegal

Senegal possui uma diversidade de ecossistemas rica em recursos biológicos importantes, com mais de 3500 de espécies vegetais, 4330 espécies animais. O quadro (1) abaixo mostra os diferentes tipos de formações florestais assim como sua importância em termo de superfície.

Tipo de Vegetação	Superfície em ha	Em %	Tipo de vegetação	Superfície Hectares	Superfície %
‘Pseudo estepes’ arbustivas/ arvoradas	3 114 200	20,6	Florestas galerias	458 200	3
Savanas arbustivas e arvoradas	3 277 900	21,7	Florestas densas	30 000	0,2
Savanas arvoradas	1 478 100	9,8	Floresta de Palmeiras	29 400	0,2
Savanas arborizadas	4 811 200	31,8	Manguezais	182 400	1,2
Florestas claras	1 741 500	11,5	Total ha	15 122 900	100

Quadro 1 : Cobertura florestal segundo a classificação nacional (fora das formações sobre cultivos e cultivadas)

Fonte: fao.org – 2000

No extremo norte do Senegal, o delta do ‘rio Senegal’ tem um papel preponderante ecológico a nível internacional, pois foi classificado de ‘zona úmida de importância internacional’ segundo a Convenção de Ramsar. É um importante santuário para aves de águas migratórias. Durante o inverno ele é a primeira área de repouso das aves granívoras paleárticos que vêm da Europa após uma travessia de 2000 hectares no deserto do Saara. O delta possibilita também a atividade agrícola irrigada, e oferece a esta região uma vocação de pastoralismo com espécies bovinas e caprinas adaptadas. Na parte sul do país, encontram-se as maiores populações de grandes mamíferos, que são protegidos no maior parque nacional de Niokolo Koba (elefante, rinocerontes, panteras, etc...). A policultura é largamente praticada com a produção de milho, arroz, fonio¹⁷, banana, dendê, ect...

A densidade vegetal aumenta do norte para o sul segundo o gradiente crescente de chuvas. A riqueza da flora é constituída essencialmente de plantas herbáceas anuais, que são muito

¹⁷ Cereal cultivada na África de Oeste. Nome científico: *Digitaria exilis*

dependentes das chuvas, da ocupação dos solos e das atividades humanas. Quanta a diversidade da fauna, todas as classes de vertebrados são representadas no Senegal com mais de 3000 espécies (peixes, répteis, aves, mamíferos, etc...). Ao lado dos ecossistemas terrestres predominantes: estepe, savana, floresta galeria e floresta fechada, existem também os ecossistemas costeiros como os manguezais e as depressões das dunas. Os manguezais são mosaicos de ilhas arenosas e de lagunas dominados pelos *Avicennia africana* e *Rhizophora sp* numa superfície de 440 000 hectares. A presença do lamento (*trichechus senegalensis*) e do delfim (*Sousa teuszii*) pode testemunhar a riqueza biológica da fauna aquática. Além disso, os manguezais são fontes importantes de alimentos e de energia para populações ribeirinhas. Os ecossistemas fluviais e lacustres, são constituídos por bacias de cinco sistemas fluviais: Rio Senegal, Rio Gâmbia, Rio Casamance, e Rio Saloum.

As depressões entre as dunas também chamadas de “Niayes” em todo litoral têm a especificidade de ter um lençol freático pouco profundo e uma alta umidade do ar. Essas condições ecológicas possibilitam a presença de mais de 419 espécies, representando 20 % da flora senegalesa. Todavia, a área dos Niayes se especializou na produção de legumes e frutas para exportação. O uso intensivo de insumos químicos na produção agrícola tem ameaça a diversidade biológica.

Entretanto a população senegalesa permanece predominantemente rural, 60% das populações vivem no meio rural e concentram suas atividades econômicas sobre estes ecossistemas através da agricultura, a pecuária, a caça e a coleta de recursos florestais. Existe na realidade, uma forte pressão sobre os recursos naturais pelas populações rurais e atores econômicos urbanos para atender suas necessidades alimentares e para a criação de rendas. As formas de exploração dos recursos naturais estão se tornando cada vez mais intensivas. A falta de alternativas econômicas ou as regras de uso não adequadas são apenas alguns fatores causadores. A degradação dos recursos naturais no Senegal precisa ser entendida como um fenômeno complexo cujas conseqüências se confundem com as causas. Estudos já tentaram associar a degradação ambiental no Senegal com a dinâmica

demográfica (English et al., 1984), as práticas culturais (DANCETTE et al., 1994), os sistemas pastorais (VALENTIN, 1985), o gradiente pluviométrico (NDONG, 1995), ou a seca (LEISINGER, 1995). A perda da biodiversidade está certamente ligada aos fatores naturais, institucionais, econômicos associados ao uso inapropriado e excessivo dos recursos naturais pelo Homem.

Na perspectiva de proteger os ecossistemas ameaçados o governo aderiu a inúmeras convenções internacionais relativas à preservação da biodiversidade, tais como a Convenção Ramsar, Convenção Paris 1972, Convenção Washington de 1973 (CITES¹⁸), Convenção de Bonn sobre as espécies migratórias, a Convenção sobre a Diversidade Biológica em 1992, a Convenção sobre a desertificação, a Convenção africana de Algiers, A convenção de Abidjan sobre a proteção das espécies marinhas. No entanto o Estado aplica uma política de conservação dos recursos biológicos, evidenciando a existência de uma rede de áreas protegidas: 6 parques nacionais, 6 reservas, 213 florestas protegidas, 2 sítios do patrimônio mundial e 3 reservas de biosfera, para a conservação *in situ* dos *habitats*, de espécies nativas vegetais e animais. Existe também uma pluralidade de legislações nacionais como o código florestal, o código da pesca, o código da água, e outros pelos quais o Estado estabelece as normas de acesso e de uso dos recursos naturais.

¹⁸ Convenção sobre o comércio internacional de espécies ameaçadas da fauna e flora selvagem.

II.1.4 As Características da Pobreza Rural no Senegal

A chegada dos europeus nas costas senegalesas no século 15 teve um impacto considerável no mapa político do Senegal, o mesmo que no setor econômico. A sua penetração implicou em uma nova configuração da geografia econômica, com a emergência de novos territórios novos produtos e novas lógicas de organização e de transações comerciais. O amendoim conseguiu encontrar condições sócio-ecológicas favoráveis para serem impostas como a base da economia colonial. Após a independência, não houve uma reconversão econômica, os governantes locais herdaram as estruturas econômicas do período colonial: uma economia baseada na exportação de matérias primas (amendoim, algodão e fosfatos) e na importação de alimentos e produtos manufaturados.

A partir dos anos 70, o país entrou numa conjuntura econômica. As causas foram múltiplas: a crise mundial do óleo, as secas drásticas, mas, sobretudo, a queda no mercado mundial do preço do amendoim. Nisto sua balança comercial ficou desequilibrada, o que acentuou o nível do endividamento e sua dependência de ajuda internacional. No final dos anos 70, a dívida representava 20 % das receitas de exportação. Frente a este contexto de crise econômica, o primeiro governo independente começou a diversificar suas fontes de financiamento a nível internacional. Em 1979, FMI¹⁹ foi então solicitado para o refinanciamento da dívida senegalesa, inaugurando assim os programas de ajustamento estrutural. Todavia, o acesso de fundos internacionais tinha de acompanhar as mudanças nas abordagens e na política econômica do país. Isto abriu a era da gestão econômica na qual soluções e procedimentos tecnocratas, e a racionalidade econômica foram privilegiados. Para reembolsar as dívidas externas, as soluções técnicas preconizadas foram principalmente de reduzir as despesas públicas e de liberalizar a economia com a finalidade de oferecer condições favoráveis aos investimentos locais e estrangeiros, ocasionando assim uma política rígida de fiscalidade e um aumento nos custos de vida. Além da supressão de empregos públicos, de empresas estatais e de cooperativas, o desenvolvimento das infra-estruturas sociais ficou freado.

¹⁹ Fundo Monetário Internacional

Espera-se até hoje os cumprimentos das promessas dos programas de ajuste estruturais dos anos 80. Os desempenhos econômicos ficaram abaixo do prometido, e não contribuíram para melhorar as condições de vida das populações nem de reduzir substancialmente a pobreza. Em 1993 um “plano de urgência” foi instaurado para restaurar as capacidades financeiras do Estado, cuja principal reforma foi a desvalorização da moeda nacional Franc CFA em 50%. Logo a economia conheceu um crescimento, o PIB passou de 2,9% em 1994 para 5% entre 1995 e 2001 (MFE, 2004), mas sob condições de redução contínua dos déficits das finanças públicas, e do controle da inflação. A fraqueza dos investimentos, e a inércia da agricultura e da indústria, não permitiram a propagação do crescimento nas populações mais pobres. Em 2000 mais de 54 % da população ganhava sua renda a partir da agricultura que representa apenas 9,5 % do PIB (PNUD, 2001). Segundo a mesma fonte, a contribuição do setor primário na formação do PIB foi de 18% em 2001. A situação precária do setor primário combinado a um setor secundário não competitivo, não foi favorável à criação de empregos e a melhoria da distribuição das rendas. Dez anos após os programas, Senegal está na categoria dos PMA (países menos avançados) devido à deterioração contínua de seus indicadores sócio-econômicos. Em 2001, 33,4% da população viviam abaixo da linha da pobreza nacional (PNUD, 2003), o país ocupa o 157 lugar na classificação do PNUD sobre o Desenvolvimento Humano.

A desvalorização da moeda nacional “Franco CFA²⁰” em 1994 causou o aumento dos preços dos insumos agrícolas e dos alimentos. A situação nutricional das famílias no plano qualitativo e quantitativo continua deteriorando-se. Desde 1979-81, a produção per capita (toneladas/pessoa) regrediu a menos 27% apesar do aumento da produtividade (kg / hectares) (WRI, 2003). Isto significa que a demanda de produtos agrícolas aumenta enquanto que a oferta diminui. O aumento da produtividade não acompanhou proporcionalmente o crescimento demográfico rápido. As produções agrícolas cobrem apenas 52% das necessidades alimentares básicas, afetando as rendas dos agricultores, o mesmo que a soberania alimentar nacional. Os investimentos no setor agrícola estão concentrados nas áreas onde predominam sistemas de produção irrigados enquanto que a

²⁰ Moeda comuna das antigas colônias africanas da França. 1Franco francês vale 550 Fcfa.

pobreza esta mais presente nas áreas com sistema agrícola pluvial. No entanto, não surpreende que os inquéritos²¹ de 2001 estatísticas apontaram a concentração da pobreza nas áreas rurais (72 % a 88%), e maior insegurança alimentar no meio rural. A porcentagem de lares rurais pobres passou de 61,7% em 1994-95 para 64,9% em 2001-2002, ou seja, um aumento de quase de 5% em 6 anos (MFE, 2004)²².

Além dos baixos desempenhos agrícolas, as condições de acesso físico ou econômico (poder aquisitivo) aos alimentos, não permitem que a população tenha disponibilidade alimentar adequada. A deficiência das infra-estruturas rodoviárias ou ferroviárias do país impossibilita o encaminhamento de alimentos das regiões com produção excedente naquelas menos favorecidas. Existem situações paradoxais nas quais os alimentos apodrecem na região sul porque não há logística de transporte eficiente ou os custos são muitos altos para encaminhar os alimentos nas áreas áridas com produção deficiente. Esta situação além de acentuar o problema da distribuição dos alimentos dentro do país, não encoraja a criação de mercados locais e regionais, nem facilita a troca de produtos agrícolas entre agricultores. Esta realidade senegalesa é mais uma ilustração do argumento de SEN (1986) que existe uma relação direta entre a renda real e o poder de se alimentar adequadamente. A fome pode acontecer mesmo em condições de boas colheitas, os preços elevados dos alimentos e as disparidades sociais são fatores importantes que também devem ser considerados. Para atenuar as deficiências alimentares, cada ano, toneladas de alimentos são importados para suprir as necessidades alimentares da crescente população. Entre 1998 - 2000, as importações de cereais e a ajuda alimentar representaram 47,3% do consumo total de alimentos, sendo 2,7% vindo da ajuda alimentar (WRI, 2003). Esta ajuda que a priori deveria melhorar a situação alimentar dessas populações, contribuiu negativamente na produção agrícola local. Os produtores locais viram os preços dos seus produtos despencarem, os hábitos alimentares mudaram, e alguns cultivos locais foram pouco a pouco abandonados. Hoje, Senegal é fortemente dependente do exterior em termos de consumo de produtos alimentícios. Por exemplo, o arroz asiático é de longe o cereal

²¹ São inquéritos realizados pelo governo em conjunto com o Banco Mundial para estabelecer as prioridades das populações pobres. Eles foram realizados para elaboração do Plano Nacional Para Redução da Pobreza.

²² Ministère de L'économie et des Finances

mais importado, e mais consumido pelos senegaleses em detrimento dos alimentos locais (sorgo, arroz, milheto²³, niebé²⁴...). Em suma, o setor primário conhece uma crise profunda desde os anos 70. Algumas dificuldades podem ser citadas: a redução da tendência da pluviometria, a redução constante dos preços agrícolas, a redução das produções e o endividamento crescente das populações rurais. Também é importante salientar que os ‘marabu’, que incentivaram seus seguidores à expansão agrícola no período colonial, trocaram seus interesses pelas cidades a partir dos anos 80, onde puderam desencadear suas redes sócio-religiosas para controlar o setor do comércio urbano.

Apesar de suas fraquezas, o setor primário continua sendo um setor importante, pela sua contribuição de 10% no PIB, e por empregar 76,7% da população ativa (WRI, 2003). As baixas rendas agrícolas limitaram as capacidades de poupança e de investimento no meio rural, acentuando a forte pressão sobre as florestas. Sabendo que a coleta dos recursos florestais não madeireiros não necessita de uma capacidade de investimento elevada, as atenções se tornaram nas florestas para criar rendas e para satisfazer as necessidades de subsistência.

Ultimamente, as formas de ajuda financeira dos BM e FMI a países pobres e endividados são elaboradas no Documento Estratégico de Redução da Pobreza²⁵ que ilustra a natureza da pobreza do país e apresenta os objetivos da redução da pobreza a ser atingido nos próximos anos. O primeiro DSRP do Senegal foi elaborado em 2001, dando as principais orientações à agenda política nacional para promover o crescimento. Assim o pré-requisito fundamental estabelecido para reduzir a pobreza, foi o de implementar políticas para a criação rápida de riquezas segundo uma taxa de crescimento de 7% a 8% por ano. Para

²³ *Pennisetum glaucum*, Cereal cultivada em regiões áridas e semi-áridas.

²⁴ *Vigna unguiculata*, feijão local

²⁵ O Documento Estratégico de Redução da Pobreza (DSRP) ilustra as políticas e programas macro econômicos, estruturais e sociais do Senegal para promover o crescimento e reduzir a pobreza. O DSRP foi elaborado a partir de diagnósticos sobre os perfis da pobreza rural e urbana pelo governo, a sociedade civil em conjunto com o Banco Mundial

isto, foi recomendado políticas que criam um ambiente favorável ao setor privado e que dêem atenção aos setores que mais afetam as rendas das populações mais pobres. Desde então o setor primário, particularmente a agricultura recebeu uma atenção particular através de atividades de diversificação, de intensificação e de modernização dos estabelecimentos agrícolas. Entretanto, pôde-se observar em todos DSRP já elaborados, que o setor florestal ocupa uma menor importância, e quase nenhuma referência foi feita aos produtos florestais não madeireiros, mesmo eles sendo de grande importância para as populações rurais pobres. Tal situação, mais uma vez ilustra a pertinência desta pesquisa, por que além de mostrar que o nível de dependência dos pobres nos produtos florestais de coleta, o estudo chama a atenção dos formuladores de políticas a melhor integrar o setor florestal nas políticas de redução da pobreza.

Não deixarei de observar que apesar dos fracassos dos programas de ajustamento dos anos 80, os DSRP que são atualmente o quadro referencial para intervenção no mundo rural, privilegiam também como saída da crise, estratégias de crescimento rápido, que significam em outras palavras, reformas das políticas macro-econômicas que apóiam a exportação de bens e serviços com forte potencial de valor agregado para criação de divisas estrangeiras. Não aconteceu, portanto, a ruptura das estratégias do estado colonial. Ao contrario, a atual política de desenvolvimento rural reforça a vontade de se concentrar nas culturas comerciais as necessidades alimentares das populações sendo supridas pelas importações. A grande parte dos pobres vive e depende diretamente dos recursos naturais, seus fatores de produção se limitam apenas a terra e ao trabalho, tem de se perguntar como estes agricultores pobres poderão se manter dinâmicos no processo de modernização e de intensificação agrícola que requer altos investimentos e tecnologias fora de seu alcance. A agricultura no Senegal é fortemente familiar. Devido ao crescimento demográfico, as famílias dispõem de pequenas áreas agrícolas, e são confrontadas a uma pluviométrica errática. O modelo agrícola inspirado na Revolução Verde promulgado pelos extensionistas governamentais a partir dos anos 70, não foi capaz de atingir esta categoria. De fato, as inovações tecnológicas não se tornaram disponíveis para pequenos agricultores, nem se adequaram às suas condições agro-ecológicas e sócio-econômicas (CHAMBERS et al, 1985). Portanto estratégias de redução da pobreza que promovem atividades de alto

investimento não parecem adequadas aos agricultores familiares. O grupo alvo destas políticas de crescimento rápido é constituído certamente de atores económicos guiados pela lógica da firma capitalista, como o caso dos ‘marabu’, ou multinacionais que possuem forte capital para investir numa agricultura intensiva de altos insumos. O último censo nacional sobre a agricultura em 1999, revelou que este grupo seria minoritário porque somente 1,39% das propriedades têm áreas superiores a 20 hectares enquanto que 70% das propriedades rurais ocupam menos de 5 hectares de área (MAE, 2000). Estes números mostram a situação de desigualdades sociais no meio rural, acentuada pela marginalização da grande parte das famílias rurais pelas políticas públicas.

As altas taxas de migrações e êxodos no interior e exterior do território nacional, que Senegal conhece hoje, se explicam em grande parte pelos custos sociais, económicos, e ecológicos dos programas de crescimento económico. Já comentei a forte concentração demográfica nos centros urbanos devido ao fenómeno de êxodo rural. Países europeus e americanos fazem cada vez mais parte dos destinos privilegiados de milhares de jovens senegaleses de origem rural ou urbana em busca de melhores oportunidades económicas. No início de 2007, a travessia marítima de jovens migrantes que saem das costas senegalesas para as ilhas Canárias da Espanha dentro de barcos artesanais ilustrou o desespero desta juventude que não consegue se tirar proveito dos programas de crescimento rápido. As migrações estão se tornando importantes. Mais ainda os migrantes estão sustentando muitas famílias. Estudo já mostraram que mais de 80% das famílias senegalesas dependem da transferência de dinheiro dos imigrantes (Sud Quotidien, 2003).

Quer seja no meio rural ou nas cidades, as reações da sociedade, particularmente os atores que foram excluídos pelas políticas de Estado colonial e pós – colonial, são variadas. Não somente, fronteiras internas se originaram a partir da construção ideológica e de afirmações de uma apropriação de identidade como o caso da reivindicação independentista do MFDC em Casamance. Mas observa-se também a emergência de organizações comunitárias portadoras de uma consciência social muito crítica dos projetos estatais. Estes movimentos sociais, incentivados principalmente pelas mulheres e jovens,

são centrados no território, na etnia, no bairro, na igreja, na sociedade religiosa. Eles inauguram a era da recusa das instituições estatais, e da desconfiança no estado e seus desmembramentos, e se responsabilizam pelas tarefas comunitárias (DIOUF, 2001). Um ponto central deste estudo consiste em entender como organizações de base comunitária chegam a ser eficientes na execução de suas tarefas, trazendo soluções locais aos problemas locais.

Em suma, Senegal está confrontado com maiores desafios para realizar os objetivos de redução da pobreza. A pobreza está concentrada nos meios rurais onde os recursos naturais estão se tornando cada vez mais escassos: - primeiro, o desafio demográfico que se traduz pela duplicação da população senegalesa em 23 anos, e particularmente a concentração nos centros urbanos. - O desafio social para ver um recuo dos indicadores sociais de pobreza. – o desafio econômico e de crescimento. – Finalmente, o desafio ambiental para favorecer modos sustentáveis de uso dos recursos naturais.

II. 2 ESTADO DAS FORMAÇÕES FLORESTAIS NO SENEGAL

Sabendo que o foco desta pesquisa se situa sobre os impactos da governança local das florestas, concentrar-me-ei nesta seção, nos ecossistemas florestais e no quadro legal que estabelecem as regras de uso dos recursos florestas. No Senegal, as florestas²⁶ são definidas legalmente como “áreas recobertas por uma formação a base de árvores, arbustivos ou de mato de uma superfície superior a 1 hectare cujos produtos exclusivos ou principais são a madeira, as raízes, os frutos, as resinas, as gomas, os exsudados, os óleos, as flores e folhas”. Eles ocupam uma superfície estimada em 12,7 milhões de hectares em 1981, seja 64,5% do território nacional (PDDF, 1981).

²⁶ A definição da floresta segundo o artigo primeiro do Código Florestal.

A flutuação da pluviometria de norte a sul, permite subdividir o país em três áreas fitogeográficas: área ‘saheliana’ no norte, a área ‘soudaniana’ no sudeste, e a área ‘sul-soudaniano’ no sul. As maiores concentrações de formações florestais estão localizadas na parte Sul (figura 2). No extremo norte concentram-se os ecossistemas áridos, as chuvas variam de 150 e 700 mm por um período de 2 a 3 meses. Quanto à parte mais central da área ‘saheliana’, as chuvas chegam a 300 mm e 500 mm, com uma vegetação do tipo savana arbustiva onde predomina o gênero *Acácia*. As florestas são formações arbóreas abertas, dominadas pelos espinhosos, dispersas com grandes aberturas entre grupos de árvores.

A área “Soudaniana” ocupa dois terços do território, e situa-se entre as isoietas 700 e 900 mm/ano. É uma área a qual se especializou desde os tempos coloniais, ao cultivo do amendoim e do algodão, a principais culturas comerciais. A sua vegetação é predominante do tipo savana arbórea com grandes árvores como *Khaya senegalensis*, *Pterocarpus crinaceus* e *Parkia bioglobosa*, *Cordyla pinnata*. Os povoamentos florestais se tornam mais densos combinados a um tapete de gramas mais grosso.

Quanto aos ecossistemas “guineenses” no extremo Sudoeste, localizados entre isoietas 1000 mm e 1500 mm/ano, são dominados pelas florestas galerias e floresta úmida fechada, com predominância de *Elaeís guineense* (dendê).

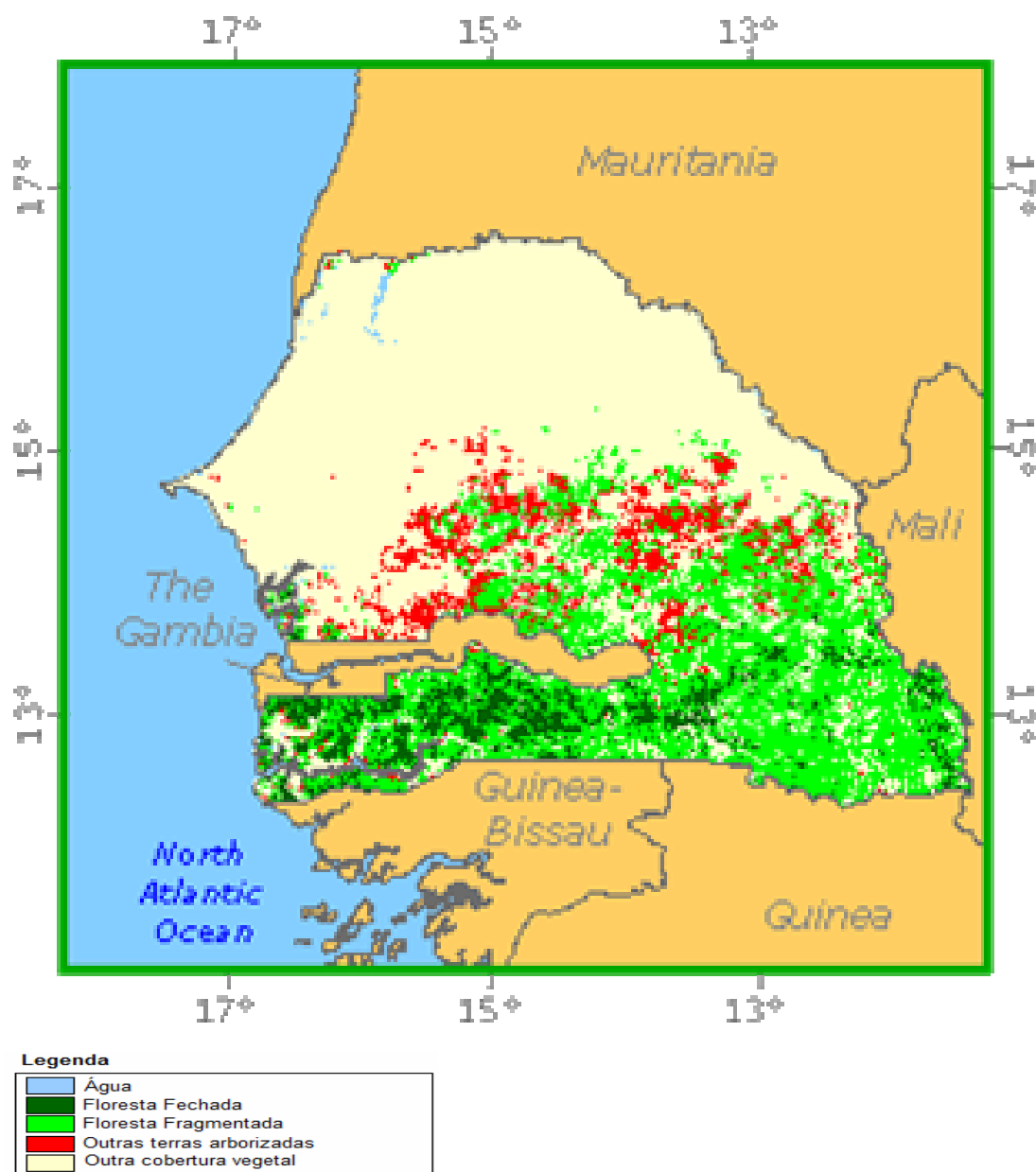


Figura 2: Cobertura Florestal do Senegal

Fonte : Global Forest Resources Assessment 2000, base map: ESRI

A superfície das florestas do Senegal estimada em 12,7 milhões de hectares em 1981 (REPUBIQUE SENEGAL, 1991) passou a 11,9 milhões de hectares em 1990 (REPUBIQUE SENEGAL, 1993) sendo uma regressão da cobertura florestal de 80 000 hectares por ano. Relatos históricos, observações e estudos (figura 3) notam a degradação progressiva dos recursos florestais que se manifestam pelas reduções de superfície, de riqueza biológica, de densidade e pelo desaparecimento de algumas espécies da flora e da fauna. A redução da densidade vegetal levou a uma mudança na aparência da vegetação: a estepe tomando o lugar da savana e a floresta fechada transformada em savana. Quanta a fauna, ela segue a mesma tendência que os recursos florestais, se retirando das áreas onde a vegetação está fortemente degradada. Os parques nacionais, reservas e outras áreas protegidas que representam apenas 7,6% do território, são os últimos santuários para os grandes animais. Com o desaparecimento de seu habitat natural, muitas espécies de fauna estão ameaçadas de extinção.

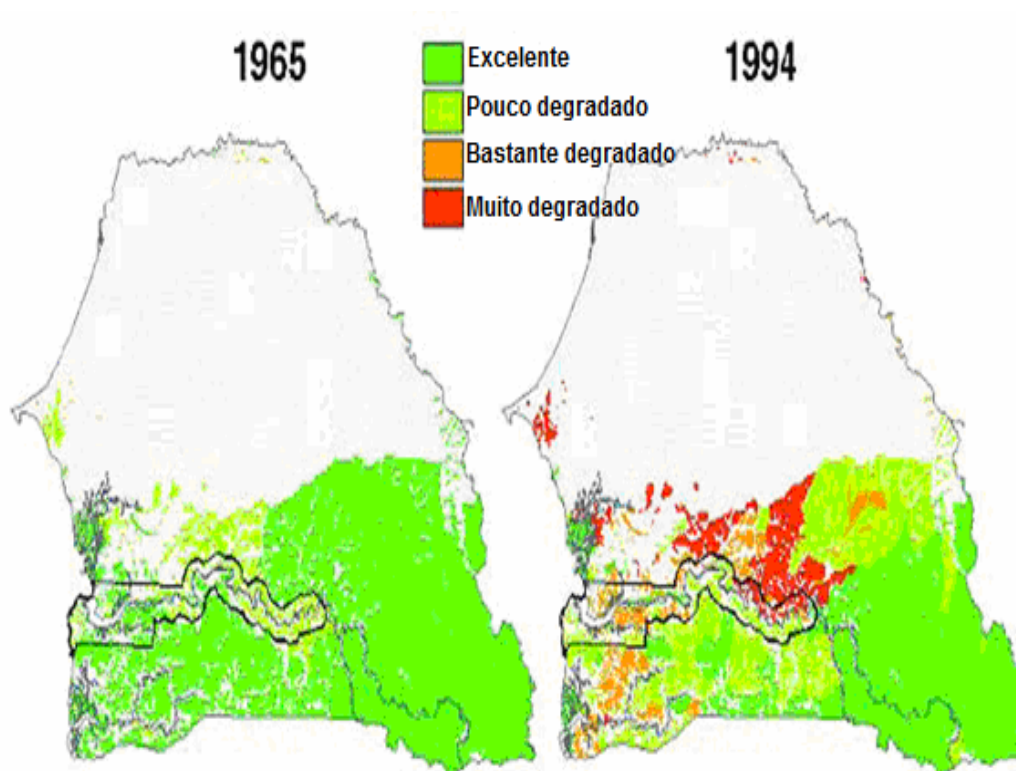


Figura 3: Estado das Florestas do Senegal entre 1965 e 1994

Fonte: CSE- Eros data Center, 2006

II.2.1 Fatores de Degradação das Formações Florestais

O estado de degradação das florestas senegalesas é resultado de diversas pressões e constrangimentos de origem natural, humano e institucional.

a) A seca

O persistente déficit pluviométrico do Senegal constitui uma grande ameaça à redução da biodiversidade. As mudanças sobre ecossistemas florestais são em parte, resultantes dos efeitos da seca, que causaram uma redução do lençol freático, uma salinização e acidificação dos solos (Ndione, 1998). A redução do nível das águas da superfície

prejudica a vegetação e favorece a salinização dos solos e águas, um dos maiores problemas das formações florestais próximas ao oceano. As secas favorecem também a freqüente ocorrência de incêndios florestais. O tapete herbáceo das savanas arbustivas quando associadas às temperaturas elevadas e secas, favorece a propagação dos fogos. Estes devastam cada ano extensas áreas de vegetação. Eles têm uma incidência negativa sobre a composição da flora, a produtividade do estrato herbáceo pela destruição das sementes e a eliminação da palha (PENNING de VRIES et al, 1982). Eles também podem eliminar os refúgios da fauna, a folhagem jovem, e a regeneração natural, além de destruir os frutos selvagens, fontes de alimentos e de rendas para populações. Mesmo que a ocorrência das queimadas aumente com a falta de chuvas, o pastor e o agricultor são agentes causadores não negligenciáveis. Acidentes acontecem, por exemplo, quando o pastor acende um pequeno fogo para se aquecer ou cozinhar no meio da mata, e esquece de apagá-lo. Também a prática agrícola que consiste em limpar os campos agrícolas antes do início das chuvas e depois queimar os resíduos agrícolas do ano precedente causa o início de um incêndio que pode se propagar até as florestas. Sessões informativas e de sensibilização sobre os incêndios florestais foram freqüentemente organizadas pelos agentes estatais e pelas organizações não governamentais, mas essas sessões não conseguiram os resultados almejados em termos de redução das queimadas.

b)- Causas de origem Humana

O país depende de mercados de produtos primários agrícolas para a geração de divisas externas e o pagamento da dívida. Então para assegurar ganhos econômicos em curto prazo, novas fronteiras agrícolas são abertas, a custo do desmatamento (figura 4). A extensão das terras cultivadas fez também com que os pastores se focalizem cada vez mais nos espaços florestais. Estes cortes excessivos levam a rarefação progressiva de numerosas espécies de forragens, herbáceas e arbóreas. No entanto, o pastoralismo depende muito das florestas quando os recursos florestais estão se tornando escassos. Dentro das florestas, estes pastores cortam ramos de árvores para alimentar seus animais. A pressão sobre as florestas ficou mais acentuada com o número do gado que não para de aumentar devido à

redução da mortalidade animal²⁷. Esta situação levou a mais um deslocamento dos pastores, mais especificamente na parte sul do país à procura de pastagens verdes. Esta pecuária extensiva e da migração dos rebanhos praticada primeiramente pela etnia peulh está na origem de muitos conflitos entre pastores e agricultores. Acontecem casos em que o gado entra numa plantação agrícola de um indivíduo, gerando conflitos que muitas vezes tornam-se violentos entre os agricultores e pastores.

Além da redução das produções florestais não madeireiras pela exploração massiva dos pastores, a coleta excessiva de frutas selvagens antes do amadurecimento, a coleta das raízes, de folhas e da casca para a farmacopéia, são outras formas de pressão nas florestas. Entretanto segundo estudos, as duas maiores causas de desflorestamento no Senegal são a exploração florestal para a extração de energia lenhosa e, sobretudo a expansão agrícola (REBUPLIQUE SENEGAL, 2005).

²⁷ As campanhas de vacinação reduziram a mortalidade animal

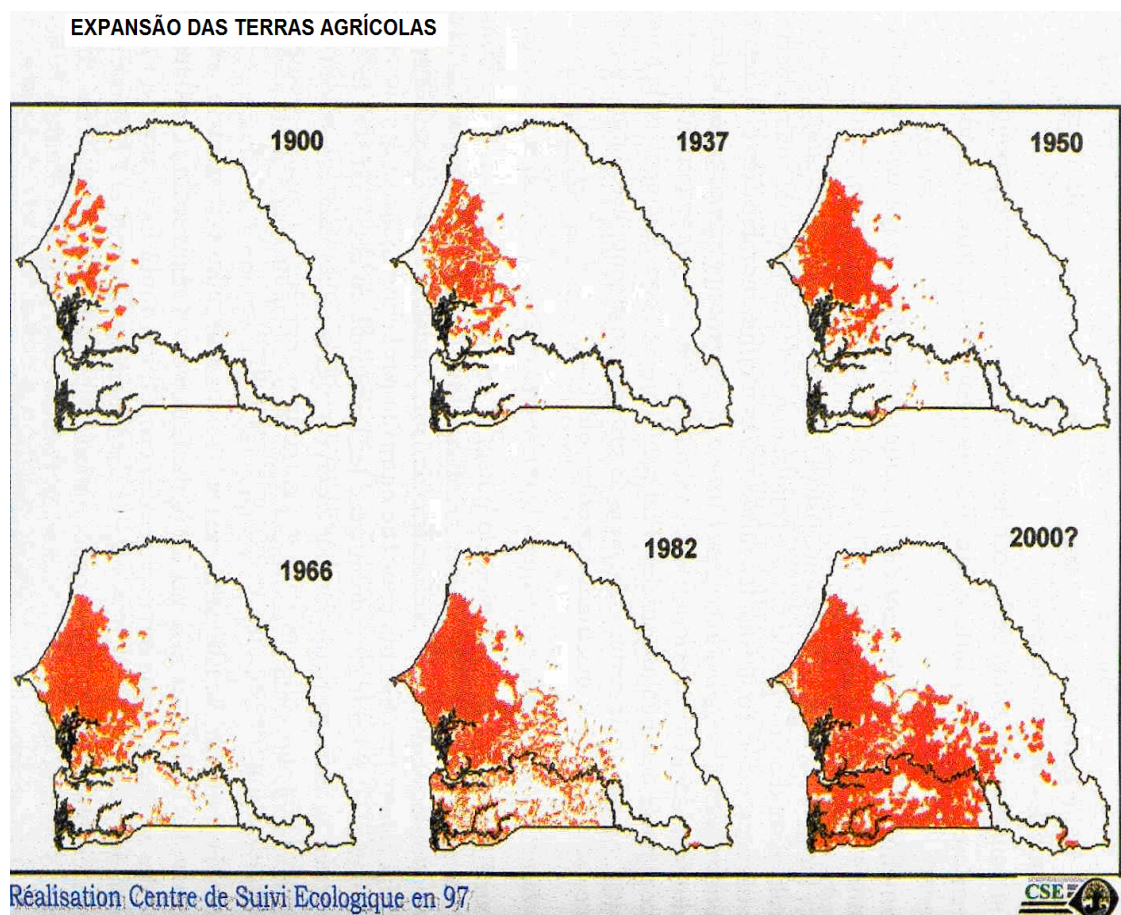


Figura 4: Expansão das áreas agrícolas.

Fonte: Centre de Suivi Ecologique, www.cse.sn, 1997

A forte demanda de lenha continua sendo uma outra causa importante para o desmatamento. No Senegal, a energia doméstica é basicamente constituída pelos combustíveis lenhosos (lenha e carvão) provindos das formações florestais naturais. A lenha representa geralmente o principal combustível doméstico utilizado pelas populações rurais e pelos citadinos com baixa renda que não podem procurar outras fontes de energia. Os combustíveis lenhosos representam 60% do balanço energético do Senegal e mais de 80% do consumo total energético das famílias. As necessidades de madeira por pessoa anualmente, estão estimadas em $1,1 \text{ m}^3$ no meio urbano e $1,25 \text{ m}^3$ no meio rural (CSE, 2006). Estes dados explicam evidentemente os numerosos abates de árvores, causa principal do desflorestamento. Mais de quatro milhões de m^3 de madeira são coletados todos os anos para satisfazer as necessidades de energia lenhosa das populações. A

produção de carvão leva ao desmatamento de 18 000 a 33 000 hectares por ano, ou seja, 11 a 20% do total estimado do desflorestamento anual (CSE, 2006). A grande parte da produção de carvão destina-se aos centros urbanos. Dacar já representa 15% do consumo total de carvão. Com as crises energéticas que afligem Senegal desde 2005, o preço do gás de cozinha aumentou, resultando numa maior demanda de carvão, dando mais impulso à produção de carvão nas florestas. Não é nada surpreendente que as regiões de Tambacounda, Kolda e Kaolack, que foram respectivamente as regiões mais ativas na produção de carvão, tenham as áreas florestais mais devastadas. Relatórios sobre a percepção da pobreza no país, revelaram também que estas três regiões são as mais pobres do país, mostrando mais uma vez a correlação entre pobreza e meio ambiente degradado. Muitos trabalhos já demonstraram que áreas com nível elevado de pobreza sofrem maior pressão sobre os recursos naturais. Hoje a produção de carvão está proibida na região de Kaolack; todavia esta atividade permanece legal em Kolda e Tambacounda.

c) - Causas de Ordem Institucional e Política

A degradação florestal foi também resultante da falta de efetividade das políticas públicas. A corrida para o crescimento econômico rápido, tem causando a redução das áreas florestais. Como já mencionei os projetos nacionais de modernização desde a independência, deram prioridade à valorização das terras para o uso agrícola mais do que outras formas de uso. Estes projetos sempre incentivaram a promoção de culturas comerciais e a extensão das áreas para uma agricultura intensiva. Portanto o avanço das terras agrícolas sobre as áreas florestais deu-se por parte das opções políticas de desenvolvimento. Assim vê-se com frequência a desclassificação de ‘florestais classificadas’, sendo alocadas aos interesses privados para a produção agrícola em grande escala. Os ‘marabu’ foram que mais se beneficiaram destas concessões para a produção intensiva do amendoim e outros produtos de exportação. Os ‘marabu’ são guias religiosos muçulmanos que desde o período colonial investiram na cultura do amendoim. Assim em 1991, 45.000 hectares da reserva de Mbégué, na região de Kaolack foi desclassificada em proveito de um chefe religioso: 5 milhões de árvores e arbustos foram eliminadas. Em 1992, 75 000 hectares da floresta de Khelcom, na região de Diourbel foram atribuídos a

um chefe religioso. O caso mais recente aconteceu em 2007 com a desclassificação de 10.000 hectares de florestas na região de Thies aos benefícios de ‘marabu’.²⁸

Políticas energéticas inadequadas contribuíram também para a degradação destes recursos lenhosos. Até 1994, as taxas florestais eram estabelecidas sobre a quantidade de carvão produzido, não sobre o número de árvores derrubadas para obter o carvão. Quanto às técnicas tradicionais de carbonização, nem sempre foram sinônimos de eficácia energética, pois se necessita de 5 kg de lenha para produzir 1 kg de carvão. Além disso, instaurou-se uma política de ‘quota nacional de carvão’²⁹, na qual o governo autoriza aos profissionais de carvão uma quantidade limitada de árvores por ano que poderiam ser transformadas em carvão. Se no final do ano, os profissionais não davam conta de derrubar e carbonizar esta quantidade de árvores, no ano seguinte, eles seriam sancionados por uma redução de sua quota. Evidentemente esta regulamentação nada incitou os profissionais de carvão ao uso eficiente e racional das florestas, mas favoreceu o desperdício. Enquanto que as populações adjacentes das florestas assistiam à pilhagem por indivíduos não residentes nos vilarejos, dotados de licença de corte de árvores. Estes indivíduos não deixaram de cortar mesmo as árvores mais importantes para a alimentação das populações, sendo que estas últimas não tinham nenhuma legitimidade para frear a produção do carvão. A situação atual das florestas é ainda mais preocupante quando se nota que apesar do processo contínuo de degradação florestal, as ações de reflorestamento ao longo dos anos foram pouco satisfatórias. As quantidades coletadas são bem maiores que a reposição.

O controle sobre a aplicação dos textos regulamentares é deficiente devido à preeminência das leis modernas, as regras tradicionais de uso das florestas perderam gradativamente sua legitimidade. Nos tempos antigos, o ‘chefe do vilarejo’ ou o ‘guardião dos cultos ancestrais’ tinham certa autoridade sobre a proteção das florestas. Naquele tempo, o chefe do vilarejo era uma função herdada pela descendência do primeiro ocupante do vilarejo. O

²⁸ Informações publicadas no jornal Sud Quotidien do dia 10 abril 2007

²⁹ A quota representa a quantidade de madeira autorizada pelo Estado, a ser explorada pelas organizações de empresários aprovados. Tal sistema de produção de carvão foi instaurado desde 1980.

fundador do vilarejo, antes de limpar uma floresta para se instalar com sua família, pedia autorizações aos espíritos que habitam neste espaço. Ele entrava em acordo com os espíritos e com seus ancestrais pedindo proteção à sua família e a seus descendentes. Em contrapartida, os residentes do vilarejo preservavam a floresta através de regulamentação, de tabus e da interdição de abates de certas árvores essenciais. Alguns animais ou árvores da floresta se tornavam sagrados representando totens ou deuses protetores do vilarejo. A floresta se tornava a um patrimônio cultural coletivo, sendo praticada assim uma forma de conservação *in situ*. Ela era submetida à autoridade de um chefe ou do descendente do primeiro ocupante do vilarejo. A esta autoridade devia-se demandar autorização antes de qualquer coleta. Com a colonização e depois com a criação do estado moderno, a função de ‘chefe de vilarejo’ não pertencia mais a uma família, passou a ser uma função administrativa. Nos tempos atuais, o chefe do vilarejo é nomeado pelo vice-prefeito e tem a principal tarefa de arrecadar os impostos. Além disso, com o avanço do islã e do cristianismo, a importância espiritual do chefe de vilarejo começou a desaparecer, sem contar que existe uma pluralidade de atores econômicos que usam a floresta cujos tabus e crenças locais não fazem nenhum sentido. Isto tudo contribui ao fim da representação *ethno* – mitológica da floresta e ao abandono das regras costumeiras.

O Estado se mostrou ineficiente com a gestão das florestas. Os recursos financeiros alocados são insuficientes para a reabilitação e conservação, e os recursos humanos restritos não podem assumir a supervisão de todas as florestas. Os poderes públicos trouxeram respostas variadas como políticas de reflorestamento repressivas com a interdição de explorar algumas espécies e algumas áreas, e a promoção de fontes energéticas em substituição ao carvão e lenha. Estas respostas não foram bem sucedidas, pois os recursos florestais continuaram a se degradar. Nesta perspectiva, a legitimação das populações locais para manejar e proteger as florestas através da descentralização, apresenta uma oportunidade para que formas de manejo mais adequadas sejam fomentadas.

II. 3 HISTÓRICO DO PROCESSO DA DESCENTRALIZAÇÃO NO SENEGAL

II.3.1 História Política do Senegal

Suas configurações geográficas atuais do Senegal foi uma construção política da era colonial. Segundo as épocas, seus limites atuais se inscrevem no território do Saara na preceptoria e na proto-história, do Sudão no período medieval, da Senegambia e África Ocidental Francesa (OAF) no período colonial, e do Sahel no período contemporâneo. Frente à multiplicidade de geografias, é bom lembrar que as referências cronológicas desta pesquisa situam-se desde a conquista colonial (século 15) até os tempos contemporâneos. Esta escolha temporal poderá nos informar em primeiro lugar, sobre os fatores históricos causadores das mudanças ocorridas nas sociedades autônomas senegalesas que se tornarem ‘sociedades bloqueadas’ (AMIN, 1985) dependentes e periféricas no sistema mundial. Em segundo lugar, isto nos permitirá traçar o histórico da subdivisão do território senegalês desde a fase colonial, e suas implicações nas sociedades rurais.

Os portugueses foram os primeiros europeus a chegar na orla senegalesa no século XV nas suas tentativas de circundar a África para descobrir uma rota marítima para a Índia. Nas suas precedentes conquistas nas ilhas Canárias, os europeus confiantes de suas habilidades marítimas, desembarcaram com liberdade nas ilhas e escravizaram pessoas. Ao contrário dos nativos das Canárias, que não possuíam barcos, os povos da África ocidental tinham uma cultura marítima muito bem desenvolvida e especializada, capaz de proteger suas águas (THORNTHORN, 2004). Assim, de início, os portugueses estabeleceram relações diplomáticas com os governantes do Senegal permitindo um comércio sem hostilidades, após pagamento de taxas e direitos aduaneiros aos poderes locais. Todavia Portugal perdeu logo o monopólio de manter relações comerciais com os parceiros africanos. As outras potências européias (Inglaterra, França, Holanda), cientes dos retornos financeiros deste comércio marítimo, procuraram comercializar também na orla da África. A França instalou seu primeiro estabelecimento comercial no Norte do país em Saint-Louis, depois outros foram implementados ao longo do litoral (Rufisque, Saly Portugal e Joal) para assegurar

seus monopólios na costa Atlântica”.

Estes pontos comerciais tornaram-se armazéns de escravos, exportando milhares de africanos para as Américas e ilhas do Caribe, sob a cumplicidade das aristocracias dos reinados³⁰. Este contexto de crise em Senegambia que se manifestou tanto ao nível social, material e espiritual, colocou em dúvida a eficiência da ideologia do poder tradicional, sendo uma oportunidade para os ‘marabu’³¹ de impor o Islã como modelo de estruturação social: dando início a uma série de guerras santas no século 18. O objetivo principal deste movimento de islamização, foi de destruir os reinados tradicionais pagãos, e substituir a aristocracia aliada dos comerciantes de escravos. DIOUF (2001) argumenta que frente à expansão muçulmana, a reorganização das lógicas sociais se diferenciou segundo os tipos de sociedades. Nas sociedades hierarquizadas, a elite aristocrata, seus aliados os traficantes de escravos e os ‘marabu’ disputam pelo controle dos recursos humanos e naturais. Em contrapartida, as sociedades igualitárias³² se isolaram em locais inacessíveis, adaptando suas estruturas sociais, econômicas e culturais num espírito de resistência, de irredentismo e de etnocentrismo exacerbado. O autor persegue que tal diferenciação de respostas ao tráfico negreiro e à expansão do islã, explica as modalidades distintas da conquista e da pacificação colonial: o cooptação para as sociedades hierarquizadas e as rebeliões e repressões repetidas às sociedades igualitárias.

No final do século 18, a revolução industrial modificou as prioridades dos europeus, e o tráfico de escravos ficou negligenciado. Com a abolição da escravidão na França em 1848, o centro da gravidade do capital passou do setor comercial para a indústria. Senegal como outros países africanos, deixaram de fornecer mão de obra para entregar matérias primas

³⁰ Antes da ocupação européia, o atual território senegalês era dividido em reinados que eram socialmente e politicamente estruturados. Estes reinados eram Joloff, Cayor, Baol, Walo, Siin, Saloum. Ver a obra de Barry sobre a história do Senegal pré-colonial

³¹ Chefes religiosos muçulmanos

³² Nas sociedades igualitárias, a autoridade é relativamente difusa, ou seja, pouco centralizada. Não existe uma estratificação social em castas. Elas se organizam segundo um modelo plural de representações e de instituições políticas e jurídicas, e se baseiam no domínio de seu território, lugar de inscrição de sua ideologia, de seu sistema de produção, de reprodução e de redistribuição (Diouf, 2001). Esta tendência à autonomia e liberdade individual poderia explicar porque as sociedades igualitárias foram muitas refratárias ao islã, ao tráfico Atlântico e à colonização, que tentaram impor novos poderes políticos.

agrícolas e minerais. Para os governantes franceses que não podiam mais transportar mão de obra nas áreas de culturas tropicais (Brasil, Caribe), tinham que se adaptar à nova situação. A estratégia de saída da crise foi então de instaurar um plano de colonização agrícola nas suas colônias, entre 1819 e 1831 (BARRY, 1985,215). A multiplicidade de conflitos internos, e a potência militar dos europeus, favoreceram a conquista territorial do Senegal. Grande parte dos reinados desapareceram entre 1885 e 1895. A eliminação do poder político e administrativo destes reinados, foi essencial para controlar as estruturas de produção: as comunidades camponesas sem a existência de intermediários, e a instaurar uma política administrativa colonial. No ano de 1895, Senegal foi oficialmente reconhecido como uma colônia francesa e a federação da África Ocidental Francesa³³ (AOF) criada, tendo Saint – Louis como capital. Após a conquista territorial, o objetivo imediato dos franceses foi então de “valorizar” as terras com culturas industriais exportáveis.

No Senegal, principalmente as várzeas do rio Senegal, ao norte foram o primeiro lugar para executar o plano agrícola devido a sua proximidade com a capital Saint-Louis, e as suas potencialidades agrícolas. Nestes experimentos agrícolas, o amendoim chamou atenção, assim como a borracha arábica (BARRY, 1985,221). As populações locais já conheciam o amendoim, elas usavam os grãos como condimento culinário, para produção artesanal de óleo e para a fabricação de sabão. Segundo BARRY (1988, 202), a escolha do amendoim não é resultado de um determinismo geográfico, mas uma escolha econômica e deliberada da França para óleo de amendoim, crucial naquela fase de seu desenvolvimento industrial. Assim o amendoim imposto como fundamento da economia colonial, inaugura os processos da criação do espaço colonial.

Todavia, o amendoim não encontrou sucesso no Norte, nas várzeas do rio Senegal, como se esperava no plano da colonização agrícola. O desenvolvimento do amendoim virou mesmo realidade apenas na segunda metade do século 20 na parte centro-oeste do país chamada de ‘bacia do amendoim’ onde o amendoim encontrou condições agroecológicas e

³³ OAF foi criada em 1895, mas sua composição final se estabiliza em 1919 composta das colônias do : Senegal, Guiné Conakry, Costa de Marfim, Dahomey (atual Benin), Níger, Mauritânia, Soudan francês (atual Mali), Haute-Volta (atual Burkina Faso)

sociais favoráveis para seu desenvolvimento. Entretanto, o Islã tinha se estabelecido como principal força social organizadora e administrativa de muitas comunidades camponesas. Pacífico e sob forma de confrarias, o Islã ‘a moda senegalesa’ mobilizou os camponeses com o projeto colonial: a valorização das terras com o amendoim. A mensagem do líder espiritual Cheikh Amadou Bamba “o trabalho é uma forma de rezar, é santificador”, foi a palavra de ordem para que os ‘marabu mourides’ colaborassem com a administração colonial, investindo ativamente na expansão do amendoim em novos territórios. Os ‘marabu’³⁴ assumiram de fato a função de intermediários incontornáveis entre a administração colonial e as comunidades camponesas.

Através desta retrospectiva histórica, quero enfatizar que a divisão administrativa atual do Senegal não pode ser dissociada da expansão do amendoim, nem da administração colonial. De fato no meio do século 20 uma organização política e administrativa colonial dualista tomou lugar. As áreas de produção se concentraram basicamente nos vilarejos da bacia do amendoim, a exportação do amendoim realizava-se apenas a partir dos centros portuários: as cidades costeiras (Dacar, Rufisque, Kaolack, Saint-Louis). Para isto, modernas infra-estruturas de transporte (trem, estrada, portos) foram construídas cuja vocação essencial foi de encaminhar a produção de amendoim nos portos em direção à metrópole. A distinção geográfica entre as áreas de produção e os mercados urbanos, se traduziu em termos administrativos, da subdivisão das populações em duas categorias: o ‘sujet’ francês submetido ao ‘código do l’indigénat’ e o ‘originário’ cidadão francês. Foram categorizados ‘originários’ aqueles que nascerem ou eram residentes pelos menos cinco anos nas Quatre Communes³⁵ : Dacar, Rufisque, Gorée, Saint-Louis. Estas quatro cidades eram como se fosse o prolongamento da metrópole Francesa no continente africano com a especificidade própria a uma sociedade colonial. Os ‘Quatre Communes’ foram dotadas de uma organização calcada no modelo das ‘communes’ francesas. A ‘commune’ era dirigida por um conselho municipal e tinha o direito de mandar um

³⁴ A obra de Copans (1980) aprofunda o papel dos ‘marabu’ na difusão da monocultura do amendoim dentro de um mundo rural senegalês. COPANS, Jean. 1980.

³⁵ Os Quatre Communes são compostas de Dacar, Rufisque, Goree and Saint-Louis. Com a lei de 1855, estas cidades foram consideradas como cidades francesas localizadas no Senegal, e seus habitantes se beneficiaram do estatuto de cidadão francês.

representante ao parlamento francês em Paris para defender seus interesses. Os indivíduos que residiram nestas cidades durante pelo menos cinco anos adquiriram o estatuto de cidadão francês, lhes dando direito a participar da vida política parlamentar e municipal. Os principais beneficiários deste arranjo jurídico foram os mestiços, os franceses de origem (podendo assim exercer seus direitos civis e políticos mesmo fora do seu território), e os ‘nascidos’ das localidades que se tornaram “commune”.

Saint-Louis, porta de entrada dos europeus, foi a primeira cidade senegalesa a qual em 1758 elegeu um presidente mestiço para a câmara municipal para defender os interesses de seus habitantes. A Ilha de Gorée que foi muito ativa durante o tráfico negreiro, se transformou em cidade a moda européia. Todavia, com a expansão demográfica e a intensificação das atividades comerciais em Dacar e Rufisque, estas duas áreas se urbanizaram devido à expansão territorial dos franceses. Grande parte das atividades administrativas e comerciais foi transferida para a cidade de Dacar que em 1895 se tornou capital da AOF.

Ao contrario dos ‘Originais’ que se beneficiaram dos privilégios políticos, os ‘Sujeit’ habitavam fora do espaço dos ‘Quatre Communes’. Eles não tinham nenhum direito civil e eram tratados de forma discriminatória. Eles podiam ser encarcerados sem processo, ser forçados a trabalhar na construção de infra-estruturas, ser tratados diferenciadamente no exército. Até as licenças de exploração das florestas, eram apenas o privilégio dos ‘originais’. O espaço de residência dos ‘sueit’ também chamados de ‘territórios de administração de direita’ era organizado em circunscrições administrativas sob o nome de ‘cercle’ e canton’. O ‘cercle’ constituiu a unidade territorial e administrativa mais baixa na colônia senegalesa sob a supervisão de um administrador colonial: ‘Comandante de cercle’ sempre era um europeu. O ‘Cercle’ era composto de muitos ‘Cantões’. Quanto ao ‘Cantão’, ele era maior que um vilarejo, não respeitando nenhuma divisão étnica, e sempre dirigido por um senegalês. Os chefes escolhidos para os ‘Cantões’ pela administração colonial eram detentores de certa legitimidade social, herdada da era das monarquias tradicionais. Todavia seu poder administrativo era apenas simbólico, não tinha nenhuma

autoridade sobre os indivíduos, nem sobre os recursos naturais na sua circunscrição. O centralismo colonial lhes proporcionou poucas possibilidades de legitimar sua autoridade, e de administrar seu território. A função dele era essencialmente fiscal: recensear as populações sujeitas ao pagamento de impostos e supervisionar a arrecadação de impostos pelos chefes dos vilarejos. A administração colonial era ciente de que a mediação dos chefes dos ‘Cantões’ poderia facilitar a administração dos territórios dos ‘sujeitos’. Todavia, o enquadramento colonial apoiou-se em auxiliares locais: primeiro os chefes tradicionais, e depois os ‘marabu’.

Os ‘marabu’ não somente se impuseram como grandes produtores de amendoim, mas incentivavam seus discípulos à expansão do cultivo do amendoim. Frente à influência dos ‘marabu’ sobre as comunidades camponesas, o colonizador se apoiou sobre a autoridade do ‘marabu’ em proveito de uma colonização eficaz, vantajosa e sem grande investimento (DIOP & DIOUF, 2002, 34). A administração colonial percebeu logo que o carisma dos ‘marabu’ podia fornecer um apoio ideológico para legitimar sua dominação e convencer as comunidades a investir ao projeto colonial. Sem responsabilidade administrativa, mas reconhecidos pela autoridade colonial, os ‘marabu’ permitiram ao estado colonial atingir as sociedades rurais, traduzindo as diretivas políticas e administrativas em princípios sociais e religiosos. Desde então os ‘marabu’ se tornaram empreendedores políticos incontornáveis, mesmo após a construção de um Estado pós-colonial. Segundo o historiador senegalês Mamadou Diouf (2001:200), a interferência entre o político, o religioso e a economia, que marca o signo distintivo da trajetória da política do Senegal, constitui o fruto de uma longa acumulação histórica. Na sua obra ‘Histoire du Senegal’(2001:200), o mesmo autor argumenta que a integração dos ‘marabu’ na administração colonial favoreceu a emergência de uma matriz referencial político e econômica Woloff e Muçulmano do *diggel*³⁶(o centro), que se tornou o instrumento de apreciação das outras sociedades (periferias). Estas periferias, por serem sociedades igualitárias, sem chefe ou com ausência de matéria prima de interesse colonial, são marginalizadas ou subordinadas ao modelo do

³⁶ Diggel é uma prescrição do chefe religioso aos seus discípulos. Por exemplo, o líder religioso pode pedir a seus discípulos que votem no seu candidato. Este chefe, de fato, o garante de uma verdade incontestável, levando a uma obediência absoluta.

centro, criando uma situação crônica de tensões. A rebelião atual para reivindicação da independência da Casamance no Sul é a mais trágica ilustração.

Como salientado previamente, somente os originários dos ‘Quatre communes’ tinham exclusividade em participar na vida política da colônia. A cidade não era apenas um espaço de evacuação dos produtos agrícolas, de recepção de produtos manufaturados, mas também um espaço de aprendizado de lutas políticas e de uma vida urbana moderna. A escola francesa implantada em Saint Louis desde o século 19 tinha formado a primeira geração de intelectuais senegaleses, que através de seu direito à cidadania, investiu-se nas atividades políticas. Os mestiços foram inicialmente os primeiros engajados na política, mas logo os senegaleses ‘negros’ também participaram ativamente na vida política. Em 1914 o primeiro deputado negro Blaise Diagne foi eleito no parlamento francês, dando assim voz à classe política senegalesa negra. No mesmo período, os sindicatos se ativaram no cenário político com uma primeira greve dos trabalhadores em Dacar reclamando melhores condições de trabalho e subvenções para as familiares. O movimento sindicalista tomou força mesmo nos anos 40 com a greve durante seis meses dos trabalhadores da rede ferroviária das colônias da OAF com a reivindicação de ‘salários iguais para trabalhos iguais’³⁷ referindo-se aos seus colegas europeus. Este movimento de greve não se limitou apenas aos sindicatos, recebeu em geral a solidariedade da população citadina que tinha interesse a uma mudança na situação econômica deles. Nesta perspectiva, os sindicatos se alinharam aos partidos políticos, com as tentativas de impor a administração colonial, as noções de ‘igualdade e não segregação’. Em 1946, a adoção da lei ‘Cidadania para todos’ do deputado Lamine Guéye estendeu a cidadania francesa à população rural³⁸ generalizando o direito de voto, marcando assim a entrada das comunidades camponesas, e, sobretudo dos ‘marabu’ no jogo político.

³⁷ O romancista senegalês Ousmane Sembéne (1960) na sua obra: *Les Bouts de Bois de Dieu* fez uma descrição detalhada sobre as causas e os acontecimentos da greve dos trabalhadores da rede ferroviária Dakar- Níger de outubro 1947 a Março 1948. Dacar, Thies e Bamako foram os principais centros de rebelião.

³⁸ Em 1946 foi votada a lei de Lamine Guéye que anula a distinção entre os países de administração direta e das Quatre Communes (Dacar, Saint-Louis, Goree, Rufisque)

A dualidade geográfica política ‘originários’(cidadinos assimilados)/ ‘sujeit’ (rurais dominados) que teoricamente esteve no fim, teve repercussões nas trajetórias dos partidos políticos. Nos anos de 1950, o cenário político era dominado por duas principais formações políticas: SFIO³⁹ dirigido pelo deputado Lamine Guéye e BDS⁴⁰ liderado por Léopold Sédar Senghor. Os ‘originários’ apóiam o SFIO que adotou a cor vermelha dos comunistas europeus enquanto que Senghor insistindo sobre a ‘Negritude’⁴¹ e os valores do mundo negro investe nas áreas rurais. Através do seu discurso sobre apego aos valores dos negros, BDS ganhou o voto dos ‘marabu’ e adota a cor verde, a cor do Islã e do mundo rural. Devido ao apoio dos ‘marabu’, dos intelectuais originários das periferias coloniais, dos líderes dos sindicatos, BDS de Senghor se tornou o partido hegemônico. Em 1958, os dois partidos fusionam para UPS⁴² tendo como principal reivindicação: a soberania. Em 1958, a França organizou um *referendum* para as colônias africanas aceitarem ou rejeitarem a criação de uma comunidade franco-africana. Senegal votou sim e aderiu a esta comunidade. Senegal e Sudão francês (atual Mali) puderam assim dispor de governos territoriais com competências limitadas. Em 1959, Senegal e Sudão francês acedem à independência no quadro da Federação de Mali que logo desapareceu em alguns meses. Em 1960 a independência da República do Senegal foi proclamada, tendo como primeiro presidente Léopold Sedar Senghor, tendo com base doutrinária, o socialismo africano. Através desta doutrina, os novos líderes do Senegal estabelecerão um modelo de administração central, no qual as sociedades rurais seriam enquadradas pelo partido e nas cooperativas agrícolas.

A primeira constituição senegalesa optou pelo regime parlamentar que foi um fracasso. Em 1963 o regime se tornou presidencial com partido único. Teve que esperar até 1974, para poder ter a primeira aparição legal dos partidos de oposição no cenário político, dando assim uma abertura democrática limitada a três correntes: socialismo, marxismo – leninista, e liberal. O multipartidarismo foi efetivo mesmo em 1981 sob a presidência Abdou Diouf com a proliferação de partidos políticos e uma maior liberdade de expressão

³⁹ Section Française de l’International Ouvrière

⁴⁰ Bloc Démocratique Sénégalais

⁴¹ um movimento político e literário criado nos anos 30 para combater o colonialismo e racismo francês

⁴² Union Progressiste Sénégalaise

das mídias privadas. A ruptura com o partido socialista de Senghor, aconteceu com a vitória nas eleições de 2000 de Abdoulaye Wade do PDS Partido democrático Senegalês, dando a emergência a uma classe política opositora durante mais de 25 anos.

A configuração contemporânea política, social, e econômica do Senegal é o produto de trajetórias históricas acumuladas durante o período colonial. Logo após independência, as prioridades do movimento nacionalista foram entre outras a construção e a modernização de uma Nação Moderna. O quadro atual institucional do Estado pós – colonial mostra que existe uma continuidade colonial: a geografia territorial colonial, assim como a centralidade do amendoim com motor de desenvolvimento, a consolidação do poder de mediação dos ‘marabu’ e sobretudo as instâncias nacionais de decisão concentrados na capital Dacar.

A criação das ‘Quatre Communes’ para permitir populações nativas a participar na gestão dos assuntos locais, representa, ao meu entender, as origens da experiência senegalesa em termos de descentralização. Tem-se que notar, entretanto, que a descentralização ‘de tipo colonial’ resultou de uma exclusividade de estatuto de apenas as populações urbanas participarem da vida política da colônia. Os centros urbanos se tornaram centros de exportação dos produtos agrícolas, de recepção de produtos manufaturados, mas também um espaço onde decisões em direção ao mundo rural eram tomadas, as populações no meio rural eram excluídas do jogo político e das instâncias de decisões.

II.3. 2 A descentralização do Senegal Independente até os tempos contemporâneos

Nas independências em 1960, as autoridades pós - coloniais, nas suas 'ações modernizadoras', se engajaram a reforçar o processo da descentralização com as tentativas de aproximar 'a administração dos administrados'. Todavia, estes novos líderes não romperam com as lógicas de uma economia baseada na exportação de matérias primas agrícolas. Ao contrário, a política de desenvolvimento foi baseada na agricultura intensiva, mas desta vez, com as especificidades do Estado de dotar-se de instrumentos e mecanismos financeiros para nacionalizar o comércio do amendoim. Sob a inspiração da doutrina socialista africana, as cooperativas foram assim criadas pelo Estado em 1962 com a vocação oficial de fazer a população rural participar do processo de desenvolvimento. Os camponeses foram organizados em cooperativas ao nível dos vilarejos, que se afiliaram a nível regional e depois a nível nacional. Através destas estruturas, estes últimos tinham acesso aos insumos e a venda de sua produção garantida. Todavia é importante salientar que todos os benefícios adquiridos pelos camponeses, que aderiram ao movimento cooperativo, eram restritos aos produtores de amendoim. O objetivo desta estratégia era de manter a hegemonia econômica de uma cultura de exportação, via uma maior participação e dinamismo das populações rurais no projeto nacional de modernização. Ao lado do movimento cooperativo, o Estado criou Empresas de Desenvolvimento tais como o Ofício Nacional de Comercialização Agrícola (ONCAD), os Centros de Expansão Rural Polivalente (CERP), os Centros Regionais de Assistência ao Desenvolvimento (CRAD) e o Banco Senegalês de Desenvolvimento (BSD) para dar assistência técnica e econômica às populações rurais. Estas estruturas de enquadramento tinham como objetivos animar e sensibilizar o movimento cooperativo, fornecer assistência técnica, e apoiar na organização das cooperativas. O objetivo de descentralizar deu assim, legitimidade a um modelo de administração central no qual a sociedade rural passou a ser enquadrada pelo partido e nas cooperativas agrícolas. As bases estruturais para a participação rural, foram reforçadas décadas depois, por um arsenal legislativo e regulamentar.

Para reforçar seu programa de modernização, o estado pós-colonial adotou novas leis (lei sobre o domínio nacional de 1964, Código da Família de 1972) e procedeu a diferentes reformas territoriais (Reforma da administração territorial e local de 1972). O principal objetivo destas reformas era de reduzir as disparidades espaciais, econômicas e demográficas, e de favorecer uma maior mobilização e participação das populações rurais ao serviço de desenvolvimento. A reforma fundiária de 1964 aboliu a gestão tradicional das terras, eliminou os direitos costumeiros, que eram vistos como um freio para a modernização, e terminou com o poder dos chefes tradicionais das terras. A reforma criou a lei do ‘domaine national’ que estabeleceu que todas as terras, com exceção das terras matriculadas,⁴³ pertenciam ao Estado. Em outras palavras, o Estado tinha os direitos de propriedade de quase 95% do território. Já em 1865, Faidherbe⁴⁴ baseando-se no código civil francês, tinha decretado a apropriação do estado francês de todas as terras vacantes (inexploradas ou abandonadas por mais de 10 anos). A colônia se deu o direito de ser o único sucessor legítimo dos reis locais desfeitos⁴⁵, permitindo-se assim o poder de administrar todas as terras. As terras consideradas “vacantes” eram em verdade terras em pousio, que na visão imperialista, constituía uma forma extensiva de uso das terras. Quatro categorias de terras, segundo seu uso, foram distinguidas como propriedade estatal: as áreas pioneiras, áreas classificadas, áreas urbanas e zonas do ‘terroir’. As áreas pioneiras são aquelas que são objetos de ordenamentos específicos. As áreas classificadas são ocupadas pelas florestas classificadas e os sítios de proteção. As áreas urbanas são as terras situadas no território dos municípios. Quanto às terras do ‘terroir’ são as terras de habitação, de agricultura e de pecuária situadas no território das comunidades rurais.

Através da reforma do domínio nacional o Estado pós-colonial se deu às capacidades de alocar e de se apropriar das terras e conseguiu interferir diretamente na gestão de menor unidade de organização comunitária: o vilarejo, o que, mesmo no período colonial não tinha acontecido. Apesar da independência, as sociedades hierarquizadas rurais eram ainda submetidas ao poder tradicional e religioso. A intervenção administrativa ao nível do

⁴³ O direito de recorrer a terras matriculadas foi reconhecido aos ocupantes que tinham realizado construções e instalações, que formaram a valorização das terras de maneira permanente.

⁴⁴ Governante francês no Senegal entre 1852 - 1865

⁴⁵ Chefes locais que foram combatidos pela administração colonial.

vilarejo foi mais uma tentativa de reduzir esta influência e controlar o mundo rural. A modernização se acompanhou também de uma reforma social em 1972, com a adoção do Código da família, as questões matrimoniais e de sucessão passaram a ser regulamentadas pelo domínio público. Esta reforma fundiária foi completada pela substituição progressiva dos ‘cercles’ e ‘cantons’ em regiões, municipalidades, ‘département’ e ‘arrondissement’. Assim em 1960, o território nacional foi dividido em sete (7) regiões administrativas e 27 ‘cercles’: Cap-Vert, Casamance, Fleuve, Senegal oriental, Sine Saloum e Thies. A região correspondia a um ou muitos ‘cercle’. Em 1962, o ‘arrondissement’, foi criada como uma subdivisão dentro do ‘cercle’. Em 1964, o ‘cercle’ passou ser denominado de ‘département’ e o ‘vilarejo central do ‘cercle’ de ‘municipalidade’. Em 1966 a ‘commune’ foi criada. A ‘commune’ se define como uma localidade com uma população de pelos menos 1000 habitantes, e tendo atingindo um nível de desenvolvimento permitindo uma autonomia financeira.

Já no final dos 60, o Estado se confrontou a movimentos de contestação tanto no meio urbano quanto no meio rural frente ao fracasso das políticas de desenvolvimento após a primeira década da independência. Senegal entrou numa conjuntura econômica cujas causas foram múltiplas: a crise mundial do óleo, as secas drásticas, mas, sobretudo a queda no mercado mundial do preço do amendoim. Conseqüentemente sua balança comercial ficou desequilibrada, o que acentuou o nível do endividamento e sua dependência da ajuda internacional.

Esta crise econômica resultou no meio rural em uma reorientação das políticas de desenvolvimento, com a particularidade de associar a participação com técnicas produtivas. As empresas estatais reforçaram suas atividades para a promoção sócia econômica do camponês orientando sua assistência técnica à vulgarização de técnicas produtivas, numa ação mimética da Revolução Verde do Ocidente. Essa visão de desenvolvimento produtivo será reforçada pela Reforma da Administração Territorial e Local em 1972. A principal inovação da reforma de descentralização de 1972 foi a institucionalização da participação das populações rurais nas ações de desenvolvimento, através de criação ao nível nacional das ‘Comunidades Rurais’. Apesar dos esforços nas

precedentes reformas, a participação tão exaltada não se manifestou. A gestão administrativa se caracterizava por um excessivo centralismo, uma intervenção estatal dirigista e um aparelho administrativo com planificação rígida e hierarquizada. Para remediar a participação ineficaz das populações nas estruturas administrativas, as comunidades rurais foram instauradas como entidades de participação, mas também para corrigir a inadequação das instituições centralizadas na gestão dos assuntos de interesse local. Paralelamente, a instauração da comunidade rural como entidade política administrativa, houve uma reestruturação da administração territorial no sentido de uma desconcentração⁴⁶, reorganizando o território nacional segundo o seguinte esquema: o país foi dividido em regiões, as regiões em departamentos, os departamentos em sub-prefeituras, as sub-prefeituras em comunidades rurais. Esta reforma de descentralização posicionou as ‘Comunidades Rurais’ em célula base na organização administrativa.

A comunidade rural se define como uma entidade territorial que reúne um grupo de vilarejos pertencendo ao mesmo ‘terroir’, unidos por relações de solidariedade, de vizinhança, possuindo interesses comuns e capazes, juntos, de encontrar os recursos necessários para seu desenvolvimento⁴⁷. Os vilarejos de uma mesma comunidade rural definem em conjunto, suas prioridades, necessidades e planos de manejo dos recursos. Cada comunidade rural dispõe de um conselho rural⁴⁸, sede das decisões, cujos membros são eleitos como representantes dos vilarejos. Segundo a reforma, os conselhos rurais são responsáveis pela definição das modalidades dos direitos de uso sobre as terras relevantes de suas competências, exercem um direito de olhar sobre as decisões dos agentes da administração para as alocações e despesas orçamentárias e dão seu parecer sobre os projetos de desenvolvimento e a exploração dos recursos naturais (artigo 4 a 12 da lei n 72-25 do 19 abril 1972).

In sumo, o estado pós – colonial, nas suas tentativas de modernização adotou leis (lei sobre o domínio nacional de 1964, Código da Família de 1972) e procedeu a diferentes reformas

⁴⁶ A desconcentração tem uma conotação especial que implica uma transferência de funções e recursos, inclusive de recursos humanos, pelo governo central da capital para outras localidades.

⁴⁷ Definição segundo o artigo 1 da lei 72-25 de 1972

⁴⁸ os conselheiros rurais são eleitos segundo sua afiliação a partidos políticos.

territoriais (Reforma da administração territorial e local de 1972). Apesar do discurso dos oficiais, de adoção de leis e decretos para incentivar a participação responsável ⁴⁹ através da criação das comunidades rurais, a descentralização foi um processo sob vigilância da autoridade administrativa. A desconcentração permitiu apenas uma delegação de poderes e uma repartição das competências sem a criação de uma personalidade moral e jurídica. A vontade política afirmada de uma gestão descentralizada das localidades acompanhadas de uma autonomia financeira e de gestão, não se traduziu nos fatos. Novas entidades territoriais foram efetivamente instituídas, mas permaneceram apenas circunscrições administrativas, sem um dinamismo real na gestão dos assuntos locais. Uma descentralização puramente administrativa⁵⁰ não seria suficiente para favorecer a integração das populações locais nos processos de tomada de decisões. Os atores locais continuam subordinados ao governo central. Neste sentido RIBOT (2002a) aponta que a desconcentração seria a forma fraca da descentralização comparada a descentralização democrática, desde que os mecanismos pelos quais os atores desconcentrados sejam responsivos e prestem contas às populações locais que sejam mais fracas. A descentralização democrática ou política se refere à transferência de poderes e recursos a autoridades representativas e que prestam contas às populações locais através de eleições locais (AGRAWAL e RIBOT, 2000:3). Esta forma de descentralização por institucionalizar a abordagem participativa, aumenta a participação popular nas tomadas de decisão. O mesmo autor (2000:4) sustenta que a descentralização democrática se estabelece a partir de novas instituições locais que deveriam não apenas ser representativas e prestar contas às populações locais, mas também ter um domínio seguro e autônomo dos poderes para tomar e implementar decisões significativas (RIBOT 2002b).

Os fracassos das políticas de descentralização do Senegal que podem ser qualificadas como mais administrativas do que políticas, têm levado a uma nova reforma a partir de 1996 que reforçou o princípio da livre administração das coletividades locais para uma melhor

⁴⁹ Jean Colin, Ministro de Interieur, 1972. Apresentação dos motivos do projeto da lei relativa às comunidades rurais no parlamento nacional. Seu principal argumento foi que a participação responsável representava o motor do desenvolvimento.

⁵⁰ A descentralização administrativa também chamada de desconcentração envolve a transferência do poder a filiais locais do governo central assim como os prefeitos. Estas estruturas são de verdade uma extensão do governo central, por isso a primeira responsabilidade permanece com a autoridade central.

gestão de proximidade (DIOP, 2006). Esta reforma de descentralização, objeto deste estudo pode ser resumida em duas leis principais: lei de 96-06 e 96-07 de 22 de Março de 1996, relativas à respectivamente à ‘regionalização’ e à transferência de competências às diferentes coletivas territoriais e seus desmembramentos. O ‘Código de coletividades locais’⁵¹, estabelece que para realizar sua missão as coletividades locais receberão do Estado, recursos financeiros de funcionamento e de investimento, provindos do ‘Fundo de Dotação da Descentralização’. A regionalização consagrou as regiões, que eram apenas circunscrições administrativas do Estado em coletividades locais autônomas dotadas de uma capacidade jurídica e de autonomia financeira. Além do executivo regional tradicional, o Governador, a região tem um Conselho Regional eleito no sufrágio universal encarregado pela pilotagem, coordenação, e harmonização das atividades de desenvolvimento local. Como a região não dispõe de recursos fiscais, seus recursos financeiros vêm de uma parte do Estado e das taxas sobre os produtos de seu território e sobre serviços prestados. A região como coletividade local, não apenas entidade territorial significou que a região tornou-se um quadro intermediário entre o estado e as comunidades rurais que se encarrega da realização dos planos de desenvolvimento local. As coletividades locais são dotadas de uma instância executiva e deliberante para ter uma larga autonomia de decisão para impulsionar o desenvolvimento local.

Como salientado anteriormente, a reforma de 1972 criou a ‘commune’ e a comunidade rural como entidades de organização administrativa. Com esta reforma, o conselho rural ficou sob a tutela da autoridade administrativa, sobretudo nos assuntos relativos à gestão das terras e finanças. O analfabetismo dos conselheiros, a falta de competências técnicas ou mesmo a resistência das estruturas oficiais a mudanças, foram algumas das razões citadas para sustentar a não devolução de poderes ao conselho rural. No entanto, com a reforma de 1996, a comunidade rural se tornou uma coletividade rural, e ganhou o estatuto de pessoa moral de direito público, dotada de autonomia financeira. Seus recursos provêm da fiscalidade local, da exploração de seus produtos territoriais, dos reembolsos

⁵¹ O código das coletividades locais constitui um documento de referência para o uso dos eleitos locais que estabelecem um conjunto de regras da democracia local. Este documento fixa a organização e o funcionamento das regiões, dos municípios e comunidades rurais, e de praticar as liberdades que beneficiaram estas coletividades locais.

transferidos pelo Estado e do 'Fundo de Dotação da Descentralização'. Os membros do conselho rural não são mais nomeados, mas eleitos pelo sufrágio universal. Através de suas deliberações, o conselho rural assume a administração da comunidade rural de sua entidade territorial, e exerce autoridade sobre os chefes de vilarejos para a execução de suas atribuições. Estas são agora encarregadas da planificação e da gestão do desenvolvimento do seu território. Em outros termos, as populações passaram do estágio de simples beneficiários aos atores de seu desenvolvimento. Para harmonizar as ações de desenvolvimento, o artigo 198 do Código das Coletividades Locais, estipula que as comunidades locais elaborem seu Plano Local de Desenvolvimento (PLD). Trata-se de 'um documento quadro procedente de um processo participativo e iterativo, que defini após o diagnóstico e por um dado período de tempo, as orientações de desenvolvimento da coletividade local, as ações prioritárias a serem seguidas, os recursos a disponibilizar para atingir os objetivos que a coletividade estabeleceu'. Durante o processo de elaboração do PLD, o conselho rural recebe, geralmente, um apoio metodológico e financeiro de NGO. O PLD elaborado todos os cinco anos, é uma fotografia da comunidade rural, que informa os interventores exteriores (NGO e projetos) sobre as ações prioritárias e identificar os recursos existentes. Após a adoção do PLD pelo conselho rural, o representante do Estado aprová-la-á, após verificar se os objetivos de desenvolvimento planejados do PLD são coerentes com os planos nacionais de desenvolvimento.

Teoricamente, as reformas de 1996 terminaram com as relações de tutela entre o Estado e as coletividades locais, sendo uma consequência lógica dos novos dispositivos jurídicos. Novas regras de controle foram estabelecidas. A autoridade administrativa é suposta realizar apenas um controle de aprovação a posteriori. Todavia as relações das coletividades locais com o Estado, se mantem através das ações de cooperação para a realização de programas de interesse publico. Este mesmo princípio de solidariedade se aplica igualmente entre as coletividades locais de diferentes níveis (região ou comunidade rural).

Além da supressão das relações tutelares, uma outra resultante da reforma de 1996 foi a devolução do poder, de recursos e responsabilidades administrativas do governo central,

para autoridades regionais e locais. Sob o princípio da subsidiariedade⁵² e para reforçar o poder das coletividades locais, em 1996 nove (9) domínios de competências⁵³ foram transferidos às coletividades locais para uma maior eficácia na gestão dos assuntos locais. Entre as novas competências transferidas, o poder de decisão das coletividades locais sobre a gestão do meio ambiente chamou muita a atenção dos atores de desenvolvimento e acadêmicos. A autoridade distributiva no manejo dos recursos naturais consistiu uma temática delicada em relação a outros setores tais como educação e saúde devido a forte dependência das populações a estes recursos e por darem ao mesmo tempo fontes para criação de riqueza para o Estado e para as populações.

Em prática, a reforma de 1996 significou que o ‘conselho rural’ ganhou maior responsabilidade sobre a ocupação dos solos, e as estratégias de uso e de proteção da fauna e flora. Em outras palavras o manejo descentralizado se apresenta como uma oportunidade para que instituições locais coloquem a contribuição de seus conhecimentos locais que possam ser muitos relevantes. Trata-se de devolução de autoridade, porque antes da conquista colonial, o manejo destes recursos era função exercida pelas instituições tradicionais. Desde 2002, Senegal é administrativamente repartido em onze (11) regiões⁵⁴. Estas regiões são subdivididas sucessivamente em (44) departamentos, 67 *communes*, (103) *arrondissement*⁵⁵ e 384 comunidades rurais e aldeias. O bairro (em cidades) ou o vilarejo (em meio rural) corresponde à base da pirâmide administrativa.

Para concluir esta seção, o processo de descentralização que envolve uma participação das populações locais na gestão dos assuntos de seus interesses, não é um fenômeno recente no Senegal. O Estado senegalês, desde as independências, frente à equação de desenvolver o país, se engajou em diferentes processos da descentralização. O reconhecimento de uma maior responsabilidade das populações na gestão político- administrativa dos assuntos

⁵² O princípio de subsidiariedade confere as entidades locais prerogativas sobre funções que estas entidades podem realizar de uma maneira mais eficaz que o Estado central.

⁵³ As competências transferidas são: Educação, Saúde, Meio ambiente, Urbanismo e Habitação, Cultura, Juventude, esportes e lazeres, Planificação e Gestão do Domínio.

⁵⁴ Traduzido do francês: région. As onze regiões do Senegal são: Dacar, Thies, Fatick, Diourbel, Kaolack, Louga, Saint-Louis, Kolda, Ziguinchor, Matam e Tambacounda

⁵⁵ Divisão administrativa territorial sob autoridade de um sub-prefeito. A divisão administrativa do Senegal foi baseada no sistema francês.

locais, parece ser uma constante no discurso oficial desde o período colonial. Da reforma de 1972 podemos reter que foi a primeira fase que o processo de descentralização foi orientado no meio rural com a criação das comunidades rurais. Os anos 80 foram marcados pelo fim da era do Estado – Providência, e pelo início do processo de privatização, sendo um requisito para aderir aos programas de ajuste estrutural. Muitas vezes os processos de privatização e de descentralização são confundidos, pois ambos envolvem uma transferência de poderes a uma entidade não estatal, e tem como principal objetivo teórico aumentar a eficácia do Estado. Embora existam estas similaridades, a descentralização e a privatização operam em duas lógicas diferentes. A privatização está baseada na exclusão, enquanto que a descentralização estaria baseada na lógica pública de inclusão (RIBOT, 2002:4). No Senegal, ambos os processos de descentralização e de privatização são aplicados. De acordo com o contexto mundial de liberalização o Senegal se adaptou através da desvinculação progressiva e da não intervenção do Estado nos processos econômicos, e da supressão das empresas estatais agrícolas. Quanto os anos 90, eles iniciam a fase do ‘desenvolvimento descentralizado’ com a instauração efetiva e o reconhecimento das coletividades locais, como atores incontornáveis de um modelo de desenvolvimento participativo. A reforma de 1996, sobre a qual esta pesquisa se interessa, marca, no entanto, uma fase avançada do processo de descentralização do Senegal, com a devolução de algumas competências às populações locais, seu meio ambiente, e o reforço dos poderes das coletividades locais. Uma resultante destas reformas foi a gradual mudança das relações entre o Estado e as populações, e a paisagem institucional senegalesa. Os campos tradicionais de intervenção do Estado foram progressivamente ocupados pela sociedade civil que tem desempenhado um papel ativo na promoção de maiores responsabilidades das autoridades locais.

II.3.3 O significado da Descentralização Florestal

Antes da descentralização de 1996, as competências de gestão florestal no Senegal, pertenciam a uma estrutura estatal, Serviço Nacional Florestal. O serviço florestal tem suas estruturas desconcentradas segundo a subdivisão administrativa: da região até as comunidades rurais.

A elaboração do primeiro código florestal assim como a criação do serviço florestal iniciaram nos anos 30. O período colonial foi marcado por uma regulamentação e uma gestão quase patrimonial, negando direitos das comunidades sobre os recursos naturais. Estas disposições legais para a proteção das florestas tinham surgido para conter os massivos movimentos migratórios em busca de terras novas para o cultivo do amendoim. Após a independência, a política repressiva de conservação dos recursos florestais prosseguiu, e foi reforçada por um novo código florestal em 1965, consagrando a gestão exclusiva das formações florestais ao Serviço Florestal. As ações foram orientadas na proteção das florestas e no reflorestamento. Todavia os efeitos das secas dos anos 70 juntamente com as fortes pressões humanas acentuarem a degradação das florestas. Frente a esta situação, recursos financeiros oriundos do exterior foram fortemente mobilizados para luta contra a desertificação. Ações intensivas de reflorestamento foram engajadas assim como uma revisão do código florestal em 1974. Projetos de plantações de árvores em grande escala foram implementados, porém os resultados não foram satisfatórios. A abordagem dirigente destes projetos, e as oportunidades limitadas que oferecia o código florestal, não permitiram uma participação efetiva das populações, apesar da adesão popular. A revisão do código florestal em 1974 não trouxe inovação maior na implicação das populações e das comunidades base. Todavia, essas experiências permitiram perceber a complexidade da luta contra a desertificação, e a necessidade de uma participação mais efetiva das comunidades nas ações de reflorestamento.

Após a conferência do Rio em 1992, o código florestal foi reformulado em 1993, redefinindo o quadro jurídico de proteção, mas também incentivando uma gestão racional dos recursos naturais. Novas abordagens foram experimentadas para condução de ações de reflorestamento comunitárias, vilarejos e individuais, a participação e a formação das

populações, sendo muito encorajadas. Iniciativas tais como o pagamento de subsídios em natura ou contrapartidas financeiras, foram feitas às populações, para lhes incentivar e investir em programas de proteção e de restauração dos recursos florestais. Devido ao histórico de uma política florestal repressiva, sobretudo nas áreas protegidas, as populações vêem a floresta como uma propriedade estatal, não tendo então, nenhuma responsabilidade nem interesse de conservação. Para este efeito, a animação rural foi uma ferramenta metodológica muito usada por ONG para sensibilizar e mobilizar as populações. Os subsídios financeiros ou materiais foram também mecanismos para incentivar as populações rurais aos programas estatais de reflorestamento. Além disso, os programas governamentais florestais começaram a ser integrados aos programas de cunho agrícola e/ou pecuária. A luta contra a desertificação deixou de ser entendida apenas como uma atividade de plantio de árvores, mas algo que envolve dinâmicas muito complexas.

A visão setorial para a proteção das florestas, evoluiu para a abordagem mais holística como ‘l’approche de gestion des terroirs⁵⁶’ que consiste a uma análise global de uma entidade territorial levando em consideração todos os recursos naturais (solos, vegetação, água, fauna), e as organizações locais. Tal abordagem se justifica no Senegal pelo fato de que as atividades florestais não podem ser dissociadas de outras atividades de produção. As populações rurais geralmente se investem na agricultura, na pesca, no pastoreio, na coleta e no comércio. No entanto uma redução das produções agrícolas pode incentivar maior exploração das florestas. Enquanto não se soluciona as causas de baixos rendimentos agrícolas, a pressão sobre os recursos florestais permanecerá. Em outras palavras, a abordagem ‘gestion de terroirs’ promoveu um manejo dinâmico de todos os recursos naturais do território, a responsabilização coletiva e individual das comunidades. O

⁵⁶ ‘L’approche de gestion des terroirs’ è uma abordagem de desenvolvimento rural promovida nos países do Sahel pelas agências de desenvolvimento. Esta abordagem se baseia na participação e na responsabilização das comunidades rurais para gerenciar melhor os recursos de um espaço definido, num quadro de uma segurança fundiária com a finalidade de assegurar a durabilidade e de aumentar a valorização destes recursos. O ‘terroir’ é um espaço rural gerenciado por uma comunidade que afirma seus direitos de ocupação e de exploração num quadro sócio econômico e cultural definido. Não se trata então de um conceito de geografia física, mas a uma unidade de base de gestão de desenvolvimento rural que levando em consideração ao mesmo tempo os dados físicos e o contexto sócio econômico e cultural.

emprego destas abordagens holísticas foram oportunidades para que o setor técnico florestal se abrisse a novas disciplinas como a sociologia ou a antropologia, a fim de considerar as especificidades locais e os valores culturais assim como os aspectos organizacionais de manejo. Esta evolução metodológica, nos modos de intervenção do estado nas comunidades adjacentes às florestas se acompanhou de mudanças no plano jurídico e institucional quanto à gestão das florestas. A descentralização em 1996 foi uma oportunidade para readaptar o código florestal em 1998 o qual define os direitos de exploração e de uso florestal, e as penalidades em caso de infrações⁵⁷ (ver quadro 2).

O domínio florestal do Senegal é constituído de ‘domínio classificado’ e ‘domínio protegido’. O domínio ‘classificado’ chamado também de ‘domínio florestal do Estado’ inclui as florestas classificadas, os perímetros de reflorestamento e de restauração, as reservas naturais integrais, os parques nacionais e as reservas especiais. Segundo o código florestal, a ‘classificação’ tem o objetivo de conservação de solos, da preservação da vegetação e da biodiversidade, e da constituição de reservas de lenha. Nas florestas classificadas às populações adjacentes as florestas são autorizadas apenas a exercer direitos de uso que são principalmente a coleta de lenha e de produtos não madeireiros. A coleta de madeira apenas poderá ser feita para a reparação de habitações e o pastoreio e somente no percurso traçado pelo gado. Estes produtos coletados são limitados às necessidades familiares não sendo permitido transações comerciais. Estas autorizações de uso podem ser suspensas a qualquer momento para fins de conservação. Os direitos de exploração das ‘florestas classificadas’ pertencem ao Estado. A exploração comercial do todo recurso florestal está sujeita ao pagamento prévio de taxas. As taxas, as adjudicações e as receitas de vendas de produtos florestais realizados pelo Estado, são depositadas no Fundo Florestal Nacional. Este fundo deve contribuir na valorização dos recursos florestais nacionais, nas ações de proteção, de restauração e de conservação. A gestão das ‘florestas classificadas’ está sob total responsabilidade do Serviço Florestal, mesmo se a participação das populações vem sendo incentivada. No entanto, com as novas medidas regulamentares que acompanharam a descentralização, o Estado pode chegar a confiar às coletividades

⁵⁷ As infrações são relacionadas ao abate e/ou coleta não autorizada, ao desmatamento, fogo na mata, pastoreio em áreas não autorizadas.

locais, a gestão de uma ‘floresta classificada’.

Quanto ao domínio ‘protegido’, ele corresponde às formações florestais não classificadas e que não fazem partes das terras dos ‘terroirs’⁵⁸. A descentralização consagrou o poder de gestão das coletividades locais nas florestas protegidas. Os textos estabelecem que a devolução desta competência deva se acompanhar da transferência de meios e recursos financeiros necessários para exercer o novo papel. O exercício das competências, de mesmo que as formas de uso dos recursos florestais são elaborados para cada coletividade local no ‘plano de manejo florestal’ aprovado pelo representante do Estado. Da mesma forma, o exercício dos direitos de exploração é transferido às coletividades locais que conseqüentemente podem dispor das rendas oriundas do exercício destes direitos. A exploração e a caça são autorizadas, segundo as regras estabelecidas no ‘plano de manejo florestal’. Toda exploração comercial de produtos florestais está sujeita à autorização prévia do presidente do conselho rural. Todavia, a licença de exploração é emitida pelo Serviço Florestal para, segundo os textos, assegurar-se que esta autorização esteja em conformidade com plano de manejo.

In sumo os textos legislativos e regulamentares que estabelecem o manejo das florestas, sempre acompanharam a evolução do quadro institucional. Os poderes públicos tentaram responder com instrumentos jurídicos, desde uma política repressiva (herdada da colonização) a medidas legislativas e regulamentares que integram e responsabilizam mais as populações na gestão das florestas. Todavia terá que esperar até 1998 para que importantes passos fossem realizados para promoção da participação das populações locais aos assuntos relativos ao manejo florestal. Em 1998, o código florestal foi modificado para se adaptar á lei da descentralização nº 96-07 de 22 Março de 1996 que consagra a transferência de importantes competências e recursos de gestão florestal às coletividades locais (regiões, municípios e comunidades rurais). A noção de ‘implicação’ evolui para a responsabilização, sendo os poderes das populações reforçados no sentido de uma responsabilização efetiva. A modificação procura em primeiro lugar, a consagrar o poder

⁵⁸ As terras de ‘terroir’ correspondem aqui a terras agrícolas, de pastoreio e de habitação do vilarejo ou da comunidade rural

de gestão das coletividades locais nas florestas situado fora do domínio florestal do estado. Este ultimo pode tambem confiar a uma coletividade local a gestao de florestas estatais na base de um protcole de acordo.

Quanto ao serviço florestal, seu mandato consiste agora a oferecer conselho e apoio técnico às populações locais, alem do seu ‘tradicional’ papel de polícia florestal. No entanto, no novo código florestal, o Estado reafirmou que e a principal autoridade controladora da gestão sustentável das florestas, e de qualquer uso comercial nas florestas. De fato, pode-se resumir que o ganho para as coletividades locais no processo da descentralização foi principalmente o de o Estado conceder e partilhar as responsabilidades de gestão dos recursos florestais. Com o contexto da descentralização, houve uma nova repartição dos poderes entre o Estado e as autoridades locais, dando início a um complexo jogo de interesses. A questão desta pesquisa consiste então em responder se a transferência de responsabilidade foi efetiva, e se as comunidades foram efetivas para responder aos desafios de uma gestão sustentável das florestas.

As principais inovações do código florestal de 1998 foram:

- o reconhecimento de um direito de propriedade dos particulares sobre suas formações florestais;
- a possibilidade da administração florestal de conceder a gestão de uma parte de seu domínio florestal, sobre a base de um plano de manejo;
- a obrigação de todo proprietário ou usufrutuário de gerenciar sua formação florestal de um jeito racional a partir de técnicas silvícolas apropriadas;
- a possibilidade de atribuir às coletividades locais, subvenções a partir do Fundo Florestal nacional.
- as coletividades locais podem recrutar agentes florestais para a vigilância das florestas de suas competências.
- os direitos de exploração reconhecidos às coletividades locais se exercem sob respeito das prescrições dos planos de manejo aprovados pelo Serviço Florestal.

Quadro 2 : As Principais mudanças do Código Nacional Florestal após a descentralização

CAPÍTULO III: MANEJO LOCAL DA FLORESTA COMUNITÁRIA DE SAMBANDE

III.1 CARACTERÍSTICAS DOS VILAREJOS ADJACENTES A FLORESTA DE SAMBANDE

III.1.1 Situação Administrativa da Floresta de Sambandé

A floresta de Sambandé também chamada de floresta de Mama Kwasou se estende sobre 1045 hectares. Está localizada na região administrativa de Kaolack e mais especificamente na Comunidade Rural de Keur Baka, que cobre uma superfície de 247 km². A coletividade local de Keur Baka conta com 60 vilarejos e uma população estimada em 17.856 habitantes, ou seja, numa densidade de 72 habitantes por km². A floresta está acessível a Leste pela rodovia nacional Kaolack – Nioro, ao Sul e Oeste por rodovias alcatroadas. Todavia, ao longo do perímetro da floresta, pistas de acesso existem. Algumas foram criadas pelas populações locais, outras traçadas por clandestinos.

A floresta de Sambandé é uma floresta natural que tem o estatuto jurídico de uma ‘floresta protegida’, ‘floresta comunitária’ ou ‘floresta do terroir’. Segundo o artigo 9 do Código Florestal Nacional, “as florestas do ‘terroir’ são florestas situadas fora do domínio estatal, e dentro dos limites administrativos da comunidade rural encarregada de sua gestão”. A lei da descentralização de 1998 deu, ao conselho rural de Keur Baka, toda autoridade para a gestão das florestas do ‘terroir’ de seu território. O conselho rural como principal órgão de decisão na comunidade rural, tem o poder de proceder a deliberações para transferir à competência de gestão de florestas comunitárias as populações. Neste quadro, o conselho rural de Keur Baka decidiu que as florestas do seu território, e fora do domínio estatal, estarão doravante sob o controle dos vilarejos adjacentes com o endosso do representante do Estado que necessita assinar os atos da deliberação.

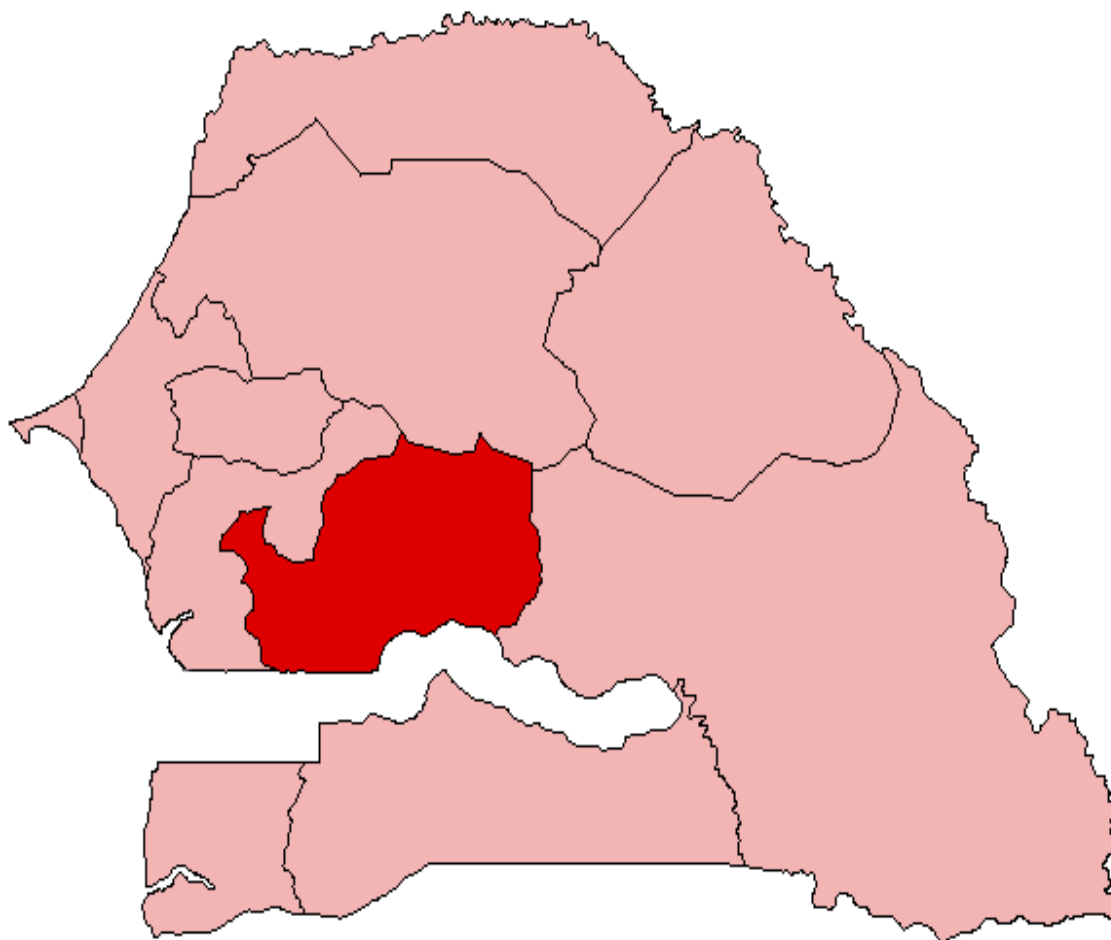


Figura 5: Localização da região de Kaolack no Senegal

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/Image:Senegal_Kaolack.png

Assim a partir do ano 2000, o conselho rural de Keur Baka deliberou que todas as florestas de suas competências, aproximadamente 8550 hectares de floresta, fossem em ‘mise en défens’. A ‘mise en défens’ consiste numa técnica de proteção da floresta pelas próprias populações, para que estas possam aproveitar dos benefícios ecológicos e econômicos da floresta. Trata-se de um conjunto de medidas consensuais tomadas pelas populações para reabilitar e conservar os recursos silvo-pastoris, de tal forma a assegurar vantagens ecológicas, socioeconômicas e culturais de forma sustentável. Ao contrário das técnicas repressivas de conservação, a técnica de ‘mise en défens’ privilegia a negociação entre categorias de utilizadores e busca uma mudança de comportamento dos indivíduos. Por

isto, a área ‘mise en défens’ não é cercada, mas se estabelecem regras consensuais para seu manejo e seu acesso.

Uma consequência imediata desta mudança de estatuto jurídico da floresta de Sambandé em de floresta ‘mise en défens’ foi a responsabilização das populações locais na gestão dos recursos naturais para uma apropriação efetiva de seus espaços. Após a deliberação do conselho, as competências de manejo e de proteção da floresta de Sambandé foram confiadas aos 10 vilarejos adjacentes à floresta que contam com uma população de 2615 habitantes. Trata-se dos vilarejos de Sambandé, Mbayalar Woloff, Mbayalar Peul, Keur Insa, Keur ngor, Keur Bame, Keur Bocar Barry, Keur wack, Keur Souleye Bousso, Keur Demba Mbakery, todos localizados na parte Sul da floresta (figura 4). Juridicamente, o Estado é o avalista da floresta de Sambandé, mas as populações locais têm a função gerenciadora a partir de regras de acesso bem definidas por elas mesmas, e o serviço florestal oferece apoio técnico e conselho.

posição geográfica, podem vigiar melhor e controlar as entradas e saídas de indivíduos na floresta, sobretudo dos ‘estrangeiros’ ao ‘terroir’. Pelo fato que as populações dos vilarejos adjacentes são os primeiros usuários das florestas para satisfazer suas necessidades tais como a coleta permanente de lenha, e que elas seriam também as primeiras a sentir os efeitos de uma floresta degradada. O novo contexto institucional lhes motivou a agir ativamente e coletivamente para retomar o controle e a proteção da floresta.

Devido a sua situação geográfica, a Comunidade Rural de Keur Baka está confrontada pelo clima ‘soudano saheliano’ marcado por uma estação seca variando de sete a nove meses e uma estação úmida de quatro meses, com uma pluviometria chegando a 700 mm. O relevo é relativamente plano com exceção da várzea de Baobolong que apresenta um desnivelamento de 40 metros. Quanto aos recursos hídricos, as águas de superfície são essencialmente constituídas pelos mares alimentados pelas águas da chuva. Como o resto do Senegal, a pluviometria desta área conhece uma variabilidade temporal, e nas quantidades de água registradas. As águas dos mares são salgadas não oferecendo, portanto muito interesse para a agricultura com exceção da rizicultura. São essencialmente usadas como fontes de água para o gado. O lençol freático que tem uma profundidade de 30 a 40 metros, alimenta os poços nos vilarejos. Tal profundidade constitui um constrangimento para as populações em manter atividades agrícolas fora da época das chuvas. Um outro lençol de profundidade entre 250 a 300 metros participa de maneira importante na provisão de água para as populações e para o gado. Devido às perfurações necessárias para atingir esta camada de água, a sua exploração pelas próprias populações se torna muito onerosa.

A vegetação da comunidade rural de Keur Baka é composta de três tipos de formações lenhosas: - o parco agro florestal, constituído de árvores dispersas nas áreas agrícolas; - as formações florestais naturais, fortemente dominadas pelas Acácias (as quais constituem também as principais áreas de pastagem do gado durante a estação das secas); - e o tapete herbáceo, essencialmente constituído de espécies dos gêneros *Panicum* (colonião), e *Brachiaria*. Quanta a fauna, ela é essencialmente composta de macacos vermelhos, de hienas, de chacal, de lebres e outros. Recentemente, em consequência das técnicas de

proteção da floresta de Sambandé, pôde-se observar a reaparição de grandes animais como a cerva.

III.1.2 Os Vilarejos em Estudo

Sabendo que este estudo está focado apenas na floresta de Sambandé, a resto desta seção se concentrará sobre os vilarejos nos quais eu realizei a pesquisa de campo. Dentro os 10 vilarejos responsáveis pelo manejo da floresta de Sambandé, selecionei três vilarejos para a coleta de dados. A seleção destes vilarejos foi baseada nos princípios da representatividade e da variação. Procurei trabalhar em vilarejos que apresentam algumas características relevantes para o projeto de pesquisa: dependência pelas populações de recursos florestais e a existência de instituições locais ativas para o manejo da floresta. Durante meus primeiros dias de campo, percebi logo que alguns dos dez vilarejos responsabilizados para o manejo local eram constituídos apenas de 2 ou 3 famílias. São aldeias habitadas pelo grupo étnico pulaar que saíram de um vilarejo maior para criar seu próprio vilarejo. Estes vilarejos são Keur Bocar Barry e Keur Souleye Bosso (ver quadro 3). Apesar de ser administrativamente considerado como vilarejo, se trata de uma única concessão constituída por muitas famílias núcleo. Devido à baixa variabilidade nestes vilarejos, eles não foram escolhidos com área de estudo, mas serviram como sítios para testar os questionários. Ao longo do processo de seleção dos vilarejos, me preocupei em levar em consideração na amostragem, a heterogeneidade étnica da população (wolof, sereer, peulh, toucouleur, bambara) e de incluir as diferentes categorias de utilizadores da floresta (coletores de produtos não lenhosos, os artesões, fabricantes de carvão, lenhadores, comerciantes, pastores, agricultores, etc...). Para obter uma variação, outros critérios de seleção foram a distância entre o vilarejo e a floresta, e a distância entre o vilarejo e o mercado principal. Tais critérios me permitiriam analisar se, pelo fato de um vilarejo ser longe ou perto da floresta, isso afeta sua forma de uso ou sua dependência na floresta.

	Vilarejos	Numero de Famílias	Atividades	População
1	Sambandé	60	Agro-pastoris	773
2	Mbayalar wolof	41	Agricultura/ comércio	543
3	Mbayalar peulh	30	Agro-pastoris	291
4	Keur Insa	03	Agro-pastoris	039
5	Keur Ngor	18	Agro-pastoris	306
6	Keur Bame	09	Agro-pastoris	088
7	Keur Bocar Barry	03	Agro-pastoris	037
8	Keur Wack	24	Agro-pastoris	381
9	Keur Souleye Bousso	09	Agro-pastoris	068
10	Keur Demba Mbakéry	08	Agro-pastoris	089

Quadro 3: Dados demográficos sobre os vilarejos ribeirinhos da floresta de Sambandé

Coletei dados em três principais vilarejos: Mbaylar Wolof, Keur Ngor e Sambandé (ver figura 6) que apresentavam características desejadas para o desenvolvimento da pesquisa. O vilarejo de Sambandé constitui o vilarejo centro, pois é mais povoado e possui mais infra-estrutura que os outros vilarejos ribeirinhos. A floresta em estudo tem o mesmo nome que o vilarejo. Todas as assembléias de vilarejos e reuniões sobre o manejo comunitário da floresta acontecem no vilarejo de Sambandé. A sua população (773 habitantes) é composta de Sereer, de Pulaar e de Wolof, mas se encontram também algumas famílias originárias de Burkina Faso⁵⁹. Os ‘sereer’ do vilarejo praticam a religião muçulmana e seguem também o culto dos antepassados. Quanto ao grupo étnico ‘woloff’, eles estão limitados apenas a prática da religião muçulmana. Esta forma diferenciada de viver sua religiosidade interferiu até na distribuição geográfica das duas comunidades étnicas dentro do vilarejo. De um lado, as concessões ‘woloff’ são concentradas ao redor de uma praça pública onde se reúnem apenas os ‘woloff’. Na outra parte os vilarejos as concessões ‘sereer’ são

⁵⁹ Estas famílias de Burkina Faso foram migrantes sazonais quando o cultivo do amendoim estava no seu apogeu. Ao longo dos anos, se estabeleceram permanentemente no Senegal.

concentradas numa mesma área, eles tem também sua própria praça pública⁶⁰. Apesar desta divisão geográfica, a coabitação entre as duas comunidades ‘woloff’ e ‘sereer’ parece pacífica, pois elas se convidam mutuamente em ocasiões de cerimônias familiares (batismos, casamentos, funerais). Elas partilham igualmente infra-estruturas hídricas (poços) e escolares e participaram juntamente na definição das regras do código de conduta.

O vilarejo de Mbaylar Woloff compreende 540 habitantes compostos de Woloff e Bambara, tem líderes locais muito ativos ao manejo local. As mulheres deste vilarejo são conhecidas como muito dinâmicas na coleta de produtos florestais não lenhosos. Quanto a Keur Ngor (306 habitantes), este vilarejo é habitado pelos woloff. Em relação aos outros vilarejos, concentra maior número de lenhadores.

III.1.3 Análise Sócio-Econômica dos Vilarejos em Estudo

As principais atividades econômicas que predominam nas áreas de estudo são: agricultura, comercio, atividade pecuarista e atividades florestais.

Como toda área da bacia de amendoim, os três vilarejos estão especializados na produção do amendoim e do milheto. As suas populações são essencialmente agricultoras, mesmo estes com baixo desempenho da agricultura, diversificam cada vez mais suas fontes de renda. A agricultura é essencialmente pluvial, e é caracterizada pelo uso baixo de mecanização e de insumos.

As superfícies das terras disponíveis variam de uma concessão à outra. Em média as famílias dispõem de oito (8) hectares. Todavia, nem todas as terras disponíveis são cultivadas por duas razões principais. A primeira está relacionada com a falta de mão de obra. Grande parte dos jovens ou pessoas ativas partiu em direção às grandes cidades como Kaolack e Dacar, e ao exterior. A mão de obra é essencialmente constituída por mulheres, crianças, e pessoas idosas que apóiam os raros chefes de família que optaram por

⁶⁰ A praça pública em muitos vilarejos do Senegal constitui em um espaço de socialização, geralmente na sombra de uma árvore, onde os homens e anciões permanecem quando não estão ocupados com atividades quotidianas. Geralmente nesta praça que se organizam também as reuniões comunitárias, as festas agrícolas e religiosas.

permanecer no vilarejo. A segunda razão está ligada a dificuldades financeiras das populações de obter insumos suficientes (sementes e fertilizantes) para cultivar as terras disponíveis. As condições de obtenção de crédito nas instituições financeiras nem sempre são favoráveis para as populações mais pobres.

As terras agrícolas são cada vez mais inférteis devido à monocultura do amendoim, da ausência de pousio e da fraca utilização de insumos químicos. No plano pedológico, se encontram três tipos de solos repartidos no seguinte: - os solos ‘dior’⁶¹ que representam 75% da superfície total são antigas dunas caracterizando-se por uma textura arenosa, pouca profundidade e um baixo teor de matéria orgânica. – Os solos ‘deck – dior’ que representam 10%, são ricos em matéria orgânica e em elementos químicos. – Os solos ‘deck’, são hidromórficos, encharcando-se nas fortes chuvas, são ricos em húmus, e cobrem 15% da superfície total. Devido às suas características de fraca capacidade de retenção de água e de lençol freático profundo, as terras agrícolas ao redor da floresta de Sambandé têm uma baixa aptidão agrícola.

Frente à falta de insumos para manter ou mesmo melhorar a fertilidade dos solos, florestas são clareadas para ter acesso a novas terras férteis. Os métodos de pousio dos solos por um período de 10 a 20 anos para a restauração da fertilidade dos solos foram ao longo do tempo abandonados. Com a promulgação da lei sobre o domínio nacional em 1964, as terras em pousio passaram a ser consideradas como improdutivas, sendo conseqüentemente susceptíveis à desapropriação. Esta lei desencorajou a prática de pousio para reposição da fertilidade dos solos. Desde então, e com o custo elevado de insumos químicos, a associação da agricultura com sistemas pecuários, se apresenta como principal alternativa para as populações de manter suas terras férteis. Da mesma forma, as transações fundiárias como empréstimo⁶², gage⁶³ ou aluguel de terras, que tradicionalmente foram estratégias

⁶¹ Dior na língua woloff significa grandes extensões de areia.

⁶² O empréstimo é feito pelo agricultor que tem terras além de sua capacidade produtiva. Ele entrega um lote de terra a um amigo ou parente por um período de um ano, sem que este possa reclamar nenhum direito sobre o pedaço cedido.

⁶³ O agricultor doa um pedaço de terra a um outro, como garantia de um empréstimo de um bem. Com o reembolso do empréstimo no prazo fixado, o dono da terra recupera sua propriedade, se não perde a terra.

essenciais de solidariedade e de não concentração de terras improdutivas, passaram a ser proibidas.

Mesmo se a estratégia de associar de atividades pecuárias e agrícolas acentuou ultimamente, o sistema de produção local sempre usou esta técnica de integrar os animais a agricultura para manter a fertilidade dos solos. Segundo relatos dos anciões, os Sereer foram os primeiros ocupantes da área em estudo, deixaram como herança seu sistema tradicional de produção que associa a agricultura ao animal e ao árvore. Tanto o gado quanto a árvore, presentes deliberadamente nas paisagens do ‘terroir sereer’, envolvem uma preocupação de preservação da fertilidade do solo para a manutenção das áreas agrícolas. Consequentemente a agricultura, a criação de animais e a silvicultura não são percebidas por eles como atividades paralelas; pelo contrário elas são vistas como intimamente complementares e são exercidas no mesmo espaço. A importância da árvore na agricultura é ilustrada por um ditado local “dez ‘dimb’ dez burros”. ‘Dimb’ (*Cordyla pinnata*) é uma árvore que as populações locais associam muito à melhoria da fertilidade dos solos. O ditado significa, quanto maior o número de ‘dimb’ que o agricultor tiver no seu campo, tanto maior será necessário o número de burros para transportar a produção até sua concessão.

Na área de estudo, as migrações do gado são organizadas em função do calendário agrícola. No início das épocas de chuvas, o gado, constituído por bovinos e caprinos, é confinado nas áreas comunitárias de pastagem⁶⁴ para evitar conflitos com os agricultores. Após a colheita, no período das secas, o gado é encaminhando às áreas agrícolas para se alimentar dos restos das culturas, quando em contrapartida estas terras recebem uma fertilização orgânica. Contratos informais de empréstimos de animais são estabelecidos entre os indivíduos que possuem um número elevado de animais e os menos dotados. Quem não tem muito gado, empresta os animais para ganhar uma fertilização orgânica na sua área agrícola. Esta prática de empréstimo garante o respeito à capacidade de suporte dos solos para os grandes proprietários de gado, e assegura que as terras dos que possuem

⁶⁴ As áreas comunitárias de pastagem são espaços dentro do terroir que durante muito tempo não foram cultivados.

menos gado, recebem uma fertilização orgânica. Devido aos freqüentes roubos de animais, estes contratos se tornam mais raros. Então, cada vez mais, a agricultura itinerante acaba sendo a única saída dos agricultores para manter os níveis de fertilidade dos solos. O desmatamento da floresta em decorrência da expansão das terras agrícolas constitui uma real ameaça para a cobertura vegetal.

Apesar de suas potencialidades pluviométricas, o setor agrícola na área de estudo conhece muitas dificuldades que impedem que as populações vivam apenas da agricultura. Algumas famílias investem em horticultura a uma pequena escala no período das secas, mas poucas tentativas alcançaram um sucesso devido à profundidade do lençol freático. A falta de água constitui uma grande desvantagem para o desenvolvimento de uma agricultura intensiva. Enfim a agricultura não sustenta mais seu homem, as produções baixas não são suficientes para a subsistência nem para obtenção de renda. A água é um fator limitante para uma agricultura irrigada. Outras estratégias como a pecuária intensiva, a coleta de produtos florestais ou a migração são desenvolvidas pelas famílias para gerar renda.

Nas minhas entrevistas, pareceu que, sobretudo as mulheres, que são mais investindo na pecuária intensiva como atividade geradora de renda. O sistema de pecuária tradicional foi dominado pela criação extensiva e pela transumância. Mas este sistema está em declínio devido aos roubos freqüentes de animais e da redução das áreas pastoris em decorrência da expansão da agricultura. Também os pastores encontram muitos problemas quanto ao acesso à água: os pontos de água na floresta secam rapidamente após as chuvas. Os pastores são obrigados a levar o rebanho nos poços dos vilarejos, entrando em competição com as necessidades de água para as atividades domésticas. Para contornar estes problemas e evitar conflitos, os criadores adotam técnicas intensivas de estabulação com o cerceamento dos animais nas suas concessões. Segundo as populações, o desenvolvimento da confinção bovina, ovina e da avicultura rural tem perspectivas promissoras, estes animais representam uma verdadeira poupança. Em caso de emergência financeira, estes animais são vendidos para a obtenção de liquidez.

Ao lado das atividades agrícolas e pecuárias, as atividades florestais constituem uma fonte de renda importante para estas populações. Os principais sistemas de produção florestais estão ligados à coleta de produtos não lenhosos, de frutas, a coleta de madeira morta, a coleta de madeira de serviço e a caça. As frutas selvagens chamam particularmente a atenção quando se estimam as potencialidades da floresta de Sambandé. Estes contribuem de maneira quantitativa e qualitativa na alimentação das populações locais. Trata-se essencialmente das espécies tais como: alom (*Diospyros mespiliformis*), jujuba (*Zizuphus mauritânia*), tamarindo (*Tamarindus indica*), soumpe (*Balanites aegyptiaca*), gung, dimb (*Cordyla pinnata*). Segundo as entrevistas, a floresta tem função primeira de produção de energia (lenha), depois de produção alimentar para os homens e para o gado e em terceira posição, vem a função da medicina tradicional.



Figura 7: Uso dos produtos florestais nas habitações do vilarejo de Sambande

Fonte: autora, Novembro 2006

A lenha constitui a principal fonte de energia para cozinhar nos três vilarejos em estudo. Poucas famílias possuem bujão de gás, mesmo assim quando este existe, ele é limitado a aquecer água ou ao preparo de pequenas e rápidas refeições. A coleta de lenha permanece

uma tarefa principal de mulher, mas os homens chegam a apoiar quando se precisam coletar grandes quantidades para constituir reservas do período das chuvas. Paradoxalmente, a espécie mais abundante na floresta, a *Acácia seyal* não é muito preferível como madeira de lenha para as mulheres. Devido o rápido apodrecimento desta Acácia, as mulheres evocam problemas de estocagem e preferem coletar outras espécies. Entretanto esta Acácia é muito apreciada pelos fabricantes de carvão. A carbonização foi interdita na região de Kaolack desde 1998 devido à rápida degradação de suas florestas. Mas apesar das proibições, esta atividade continuou ativa na Floresta de Sambandé. Ela é praticada pelo grupo étnico Pulaar que vem da Guiné Conakry.

A floresta de Sambandé é também um espaço de pastagem para o rebanho das populações locais, mas também da transumância de diversos horizontes. Algumas espécies, muito apreciadas como madeira de obra, são igualmente encontradas na floresta, mas o número de indivíduos destas espécies e o seu volume permanecem limitados. Esta madeira de obra é muito solicitada pelos artesões para a construção, a fabricação de móveis, de instrumentos musicais e de obras de arte. E como o estilo de construção de ‘casa urbana’ esta ganhando espaço nesta área, a demanda por madeira cresceu. As casas com cimento e madeira estão tomando o lugar das casas construídas de palhas.

Quanto aos produtos florestais não lenhosos, eles representam 40% volume dos produtos explorados na floresta. Todavia três principais produtos se destacam pela sua quantidade e pela sua importância no mercado local e urbano: fruta do baobá, fruta de tamarindo e fruta de jujuba. As mulheres e as crianças são muito ativas na coleta dos frutos selvagens. Estes produtos contribuem de maneira quantitativa e qualitativa à alimentação das famílias. Eu observei durante minha estadia que a refeição mais comum nesta localidade é preparada a base de folhas e de frutos de tamarindo. As refeições não são geralmente acompanhadas de proteínas animais. As rendas familiares não permitem que as famílias se aprovisionem regularmente de peixes ou de carnes. Como dito anteriormente, os animais criados são poupanças para emergências financeiras ou para as ocasiões de festividades.



Figura 8: Coleta de produtos não madeireiros na Floresta de Sambandé

Fonte: autora, 2006

Como veremos nas próximas seções, os produtos florestais não madeireiros têm também um papel primordial nas rendas das famílias. A demanda crescente dos PFNMs (Produtos Florestais Não Madeireiros) nos centros urbanos, favoreceu a valorização monetária dos produtos selvagens, mesmo que isto signifique uma maior pressão sobre as florestas.

Pesquisas de PERACOD (2006) mostraram que 63% do volume dos produtos não lenhosos coletados, são vendidos nos mercados locais ou nas grandes cidades. Devido à falta de infra-estruturas para a transformação e o condicionamento destes produtos, os coletores são

obrigados a vender o mais rápido possível, não há muitas possibilidades de valorização dos produtos em longo prazo. A transformação dos produtos, com valor agregado, poderia contribuir visivelmente nas rendas das famílias. Conseqüentemente, durante a alta estação, as mulheres vendem com baixos preços aos comerciantes e aos transformadores, para evitar o apodrecimento dos produtos.

Além dos alimentos, a coleta dos produtos florestais não lenhosos, compreende também os produtos destinados à medicina tradicional. Trata-se de casca, folhas, raízes, de frutas que são utilizadas pelos curandeiros. Frente às dificuldades de acesso a infra-estruturas de saúde e do custo dos produtos farmacêuticos, as populações optam pelo tratamento medicinal destes especialistas locais à base de produtos florestais. Os curandeiros são também solicitados para proteção e outros pedidos de ordem mística. No Senegal, apesar da massiva conversão revelada para religiões (Islã, Cristianismo), o sincretismo religioso é uma realidade seja nas áreas rurais ou urbanas. A persistência das crenças em rituais tradicionais e no poder místico de plantas explicaria de uma parte a coleta abusiva de plantas medicinais nas florestas. Assim as plantas medicinais coletadas na floresta de Sambandé não são somente destinadas às populações locais, mas a abastecer a forte demanda nas grandes cidades. A situação precária das estruturas estatais de saúde não está limitada apenas às áreas rurais, ela é de âmbito nacional.

A caça mesmo não praticada em grande escala, constitui uma fonte de proteínas animais numa localidade onde o consumo diário destas proteínas se tornou um luxo.

Além das rendas oriundas de atividades específicas do mundo rural, as populações em estudo, particularmente as mulheres, investem no comércio. Elas compram mercadorias (alimentos, roupas e outras) em Kaolack e Dacar para revender nos vilarejos. Não se pode rianegligenciar também as transferências de dinheiro dos imigrantes como consideráveis fontes de rendas.

III 2 O PROCESSO DE “MISE EN DÉFENS” DA FLORESTA DE SAMBANDÉ

III.2.1 Justificativas para “mise en défens”

Frente às dificuldades que enfrentam as populações para manterem viáveis e produtivos os sistemas de produção agrícola e pecuarista, a pressão exercida sobre os recursos florestais tem aumentando muito. E quando a pobreza rural se associou a uma regulamentação jurídica inadequada e ineficiente do uso dos recursos florestais, as condições de vida destas populações só pioraram. A utilização não controlada dos recursos da floresta de Sambandé durante anos, levou a redução e a destruição das espécies da fauna e da flora. Quando a gestão da floresta era de responsabilidade do serviço florestal, o código florestal era o único instrumento regulamentar de âmbito nacional. Em primeiro lugar, as especificidades do ‘terroir’ não eram levadas em consideração. Em segundo lugar, os textos regulamentares não eram conhecidos pelas populações, e às vezes nem aplicados pelas entidades responsáveis pela proteção das florestas, deixando assim um vazio institucional.

O agente florestal tem a missão de supervisionar todas as florestas de um “arrondissement”⁶⁵. Geralmente esta missão se torna impossível devido à falta de recursos humanos ou financeiros suficientes. Antes da descentralização, apesar da existência do código florestal, o acesso aos recursos florestais de Sambandé podia ser qualificado como de ‘acesso livre’; pois as regras de uso dos recursos que eram do Estado, não eram aplicadas nem respeitadas. Para ilustrar, a carbonização, mesmo proibida dentro da floresta, continuou ativamente praticada por estrangeiros do ‘terroir’. O corte de árvores para fabricação de carvão, perturbou as formas de uso da floresta das populações locais. Alguns indivíduos dos vilarejos adjacentes à floresta, mesmo hostis à carbonização, ficaram impotentes porque não tinham nenhum poder ou legitimidade para frear ou interditar esta atividade de carbonização, nem os produtores de carvão. O agente de serviço florestal que era o principal habilitado a realizar detenções, não vigiou corretamente a floresta nem apreendeu os clandestinos.

⁶⁵ Arrondissement é composto de um conjunto de comunidades rurais

Todavia a destruição da floresta de Sambandé não poderia ser atribuída apenas aos estrangeiros envolvidos na carbonização. Os fabricantes de carvão se beneficiaram também da cumplicidade das populações locais, porque estes eram alojados nos vilarejos adjacentes. De fato, houve atitudes e comportamentos das populações locais que contribuíram à degradação da floresta: o corte abusivo de árvores para fins domésticos e comerciais, a coleta abusiva das raízes de árvores pelos curandeiros para fins comerciais, a mutilação de árvores para alimentar o gado, a coleta de frutas não maduras para vender por um melhor preço, e a freqüente ocorrência de fogos na mata. Todas estas formas abusivas de uso dos recursos florestais comprometeram a regeneração natural. O contexto de rarefação de recursos naturais acelerou consequentemente a competição entre diferentes categorias de usuários que às vezes tem uma lógica diferente no que diz respeito ao uso da floresta.

III.2.2 As diferentes Etapas da ‘mise en défens’ da Floresta de Sambandé

Com o processo da descentralização, o conselho rural herdou uma floresta em estado de degradação e sob contexto de tensão social. Para reverter à tendência de desflorestamento, o conselho rural, usou de suas prerrogativas (segundo as leis da descentralização e do código florestal) para dar a floresta de Sambandé o estatuto de área de “mise en défens”. Este sistema de ‘mise en défens’ tem como efeito subtrair a floresta da intervenção humana massiva. As principais interdições se referem ao corte de árvores, à coleta abusiva e a prática de agricultura na floresta. Espera-se que, após um período dado de proteção, que as populações possam usufruir da floresta regenerada.

O processo de ‘mise en défens’ da floresta de Sambandé pode ser distinguido em três principais fases. Primeiro, as populações fizeram seu diagnóstico sobre as causas da degradação da floresta.

Em seguida, as populações sugeriram propostas de regras para acesso à floresta com a finalidade que cada categoria pudesse satisfazer suas necessidades vitais sem comprometer os interesses dos outros e sem colocar em risco o potencial existente. Esta fase resultou na elaboração de um código de conduta que regulamenta consensualmente o acesso e a utilização dos recursos naturais do ‘terroir’. O código de conduta também chamado de ‘convenção local’ ou ‘código local’, consiste em um conjunto de disposições tomadas pelos diferentes utilizadores (pastores, agricultores, mulheres coletores, curandeiros, etc) dos vilarejos, responsabilizados pelo manejo da floresta. As regras locais de acesso e de uso dos recursos florestais estabelecerem os modos de utilização dos recursos da floresta: quem pode coletar? Quando coletar? Como coletar? Quando vender?

Durante as assembléias gerais, cada vilarejo vinha com uma proposta de regras de acesso e de uso dos recursos naturais, que podia ser aceita ou rejeitada pela comunidade. O objetivo final deste exercício de negociação foi de chegar à formulação de regras consensuais. A princípio acreditou-se que regras de manejo tendo o compromisso das populações, teriam mais chances de serem viáveis. Devido à complexidade das relações entre os diferentes usuários da floresta, o processo de negociação que resultou na convenção local, levou um período de dois anos. Assim ficou estabelecido que indivíduos residentes e/ou externos aos 10 vilarejos teriam acesso à floresta, unicamente se respeitarem o ‘código de conduta’. O código local estabelece as condições de acesso, o controle e o modo de gestão dos recursos naturais comuns, as interdições, assim como as sanções em caso de não respeito às regras e normas. No código aparecem também as disposições práticas para preservar a floresta.

Toda corte de árvores ou forma de eliminação de árvore verde, incluindo frutíferos, foi interdito. Foi também, absolutamente proibida a exploração para fins mercantis de madeira de obra para evitar futuros desmatamentos. A carbonização, uma atividade que já era clandestina, foi totalmente interdita. Como os indivíduos que praticam a carbonização são principalmente ‘estrangeiros’⁶⁶ na localidade, o código de conduta interditou as populações locais de alugar quarto ou casa a estes ‘estrangeiros’ sob pena de

⁶⁶ Se referem aos indivíduos que não residem nos vilarejos adjacentes, às vezes nem habitam na Comunidade Rural de Keur Baka

sanções. No início, esta medida foi alvo de resistência, porque este aluguel de alojamento constituía fonte de renda para algumas famílias. Da mesma forma, foi decidido que a coleta de frutas florestais antes da data fixada como início de período de coleta seria punida. Para cada espécie de fruta, foi definido o período de coleta. A coleta de frutas selvagens imaturas era prática comum, para maximizar os lucros. Os indivíduos procuravam coletar os frutos na baixa estação para vender com altos dos preços.

Quanto ao gado das populações locais, não foi interditado seu acesso à floresta. Pelo contrário, a presença controlada dos animais foi desejada, pois eles podem favorecer a regeneração natural fertilizando a terra e dispersando as sementes. Também interditar os animais na floresta significa uma forte pressão animal sobre os espaços agrícolas além de intensificar os conflitos entre pastores e agricultores, ou entre pastores e aldeões. Com a rarefação de água, os poços nos vilarejos não são suficientes para as atividades domésticas e para a bebida dos animais. Além disso, as florestas da bacia do amendoim constituem um ponto de passagem obrigatório para a transumância dos animais que vêm do Norte do Senegal em direção ao Sul.

Com esta decisão de não interditar a entrada do gado na floresta, pode-se dizer que a convenção local regulamentou o acesso e o uso da floresta segundo as realidades sócias e culturais da localidade. Ela vem complementando o vazio institucional do código florestal, adaptando a regulamentação nacional ao contexto local. Sem a existência da convenção local, somente o código florestal nacional estaria sendo aplicado na floresta de Sambandé. Como se sabe, este código florestal possui regras muito gerais, que não levam em consideração o cotidiano das populações, nem as lógicas do uso da floresta pelas populações. Também aspectos organizacionais para o manejo da floresta, não aparecem nos textos do código florestal. Trata-se apenas de citar os direitos de uso das populações, e as sanções em caso de delito e de encorajar os comitês de luta contra fogo. As formas de organização destes comitês não são elucidadas no texto legislativo. Por estabelecer regras locais e estruturas encarregadas de sua aplicação e de seu controle, a convenção local foi um instrumento funcional.

A última fase da ‘mise en défens’ correspondeu à fase exploratória da floresta já reabilitada para que as populações pudessem se beneficiar ao longo prazo, dos recursos florestais. Neste sentido, um plano de manejo⁶⁷ precisa ser elaborado como mandado pela legislação nacional. O plano de manejo florestal consiste em uma planificação das medidas técnicas e organizacionais necessárias a tomar no tempo e no espaço, para manter o potencial produtivo da floresta. Ele representa uma disposição regulamentar complementar à convenção local, com um período de aplicação de pelo menos dez (10) anos. No plano, definem-se regras sobre o percurso dos rebanhos na floresta, a exploração dos produtos não lenhosos, a proteção dos mares, o calendário dos cortes de madeira, a produção de carvão e a organização do eco-turismo. Da mesma forma, o plano de manejo fixa os limites de volume de madeira a ser cortados por ano em função da capacidade de regeneração das árvores. Como no caso da convenção local, a fase anterior à elaboração do plano do manejo necessitou a negociação entre diferentes atores antes de estabelecer as formas de uso e das regras. A floresta reabilitada constitui atualmente um espaço para diferentes usos, e as formas de utilização devem permitir a renovação dos recursos naturais em longo prazo. Por isto os diferentes utilizadores que têm às vezes interesses divergentes de uso precisam negociar para chegar a compromissos.

III.2.3 Atores Envolvidos no Processo de ‘mise en défens’

Para chegar a uma regulação local que alia proteção e uso racional de recursos naturais, uma diversidade de atores participou no processo de ‘mise en défens’. A concepção participativa e consensual do código local da floresta de Sambandé lhes conferiu sua legitimidade, enquanto que sua concordância com as leis nacionais lhe deu toda legalidade.

III.2.3.1 Conselho Rural e CAC (Célula de Animação e de Concerto)

O conselho rural não apenas participou de todos os processos da ‘mise en défens’, mas precisou validar e aprovar a convenção local. O conselho teve a responsabilidade de

⁶⁷ Segundo o artigo 11 do código florestal, toda superfície de floresta superior a vinte hectares necessita um plano de manejo. O período de aplicação do plano de manejo é de 10 anos com uma avaliação após os cinco primeiros para verificar a pertinência das regras.

verificar-se se a convenção incluiu os direitos e os deveres de todas as partes na proteção e no uso dos recursos da floresta. Ele tem também a obrigação de assegurar que a quota – parte das multas foi repassada as populações locais. Finalmente o conselho rural tem a tarefa de apoiar os comitês vilarejos na execução do seu mandato.

A comunidade rural é a entidade mais baixa na pirâmide administrativa do Senegal. Ela é gerenciada pelo conselho rural, o principal governo local. Seus membros são eleitos pelos vilarejos constituintes da comunidade rural a partir de listas dos partidos políticos. Com a descentralização, as competências de gestão dos recursos naturais da comunidade rural foram transferidas ao conselho rural. Como os conselhos rurais foram eleitos para representar os interesses dos vilarejos, eles repassaram as competências de gestão às populações adjacentes as florestas. Para assumir suas novas funções, cada vilarejo responsabilizado criou seu ‘comitê – vilarejo’ para o manejo e a proteção da floresta. Dez (10) comitês foram criados nos 10 vilarejos que se reagrupam a Célula de Animação e de Conserto (CAC) para coordenar suas atividades a nível intervilejo. A CAC é, portanto, o órgão constitutivo dos representantes dos vilarejos. Ela está sob tutela da ‘comissão ambiental’, um desmembramento do conselho rural, cuja missão consiste em coordenar ações de gestão sustentável dos recursos naturais. Ao contrário do conselho rural, a CAC é uma instituição apolítica, seus membros foram escolhidos pelas populações segundo seu dinamismo e seu grau de envolvimento na proteção da floresta e suas qualidades de liderança.

De fato, a função de vigilância sobre o respeito das disposições regulamentares para a proteção da floresta de Sambandé voltou inteiramente às próprias populações através da célula de animação e de conserto (CAC) ou comitês de gestão. Os membros dos comitês têm a tarefa de identificar e de denunciar os infratores à autoridade competente, o serviço florestal. Além disso, os comitês são responsáveis pela organização de todas as atividades silvícolas com finalidades de proteção e de restauração. Assim, anualmente, os comitês mobilizam a população masculina dos 10 vilarejos a investir nas atividades de prevenção dos incêndios florestais. Desmatamentos são realizados para traçar as redes divisionárias contra fogo. No capítulo anterior, esbocei que os incêndios florestais são uma das

principais causas de degradação da floresta no Senegal, a floresta de Sambandé não é uma exceção. Portanto as ações preventivas a incêndios adotadas pelas próprias populações, foram importantes para a reabilitação da floresta de Sambandé. Os membros do comitê e as populações investiram-se também na regeneração assistida, no estaqueamento e no transplante de espécies na floresta para enriquecer o patrimônio da flora.

III.2.3.2 Conselho de Gestão da Floresta

Os comitês vilarejos, são apoiados na mobilização e na propagação das informações nos vilarejos pelo ‘Conselho de Gestão da Floresta’, composta pelos 10 chefes dos vilarejos responsabilizados para o manejo local florestal. Esta é uma instituição tradicional somente consultiva. Mesmo que este conselho não disponha de nenhum poder decisório sobre o manejo da floresta, como instituição costumeira ele facilitou na mobilização das populações e na resolução de conflitos. Com as reformas da modernização dos anos 70, os chefes dos vilarejos perderam seus poderes políticos (gestão das terras, dos conflitos, ect..) herdados dos ancestrais. Nos tempos contemporâneos, eles são nomeados pelo estado e atuam como representantes da autoridade administrativa. A sua função de controlar a execução das leis e dos regulamentos dentro dos vilarejos, ainda lhes conferem uma notoriedade, o que justificou sua implicação em todas as fases da ‘mise en défens’. Também como manda o código da descentralização, o chefe do vilarejo é membro da comissão ambiental do Conselho Rural, no entanto parece mais do que pertinente que ele esteja associado aos assuntos relativos ao manejo e à proteção da floresta.

III.2.3.3 As Populações Locais da floresta de Sambandé

As populações dos vilarejos adjacentes, homens e mulheres, tiveram um papel importante no sucesso do manejo local da floresta de Sambandé. Elas participaram ativamente durante as assembléias comunitárias nas quais as regras locais de acesso e de uso da floresta foram estabelecidas. Além disso, elas foram dinâmicas nas ações de proteção, de controle de incêndios florestais e de controle das infrações. Segundo minha entrevista⁶⁸ com a CAC

⁶⁸ Entrevista que eu realizei com alguns membros da Célula de concertacao no vilarejo de Sambandé em Janeiro 2007

(Janeiro 2007, Sambandé), as mulheres, seriam as mais que mais denunciavam os infratores. Devido suas idas freqüentes à floresta para coletar lenha e condimentos para o preparo das refeições, elas foram testemunhas de vários casos de coleta ou de corte abusivo.

No início do processo de ‘mise en défens’, os jovens também, participaram ativamente das assembléias dos vilarejos e das atividades de proteção da floresta. Todavia ao longo do processo, muitos deles se desanimaram devido à falta de ganhos numéricos.

III.2.3.4 As Autoridades Estatais: Serviço Florestal e Sub- Prefeito

O sob prefeito representa o poder central no nível de ‘arrondissement’. Além de verificar se a convenção local respeita os textos oficiais, esta autoridade governamental se comprometeu em respeitar as resoluções das populações e de levá-los em consideração nos seus atos administrativos. A participação do Estado no processo foi importante para que as regras locais adquiram uma legalidade. Após o consenso e a adoção pelas populações, o código local foi submetido à aprovação do sub prefeito e igualmente ao serviço florestal. Estas autoridades estatais tiveram as responsabilidades de verificar se as novas regras estabelecidas estão de acordo com a legislação em vigor. A convenção local e o plano de manejo foram validados de acordo com os textos do código florestal.

Além do mais, a competência da polícia florestal permaneceu ao serviço florestal, ela controle a aplicação das disposições tomadas pela convenção local. O ‘comitê-vilajero’ pode apenas denunciar infratores. O poder de confiscação dos produtos florestais delituosos, de estabelecer processos verbais e de detenção, volta ao serviço florestal. A fiscalidade florestal não foi uma competência transferida às coletividades locais. A venda dos produtos florestais, fora do vilarejo, está sujeita ao pagamento de taxas cumpridas pelo serviço florestal. Também os modos de repartição, do valor das multas, confiscações e restituição oriunda das florestas fora do domínio do Estado, são estabelecidos por decreto pelo poder central. O artigo 64 do código florestal estabelece que os 3/10 deste valor estejam atribuídos aos agentes do serviço florestal enquanto os 7/10 são transferidos a coletividade local.

No início do processo, os agentes florestais ficaram com receio de perder seu poder de controle na floresta e sua autoridade frente às populações, e temendo os riscos de perder seus empregos. Todavia, eles mudaram de atitudes quando compreenderam que ainda tinham de atuar como policial florestal e que as responsabilidades do manejo são na realidade partilhadas. A obrigatoriedade do serviço florestal, de dar seu parecer para que as decisões das populações locais sejam validadas, confirma a preponderância do seu papel. Apesar das competências do manejo da floresta ser confiadas às populações, o serviço florestal continua sendo um ator – chave e incontornável nas questões relativas aos modos de uso e de proteção da floresta. A compreensão do seu novo papel foi necessária para que o serviço florestal se mobilizasse a participar do processo de ‘mise en défens’.

III.3 O PAPEL DAS AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO NO MANEJO FLORESTAL LOCAL

No Senegal a partir dos anos 90, sob a impulsão de ONG, acordos locais simples ou mesmo sob forma oral, foram concluídos ao nível dos vilarejos para o manejo de recursos comuns. Estas ONG e instituições internacionais tais como IIED, GTZ, UICN, ect... orientam suas intervenções de acordo com as necessidades diagnosticadas pelas próprias populações, usando para isto, abordagens participativas. Gradualmente, sob o contexto da descentralização, os acordos ou convenções locais se institucionalizaram. Eles ficaram formalizados e aplicados à escala maior que um vilarejo, veja a comunidade rural.

A decisão de ‘mise en défens’ da floresta comunitária de Sambandé assim como a concepção dos instrumentos de gestão da área protegida, foi promovida e apoiada por parceiros externos (NGO e projetos estatais). Mais especificamente o conselho rural teve como principal interlocutor o GTZ através dos agentes do projeto Pagerna⁶⁹ que desde 1995 atuam na comunidade rural. Pagerna é um projeto do GTZ cujo principal objetivo consiste na luta contra a desertificação na bacia do amendoim, isto dentro do quadro das

⁶⁹ Projet d’Autopromotion et de Gestion des Ressources Naturelles au Sine - Saloum

atividades de cooperação alemã. Este projeto senêgalo – alemão estava em andamento na área quando os textos de descentralização foram promulgados.

Após a revisão do código florestal em 1998, um protocolo de acordo para o manejo participativo florestal tomou forma. Tratou-se de um documento legal que associou o conselho rural, o serviço florestal e os vilarejos adjacentes, fixando os deveres de cada parte para que um manejo comunitário seja possível. Este protocolo assinado pelo Estado foi de suma importância, por ter criado um clima de confiança propício à implicação dos vilarejos e do conselho rural que obtiveram assim a garantia de se beneficiar das repercussões de seus esforços de proteção. De fato, através deste contrato, o conselho rural se responsabilizou a iniciar o processo de aplicação do conceito de ‘mise en défens’. Quando o projeto Pagerna terminou, o projeto PBA⁷⁰ a partir de 2004, continuou com algumas atividades de Pagerna incluindo o apoio para elaboração da convenção local de Sambandé. No quadro da cooperação alemã, o projeto Peracod⁷¹ ficou responsabilizado a perseguir as atividades de apoio para o manejo comunitário da floresta de Sambandé. Além de favorecer a participação massiva das populações, GTZ através destes projetos teve o papel de relacionar e de facilitar a cooperação entre o conselho rural, o serviço florestal e as populações.

Em 1996, quando as leis da descentralização foram divulgadas, a coletividade local de Keur Baka e suas populações, tomaram conhecimento, de sua nova responsabilidade de manejar a floresta de Sambandé. Todavia eles não entendiam com clareza seus novos direitos e como tomar posse de suas novas responsabilidades. Tanto os textos da descentralização assim como o código local, estão escrito apenas na língua francesa, não sendo disponíveis em línguas locais, enquanto que muitos dos eleitos locais não são alfabetizados em francês. Também a linguagem jurídica destes textos e do código florestal, faz com que seu conteúdo nem sempre seja compreensível para os conselhos rurais e populações locais. Assim a primeira ação das ONG foi de tornar os textos nacionais

⁷⁰ Programme Bassin Arachidier

⁷¹ Programme d’Electrification Rurale et d’Approvisionnement durable en Combustibles Domestiques

regulamentares da gestão de recursos naturais (agrícolas, florestais e pastorais), acessíveis usando uma linguagem local e simples, assim como as convenções internacionais que visam promover os direitos das populações de ter autonomia de manejar seu território. Esta fase de interpretação dos textos foi muito importante, pois as populações locais entenderam que elas podiam gerenciar as florestas mais que também as formas de manejo local tinham também de estar de acordo com os textos legislativos. Segundo dados coletados em focus group⁷², já houve iniciativas próprias das populações locais, para a proteção da floresta, nos períodos antecedentes à intervenção de Pagerna. Entretanto grande parte destas iniciativas fracassou porque não tinham apoio jurídico: as regras locais que se estabeleciam entravam em conflito com o código florestal.

Pagera em conjunto com o conselho rural, organizou sessões de incentivo rural nos vilarejos, para permitir que as populações locais tivessem acesso às informações sobre as legislações que regem a gestão dos recursos naturais a nível nacional e internacional. Uma boa informação, sobre o atual contexto institucional, para as populações que agora dotadas de autoridade de gestão, facilitou uma reflexão crítica sobre os fatores causadores da degradação. Este exercício de autocrítica permitiu que medidas conseqüentes fossem tomadas para promover a reabilitação.

Os agentes do serviço florestal se beneficiaram também de sessões de formação sobre o código florestal após a descentralização. Estes agentes técnicos nem sempre entendem os textos jurídicos e as medidas conseqüentes, eles acabam impondo sua autoridade, suas próprias leis já que as populações desconhecem a legislação e seus direitos. Em suma, o mesmo nível de compreensão dos textos legislativos pelas populações locais e pelos serviços técnicos, foi importante para que existisse o diálogo sobre os aspectos do manejo local.

Depois desta fase de nivelamento, Pagerna apoiou as comunidades na criação das instituições locais necessárias para a aplicação e o controle das novas regras. Ao longo do processo, a Ong teve o papel de assegurar que as regras locais obedecessem as leis, para

⁷² No vilarejo de Sambandé, Novembro 2006

garantir o sucesso do projeto. Para iniciar relações de cooperação entre o serviço florestal e as populações, os agentes florestais passaram a ser convidados nas reuniões dos vilarejos. Devido as suas ações passadas repressivas, o agente florestal é visto nos vilarejos como ‘inimigo’ ou muitas vezes temido pela população. A presença destes agentes florestais nas reuniões dos vilarejos era para restaurar sua imagem negativa dentro da comunidade e possibilitar uma cooperação entre as populações e o serviço florestal.

Pagera apoiou os 10 vilarejos a elaborar seu plano de manejo florestal como demanda a lei. Em 2006, o projeto Peracod que substituiu Pagera, pagou serviços de consultores para fazer inventários da flora e fauna existentes. O conhecimento das reais potencialidades da floresta de Sambandé foi um ponto de partida para esboçar um plano de uso dos recursos naturais em longo prazo. Os termos de referências das consultorias foram elaborados pela Ong, depois validados pelo conselho rural e os serviços técnicos estatais, buscando que todos os atores fizessem parte do processo.

Os relatórios de capitalização sobre o processo de ‘mise en défens’, elaborados por estes projetos, assim como os estudos realizados, foram para minha pesquisa fontes valiosas de dados secundários para entender as dinâmicas sócio- econômicas desta localidade de Keur Baka, antes e depois da ‘mise en défens’.

Seis anos após o início da ‘mise en défens’, a reabilitação da floresta de Sambandé pelas próprias comunidades, chamou atenção de outras agências de desenvolvimento que intensificaram suas intervenções nos vilarejos responsabilizados. Estas buscam apoiar as iniciativas de conservação das populações locais, financiando projetos e atividades geradoras de renda. Assim, além do Peracod, Papel⁷³, um projeto de apoio à pecuária, de cunho nacional que difunde técnicas para melhoria dos sistemas de produção animal, começou a intervir, pois a criação de pequenos animais (aves e caprinos) e de gado bovino é praticada na área. Enfim, as experiências promissoras de governança local da floresta de Sambandé atraíram mais interventores externos para consolidar os acervos, o que

⁷³ Papel: Projeto de Apoio a Pecuária.

consequentemente beneficiou as populações em termos de acesso a financiamentos e projetos de desenvolvimento.

III. 4 IMPACTOS DO CÓDIGO LOCAL NAS POPULAÇÕES E NA FLORESTA DE SAMBANDE

Regras locais claras e consensuais, permitiram que as populações locais protegessem e melhorassem os recursos florestais contra a degradação. Consequentemente houve melhoria na segurança alimentar e o desenvolvimento de transações comerciais a partir dos produtos não lenhosos.

III.4.1 Impactos Ecológicos do Manejo Local

Os impactos ecológicos dos recursos da floresta de Sambandé, se manifestam através da reabilitação dos recursos a partir de um estado inicial de degradação, que se traduziu na melhoria da quantidade e qualidade dos recursos naturais. Assim, o manejo local contribui para a regeneração de algumas espécies vegetais raras e para a reaparição de espécies vegetais ameaçadas de extinção, além da reconstituição de pastos ricos. Pôde-se observar uma maior densidade dos lenhosos, mas também uma cobertura herbácea nos solos mais densa. Além deste aspecto quantitativo em termo de biomassa, a composição da flora evolui para espécies forrageiras de melhor valor nutricional. A produção potencial da biomassa da floresta foi estimada de 6.463 a 7.508 MS/hectares (PAGERNA, 2005). O principal indicador ecológico da reabilitação dos pastos foi a substituição da espécie *Cassia tora* pela reconstituição de um tapete gramíneo mais apreciado pelos animais. Com a alta cobertura dos solos por pastos de melhor qualidade, os pastores deixaram as práticas de poda dos arbustivos para alimentar o gado, preservando assim o potencial lenhoso. A presença da *Cassia tora* em áreas silvo-pastoris, é sintomático de condições de pastagem excessiva e de degradação das terras. Esta espécie leguminosa é considerada um indicador de degradação, ela não permite a presença de outras ervas e não é consumida pelos animais. O desaparecimento da *Cássia tora* demonstra assim a recuperação da cobertura vegetal da floresta de Sambandé.

Outro aspecto positivo dos esforços de proteção comunitária foi a reconstituição dos nichos ecológicos favorecendo um retorno da fauna e da avifauna, que se encontrava antes

na localidade. A população local observou a reaparição na floresta, de grandes animais que haviam desaparecido, como a cerva. Todavia há uma crescente preocupação nos vilarejos com a reaparição de alguns animais como hiena e ‘phacochoere’ (*Phacochoerus aethiopicus*) que tem comportamentos muitos agressivos com o rebanho de ovinos.

À medida que as coletas abusivas diminuíram, as populações começaram a observar a reaparição espontânea de espécies vegetais raras. Quando a floresta era degradada, tinha predominância de algumas espécies, pelo fato de sua elevada aptidão a colonizar espaços degradados. Com a ‘mise en défens’, as condições ecológicas melhoram, e as espécies que tinham desaparecido, acharam um habitat favorável para reaparecer. Trata-se de espécies como *Securidaca longepedunculata*, *Heeria insignis*, *Ficus iteophylla* que estão na lista das espécies ameaçadas de extinção no Senegal, e muito usadas na medicina local. Um estudo fito-sociológico observou uma melhoria na diversidade biológica. Em 2002 o estudo repertoriou numa área de 1,24 hectares da floresta de Sambandé 87 espécies vegetais medicinais que passou a 93 espécies em 2003 (GRPM⁷⁴, 2006). Os conhecimentos locais sobre as plantas efetivas para tratar doenças, ainda persistem entre os idosos, mulheres e curandeiros tradicionais.

III.4.2- Impactos Institucionais do Manejo Florestal Local

Os impactos institucionais do manejo local, podem estar relacionados com as mudanças de comportamentos das populações, associada a uma forte mobilização local para um melhor manejo dos recursos naturais. A capacidade das populações a se organizar e tomar decisões sobre questões essenciais sobre seus modos de vida, foi uma inovação. Desde que o ‘desenvolvimento’ se tornou uma palavra de ordem nas políticas nacionais, seja no período colonial ou pós - colonial, as populações rurais foram alvos de projetos de desenvolvimento que nem sempre corresponderam às suas aspirações ou suas prioridades. Estes projetos são concebidos por tecnocratas na capital, e aplicados no meio rural sem uma participação efetiva das populações. Esta abordagem de desenvolvimento freou em primeiro lugar as iniciativas locais e criou uma ‘atitude atentista’ nas populações: ‘tinha

⁷⁴ Groupe de Recherche sur les plantes medecinales

que esperar que o estado resolvesse todos os problemas do mundo rural, já que ele se apropriou legalmente de todos os recursos’. Em segundo lugar, muitas destas tentativas para o desenvolvimento se revelaram incapazes de atingir a diversidade e as especificidades das sociedades agrárias existentes no Senegal. Através da concepção de um código local legítimo e legal, as comunidades de Sambandé voltaram a ter oportunidades de forjar seus sistemas de manejo dos recursos naturais, passando assim a usufruir seu direito de pensar e propor alternativas. Através das assembléias-vilarejos, as populações desenvolveram reflexões críticas sobre os fenômenos de degradação e sobre suas próprias práticas, que são prejudiciais à floresta. A mobilização das populações locais para conceber um código de conduta para a utilização dos recursos naturais comuns, foi uma grande realização.

A descentralização ofereceu um quadro político permitindo implicar as populações locais no manejo das florestas. Entretanto esta ‘garantia’ constitucional não foi suficiente, o engajamento das populações locais para o manejo da floresta foi massivo devido à concepção de mecanismos de manejo dos recursos na base de decisões coletivas e consensuais, e depois validados pelos serviços estatais. A regulamentação local das condições de acesso aos recursos naturais e seus modos de exploração, assim como as sanções, foram a base para a definição dos direitos claros de uso e de usufruto, o que consequentemente suscitou a participação de todos os atores.

III.4.3 Impactos Culturais do Manejo local

No início do processo de ‘mise en défens’, a floresta de Sambandé foi rebatizada de ‘floresta Mama Kouassou’ pelas próprias populações. Entre os 10 vilarejos ribeirinhos responsáveis pelo manejo da floresta, Sambandé é o vilarejo mais antigo, fundado 125 anos atrás. Os primeiros ocupantes foram os ‘sereer’, grupo étnico que tem crença sobre a existência dos ‘Pangols’.

Segundo GRAVAND (1961:329), existiria os ‘Pangols’, personificação das forças naturais (por isto se acredita na presença de uma ‘alma’ nos elementos da natureza) e os “pangols”

ancestrais. Estes últimos são seres humanos que se ilustraram durante sua vida de tal maneira, que marcaram sua história local, eles foram fundadores de vilarejos, heróis ou chefes de grandes famílias. Segundo a tradição, estes espíritos ancestrais fazem a intermediação entre o Ser Supremo e suas gerações de descendentes, entre o Homem e a Divindade. Eles asseguram também, a manutenção de uma ordem no universo e a proteção de suas gerações, para reforçar neles a vitalidade, a fertilidade e a riqueza. Em outras palavras, os agricultores esperam do ‘pangol’ boas colheitas; os pastores, um gado numeroso com boa saúde; os chefes uma boa administração. Assim existe ‘pangol’ familiar, de mesma linhagem e comunitário. Em contrapartida, os indivíduos ou a comunidade dedicam um culto aos ‘pangol’ através de oferendas para agradecimento, mas também para sua mediação. Quanto às cerimônias de oferendas, elas são dirigidas pelo ‘saltigué’, uma pessoa mística que tem o poder de captar e transmitir as mensagens dos ‘pangols’ aos indivíduos. As oferendas são geralmente constituídas dos produtos agrícolas e pastoris: milheto e leite de vaca, dando assim um valor religioso aos alimentos cultivados na terra dos ancestrais. As oferendas aos *pangol* manifestam a dedicação e a fidelidade dos “sereer” aos cultos dos ancestrais, que podem influenciar nas formas do uso dos recursos naturais, procurando não desestabilizar a harmonia entre os vivos e o sobrenatural.

Segundo DUPRIEZ (1988,24), na África, as religiões nativas construídas nas sociedades rurais, têm a importante função de preservar dois tipos de equilíbrio: a manutenção das relações sociais que determinam as relações entre indivíduos de uma mesma sociedade e o de manter os equilíbrios etno - ecológicos. No pensamento negro africano, não há uma oposição entre Cultura e Natureza, elas não se apresentam em dois elementos distintos ou contrários.

Para a comunidade ‘sereer’ do vilarejo de Sambandé, ‘Mama kouassou’ seria o nome do ‘pangol’ comunitário que habita e protege a floresta. Por ter residência na floresta, ‘Mama Kouassou’ é conhecido, como um ‘pangol’ que não gosta de fogos, nem de toda forma de ações destruidoras da floresta. Segundo a entrevista com Modou Ndiaye⁷⁵ cuja família é responsável pelos cultos, bem antes do manejo comunitário ter sido iniciado, o espírito

⁷⁵ No vilarejo de Sambandé, Janeiro 2007,

apareceu muitas vezes a diferentes pessoas dentro da floresta, pedindo que parem de destruir as florestas, senão a localidade conhecerá períodos de secas ou outras catástrofes. Apesar de “Mama Kouassou” representar um espírito ancestral para a comunidade de Sambandé, este hoje é conhecido, respeitado e temido em todos os vilarejos vizinhos. No passado, houve acontecimentos infelizes na localidade que foram interpretados com uma sanção do ‘pangol’ sobre pessoas que não respeitaram seu lugar de residência ou cortaram árvores consideradas sagradas. Portanto o rebatizado da floresta tem um significado simbólico para a comunidade, que vê ‘Mama Kouassa’ como o guardião místico da floresta, cuja vingança pode ser fatal para os infratores. O resgate de tal crença favoreceu a prática de atitudes não destruidoras dos recursos florestais.

Devido à conversão das populações rurais para religiões reveladas, o culto dos ‘pangol’ está em regressão. Isto afetou consequentemente a civilização ‘sereer’ no que diz respeito ao conjunto de valores: o apego à terra dos ancestrais, o respeito pelas tradições, a fidelidade e a prioridade a segurança alimentar da comunidade. Todavia se pôde notar em algumas comunidades, que este culto não foi totalmente abandonado, mas se assiste a um sincretismo religioso. Os ‘sereer’ de Sambandé mantiveram suas tradições religiosas apesar de serem também muçulmanos. Nos tempos contemporâneos, são ainda praticadas cerimoniais religiosas pedindo ao ‘pangol’ para interceder para que a comunidade tenha boas colheitas agrícolas, para a proteção contra pragas e doenças ou na resolução de conflitos sociais. Por exemplo, em casos de estiagem durante a estação das chuvas podendo prejudicar as produções agrícolas, as mulheres ‘sereer’ de Sambandé ainda organizam uma cerimônia de preces e de encantações ao redor da árvore sagrada, a residência do ‘Mama Kouassou’ para que as chuvas voltem. Tal culto é também realizado quando o período de chuvas esta atrasando. Estes ritos são evidências da busca das populações tradicionais pela harmonia entre o mundo espiritual, a natureza e a sociedade.

Quanto ao grupo étnico ‘woloff’ que residem no vilarejo de Sambandé, eles estão limitados apenas a prática da religião muçulmana. Os ‘woloff’ de Sambandé e os vilarejos vizinhos mais novos que Sambandé não seguem o culto a ‘Mama Kaoussou’, porque certamente este não se refere aos seus antepassados, mas apenas aos primeiros ocupantes.

Todavia, ao longo das minhas entrevistas, pude perceber que havia um consenso no que concerne ao respeito ao espírito de ‘Mama Kaoussou’ e ao temor de ser punido pela divindade. O manejo local animou as populações locais a rebatizar a floresta, iniciando assim um processo de resgate cultural que também interfere sobre as formas de uso dos recursos florestais das populações que conhecem as ações de ‘Mama Kaoussou’.

Além da reafirmação da identidade cultural, o processo do manejo local’ estava acompanhado da implicação das autoridades costumeiras (chefes religiosos, chefes de vilarejo, anciões) durante as assembléias nos vilarejos. A presença destas autoridades tradicionais durante a definição das regras locais de uso florestal, não apenas criou um clima de confiança e de seriedade, mas teve também o significado cultural de recuperar e reforçar o estatuto social destas personalidades locais, desvalorizadas com o vento da colonização. Mesmo que estas autoridades não exerçam mais nenhum poder legítimo, eles são portadores de simbolismo. De fato, antigamente, os recursos naturais (florestais, pastorais, etc...) eram gerenciados ao nível dos vilarejos sob um regime de propriedade comum. Este funcionava na base de uma decisão coletiva, consensual e não individual, aonde a autoridade de manejo incumbia aos mais idosos da comunidade. As atitudes e os comportamentos dos membros da comunidade eram ditados pelas instituições tradicionais (regras e práticas conhecidas por todos). O manejo se fazia através de mecanismos para sancionar os comportamentos fora das normas, e tinha uma base especificamente social (coesão social, tabu, ect,...). Nos tempos contemporâneos, as populações ainda apelam às instituições costumeiras para resolução de conflitos internos, se essas não conseguem, elas recorrem às autoridades administrativas.

Com o retorno de uma biodiversidade conseqüente ao manejo local, os anciões foram primordiais para o resgate dos conhecimentos locais sobre o uso medicinal de espécies vegetais e animais que tinham desaparecido. Os curandeiros locais entrevistados afirmam ter encontrado algumas espécies que tinham desaparecido na floresta uns 15 anos atrás. Neste sentido a reaparição de espécies raras na floresta de Sambandé tem assegurando a dinâmica de manutenção e de transmissão do conhecimento tradicional associado às plantas medicinais. O uso tradicional de plantas como medicamento é secular, e continua

ocupando um lugar primordial, ele tem uma forte conotação sociocultural. Aqui ‘tradicional’ não é necessariamente relativo a antiguidade, mas às maneiras como este conhecimento foi adquirido, aos valores, tradições e culturas específicas (POSEY, 2000). Em outras palavras, o mais importante é seu significado social e sua adequação às condições sócio-culturais e ecológicas. Na conferência do Rio em 1992, foi ressaltado o papel importante destes conhecimentos tradicionais, pois é do conhecimento tradicional, oriundo de diversas populações em todo o mundo, que resultaram inúmeros medicamentos hoje utilizados na medicina ocidental. A manutenção da diversidade cultural e seu respeito são fundamentais para a própria sobrevivência das civilizações.

A importância das plantas medicinais para as populações locais de Sambandé e toda a sociedade senegalesa, se mostra pelo projeto de colaboração entre o grupo de pesquisa sobre as plantas medicinais (da faculdade de Medicina, de Farmácia e de Odontologia da Universidade Cheikh Anta Diop de Dacar) com as populações. Este projeto de pesquisa ‘Jardim de Experimentação de Plantas Úteis’ se concentra no cultivo de espécies úteis da África Ocidental e na sua conservação ex – situ, em parceria com as ONGs: Enda⁷⁶ e Prometra⁷⁷. O principal objetivo consiste em avaliar as potencialidades, a disponibilidade, as ameaças e os desafios que existem para preservar a diversidade biológica. Além de inventariar os numerosos recursos medicinais na floresta de Sambandé, este grupo de pesquisa procurou também envolver os curandeiros nas medidas de conservação. Tal projeto de conservação e de re-introdução das espécies em ecossistemas regenerados, se justifica pela forte pressão dos coletores de plantas medicinais. Assim no vilarejo de Sambandé foi implementado um sítio de demonstração onde são efetuados experimentos participativos de conservação destas plantas medicinais.

Com a reabilitação da cobertura vegetal, a floresta de Sambandé voltou a ser uma verdadeira reserva de plantas medicinais, sendo assim uma oportunidade de reconstruir valores socioculturais ameaçadas de extinção.

⁷⁶ Meio ambiente e Desenvolvimento do Terceiro Mundo

⁷⁷ Prometra e uma instituição internacional para a promoção das medicinas tradicionais.

III.4.4 Impactos Econômicos do Manejo Local da floresta de Sambandé

Apesar de ausência de uma situação de referência sobre as rendas familiares antes da descentralização, os dados qualitativos mostram que o manejo local da floresta de Sambandé criou uma nova oportunidade de renda através da comercialização de frutas selvagens, contribuindo assim a amenizar a redução da pobreza. Nas entrevistas com anciões dos vilarejos, eles testemunharam que a comercialização de frutas selvagens se iniciou apenas nos últimos cinco anos, que correspondem ao período de manejo local. Antes disto a produção frutífera nem dava para o consumo próprio das populações, e a sua comercialização não era praticada.

As minhas entrevistas com os residentes dos 10 vilarejos revelaram quase um consenso que o manejo da floresta de Sambandé tem proporcionado, pelas próprias populações, a melhoria das condições materiais de vida e de rendas através da coleta e comercialização dos produtos florestais. Nos primeiros anos de ‘mise em defens’, a produtividade em madeira ou produtos não lenhosos era fraca. Além do mais, as entrevistas revelaram que os primeiros anos de manejo coletivo foram dificilmente vivenciados pelas populações, pois as restrições de uso da coleta de lenha ou de frutos eram severas. Mas, ao longo dos anos, a floresta começou a regenerar, as restrições foram amenizadas, mas o acesso, e o uso dos recursos florestais foram regulamentados. Todavia a partir do terceiro ano, as populações puderam satisfazer suas necessidades domésticas e passar a comercializar. A coleta dos produtos florestais não madeireiros (PFNMs) envolve todas as famílias entrevistadas, e elas as usam de diversas formas: alimentação, pastagem, medicina, combustíveis, fibras e construção. Os PFNMs representam mais de 40% do volume dos produtos que saem da floresta (PERACOD, 2007).

As mulheres e as crianças são aqueles particularmente se investem mais da atividade de coleta de frutas selvagens, pois essa não necessita investimento financeiro, nem capital inicial, nem materiais específicos. As técnicas de coleta são rudimentares. As ferramentas são fabricadas pelos próprios coletores geralmente a base de varas. Os principais custos estão associados aos esforços físicos para coletar e transportar os produtos, da floresta até

em casa, este transporte é feito a pé e as frutas são carregadas em compartimentos sobre a cabeça. De fato, as mulheres entrevistadas, afirmaram que a quantidade de frutas coletada por indivíduo, depende apenas do dinamismo e do vigor físico do coletor. Não tem uma diferenciação em termos de direitos de acesso e de uso dos produtos florestais que estaria associada à questão de classe social ou gênero. Qualquer indivíduo pode acessar aos recursos florestais sob a principal condição de respeitar as regras locais.

É importante ressaltar que não existe uma competição de mão de obra para a coleta dos PFNMs em relação com as outras atividades rurais: agricultura ou pecuária. O período de maturação e de colheita das frutas selvagens mais procuradas (jujuba, baobab,) coincide com a estação das secas (Novembro a Junho) quando as atividades agrícolas são encerradas. Quanta à pecuária, extensiva na qual o gado é conduzido às pastagens fora do vilarejo, ela permanece uma atividade exclusivamente masculina, enquanto que a coleta de frutas silvestres é dominada pelas mulheres e crianças.

Partes dos produtos coletados são destinadas às suas próprias necessidades, eles são consumidos brutos ou transformados, participando assim da melhoria do estado nutricional das famílias. O gráfico abaixo mostra que 37% do total coletado são consumidos pelas famílias dos vilarejos adjacentes.

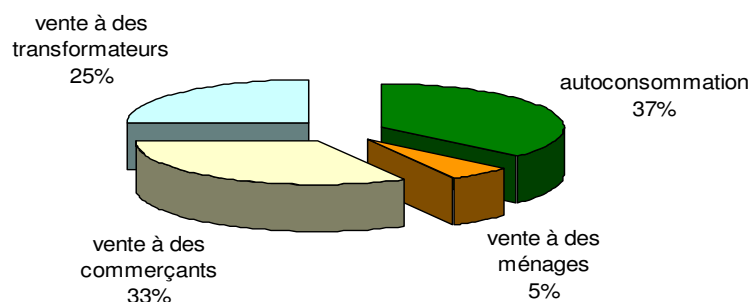


Gráfico 1: As principais destinações dos PFNMs da floresta de Sambandé

Fonte: Inquéritos do Peracod 2006

Como dito anteriormente, as mulheres e crianças são os principais coletores, e eles mesmos se encarregam da comercialização. As crianças se limitam a vender estas frutas em saquinhos nas estradas aos viajantes, que está situado a 1,5 km do vilarejo de Sambandé. Quanto às mulheres, elas vendem ao longo das estradas, mas também nas feiras semanais ou mesmo no mercado central de Kaolack que se situa a 18 km do vilarejo de Sambandé. As receitas são reinvestidas nas despesas familiares (comida, escolaridade, saúde, ect..) e constituem uma poupança para as mulheres. Quando o coletor transporta seus produtos florestais para os mercados urbanos: Kaolack, Dacar ou Thies, ele é submetido ao pagamento de uma taxa florestal. Segundo o código florestal, as transações comerciais fora de vilarejo de produtos florestais são sujeitas a taxa. Grande parte das mulheres não tem capital suficiente para as despesas como o pagamento de taxas florestais e o transporte para Kaolack ou Dacar, se limitam nos vilarejos. Devido às dificuldades encontradas para a comercialização nos mercados urbanos, geralmente as ‘loumas’⁷⁸ constituem a principal oportunidade de comércio.

⁷⁸ As loumas são feiras semanais nas áreas rurais. São principais lugares de encontros das populações rurais para realizar transações comerciais e troca de informação.

No Senegal, a cadeia de abastecimento dos PFNMs é controlada por seis principais atores, desde os coletores aos consumidores finais. Em primeiro lugar, os coletores (1) que usam os produtos florestais para suas próprias necessidades e/ou para a venda. Alguns produtos podem ser vendidos diretamente aos consumidores nas estradas ou nas feiras, Na maioria dos casos, os coletores vendem aos comerciantes locais (2). Estes reúnem os produtos de diversos coletores para vender aos comerciantes itinerantes ou ‘bana bana’ (3) nos mercados semanais. Os ‘bana bana’ são atores muito dinâmicos nos intercâmbios comerciais entre o rural e o urbano. Eles trazem nas feiras rurais mercadorias de bens e de luxo provenientes das cidades e aprovisionam estas últimas de produtos florestais: frutas selvagens, plantas medicinais, produtos animais. Os ‘bana bana’ são geralmente os detentores de licença emitida pelo serviço florestal para a venda dos PFNMs. Isto lhes permite transportar e comercializar produtos florestais de um território administrativo para outro. Nos centros urbanos, os comerciantes itinerantes se apóiam dos intermediários urbanos (4) que detêm as informações sobre a demanda, o abastecimento e os preços. Estes últimos facilitam os contatos com os comerciantes ‘atacadistas’ (5). Estes ‘atacadistas’ são responsáveis pela distribuição dos produtos florestais aos comerciantes varejistas (6) que abastecem os consumidores urbanos. Geralmente os transformadores e os exportadores se abastecem nos atacadistas que podem satisfazer fortes demandas.

Nos centros urbanos como Dacar, foi possível notar nos últimos anos, um aumento na demanda e no abastecimento de produtos selvagens. Isto poderia ser explicado parcialmente como uma resposta ao aumento dos preços dos substitutos importados ou industriais em consequência da desvalorização da moeda nacional em 1994. Também houve esforços do Estado em realizar nas cidades, campanhas para valorização dos produtos locais através de sua transformação em produtos com maiores valores agregados. Assim nas cerimônias, recepções ou para uso doméstico, os sucos de baobab ou de tamarindo estão tomando mais o lugar das bebidas industrializadas como a Coca Cola.

Minhas análises estatísticas, sobre a proporção das quantidades dos produtos florestais vendidos pelas familiares, não foram apresentadas nesta tese por falta de tempo⁷⁹, mas pude observar durante os questionários trimestrais, uma forte tendência para comercialização, sobretudo das frutas selvagens. Todavia, o projeto Pagerna, acolheu estagiários universitários, e consultores que realizaram pesquisas e inventários sobre os impactos com os vilarejos adjacentes a floresta de Sambandé. Assim um estudo (DIARRA, 2002) estimou a contribuição dos produtos florestais na alimentação das populações locais, em mais de 2,5 milhões de Fcfa. Dois anos mais tarde, um outro estudo (CHARPIN, 2004) tentou estimar a quantidade coletada de três frutos: Baobá (*Adansônia digitata*), Jujuba (*Ziziphus mauritania*), Tamarindo (*Tamarindus indica*), e seu valor monetário, no final da estação das secas. Estas frutas são os produtos mais vendidos da floresta de Sambandé, a sua demanda tem aumentando fortemente nos meios rurais e nos centros urbanos. A tamarindo e os frutos de Baobá entram nas preparações de vários pratos culinários e bebidas refrescantes. Quanto à jujuba, é consumida ainda fresca, sob forma de massa ou de farinha seca. Entre 1993 e 1999, o serviço florestal⁸⁰ veio registrando um forte aumento nas quantidades declaradas de baobá (143%), tamarindo (67%), jujuba (59%). O estudo de Charpin mostrou que as 51 famílias entrevistadas nos vilarejos próximos a floresta de Sambandé obtiveram um benefício com as vendas de 3.060.625 Fcfa (6324 \$) ou seja, um benefício médio por família de 60.000 Fcfa (equivalente 124 \$US). Naquele período, isto correspondeu ao valor de cinco (5) sacos de arroz de 50 kg⁸¹. Ganhar uma renda equivalente a cinco sacos de arroz em menos de seis (6) meses não é desprezível, sobretudo quando o investimento inicial foi apenas o esforço físico. É importante ressaltar aqui, que esta renda corresponde apenas à comercialização de três tipos de produtos florestais. As rendas obtidas a partir das plantas medicinais e demais frutos ao longo dos 12 meses, são desconhecidas.

⁷⁹ Terminei de coletar os dados quantitativos em Setembro 2007. Não consegui limpar e analisar os dados a tempo para este documento. Esses dados serão divulgados futuramente em artigos científicos

⁸⁰ Segundo os relatórios anuais de DEFCCS e IREF de Dacar

⁸¹ A pertinência de comparar a renda obtida em relação em sacos de arroz se dá pelo fato de que o arroz constitui uma das principais despesas de alimentação familiar, na área de estudo. A produção de milho raramente é suficiente para satisfazer as necessidades alimentares anuais, então as famílias acabam comprando vários sacos de arroz para sua alimentação. Também devido ao mimetismo dos hábitos alimentares dos cidadãos, as populações optam pelas refeições do almoço à base de arroz.

Durante uma entrevista com as mulheres⁸², elas revelaram que a comercialização das frutas selvagens representa para elas uma oportunidade de obter rendas. Quando a floresta era degradada, na estação das secas, suas atividades se concentravam nas tarefas domésticas, elas não tinham outras atividades geradoras de rendas. Salvo algumas exceções que tentaram estabelecer um pequeno comércio, indo às cidades (Dacar ou Kaolack) para comprar mercadorias e revender nos vilarejos. Visto as dificuldades de transporte, da falta de capital inicial ou mesmo dos riscos dos credores não pagar, elas acham mais lucrativo coletar, vender e receber dinheiro para resolver problemas financeiros pendentes. Elas vêem a atividade de coletar e comercializar produtos selvagens com uma fonte de renda complementar. Elas re-investem esta renda na melhoria das refeições (comprando mais legumes ou peixes), para necessidades da casa como a compra de sabão, de roupas para crianças ou para despesas associados à educação das crianças. Cada mulher entrevistada afirma ter pelos menos um membro da família que migrou seja nas cidades ou no exterior. Os envios monetários destes imigrantes seriam fontes importantes de entrada de dinheiro na família numa base regular. Portanto uma floresta bem regenerada está lhe proporcionando a possibilidade de ter rendas que antes elas não tinham para resolver problemas imediatos e também para poupar. Uma mulher no vilarejo de Sambandé ficou famosa e conhecida por ter começado a construir uma casa em cimento a partir dos benefícios realizados durante cinco anos com a venda de frutas silvestres.

Talvez as rendas tiradas da comercialização das frutas florestais poderiam ser maiores se os coletores tivessem algum controle sobre a cadeia de comercialização. O caráter informal do mercado dos produtos não lenhosos e a desorganização dos coletores reduzem substancialmente os ganhos monetários sobre estes produtos, pelas mulheres. Através do projeto da cooperação alemã, o PSACD⁸³ esta promovendo a reorganização das cadeias de comercialização apoiando-se na estrutura piramidal dos comitês de gestão.

⁸² Vilarejo de Sambandé em Janeiro 2006,

⁸³ PSACD significa o Projeto senêgalo-alemão para os comestíveis domésticos

Outro impacto econômico do manejo florestal ressaltado pelas populações, está relacionado com a maior disponibilidade de madeira morta não somente na floresta, mas ao redor dos vilarejos, para satisfazer suas necessidades energéticas⁸⁴. Primeiro as mulheres gastam menos tempo para coleta de lenha. Segundo as famílias economizaram nas despesas para compra da lenha, de carvão ou de gás. Quando a madeira morta era escassa na floresta, as alternativas para o abastecimento de combustíveis eram: o abate de árvores verdes, a utilização de resíduos agrícolas, de esterco ou a aquisição das energias de substituição. A utilização de resíduos agrícolas ou de esterco vem acompanhada de numerosas desvantagens de ordem sanitária, (higiene, odor, emissões nocivas à saúde, ect...). O uso de gás fica limitado ao preparo de refeições de menor envergadura (esquentar comidas ou água). Devido às grandes quantidades de refeições preparadas por cada família, o gás é raramente usado como forma exclusiva de combustível nas áreas rurais. Algumas ONGs têm promovido na localidade, a fabricação de pequenas fornalhas em argila que reduzem o consumo de lenha em até 50 %. As mulheres confirmaram a eficácia destas fornalhas, mas sua utilização nos vilarejos permanece limitada. A melhoria das condições de abastecimento de lenha evita despesas elevadas relacionada ao uso de fontes de energia alternativas. Através de cálculos rápidos, pode-se estimar, o quanto uma família está deixando de gastar colhendo sua própria lenha. Na área de estudo, as famílias estudadas, preparem em média três refeições por dia, e as necessidades energéticas por família são em média de 7 kg de lenha por dia. Este dinheiro economizado não pode ser negligenciado num contexto de pobreza rural, onde as famílias não possuem rendas numa base regular, e o combustível é uma necessidade diária.

Da mesma forma, a aplicação e o respeito às regras locais, tem promovido a reconstituição dos recursos pastoris. Outros atores que se beneficiaram da floresta restaurada foram os pastores dos vilarejos próximos à floresta, mas também os transeuntes que vem de outras localidades. Segundo os pastores entrevistados, os animais têm agora pastos com quantidade suficiente para todo ano, reduzindo suas despesas na compra de complementos alimentares na estação das secas. Para dez (10) cabeças de bovinos, o gado costumava

⁸⁴ Cabe ressaltar aqui as regras locais não se limitaram apenas na floresta, mas foram estendidas a todos os recursos naturais do "terroir".

comprar uma (1) tonelada de alimentos (grãos de algodão) que corresponde um valor de 120.000F cfa.

Também, a reaparição de espécies vegetais com finalidades medicinais, permitiu que as populações gastassem menos em produtos farmacêuticos. As populações são primeiramente confrontadas com o problema de acesso à infra-estrutura de saúde de qualidade, e com a falta de recursos para adquirir os remédios medicados. Sua principal alternativa a ter acesso aos cuidados primários de saúde consiste em recorrer à medicina tradicional. As populações locais usam as plantas medicinais para suas próprias necessidades, mas também como fonte de renda devido à emergência a nível nacional de uma pequena indústria farmacêutica que se apóie nas plantas medicinais. Os curandeiros locais puderam se beneficiar de uma floresta restaurada. Em primeiro lugar, seu estatuto social dentro das comunidades foi reforçado, devido à demanda crescente para suas prestações. Em segundo lugar, seu conhecimento em medicina tradicional colaborou com a criação de rendas. Para tratamento medicinal dos residentes, o pagamento é apenas simbólico. Quando se trata de indivíduos originários de outras localidades, principalmente citadinos, os curandeiros recebem pagamento variando de 2 500 Fcfa a 15 000 Fcfa.

Além disso, alguns coletores⁸⁵ se beneficiaram da reaparição de espécies vegetais medicinais, pela comercialização destes produtos nos centros urbanos. Quantificar em valor monetário estas transações é um exercício difícil, pois a coleta comercial de raízes, casca e outras, é considerada uma atividade clandestina pelo código florestal. Entrevistei os indivíduos conhecidos pelas populações por comercializar plantas medicinais, negaram praticar tal atividade. Segundo eles, toda coleta de material vegetal ou vegetal para fins medicinais, se destina exclusivamente ao uso próprio. Mesmo com as dificuldades de quantificar as rendas tiradas da comercialização das plantas medicinais, esta atividade é sem dúvida, uma fonte de rendas. As prateleiras cheias de raízes, de folhas, de casca ou de subprodutos animais encontrados nas feiras semanais ou até no mercado central de Kaolack, atestam a importância econômica das plantas medicinais.

⁸⁵ Os coletores de plantas medicinais não são necessariamente curandeiros, eles podem apenas coletar para revender.

A reabilitação da floresta abriu novas perspectivas de criação de rendas em longo prazo. Estudos (PERACOD, 2007) têm mostrado que além de sua importância em produtos não lenhosos e lenhosos, a floresta de Sambandé tem grande potencialidade para o eco turismo. A caça turística guiada é percebida como uma atividade geradora de rendas não somente para as populações locais, mas também para a coletividade local. De fato ao redor e dentro da comunidade rural de Keur Baka onde está localizada a floresta de Sambandé, existe muitas infra-estruturas turísticas (hotel, acampamento, albergue), que são especializados na caça turística. Antes da degradação de suas florestas, havia uma forte presença da grande fauna e da avifauna que chamou a atenção e despertou o interesse nos ‘amodiataires’⁸⁶ ou ‘arrendadores’.

No Senegal, os direitos de caça são exclusivos ao Estado, mas segundo o código de caça, os direitos de caça podem ser alocados pelo Estado ao benefício de um ‘amodiataire’, para atividades de caça para fins turísticos e esportivos. O ato de ‘arrendar’ significa então a concessão de direitos de caça a particulares para praticar apenas na caça guiada. Em contrapartida, o ‘amodiataire’ paga as licenças de caça ao serviço florestal e se compromete a participar substancialmente as ações silvícolas de proteção e restauração da cobertura vegetal, e das ações sociais identificadas como prioritárias das populações locais. Assim em 2001 sob o decreto do ministério do meio ambiente, a comunidade rural de Keur Baka foi arrendada para a caça guiada. O conselho rural assinou um contrato com os ‘amodiataires’ que declinam as responsabilidades e os deveres destes na proteção e no manejo da floresta. As populações locais esperam poder se beneficiar das atividades de caça guiada na criação de empregos como guias turísticos. Também a introdução de animais na floresta no âmbito do projeto de ecoturismo, poderia melhorar seu acesso às proteínas animais.

O respeito da regulamentação local de acesso, do controle e da utilização dos produtos florestais, permitiu ter implicações econômicas positivas para as populações. Como

⁸⁶ Amodiataire pode ser traduzido de ‘arrendador’. Trata-se de um ator econômico cujo Estado repassou seus direitos exclusivos de caça numa dada localidade

gestores dos recursos florestais, as populações locais foram também os principais beneficiários. Aliás as repercussões positivas com o comércio de produtos não lenhosos, foram importantes incentivos para uma mobilização popular contínua quanto à proteção e ao manejo da floresta de Sambandé. A decisão das populações locais de continuar a proteger e controlar a utilização da floresta de Sambandé, mesmo sem o apoio de ONGs, foi largamente determinada pelas considerações econômicas.

III. 5 OS DESAFIOS DO MANEJO LOCAL DA FLORESTA DE SAMBANDE

III.5.1 A concepção do plano de manejo como pré-requisito

Os estudos de Peracod (2007) mostraram que a floresta Sambandé tem alta potencialidade em produtos não lenhosos e lenhosos e para ecoturismo. Portanto as reflexões com as partes interessadas (populações locais, conselho rural e setor privado) foram orientadas sobre como se beneficiar destes recursos sem gerar conflitos e sem comprometer a restauração da floresta.

Segundo o artigo 11 do código florestal, toda floresta, com uma superfície superior de 20 hectares, necessita de um plano de manejo, seja qual for o estatuto da floresta ou o gestor. Em outras palavras, mesmo se a gestão das florestas comunitárias foi transferida ao conselho rural, estas são obrigadas a deter um plano de manejo. Este plano consiste em uma programação do manejo florestal no espaço e no tempo e comporta um conjunto de técnicas. Como estabelecido pela lei, o plano de manejo florestal deve ser composto de duas partes: uma primeira que analisa as condições administrativas, ecológicas e sociais do contexto local e a segunda parte contém todas as decisões de subdivisão da floresta em unidades de gestão, o calendário dos cortes e atividades. O período de aplicação do plano de manejo é de 10 a 25 anos. Após a concepção do plano de manejo, foi necessária a sua validação, primeiro pelas populações locais, e depois pelo conselho rural e pelos serviços técnicos e estatais da localidade. Isto, como no caso da convenção local, para garantir sua

legitimidade e sua legalidade. Na base anual, um plano de gestão é extraído e submetido à aprovação do serviço florestal, sendo que as medidas do plano começam a ser aplicadas em 2008.

Segundo o plano de manejo, a floresta de Sambandé será subdividida em duas partes para responder aos objetivos de desenvolvimento e de conservação. Todavia a coleta de frutas selvagens e de madeira morte será permitida em todas as partes da floresta.

A primeira área que cobre uma superfície de 693 hectares corresponde a uma área de produção de energia cuja função principal consiste na produção de lenha e de carvão. Esta área seria também um espaço para pastagem dos rebanhos e para acolher os caçadores e turistas. Antes da descentralização, as populações indexaram muito a carbonização como principal agente causal da degradação. A particularidade desta vez de se investir nesta atividade reside no fato que são as próprias populações que vão controlar a produção de carvão e definir as regras de jogo. A motivação para a produção de carvão se explica em parte pela presença massiva da espécie *Acacia seyal*, que não é adequada para lenha e que é uma excelente madeira para fazer carvão. A carbonização se apresenta como a principal alternativa para valorizar esta essência. Através da fabricação do carvão, as populações esperam satisfazer suas necessidades energéticas, mas não excluindo as possibilidades de comercialização nos grandes centros urbanos.

A segunda parte da floresta, com uma superfície de 352 hectares, será uma área de conservação onde serão aplicadas medidas particulares de proteção para evitar toda forma de degradação. São especificamente as áreas ao redor das várzeas e dos mares.

Mesmo que as populações locais, durante as assembléias nos vilarejos, expressassem sua visão sobre as formas de uso da floresta de Sambandé ao longo tempo, o plano de manejo foi em grande parte, realizado por especialistas e técnicos. As populações opinaram sobre as decisões de como, quando e quem poderá usar a floresta de Sambandé, mais a concepção do plano de manejo da floresta Sambandé foi uma atividade tecnicamente complexa e muito onerosa. Para identificar as potencialidades da floresta assim como a produtividade dos massivos, houve a necessidade de fazer inventários da flora e da fauna, trabalhos de cartografia, análises ambientais e estudos específicos de engenharia florestal

(dendrometria, etc..). Como o conselho rural não tem capacidade financeira nem técnica para assumir todos esses estudos, ele fez apelo às instituições internacionais, mais especificamente, o projeto Peracod para um apoio metodológico e financeiro. Este projeto se encarregou de elaborar os termos de referências, de financiar os estudos e de elaborar o plano de manejo.

Em suma, o plano de manejo se tornou um documento extremamente técnico, concebido para as populações sem que houvesse a garantia se essas últimas se apropriariam do conteúdo e se elas vão se beneficiar da floresta como previsto.

III.5.2 O Princípio de Voluntariado dos Comitês de Gestão

Nas minhas últimas idas ao campo, observei certo desânimo de alguns membros dos comitês locais com respeito à vigilância da floresta. Através das entrevistas, os membros mais jovens dos comitês confirmaram ter efetivamente reduzido suas idas na floresta para vigiar. A falta de remuneração destes agentes foi o principal motivo deste desânimo. Eles alegaram que quando eles investem seu tempo e seus esforços na vigilância da floresta, eles deixam de exercer outras atividades lucrativas para sustentar suas famílias. Sendo também responsáveis por suas familiares, eles não poderiam concentrar-se apenas no voluntariado. Uma das consequências deste relaxamento na vigilância da floresta, foi a ocorrência de infrações por indivíduos não residentes dos 10 vilarejos responsáveis do manejo florestal. As mulheres confirmaram ter encontrado ‘estrangeiros’ que coletavam produtos florestais sem nenhum respeito às regras locais de uso. Apesar da ameaça das mulheres, estes indivíduos continuam suas ações destruidoras, pois eles sabem que houve da parte dos membros do comitê um relaxamento em relação à proteção da floresta. Existe, no entanto riscos de retornar a situação prévia de uma forma de manejo que parece ‘acesso aberto’. Através deste diagnóstico, gostaria de levantar a questão da motivação financeira dos membros dos comitês locais, pois esta pode alterar os efeitos de um manejo local de recursos comuns.

Os comitês de gestão foram formados de acordo com o princípio de trabalho voluntário. O projeto alemão que foi o principal catalisador do processo de manejo local teve como princípio não alocar recursos financeiros para a prestação dos comitês, para não criar dependência. Mesmo assim, tinham expectativas por parte dos membros que sua participação nos comitês lhes permitiria o benefício seja em natura ou em dinheiro, de futuros projetos estatais ou de uma ONG, ou poderia lhes favorecer uma posição social privilegiada no futuro. Além do mais, o código florestal prevê que 20% das multas sejam alocados aos membros dos comitês que denunciam infratores ao serviço florestal. O resto do dinheiro é distribuído entre o conselho rural (70%) e o agente do serviço florestal (10%). Quanto ao plano de manejo não se fez referência à remuneração dos membros do comitê numa base regular. O plano prevê apenas que 20 % das receitas procedentes das atividades de exploração florestal (eco turismo, taxas, ect...) sejam alocados ao comitê de gestão para execução do plano anual (PERACOD, 2007).

Quando perguntei sobre a possibilidade das próprias populações dos vilarejos adjacentes de se mobilizar financeiramente para motivar os membros do comitê, grande parte dos entrevistados respondeu que os usuários da floresta são variados, uns nem são originários da comunidade rural. Por consequência as despesas relativas à proteção da floresta não deveriam caber apenas as populações locais, elas tem que ser partilhadas por todos. As populações concordam que uma taxa deveria ser cobrada a cada usuário para compensar aqueles que se investem na proteção da floresta. Como a gestão dos recursos financeiros oriundos da floresta, não foi uma responsabilidade transferida e a floresta não é cercada, os membros dos comitês afirmam não ter competências para coletar fundos para o pagamento dos membros do comitê. Os recursos florestais de Sambandé têm as características de serem bens públicos não excludentes, que tornou seu manejo comunitário mais desafiante.

Cinco anos após formação dos comitês, seus membros da floresta não ganharam nenhum apoio de organismos externos, e não receberam nenhuma retribuição financeira oriunda das multas, apesar de numerosos arrestos. Frente a tal situação, o desânimo de alguns membros dos comitês se torna compreensível. Com a situação de pobreza que prevalece no mundo rural, qualquer atividade à base de voluntariado em longo prazo, seria quase uma utopia.

Sem motivações econômicas suficientes e na ausência de alternativas econômicas, o sucesso do manejo local em longo prazo será pouco provável. A busca de rendas para satisfazer as necessidades de suas famílias vai ser sempre prioridade sobre uma atividade benévola de vigilância de recursos florestais, cujos benefícios serão igualmente partilhados por todos os membros da comunidade.

O código florestal estabeleceu que as receitas das multas que deveriam sustentar as atividades florestais dos comitês, sejam repassadas aos denunciadores. Mas na prática isto não aconteceu. O sistema de distribuição das receitas dos contenciosos (multas e apreensões) não funcionou como previsto. O papel dos comitês se limita apenas a denunciar infratores ao serviço florestal, arrestos e aplicação de penalidades são tarefas exclusivas do agente florestal. O procedimento de cobrança das multas e restituições está também sob a responsabilidade do serviço florestal. Segundo as populações, a lei não é sempre rigorosamente aplicada. Os atores principais se acusam mutuamente. Os membros do comitê acusam o conselho rural de não repassar para a população os fundos provenientes das multas, enquanto que o conselho rural acusa o serviço florestal de práticas de corrupção. Houve casos de material confiscado (produtos florestais delituosos) desaparecer sem que a venda pública fosse realizada para o benefício do conselho rural gestor da floresta, conforme a lei. Quanto ao agente de serviço florestal, ele aponta a lentidão da burocracia administrativa.

Esta situação ambígua vai persistir ainda por muito tempo, pois a fiscalidade florestal não foi uma competência transferida às autoridades locais. Estas últimas não foram responsabilizadas por assumir a contabilidade das receitas oriundas das florestas que sob sua competência de gestão. O conselho rural não dispõe de um sistema de acompanhamento das finanças provenientes do setor florestal. O agente do serviço florestal é responsável do pagamento das licenças florestais, das taxas de comercialização de produtos florestais, e das multas de infrações. Estes fundos são depositados na tesouraria do governo central para depois serem transferidos para a tesouraria do conselho rural junto com sua subvenção anual. Para reforçar os recursos financeiros da comunidade rural, anualmente o governo central coloca à sua disposição, fundos de compensação para

executar as competências transferidas e conduzir ações de desenvolvimento. O conselho rural recebe estas verbas que não são acompanhadas de nenhuma informação sobre a repartição fiscal. Desta forma, a comissão de finanças do conselho rural não tem como saber o valor equivalente às multas florestais nem o valor a repassar aos denunciadores. Consequentemente os agentes denunciadores ficam sem sua recompensa financeira e sem que as autoridades locais lhes prestem contas. Durante um focus group que reuniu alguns conselhos rurais, e alguns membros do comitê de gestão da floresta de Sambandé, um conselho rural se defendeu alegando: “de qualquer maneira as verbas de multas foram utilizadas de modo sensato, pois voltarem ao conjunto dos vilarejos da comunidade rural com a construção de poços e outras infra-estruturas base”.

Ficou claro que este sistema contábil não favorece a transparência sobre a gestão das verbas oriundas da floresta. Uma descentralização insuficiente, da cadeia fiscal, constitui um dos fatores que não favorecem uma transparência da gestão dos fundos florestais. Isto acaba instaurando certa desconfiança entre as populações e as autoridades locais e coloca em risco a consolidação das iniciativas comunitárias de gestão dos recursos comuns. Esta falta de transparência fiscal florestal não seria específica ao contexto do Senegal. Há relatos que em vários países quando os fundos florestais são gerenciados pelo governo central para redistribuição nas entidades administrativas baixas, os governos locais reclamam que não sabem, o quanto deveriam receber e /ou não receberem todos as verbas (LARSON, 2004). Em Gana, por exemplo, as transferências de fundos são atrasadas, irregulares, sujeitas à aprovação do governo central, e são menos do que o valor pedido ou necessário (DEGRASSI, 2003). Na Índia, no estado de Orissa, o departamento florestal não respeitou os acordos de partilha das receitas depois da colheita (SARIN et al, 2003). A estratégia de transferir as receitas florestais de uma localidade rural para a tesouraria do governo central, responde a uma preocupação do Estado em estabelecer um sistema nacional de acompanhamento para coleta das taxas e para gestão dos fundos florestais. Na prática, esta estratégia impede que os gestores da floresta sejam devidamente recompensados.

A experiência de Sambande mostrou que as populações locais podem ser bons gestores dos recursos florestais. Mas para que suas ações sejam permanentes, o poder central deve efetuar uma verdadeira transferência de competências em direção às autoridades locais para aumentar suas responsabilidades. Sem contar que as relações entre as autoridades locais e as populações devem ser baseadas na representatividade e na prestação de contas. A experiência mostrou também, que o sistema de voluntariado dos comitês locais não funciona em longo prazo. As suas obrigações familiares e sociais não permitem que os membros do comitê se dediquem exclusivamente à proteção da floresta sem contrapartida. Mecanismos internos precisam ser desenvolvidos para assegurar aos comitês, retornos financeiros imediatos numa base regular.

III.5.3 A diversificação das Rendas através da Carbonização Controlada

Durante a concepção do plano de manejo da floresta de Sambandé, grande parte da população expressou seu interesse em introduzir de novo à atividade de carbonização na floresta. Tal decisão foi surpreendente para mim porque durante o período anterior do manejo local, a carbonização foi apontada como a atividade mais destruidora da floresta, apesar de sua proibição pelos oficiais. O código de conduta estabeleceu até severas sanções aos produtores de carvão e as populações locais que colaborassem com os infratores. Quais poderiam ter sido então as motivações das populações para uma reconversão à produção de carvão?

As entrevistas revelaram que as populações seriam animadas a voltar à carbonização devido às potencialidades que existem em termos de volume de madeira (24.319 m³) que não se conserva bem como lenha, nem são apropriadas para construção. Como já mencionei, na floresta de Sambandé tem uma predominância da espécie *Acácia seyal*, que é considerada de muito boa qualidade para fazer carvão. A carbonização seria, no entanto um modo de valorização da *Acácia Seyal*. A produção de carvão terá como objetivo satisfazer as necessidades das populações locais, mas, sobretudo a satisfazer a crescente demanda de carvão nos centros urbanos e semi-urbanos. Frente ao crescimento demográfico urbano, a

demanda de carvão não pára de crescer. Mesmo que muitas famílias urbanas usem o gás para uso doméstico, este ainda substitui parcialmente o carvão.

Segundo as populações locais, as produções anteriores de carvão foram devastadoras para a floresta porque eram praticadas por indivíduos não residentes, que realizavam abates abusivos de árvores verdes sem nenhuma preocupação de preservação ou de proteção da floresta. Elas tiveram que assistir passivamente a degradação de sua floresta, pois toda autoridade de gestão estava concentrada nas mãos do serviço florestal. Desta vez, após a transferência de competências, com as regras estabelecidas no plano de manejo e aprovadas pelas autoridades, a produção de carvão será novamente autorizada, organizada e regularizada. De fato, as próprias populações locais que terão a exclusividade em exercer esta atividade, e se tornar assim ativos na cadeia do carvão desde a produção até a comercialização nos centros urbanos. Quanto ao conselho rural, ele vai se beneficiar financeiramente com o pagamento de taxas sobre os sacos de carvão produzidos na floresta. As populações locais têm recebido apoio das autoridades administrativas para liberar uma produção de carvão controlada e sustentável, pois devido ao aumento do preço do gás, o Estado para evitar protestos populares, é obrigado aplicar uma política energética que assegura o abastecimento regular do carvão para necessidades nacionais, mais especificamente nas cidades.

Mesmo se o contexto institucional favorece uma produção de carvão controlada, as populações locais têm a sua frente muitos desafios de revelar, pois a cadeia do carvão do Senegal se caracteriza pelo monopólio de empresários. Tradicionalmente, a cadeia de carvão foi dominada por empresários urbanos que possuem licença de exploração, e estes empregam ‘surgha’⁸⁷, especialistas em fabricar o carvão. Além dos ‘surgha’ que vinham de Guiné, os ‘laobé’⁸⁸ são uma casta especializada no abate de árvores e na produção de carvão. No Senegal, esta atividade foi, por muito tempo, associada aos tabus e apreensões porque o abate de árvores é geralmente uma tarefa realizada por pessoas de castas. Os ‘surgha’ não somente participam na produção, mas são ativos em todos os níveis da cadeia de carvão. Em Dacar

⁸⁷ Os surgha são da etnia peulh de Fouta Djallon castee que tem a tradição de produzir carvão

⁸⁸ Os laobe são uma caste da etnia al poular especializadas no trabalho de madeira. Na cadeia de carvão, os laboe são os principais responsáveis pelo corte das árvores.

durante muitas décadas, o comércio atacadista de carvão foi dominado pelos pulaar da Guiné. Todavia, estas considerações étnicas vêm desaparecendo frente aos benefícios financeiros que acompanham a produção e a comercialização do carvão. Indivíduos de outras etnias aspiram tomar parte no negócio do carvão.

Os empresários do carvão são os principais detentores da licença de abate, e isto deste o período colonial. A partir de 1965, a política florestal pós-colonial instituiu a necessidade de obtenção de uma licença da corte e de circulação, antes de qualquer atividade comercial com os recursos florestais lenhosos. Esta legislação favoreceu primeiramente atores econômicos urbanos cujas redes de relacionamentos lhes davam vantagens de contornar as dificuldades burocráticas para a obtenção destas licenças. Em 1974 a lei obrigou estes empresários florestais a possuir uma carta profissional antes da obtenção das licenças. Para reduzir o número crescente de carvoeiros e proteger o potencial florestal, em 1980 um sistema de quota foi introduzido e justificado por três principais argumentos: controle da produção de carvão, o abastecimento das cidades de combustíveis lenhosos, o acompanhamento da produção e do transporte do carvão. Assim uma quota anual de exploração de madeira é estabelecida para cada comunidade rural por uma comissão a nível regional. Os empresários responderam a esta medida, organizando o mercado em termos de cooperativas para facilitar a distribuição das quotas e, sobretudo, para melhor controlar os mercados, mostrando mais uma vez sua resistência à regulamentação estatal e sua persistência em manter o monopólio.

Apesar de todas estas medidas governamentais, as estatísticas nacionais revelaram a existência de desvio de uma parte entre as quotas de produção alocadas a cada ano, e as taxas reais de execução, e da outra parte entre as quotas alocadas e o nível nacional de consumo de carvão. O número de quotas alocadas segue uma curva inversa ao consumo nacional de carvão (BOULINOT & DIOUF, 2006). Estes desvios observados, apenas nos esclarecem sobre o aspecto da produção ilegal do carvão nas florestas do Senegal, muitas vezes, frente às populações locais sem legitimidade para reagir. Complexos sistemas de corrupção envolvem a cadeia de carvão, o que leva RIBOT (2006) afirmar que a única função do sistema nacional de quotas que ainda subsiste, é aquele de alocar direitos de produção através de acordos políticos e sociais, para alimentar as redes de clientelismo. Para este autor, os sistemas de

quotas nacionais deveriam ser eliminados e permitir que as quotas sejam determinadas a nível local pelas coletividades locais e pelo serviço florestal. Acredita-se que se as quotas fossem distribuídas a nível local, as coletividades locais teriam um melhor controle sobre as autorizações de corte e sobre os mecanismos de atribuição de quotas.

Os textos da descentralização tornaram possível o controle das quotas de abate pelas autoridades locais. O artigo 4 do código da descentralização, estipula que o presidente do conselho rural tem a competência de autorizar a licença de todo corte prévia de árvores de sua entidade territorial. Isto significa literalmente que o conselho rural pode decidir a quem alocar quotas e o número de quotas a ser distribuídas segundo as recomendações do plano de manejo. A consequência imediata desta mudança institucional foi que os principais interlocutores dos empresários de carvão passaram do serviço florestal ao conselho rural, o que consequentemente perturbam as relações de clientelismo que, historicamente estruturaram a cadeia de carvão desde a produção até a comercialização e nomeadamente a distribuição de quotas. Além de depender da autorização das coletividades locais para exercer sua atividade, os empresários de carvão têm ainda que superar a concorrência das populações locais que se posicionam doravante como atores da cadeia do carvão. No entanto é de se esperar que o contexto de descentralização possa promover tensões nas relações entre os empresários, as comunidades rurais e o serviço florestal que BOURDIEU ([1984] 2002: 113) descreveu como *“les formes spécifiques entre le nouvel entrant qui essaie de faire sauter les verrous du droit d’entrée et le dominant qui essaie de défendre le monopole et d’exclure la concurrence”*.

Quando se refere à literatura (KANTE, 2006; BOUTINOT 2007; RIBOT, 2006) que relata sobre situações similares no Senegal, de populações locais assumirem o manejo de florestas e passarem à produção de carvão, muitas dificuldades acompanham esta transição. As primeiras experiências da aplicação de planos de manejo que resultaram da integração das populações locais na cadeia de carvão, foram registradas na Kolda (Sul) e em Tambacounda (centro-Oeste), regiões muito ativas na produção de carvão. Para integrar a cadeia, as populações tiveram que se organizar e serem reconhecidas juridicamente em associações para de beneficiar de licença de exploração. O procedimento

burocrático para aquisição da licença desencorajou mais que um. BOUTINOT & DIOUF (2007) destacou que nos anos 2003 e 2004 as populações encontraram sérias dificuldades para vender o carvão produzido. Os canais de comercialização e de distribuição de carvão nas áreas urbanas são monopolizados pelos empresários urbanos. Muitas vezes eles tiveram que contar com o apoio de projetos ou de Ongs na comercialização. Nisto a produção das populações locais ficou limitada, sendo confrontadas com a falta de recursos (crédito, apoio institucional) e dificuldades de ascender ao mercado.

A produção de carvão na floresta de Sambandé ainda está em fase de projeto, mas as populações locais estão muito animadas com a sua execução. Todavia as experiências de outras localidades indicam numerosos desafios. A falta de experiência das populações em participar da cadeia de carvão, assim como a resistência dos empresários em manter seu monopólio, são alguns obstáculos se a estratégia de valorizar seus recursos florestais for uma inserção na cadeia de carvão. Apesar das possibilidades que oferecem os textos em termos de direitos locais de controlar o manejo e a produção nas florestas, o jogo de poder seja econômico ou político, entre atores privados, públicos e comunidades poderia paralisar o processo da gestão descentralizada.

CAPITULO IV: O CO-MANEJO DA FLORESTA DE KEUR SAMBA DIA

IV-1 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

IV.1.1 Estatuto Jurídico da Floresta e os Direitos de Uso

A floresta de Keur Samba Dia é uma floresta tropical seca que cobre uma superfície de 756 hectares e um perímetro de 14.400 km. Ela está localizada entre a latitude Norte 14 07'00'' e longitude 16 45' 00'' Oeste na região de Fatick. Esta floresta tem a especificidade de ser constituída predominantemente por mais de 75% de palmeiras, particularmente a espécie *Borassus aethiopum*, nativa das regiões tropicais da África. Na África ocidental, encontra-se a área geográfica desta palmeira desde a Mauritânia setentrional no Congo, nos limites da floresta densa e próxima à orla marítima (MINISTERIO DO ULTRAMAR, 1958). Décadas atrás, formações florestais de palmeiras se estendiam sem interrupção na parte ocidental do Senegal desde o Norte até na Gâmbia. Todavia frente ao avanço das fronteiras agrícolas e a urbanização, com exceção da floresta de Keur Samba Dia, tais comunidades de palmeiras são raras ou mesmo quase inexistentes em todo território senegalês.

Durante a era colonial, o governador geral da África ocidental Francesa (AOF) decidiu incorporar em 1936, a floresta de Keur Samba Dia no 'domínio florestal do Governo' com as finalidades de preservar os povoamentos de palmeiras. Através do decreto número 1535 de 6 de Junho de 1936, a floresta de Keur Samba Dia ganhou o estatuto de 'floresta Estatal'. Logo, as competências de gestão da floresta passaram a estar sob as responsabilidades do Estado através do Serviço Nacional Florestal.

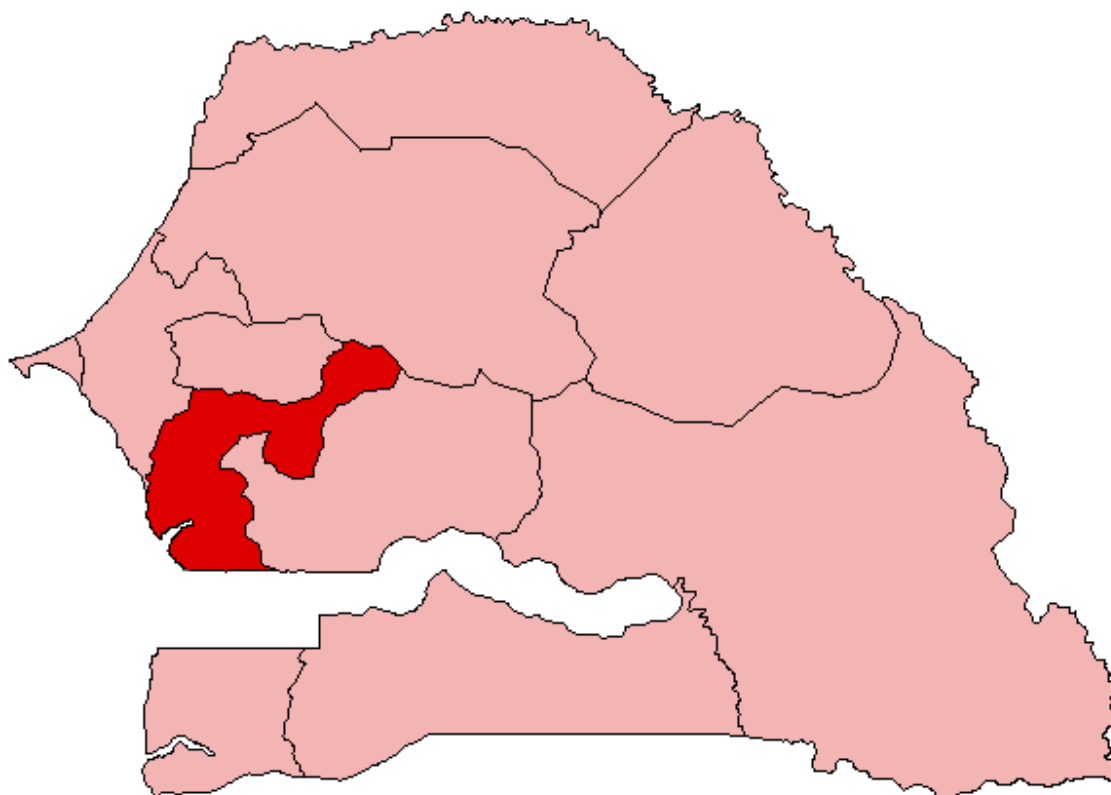


Figura 9: Localização da região de Fatick no Senegal

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/Image:Senegal_Fatick.png

Com o estatuto de ‘floresta estatal’, as formas de uso da floresta foram regulamentadas pelo código florestal colonial de 1935. Este reconheceu às populações dos vilarejos ao redor da floresta alguns direitos de uso limitados apenas às necessidades familiares: - ao recolhimento de lenha e de palha, - a coleta de produtos não madeireiros (frutas, plantas alimentícias, plantas medicinais, goma e mel), - ao corte de plantas forrageiras para alimentação do gado, - ao uso de madeira de serviço para reparação das habitações. Ainda hoje estes direitos de uso prevalecem. Os produtos florestais não podiam ser submetidos a nenhuma forma de transação comercial sem uma autorização prévia do serviço florestal. No entanto, a coleta de folhas de palmeira para cobertura das casas, e o corte da madeira de palmeira para reparar ou construir novas habitações, deviam ser objeto de uma autorização, acompanhada de uma licença gratuita. Antes de emitir a autorização, a autoridade florestal desce na residência do beneficiário para julgar a pertinência de

atribuir a licença. Na era da modernização a demanda de madeira aumentou no setor da construção, contribuindo a uma rápida degradação florestal. Frente tal situação, a administração florestal decidiu limitar a atribuição das autorizações. Somente casos de extrema necessidade passaram a ser atendidos, por exemplo, um residente que perdeu sua habitação durante um incêndio.

As medidas repressivas de conservação não somente desencorajaram as populações a participar de ações de reflorestamento comunitário, mas acentuaram os cortes e coletas clandestinas. Além disso, as populações locais passaram a se focalizar no uso de outras essências florestais para satisfazer suas necessidades de madeira para obras.

Quanto aos direitos de uso para fins comerciais, eles não eram limitados às populações adjacentes a floresta de Keur Samba Dia, indivíduos de outras localidades com uma licença comercial, podiam também se beneficiar destes direitos. Esta licença era emitida após o pagamento de uma taxa ao serviço florestal. De fato, as licenças comerciais para abate de palmeiras, eram limitadas apenas aos indivíduos possuidores de uma carteira profissional. O empresário que possuía licença, recebia uma autorização especificando o número de palmeiras a abater. A taxa florestal cobrada dependia do número de árvores autorizadas. Como estabelecido na legislação, o agente florestal tinha que marcar as palmeiras a serem abatidas. Mas nem era garantido que o empresário realizar a marcação das árvores ou controlar se o empresário estava respeitando a quota concedida ou não. Os cortes clandestinos foram inevitáveis e numerosos, de tal forma que em 1973, a exploração da madeira de palmeira foi proibida nas regiões de Fatick e Kaolack, incluindo a floresta de Keur Samba Dia.

A proibição do corte da madeira de palmeira, não parou nem o abate das palmeiras, nem a exploração abusiva de outras partes destas árvores. Populações locais e empresários passaram a focalizar-se na coleta das folhas de palmeiras, matéria

prima essencial para o crescente mercado turístico de produtos artesanais. Para coletar as folhas e frutas das palmeiras, não era necessário apresentar uma carteira profissional para receber uma licença comercial. Isto atraiu muitos coletadores dentro da floresta de Keur Samba Dia. Para reduzir as pressões abusivas sobre as folhas da palmeira, no final dos anos 80, o serviço florestal suspendeu a emissão de licenças comerciais para a coleta destas folhas dentro da floresta estatal. Somente as licenças de coleta para uso familiar passaram a ser autorizadas e restritas apenas às populações dos vilarejos adjacentes a florestas. Deve-se salientar que o estatuto de Reserva da Biosfera da floresta de Keur Samba Dia nos anos 80, tem incentivado também o governo através do serviço florestal, a aplicar maiores restrições nas formas de uso dos recursos florestais para respeitar seus compromissos internacionais.

De fato em 1981, a floresta de Keur Samba Dia foi reconhecida pelo programa MAB/UNESCO⁸⁹ como importante ecossistema a nível mundial devido a sua rica biodiversidade e sua especificidade de ser composta por mais de 75 % da espécie *Borassus aethiopum*. O Programa Homem e Biosfera (MaB – Man and the Biosphere) foi lançado em 1971 depois da Conferência de UNESCO sobre as Biosferas. Trata-se de um programa de cooperação científica internacional, que identifica locais de excelência para experimentação científica e demonstração de enfoques para a conservação da natureza, e o desenvolvimento sustentável em escala regional. Estes locais que podem ser áreas de ecossistemas terrestres ou costeiro–marinhos são erigidos pela Unesco em ‘Reservas de Biosfera e Patrimônio Internacional’. As ‘Reservas de Biosfera’ são designadas pelo Conselho Internacional do MaB e sob a demanda dos Estados. O conjunto destas reservas se reúne numa rede mundial e serve de instrumento para a conservação da diversidade biológica. Atualmente, além da floresta de Keur Samba Dia, Senegal conta com dois outros locais reconhecidos como Reservas de Biosfera, que fazem parte da rede mundial de biosfera: Reserva de Biosfera do Delta de Saloum (região de Fatick) e Parque Nacional de Niokolo Koba (na região de Tambacounda).

⁸⁹ O programa Man and Biosphere foi criado pelo Unesco em 1970 para freiar a perda da biodiversidade.

De acordo com os critérios de criação de uma reserva de biosfera, a floresta de Keur Samba Dia foi dividida em três áreas: - (a) o núcleo central, área específica para a proteção da biodiversidade em longo prazo, nenhuma atividade é permitida, (b) a zona tampão que envolve o núcleo, onde somente atividades compatíveis com a conservação podem ocorrer; e (c) uma zona de transição, mais externa e flexível, onde atividades de manejo sustentável de recursos naturais devem ser promovidas e desenvolvidas. Na prática, o núcleo da floresta de Keur Samba Dia, desde as primeiras ocupações humanas, foi pouco submetido às coletas, sempre foi uma reserva de área de pastagem para as populações locais. O núcleo consiste na parte mais densa da floresta com melhor regeneração natural, mas a sua superfície vem reduzindo com o avanço da fronteira agrícola. Quanto às zonas tampão e de transição, devido às práticas agrícolas e as coletas abusivas de produtos florestais, elas são mais expostas à degradação. Desde 1947, a administração colonial tinha concedido a mais de 160 famílias, contratos de cultura dentro da floresta. Estes contratos que deveriam ter legalmente uma duração máxima de três anos estão ainda em vigor, pois estas terras ainda são cultivadas.

Apesar do estatuto internacional de reserva de biosfera, o estado senegalês ainda mantém sua soberania na floresta de Keur Samba Dia, os direitos de uso e as formas de manejo ainda obedecem à legislação nacional. Segundo o artigo 11 do código florestal, por ter se tornado reservas naturais integrais, os direitos de uso florestal não são aplicáveis neste caso. Em outras palavras, através deste estatuto, as populações locais, da floresta de Keur Samba Dia, perderam todos os direitos de uso. Todavia, esta regulamentação não foi respeitada devido às realidades socioeconômicas, e o serviço florestal também não fez questão de sua aplicabilidade. No entanto, a floresta de Keur Samba Dia continua sendo gerenciada segundo as leis de uma ‘floresta estatal’.

Frente ao estado de degradação gradual da floresta, e para o respeito dos

compromissos internacionais sobre a conservação da biodiversidade, medidas severas foram adotadas relacionadas às formas de uso dos recursos florestais. As autorizações de coleta estão restritas apenas às populações dos vilarejos adjacentes a floresta. Contrariamente ao esperado, a não concessão de licenças comerciais não parou o empobrecimento da floresta, apenas intensificou as coletas clandestinas. O serviço florestal não foi eficiente em aplicar as leis nem em reverter a situação degradante da floresta de Keur Samba Dia. Os recursos alocados não são compatíveis com todas as responsabilidades alocadas ao serviço florestal. Apenas um (1) agente florestal é responsável pela a vigilância da biosfera (725 hectares) e de outras florestas do ‘arrondissement’ de Fimela. Segundo uma entrevista com este agente⁹⁰, a última doação de gasolina (4 litros) que ele recebeu do estado para transporte, datava de Agosto de 2006. Pois, durante seis (6) meses, o agente tinha apenas 4 litros para vigiar e proteger uma área de 1118,5 km²! Apesar desta ineficiência, a gestão da floresta de Keur Samba Dia permaneceu tarefa exclusiva do serviço florestal até o evento das reformas de descentralização de 1996, que permitiram que as coletividades locais fossem implicadas a participar na aplicação destas regras.

Como a floresta de Keur Samba Dia tem o estatuto de ‘floresta estatal’, apesar da descentralização, os direitos de exploração e as competências de gestão ainda pertencem ao Estado através do Serviço Florestal. Não houve uma transferência de competências nem de poderes de manejo às coletividades locais, como no caso das florestas comunitárias. A principal inovação foi de permitir um maior envolvimento do conselho rural nos assuntos de manejo e proteção dos recursos florestais, e a possibilidade de um co-manejo entre o serviço florestal e as populações locais. A descentralização foi promovida no Senegal para resolver essencialmente dois problemas: a pobreza rural e frear a degradação ambiental. Espera-se que a participação efetiva das populações no manejo das florestas, favoreça uma melhor proteção dos recursos florestais permitindo que as populações locais se beneficiem

⁹⁰ Entrevista realizada no dia 23 Janeiro 2007

melhor dos mesmos. A floresta de Keur Samba Dia, devido a sua importância ecológica, como provedora de recursos florestais, e como sítio agrícola, será o segundo estudo de caso que permitirá confirmar ou não esta hipótese.

IV.1.2 Caracterização da Comunidade Rural de Fimela

A reserva de biosfera de Keur Samba Dia, está localizada na Comunidade Rural de Fimela, na região administrativa de Fatick. Esta região foi criada em 1984, após a divisão da região de Sine Saloum em duas entidades administrativas: Fatick e Kaolack. A região de Fatick se caracteriza por uma crescente degradação dos seus ecossistemas e uma taxa de pobreza que chega a 46,3% (DSRP II, 2006). A Comunidade Rural de Fimela cobre uma superfície de 367 km² para uma população de 18.471 habitantes repartida em 17 vilarejos (PLD-Fimela, 2003), ou seja, uma densidade média de 50 habitantes/ km². A comunidade rural pode ser repartida espacialmente em dois grandes conjuntos: uma área insular e uma área continental.

O domínio insular é constituído de uma ilha composta de três vilarejos (Mar Lothie, Fafaco e Soulou) que abriga 5.000 habitantes. De fato, estas três vilas insulares fazem parte de um grupo de ilhas separadas pelo rio 'Saloum'. Esta localidade é retalhada por uma rede de canais (ou bolongs) com uma forte presença de mangais. Estas formações florestais situam-se no Sudeste da comunidade rural e ocupam 30% da superfície. Elas são fontes de diversos recursos naturais (lenha, frutos de mar), mas representam lugares importantes para a reprodução de espécies haliêuticas. Os manguezais têm importante papel socioeconómico dos vilarejos ribeirinhos além da proteção contra erosão costeira.

Sua densa vegetação sobre os diferentes cursos de água, lhe confere um lugar privilegiado de reprodução e de engorda para uma série de espécies avícolas e de origem marinha. A população das vilas insulares é especializada na pesca continental e na coleta de conchas. As mulheres são as mais empenhadas na coleta

de ostras, arcas, búzios-tintureiros, e transformação de produtos de pesca. Por causa da falta de infra-estruturas frigoríficas, a transformação artesanal através da salmoura, da fermentação-secagem, da salgadura-secagem ou de defumação, se tornou uma oportunidade para agregar valor aos peixes e moluscos. Os produtos transformados são geralmente encaminhados aos grandes centros de pesca ao redor do Delta e nos mercados urbanos como Dacar, para a comercialização. Estes produtos são também muitas vezes exportados para países africanos como Mali, Gâmbia ou Burkina Faso. Além destas atividades, a agricultura, a coleta de frutas selvagens, a pecuária e, sobretudo o ecoturismo ocupam um lugar de suma importância para a subsistência e criação de rendas. As frutas florestais como *Detarium senegalensis* ou *Anacardium occidentale* parecem ter uma importante incidência na economia local.

O domínio continental da Comunidade Rural de Fimela é constituído de um litoral com extensas áreas de ‘tannes’⁹¹ e de terra firme. Savanas arbustivas, zonas de cultivo, formações florestais e habitações se alternam. Quanto aos ‘tannes’, a subida do sal na superfície, causou o desaparecimento do tapete herbáceo. Somente espécies vegetais com características morfológicas, anatômicas e fisiológicas como *Avicenia africana* e *Cesivium ortulacastrum* são capazes de tolerar teores elevados de salinidade (> 35%) podem sobreviver neste ecossistema salino. Infelizmente, este tipo de solo pouco favorável à agricultura ou a pecuária, tem reduzido anualmente de forma considerável, as terras aráveis. O litoral e as ‘tannes’ são ocupados pelos vilarejos de Simal, Djilor, Ndangane Sambou, Ndagane Campement situados no Delta do rio ‘Saloum’⁹². Estes vilarejos, juntamente com a ilha citada acima, fazem atualmente parte do Parque Nacional do Delta de Saloum

⁹¹ Os tannes são campos planos de solo nua com afloramento de sal ou com vegetação herbácea, halófilo e hidrófila. É uma unidade associada aos manguezais e localiza-se nos limites das savanas herbáceas litorais. A vegetação é caracterizada por manchas de gramíneas e plantas tolerantes ao sal, existentes em vastas áreas de solos salgados. Até os anos 1960, os tannes desta localidade eram ocupados com a rizicultura praticada geralmente pelas mulheres.

⁹² O Delta de Saloum esta situado no centro Oeste do Senegal sobre uma superfície de 500.000 ha entre as regiões de Thiès, Fatick e Kaolack. O Delta do Saloum é composto de 9 florestas estatais, de um parque natural (Parc National du delta du Saloum), de duas áreas marinhas protegidas e duas reservas de naturais comunitárias O Delta combina as características de uma área úmida, marinha lacustre e palustre.

com uma superfície de 222.062 hectares, criado em 1976. Devido a sua riqueza biológica, este ecossistema foi categorizado como uma área úmida de importância internacional. Em 1981, o parque foi reconhecido como Reserva de Biosfera do Delta de Saloum, e em 1984 foi classificado como sítio Ramsar. O parque é uma área úmida, marinha e lacustre, formado por três braços de rios, semeada de ilhas cercadas de uma vegetação predominante de manguezais. Devido a sua situação geográfica, a zona de transição entre o domínio soudano-guineense ao Sul e o domínio saheliano-sudanês ao Norte, este parque oferece uma diversidade de formações florestais que se sobrepõem desde as florestas de galerias até as savanas, passando pelas florestas abertas. Esta diversidade lhe confere papéis e funções múltiplas: habitat e espaço de alimentação para a fauna, proteção do litoral graças aos seus mangues, os locais de reprodução, habitat humano e espaço econômico (agricultura, criação de gado, pesca e turismo). Também a beleza de suas paisagens, permitiu o desenvolvimento de atividades ecoturísticas com circuitos pré-estabelecidos para a descoberta do patrimônio natural e cultural do Delta de Saloum.

Além desta riqueza de espécies marítimas, a existência de um povoamento concentrado de palmeiras abanicos (floresta de Keur Samba Dia) no domínio continental, vem reforçar o patrimônio ecológico e biológico da Comunidade Rural de Fimela. Entretanto as últimas décadas foram marcadas por mudanças destes ecossistemas marinhos e terrestres. A localidade está confrontada a diferentes fatores de degradação dos recursos naturais, como os desmatamentos abusivos, os incêndios na mata, os cortes seletivos ilegais de espécies vegetais com alto valor econômico e uma forte pressão dos rebanhos. Além disso, os fatores naturais como a diminuição das chuvas, a salinização dos solos acelera o processo de degradação. In sumo, as fortes pressões humanas sobre os recursos, a competição entre os diferentes utilizadores, e o avanço progressivo da água salina nas terras produtivas, constituem os principais problemas ambientais com os quais as populações da Comunidade Rural de Fimela estão confrontadas, e que interferem sobre as lógicas locais de reprodução social.

IV.1.3 Clima e Pluviometria

A floresta de Keur Samba Dia está situada numa área de transição entre o clima de Alizé⁹³ marítimo (devido a sua proximidade ao Oceano Atlântico) e o clima no domínio saheliano-sudanes. Isto favorece nos vilarejos próximos, temperaturas suaves ao longo do ano, variando entre 23°C e 35°C. Entretanto recentemente, se tem observado um aumento das temperaturas ao longo do ano, que estaria provavelmente ligado ao fenómeno do aquecimento global. A evaporação chega a 6 mm/dia causando o desaparecimento rápido das reservas de água logo após o período das chuvas. A estação de chuvas é curta, apenas 3 meses (entre Julho e Outubro) caracterizada por uma variabilidade no tempo e na quantidade de chuvas. A pluviometria varia de um ano para outro entre 600 mm a 800 mm, mas há anos nos quais as quantidades de água registradas não atingem 500 mm (ver tabela 1). Este déficit pluviométrico tem impacto sobre as formações florestais, mas, sobretudo sobre as produções agrícolas, sabendo que a agricultura de subsistência e a agricultura comercial são praticadas exclusivamente durante o período das chuvas.

Ano	1974	1983	1984	1990	1994	2000	2003	2004	2005	2006
Chuvas(mm)	636,8	344,3	372,7	481,7	560,6	706,4	667,5	581,7	855,7	886,4
Dias de chuvas /ano	41	28	34	41	22	43	40	29	38	41

Tabela 1: Precipitações Registradas na CR de Fimela entre 1974 e 2006

Fonte: Centre d'Appui et Développement Local da Comunidade Rural de Fimela

(dados coletados 19/01/07)

⁹³ Alizé marítimo é um vento úmido e fresco que vem dos Açores e que sopra no litoral o ano todo provocando uma redução das temperaturas mesmo no verão. A direção do vento do Alizé é de Oeste para o continente.

IV.1.4 Solos e Hidrologia

Os solos ao redor da floresta de Keur Samba Dia, são solos com alto teor de ferro, arenosos, com manchas de ferrugem numa profundidade de (200 cm) e uma camada cinzenta de matéria orgânica a 40 cm. Tais características pedológicas foram propícias ao desenvolvimento e a multiplicação das comunidades de palmeiras-abanico. O lençol freático destes solos é pouco profundo, os poços de água doce, raramente atingem uma profundidade superior a 7 metros. Entretanto os solos da comunidade rural apresentam um lençol salino logo depois a camada de água doce. Ultimamente, a crise climática, caracterizada pela redução da pluviometria, e a elevação das temperaturas, têm causado uma redução das águas subterrâneas enquanto aumenta o percentual de minerais e sais na água armazenada. A proximidade da comunidade rural de Fimela ao braço do rio ‘Saloum’ que é muito salino, acelerou o fenômeno de salinização dos solos que se apresenta ao mesmo tempo como um problema social e ecológico. O abandono do cultivo de arroz que já foi parte integrante do sistema agrário local pode ser explicado parcialmente pela salinização dos solos. De fato, o avanço do sal reduziu as potencialidades agrícolas da Comunidade Rural, o que contribuiu para a deterioração das condições de vida das populações locais.

IV.2. ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS DA COMUNIDADE RURAL DE FIMELA

IV.2.1 Composição Humana e Infra-estrutura base

A população da comunidade rural de Fimela está estimada em 18. 471 habitantes (PLD, 2003). Um censo prévio em 1988 havia contado 16. 730 habitantes, ou seja um aumento de 124 habitantes/ano. O islã e o catolicismo são as religiões mais praticadas, sendo que as ilhas do Delta de Saloum e o vilarejo de Yayem são na maioria cristãos. Entretanto sabendo que grande parte da Comunidade Rural pertence ao grupo étnico “serere” (75% da população) que tem muito apego ao

culto aos ancestrais, as religiões reveladas são associadas às práticas de religiões nativas. Os outros grupos étnicos são Woloff, Bambara e Peulh.

Idade	População total	Homens	Mulheres	Taxa
0 a 7 anos	2158	962	1196	11,68
7 a 16 anos	8942	4734	4208	48,41
16 a 64 anos	7310	3395	3915	39,57
+ 65 anos	61	26	35	0,33

Tabela 2: Estrutura e taxa de Repartição da população (PLD, 2003)

A população com menos de 16 anos representam mais de 50% da população (tabela 2). A migração dos jovens (mulheres e homens de 15-30 anos) para as áreas urbanas é um fenômeno notável na localidade. Inicialmente esta migração teve um caráter sazonal, durante o período das secas, antes de se tornar ‘migração definitiva’. Agora os migrantes voltam no vilarejo apenas nas cerimônias tradicionais, religiosas ou familiares. Os jovens partem para os centros urbanos a procura de empregos ou para obter uma formação acadêmica ou profissional. Para perseguir seus estudos universitários, os jovens são obrigados de partir para Dacar, Thies ou Saint Louis que abrigam as principais instituições universitárias do país. O nível de instrução da Comunidade Rural é relativamente superior há muitas outras localidades do Senegal: pelos menos cada vilarejo dispõe de uma escola primária. A taxa bruta de escolarização da Comunidade Rural chega a 98,3% quando a média nacional chega apenas a 71,5%. Como o vilarejo-centro de Fimela dispõe de uma escola pública e um colégio privado de ensino médio, a taxa de abandono depois do ensino primário é muito baixa. Geralmente muitas crianças nas áreas rurais abandonam a escola devido às longas distâncias entre seus vilarejos e os estabelecimentos escolares (PLD, 2003).

Quanto aos jovens que ficam nos vilarejos, muitos deles acabam se envolvendo no setor do turismo ou de ecoturismo, frente às existentes potencialidades com o

Parque do Delta de Saloum. Desde que ganhou o estatuto de reserva de biosfera do Delta de Saloum, este parque se beneficiou de muitos programas de criação de espaços comunitários protegidos, conciliando o desenvolvimento e a conservação. Com a rede de circuitos ecoturísticos, estabelecida ao longo do Delta, os jovens dos vilarejos ribeirinhos foram treinados a trabalhar como guias turísticos. Os circuitos compreendem desde visitas a locais arqueológicos, até a participação na coleta de ostras com as mulheres dos vilarejos, a observação de delfins, ou mesmo aos mergulhos ao encontro do lamantin (*Trichechus senegalensis*). Esta variedade de atrações turísticas favoreceu a proliferação de serviços (lojas artesanais, restaurantes), de unidades hoteleiras, de acampamentos, de albergues e mesmo de residências secundárias em muitos vilarejos da comunidade rural de Fimela. Nisto se distinguem a ilha de Mar Lothie, os vilarejos Ndangane campement, Yayem, Samba Dia, Fimela, Djilor, Simal por oferecerem infra-estrutura de hospedagem para centenas de turistas internacionais por ano. A implicação das comunidades locais, a gestão dos espaços protegidos, foi assim uma oportunidade de criação de empregos, uma alternativa para os jovens que não migraram para as cidades.

Quanto às infra-estruturas sanitárias na Comunidade Rural de Fimela, elas se caracterizam pela insuficiência de casas de saúde, material e de recursos humanos especializados. A malária constitui a principal endemia, apesar das numerosas campanhas de prevenção. A principal casa de saúde está localizada no vilarejo centro de Fimela. Conta-se apenas com cinco pequenas outras e um dispensário particular⁹⁴ para uma população de mais de 18.000 habitantes. Além do número insuficiente, estas casas de saúde só oferecem cuidados básicos, devido a falta de materiais hospitalares, os casos mais graves são transferidos para os hospitais de Diofor (6 km), Dakar (105 km) ou Kaolack (km), Simal (2 km), Ngangane (10 Km). Frente a estas dificuldades, as populações locais acabam se focalizando na medicina tradicional cuja grande parte da matéria prima é coletada na floresta.

⁹⁴ O dispensário foi construído nas ilhas de Mar Lothie pela missão católica em 1983. Os recursos humanos são compostos de cinco enfermeiros e um pessoal de apoio.

IV.2.2 Agricultura e Pecuária

A diversidade dos ecossistemas da Comunidade Rural de Fimela possibilitou múltiplas formas de uso dos recursos biológicos.

A agricultura é praticada por 80% da população, é do tipo extensivo, e muito dependente da pluviometria. As principais culturas são o milheto e o sorgo, principais alimentos de base e o amendoim, principal cultura de renda. Durante a estação das secas, alguns indivíduos se investem na horticultura e arboricultura. Devido a sua posição geográfica, a Comunidade Rural tem uma umidade relativamente média na estação das secas, fracas variações térmicas e um lençol freático pouco profundo. Estas condições climáticas e pedológicas foram os motivos para um melhor investimento na horticultura. A proximidade de acampamentos e hotéis turísticos nos vilarejos ribeirinhos do Delta de Saloum constituiu uma vantagem para a comercialização destes legumes e frutas. Além da comercialização das frutas, as árvores constituem uma fonte para lenha ou madeira para a fabricação de carvão.

Entretanto os agricultores conhecem algumas dificuldades específicas. Eles são confrontados com a redução da pluviometria e da fertilidade dos solos e a insuficiência de terras cultiváveis. A liberalização do setor agrícola dificultou também o acesso aos insumos de qualidade. Isto resultou na redução considerável das produções de subsistência e comerciais, acentuando o déficit alimentar, a pobreza e a emigração rural.

Quanto à criação de gado, há uma criação extensiva importante (bovinos, eqüinos, ovinos, caprinos) que está integrada à agricultura para a fertilização orgânica. Como já salientei no capítulo anterior, este sistema de produção agro pastoral é muito característico dos ‘sereer’ que são os nativos desta localidade. A produção de leite bovino está destinada ao consumo familiar, e serve para criação de rendas. O gado bovino constitui também uma fonte de prestígio e de poder, por isso os animais são raramente comercializados. Geralmente estes animais são abatidos

apenas nas cerimoniais comunitários (lutas tradicionais) ou familiares (funeral, casamento). Os ovinos e asininos representam uma fonte de proteína animal e uma forma de poupança em casos de necessidades financeiras de emergência. Os espaços de pastagem são geralmente constituídos: do ‘percurso do rebanho’ traçado e alocado pelo Conselho Rural⁹⁵, das áreas agrícolas com o aproveitamento dos resíduos agrícolas: cascas de amendoim ou de feijão, e finalmente das florestas. Todavia observa-se uma redução das áreas de pastagem frente à extensão abusiva das terras agrícolas, dos fogos na mata e do avanço das terras salinas.

IV.2.3 As Diversas Formas de Uso da Floresta de Keur Samba Dia

A floresta de Keur Samba Dia é largamente dominada pelo *Borassus aethiopum* (palmeira abanico). Esta espécie junto às espécies de *Adansonia digitata* (baobá) e *Acácia albida* caracterizam as paisagens da Comunidade Rural de Fimela. Encontram-se igualmente, outras espécies vegetais de importância ecológica, mas também socioeconômica para as populações como as *Cassia tora*, *Tamarindicus indica*, *Acacia seyal*, *Combretum glutinosum* e *Anogeissus leiocarpus*, ect.... Além das coletas dos produtos florestais para a subsistência e a geração de rendas, a floresta de Keur Samba Dia constitui também um espaço privilegiado de pastagem para o rebanho das populações locais.

A palmeira abanico é uma essência muito explorada no Senegal. São plantas perenes, arborescentes com um caule cilíndrico do tipo estipe atingindo grandes alturas, de porte alto chegando até 30 metros de altura. Suas raízes são muito usadas na medicina local para o tratamento de doenças respiratórias. Seu tronco recebe o nome de estipe, ele fica no interior do solo de 6 a 8 anos. O tronco da palmeira se diferencia de outras árvores por não possuir casca e por ser, geralmente, não ramificado. Pode ser simples (único) ou múltiplo, formando touceiras. Na maioria das espécies, o estipe tem anéis, que são as cicatrizes

⁹⁵ O percurso do rebanho consiste ao roteiro onde o gado deve ser encaminhando para evitar sua entrada em terras agrícolas. Este roteiro é traçado pelo conselho rural.

deixadas pela bainha das folhas. O seu caule é muito usado como matéria prima nas obras de construção civil. As flores são pequenas, densamente compactadas e são agrupadas em inflorescência de igual maneira seguidas pelos frutos. As inflorescências masculinas são fontes de alimento para o rebanho. A frutificação geralmente acontece entre 18 e 20 anos de idade (DIOUF, Saliou, 1982:9). Os frutos verdes carnosos chamados localmente de ‘koni’ tem polpa fibrosa e comestível. Quando maduras, as amêndoas se tornam secas e duras, elas são quebradas e oferecidas aos animais durante a estação das secas. Todavia em períodos de ‘soudure’⁹⁶, as nozes servem também para alimentação humana. Na fase germinativa da palmeira, a primeira folha aparece sob forma de tubérculo (palmito). Estes tubérculos cozidos ocupam um papel importante na dieta local, sobretudo no período anterior às colheitas de cereais quando o estoque alimentar está no fim. A comercialização destas plântulas constitui uma fonte de rendas principalmente para as mulheres. Quanto à seiva, ela é tradicionalmente fermentada para produzir o vinho de palmeira. Estas plântulas cozidas ou assadas têm um papel importante para as mulheres.

As folhas são longas, também em forma de leque podendo atingir 2 a 3 metros de comprimento. As folhas começam ser exploradas pelas populações, quando a palmeira tem entre 9 e 10 anos de idade (DIOUF, 1982:9) As folhas são divididas em quatro partes: - bainha, parte que liga a folha ao estipe, - o pecíolo: liga a bainha ao limbo, - o ráquis, o eixo principal do limbo, onde os folíolos se inserem, - o limbo, é a parte da folha que produz energia (fotossíntese), é a lâmina foliar, muito usada no artesanato. Com o crescimento do turismo no Delta de Saloum, as cestas, feitas de folhas de palmeira, são vendidas aos turistas. Também estas cestas são muito procuradas para o transporte de sal, de peixes e de frutos de mar. Os pecíolos das folhas são usados para fabricar peneira e servem também como lenha, enquanto que as fibras na base são aproveitadas para criar vassouras ou para indústria de escovas.

⁹⁶ Soudure, palavra francesa se refere ao período no qual o estoque agrícola do ano precedente esgotou e as culturas estão ainda no campo, imaturas.

As folhas de palmeiras são muito usadas em quase todos os vilarejos da região de Fatick para a cobertura das habitações (quartos e anexos). A arquitetura tradicional foi muito influenciada pela presença da palmeira. Mesmo com as possibilidades de aquisição de materiais de construção modernos, o uso das folhas da palmeira para a cobertura das cabanas se manteve em razão da facilidade e do seu baixo custo. As concessões familiares, são separadas entre elas com uma cerca a base de pecíolos da palmeira. Os modelos de habitação variam de uma casa construída simplesmente com as folhas da palmeira até a casa feita de cimento. Todavia, seja qual for o modelo, os vigamentos são feitos à base de caule da palmeira. O uso da madeira da palmeira na construção civil foi além dos vilarejos adjacentes. Até os hotéis e albergues da região imitam esta arquitetura local com a construção de quartos com tetos cobertos com as folhas de palmeira. As cidades como Kaolack, Dacar e Fatick, se beneficiaram dos povoamentos de palmeiras da floresta de Keur Samba Dia, com a construção de pontes, de armazéns, prédios durante o período colonial. Hoje, ainda é possível observar antigos armazéns em Kaolack ou Fatick construídos com madeira de palmeira.



Figura 8: Uso das folhas do borassus nas Concessões do vilarejo de Samba Diallo
Fonte: autora, 2006

Além das formas tradicionais de uso das florestas no Senegal: coleta e pastagem, a floresta de Keur Samba Dia tem a particularidade de ser também uma ‘área agrícola’. Em 1947, a administração colonial concedeu autorizações para 160 famílias praticarem a agricultura dentro da floresta delimitada. Estes ‘contratos de cultura’ eram apenas temporários. Entretanto, ainda hoje estas famílias cultivam para sua subsistência e renda, nas mesmas áreas dentro da floresta.

A floresta de Keur Samba Dia tem uma importância socioeconômica para as populações locais. Voltarei a falar nas próximas seções sobre os desafios do manejo local deste espaço frente a uma diversidade de formas de uso e de interesses da floresta.

IV.3 OS VILAREJOS EM ESTUDO

A floresta de Keur Samba Dia está cercada por cinco vilarejos cuja população representa 33,15% da população total da Comunidade Rural (tabela 3): Samba Diallo ao Norte, Baboucar Toumbou e Ndiedieng ao Sul, Yayeme ao leste e Keur Samba Dia ao Oeste (figura 8). Entretanto os direitos de uso e acesso dos recursos da floresta são estendidos aos outros vilarejos da Comunidade Rural de Fimela. O processo da descentralização permitiu incluir os vilarejos adjacentes a floresta, no manejo e na proteção dos recursos florestais. A minha pesquisa focalizou sobre os cinco vilarejos citados acima.

Vilarejo	Yayeme	Samba Dia	Baboucar Toumbou	Samba Diallo	Ndiegieng
População	1316	3450	605	341	454
%	7,12	18,47	3,27	1,85	2,45

Tabela 3: Repartição da população em 2002 dos vilarejos responsabilizados no manejo

Fonte: Plano Local de Desenvolvimento (PLD), 2003

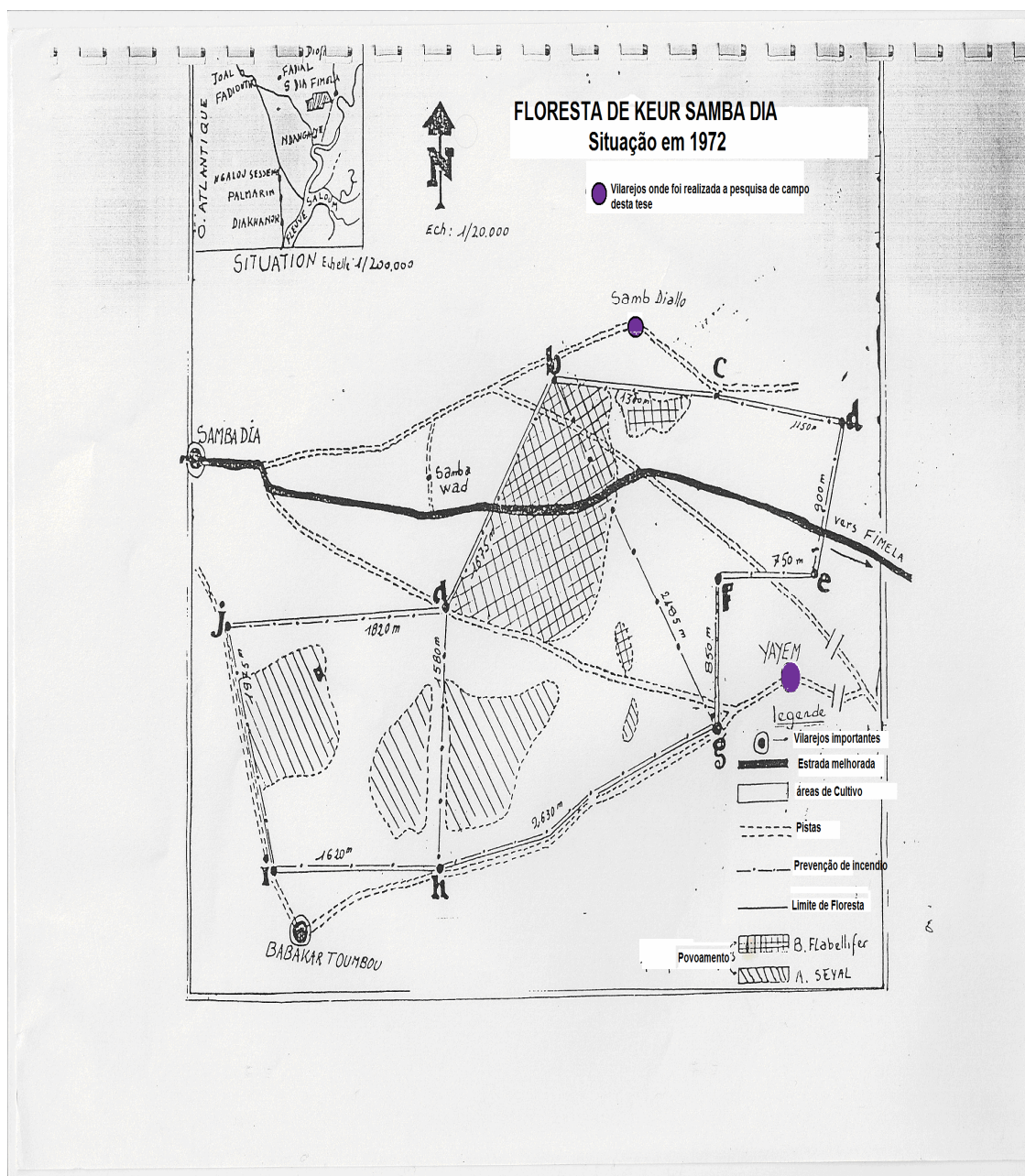


Figura 10: A floresta de Keur Samba Dia e os vilarejos adjacentes
Fonte: DIOUF, 1982

O vilarejo de Keur Samba Dia foi fundado por volta de 1920-22 por um rico comerciante Diogyoe Basile Senghor, do vilarejo de Simal. Como Diogyoe tinha

negócios nos centros comerciais de Joal⁹⁷ e Fimela, ele criou um estabelecimento comercial entre estes dois vilarejos e instalou naquela área quatro chefes de família ‘bambara’. Ao longo dos anos, esta se transformou a um ponto de convergência de migrantes de diversas origens: bambara, peulh, sereer para formar o vilarejo de Keur Samba Dia. Os nativos dos vilarejos ao redor concederam as demandas de lotes de terras aos migrantes que desejavam praticar a agricultura. O vilarejo de Keur Samba Dia foi assim, se tornando um importante centro comercial, o que resultou na criação de diversos. A primeira sede do serviço florestal na era colonial foi instalada neste vilarejo. Segundo entrevistas com anciões do vilarejo de Yayem, o fundador do vilarejo que tinha muitas afinidades com a administração colonial, influenciou para que a sede fosse implantada no vilarejo de Keur Samba Dia, o que explica o nome de ‘Floresta de Keur Samba Dia’. Atualmente, o vilarejo ainda tem uma vocação comercial, ele hospeda um importante mercado semanal de produtos agrícolas e pastoris que permite aos vilarejos realizar transações comerciais e trocar bens. O vilarejo de Keur Samba Dia está ligado ao vilarejo centro de Fimela por uma estrada de laterite que atravessa a floresta na sua largura (Leste-Oeste).

Apesar do nome da floresta em estudo, vem do vilarejo de Keur Samba Dia, este não foi escolhido como área de estudo para esta pesquisa. O vilarejo está hoje em expansão com o desenvolvimento de infra-estruturas rodoviárias, hoteleiras, acampamentos turísticos. De fato Keur Samba Dia constitui uma passagem quase obrigatória dos circuitos turísticos à descoberta do parque nacional do Delta de Saloum. Devido às oportunidades que se apresentaram no setor turístico, o vilarejo se transformou em uma área periurbana, onde agricultura e coleta na floresta se tornaram secundárias. Ao visitar o vilarejo de Keur Samba Dia, uma arquitetura das casas sem o uso das folhas e dos pecíolos da palmeira chamou minha atenção, contrariamente aos outros vilarejos vizinhos. Quanto as suas terras agrícolas, grande parte foi vendida para estrangeiros da localidade (senegaleses e ocidentais) para a edificação de casas de férias ou de plantações para arboricultura. Pelo fato

⁹⁷ O vilarejo de Joal esta no litoral do Oceano Atlântico, foi um importante ponto comercial durante a colonização desde a chegada dos portugueses.

que suas populações sejam pouco dependentes da floresta, o vilarejo de Keur Samba Dia na floresta foi descartado da seleção da área de estudo, não apresentando características suficientes que me permitem responder a minhas questões de pesquisa.

O vilarejo de Ndiédieng (454 habitantes) apesar de participar na estrutura local de gestão da floresta, entre os cinco vilarejos responsabilizados seria aquele mais afastado dos limites da floresta (km). Além de tudo, suas populações têm desenvolvido algumas tradições em preservar palmeiras abanicos nas suas áreas agrícolas. Por conseguinte, elas se limitam à utilização ‘privada’ das palmeiras para subsistência e para comércio em vez de se abastecer na reserva de biosfera. Por este motivo, o vilarejo de Ndiédieng foi descartado da seleção dos vilarejos de estudo, suas populações não desenvolvem formas intensivas de uso na floresta de Keur Samba Dia.

O vilarejo de Baboucar Toumbou foi escolhido como meu campo de experimento, para treinar meus assistentes a pesquisar e testar os questionários. Esta escolha se explica pelo fato de que, primeiro, as populações coletam significativamente na floresta para o seu auto-consumo e comercialização. Segundo, no vilarejo, todos os grupos étnicos da comunidade rural de Fimela são representados (serere, bambara, peulh, woloff). Tais características permitiram-me a familiarização com as formas de uso dos produtos florestais pelas populações locais, mas também com as problemáticas do uso da floresta após a descentralização. O processo de experimentação durou duas semanas e foi muito benéfico para ter melhor conhecimento sobre as problemáticas da área de estudo.

Finalmente optei por trabalhar nos vilarejos de Yayem e de Samba Diallo, que a meu ver, são bastante representativos para responder sobre a questão dos impactos da descentralização sobre os vilarejos adjacentes a floresta de Keur Samba Dia. Estes dois vilarejos são distanciados de 1,5 km, e uma estrada lhes liga atravessando a floresta na sua parte Nordeste. Os critérios de seleção foram

baseados em primeiro lugar, no grau de dependência das populações locais dos produtos florestais. Em segundo lugar, em ambos os vilarejos existem instituições locais envolvidas na gestão e na proteção da floresta. Em terceiro lugar, nos dois vilarejos, as populações têm formas diferenciadas de uso da floresta. Este último ponto foi particularmente importante, porque me permitiu investigar sobre os desafios de um manejo local de recursos florestais quando os atores apoderados têm diferentes lógicas de uso. Nas próximas seções, darei informações sobre os dois vilarejos para uma melhor compreensão das dinâmicas locais sobre o uso da floresta antes e após as políticas de descentralização.

IV.3.1 O vilarejo de Yayem

Yayem foi criado por volta de 1896. Seus fundadores são originários do vilarejo sereer de Djilor. Somente uma distância de 5 km separa os dois vilarejos Yayem e Djilor, ambos fazem parte da mesma comunidade rural. Segundo os anciões de Yayem que me contaram a história da fundação do seu vilarejo, um conjunto de sete *Yal Mbind*⁹⁸ ou chefes de famílias decidiu sair de Djilor devido aos numerosos conflitos, lhes opondo com Diogoye Basile Senghor⁹⁹, um rico comerciante do vilarejo de Djilor. Com este último tinha muitas afinidades comerciais com a administração colonial, estas familiares optaram por sair de Djilor para escapar do poder de Diogoye e das sanções dos administradores coloniais. Elas se instalaram no meio de uma vasta área de palmeiras abanico perto do vilarejo de Djilor. Naquela época, este espaço era um lugar predileto de coleta de diferentes partes da palmeira, mas também um espaço agrícola para as populações de Djilor e outros vilarejos como Simal. O novo acampamento ganhou o apelido de Yayem, que foi instalado dentro uma comunidade de palmeiras, que foi delimitada como ‘floresta’ e hoje é conhecida como Biosfera de reserva de Keur Samba Dia.

⁹⁸ Yal Bind é uma palavra em sereer que significa chefe de concessão, podendo reagrupar várias famílias. O mais velho da família é o chefe da concessão, sendo que as famílias afiliadas são os irmãos dele com suas esposas, filhos e dependentes.

⁹⁹ Ele foi um próspero comerciante de amendoim e de bebidas alcoólicas importadas durante o período colonial. Era proprietário de um grande número de rebanhos e de plantações. Diogoye Basile Senghor foi o pai de Leopold Sedar Senghor, o primeiro presidente do Senegal após a independência.

Segundo a tradição popular, esta floresta de palmeira é muito antiga e era muito densa. Ela teria emergindo após a passagem de um rebanho de elefantes na localidade. Esta floresta é também frequentemente citada nos relatos populares que envolvem o rei ‘sereer’ de Meissa Waly Dione¹⁰⁰ do século 11 cuja sede foi o vilarejo Mbissel localizado 10 km dos limites atuais da floresta de Keur Samba Dia.

Os primeiros ocupantes do vilarejo de Yayem eram do grupo étnico ‘sereer’ que por essência são produtores de cereais e criadores de gado bovino. A agricultura era predominantemente manual, com práticas chamadas nos tempos modernos de sistemas agro-florestais: o cultivo de cereais entre as palmeiras. Hoje o milheto constitui o cereal que predomina no espaço agrícola, tomando cada vez mais o espaço do amendoim devido às dificuldades de comercialização do amendoim, que os agricultores têm encontrado nos últimos anos. Quanto ao gado, ele representa uma forma tradicional de tesourização, e, sobretudo garante a fertilidade dos solos. O leite é geralmente oferecido nas oferendas dos rituais.

Ao se instaurar na floresta, os primeiros habitantes abriram novos espaços para a edificação das habitações, para agricultura e para pecuária. Os direitos fundiários foram estabelecidos segundo a tradição ‘sereer’ pelo ‘direito pelo fogo’¹⁰¹. Em outras palavras, cada chefe de concessão era proprietário das terras que o fogo conseguiu limpar. Através deste sistema, as famílias fundadoras do vilarejo, se apossaram de superfícies de áreas agrícolas bem grandes, superiores até às suas necessidades. A grande disponibilidade de terras permitia a aplicação do sistema de pousio para a reposição da fertilidade dos solos. Sob consenso, os ‘yal Mbind’ se concertavam sobre as terras a colocar em pousio. Além de permitir a recuperação dos solos, o sistema de pousio delimitava o espaço onde estaria confinado o gado da comunidade durante a época agrícola. Neste processo decisório, os mais velhos

¹⁰⁰ Meissa Waly Dione foi o fundador do reinado de Sine

¹⁰¹ Direito pelo qual a terra pertence a quem abriu a floresta e limpou a área com fogo

tinham a última palavra. Por ser uma sociedade gerontocrata, os mais velhos que estabelecem as normas para a gestão das terras'. Eles definiam o sistema de rotação das terras em pousio, quando um chefe de concessão ficava prejudicado, a rede de solidariedade era acionada para empréstimo de terras.

Quanto ao sistema de transmissão de terras e do rebanho em Yayem, ainda se realiza através das linhagens (paternal ou maternal). Na sociedade 'sereer', a organização social está de fato baseada nas linhagens maternas também chamadas de *Tim* que integram do indivíduo nas redes comunitárias de solidariedade e reciprocidade. As decisões sobre a distribuição das terras entre chefes de família e os cuidados do rebanho são assumidas pelos indivíduos da mesma linhagem. Mesmo se um indivíduo vive e cresce na concessão paternal, a sua base familiar maternal é considerada a mais importante, senão fundamental. O tio maternal (o mais velho dos irmãos da mãe) é considerado o verdadeiro responsável dos bens familiares. Ele é o garante do capital familiar, recebendo o dote de casamento das sobrinhas ou guardando os bens dos sobrinhos solteiros. Mesmo tendo herdado as terras do pai, a maior parte de terras de um chefe de família, vem do tio maternal, as terras de linhagem maternal. Esta relação estreita entre tio e sobrinho está essencialmente baseada num sistema de herança matriarcal, dando prioridade à transmissão de bens familiares aos filhos da irmã que aos seus próprios filhos. Tal sistema de herança busca a evitar a fragmentação das propriedades familiares, e garante que os bens comuns (terras e bois) sejam mantidos entre membros da família maternal. Até nos tempos contemporâneos, este sistema secular de gestão costumeira das terras ainda persiste em Yayem, mesmo que as leis modernas tenham promovido uma maior privatização das terras e a criação do rebanho a título privado. Por exemplo, a linhagem maternal 'Wagadu' de Yayem ainda mantém quase na integridade as terras e o rebanho do 'Tim' gerenciado pelo 'Tio maternal'.

Até recentemente, os habitantes de Yayem eram agricultores, pastores, colhedores, caçadores e pescadores. A proximidade do braço do rio Saloum, ao redor do vilarejo de Djilor, possibilitava a pesca. A floresta, devido a sua forte densidade, era um refugio para os animais selvagens, possibilitando assim a caça para o

consumo doméstico. Na floresta, se colhia produtos para as habitações, alimentação e para tratamentos de doenças. Todavia, havia um controle comunitário sobre as formas de uso. Ao colher as folhas de palmeira, tinha que se deixar um certo número de folhas no arvore. Se sabia que uma palmeira com numero reduzido de folhas tem o desenvolvimento retardado. Segundo as minhas entrevistas com idosos de Yayem, sobre os sistemas agrários locais. Antes da intervenção estatal, seus pais além de praticar a plantação entre as palmeiras, tinham técnicas para protegê-las contra o fogo e não eliminá-las.

Existia uma conscientização coletiva de preservar as palmeiras e evitar o máximo possível que elas não sequem ou tombem. Existiam proibições sob a vigilância dos anciões, de certas formas de uso dos produtos florestais que podiam prejudicar o desenvolvimento das árvores. As agressões contra as palmeiras eram raras devido as suas numerosas utilidades para comunidade. Da mesma forma, as raízes, que eram muito utilizadas nos tratamentos medicinais, deviam ser arrancadas com alguns cuidados. Além das folhas e do tronco, a seiva da palmeira era colhida para produzir o vinho de palmeira. A colheita da seiva era geralmente realizada por especialistas, que tinham habilidades de subir no tronco da palmeira. Eles possuíam igualmente conhecimentos fundidos sobre os tipos de palmeira a extrair o produto sem prejudicar seu desenvolvimento. A colheita se fazia somente em determinadas árvores que produziam um vinho de boa qualidade. Estas palmeiras eram protegidas através da proibição de colher folhas ou raízes ou qualquer outra forma de uso, que poderia danificar a árvore.

O vinho de palma não era apenas um alimento básico, ela era um elemento da cultura local, pois presente em quase todas as cerimônias e ritos. Esta bebida tinha um papel simbólico nos rituais religiosos, na comunicação com os ancestrais. Ela estava presente, nos funerais, nos batismos e casamentos. Os encontros dos chefes de concessão na ‘praça publica’, era também uma ocasião de degustação do vinho. Enfim, o vinho da palmeira estava presente em todos os momentos prediletos de socialização. Estas informações demonstram a importância da palmeira e de seus

subprodutos nas vidas dos primeiros ocupantes de Yayem. Atualmente, devido ao estado de degradação da floresta, a colheita de seiva foi interdita. Todavia, a persistência de uma arquitetura local a base de tronco e folhas da palmeira, constitui uma prova de que a palmeira faz ainda parte integrante da cultura local.

Os anos 30 marcaram um período de mudanças nas formas de uso e de proteção das comunidades de palmeiras. A administração colonial iniciou uma política de proteção das florestas e de repressão nas populações que não respeitavam as legislações florestais. Em 1934, o serviço florestal colonial delimitou, ao redor do vilarejo de Yayema, uma área com forte concentração de palmeiras como ‘floresta’ e ainda lhe deu um estatuto de ‘floresta estatal’. Sem aviso, ou negociação, as populações de Yayem, de Djilor e de Simal assistiram à delimitação de seu espaço agrícola, de caça e de coleta na floresta estatal. Em outras palavras, este espaço coletivo passou a ser propriedade do poder colonial. A gestão da floresta ficou sob a responsabilidade do serviço florestal, cujos agentes eram militares com uniformes com a principal função de fazer o policiamento florestal. A partir deste momento, o autocontrole comunitário perdeu seu sentido, as regras comunitárias de uso da floresta começaram a ser desrespeitadas já que somente o código florestal nacional constituía a única ferramenta legítima. Com este novo estatuto, nenhuma atividade agrícola era mais permitida dentro da floresta, nem qualquer forma de utilização da palmeira, sem uma autorização prévia do serviço florestal.

Como se podia esperar, as populações de Yayem e de Djilor ficaram contra a delimitação da floresta que incluía também suas terras agrícolas. Frente à resistência local, o poder colonial resolveu estabelecer a sede do serviço florestal no vilarejo de Keur Samba Dia, o que levou a floresta a ser chamada de ‘floresta de Keur Samba Dia’. Para as populações de Yayem, teria mais sentido que a floresta ganhasse o nome de ‘floresta de Yayem’ pelo fato que as residências de Yayem estejam localizadas a menos de 1 km dos limites da floresta, enquanto que o vilarejo Keur Samba Dia está situado há mais de 5 km.

Segundo minhas entrevistas com os anciões de Yayem, para sair do impasse de perder suas terras agrícolas, a família Senghor do vilarejo de Djilor passou a fazer o papel de intermediário entre os aldeãos e a administração colonial. Como salientado acima, Basile Diogoye Senghor tinha relações comerciais com o poder colonial, e seu filho Leopold Sedar Senghor era deputado senegalês no parlamento francês em 1945. A família Senghor se encarregou de negociar com o poder colonial para que as populações (de Djilor, Yayem e Simal) pudessem manter suas atividades agrícolas na floresta, sabendo que se tratava de terras ancestrais e além da floresta, não existiam muitas alternativas de terras agrícolas. Os ‘tannes’ devido ao alto teor de sal, não eram adequados para agricultura. Os combatentes das guerras mundiais dos vilarejos entraram nas negociações. Além de ter o domínio da língua francesa, eles eram bem posicionados por ter combatido ao lado da França nas duas guerras mundiais. Após muitas pressões sociais, o poder colonial finalmente concedeu a esta demanda, formulando uma autorização de cultivar dentro da floresta através de contratos de cultura. Somente as famílias que já tinham suas áreas agrícolas dentro da floresta antes da delimitação foram os principais beneficiários dos contratos de cultura. Entretanto, algumas famílias puderam manter o mesmo tanto de terras, enquanto que outras tiveram suas terras reduzidas. Estes contratos de cultura eram temporários com uma duração de 6 a 8 anos e renováveis. Segundo Diouf (1982), estes contratos permitiam ao serviço florestal colonial a execução, sem despesas financeiras, de algumas operações silvícolas como a eliminação da regeneração excessiva ou o desbastamento. Os agricultores tinham obrigação de manter um certo número de palmeiras adultas no início 200 pés/hectares para atingir em 80 anos 40 pés adultos por hectare. Assim, as famílias puderam retornar às suas terras agrícolas.

Cinquenta anos depois, estes contratos nunca foram renovados, e nem houve um controle sobre as condições e até hoje, as famílias cultivam as mesmas áreas. Um censo¹⁰² do serviço florestal em 1981 encontrou 162 familiares com suas terras agrícolas dentro da floresta: 13 famílias do vilarejo de Fimela, 14 famílias de

¹⁰² Dados coletados durante a entrevista com o agente florestal da comunidade rural de Fimela no dia 13 Janeiro 2007

Djilor, 74 famílias de Yayem, 22 famílias de Baboucar Toumbou, 32 famílias de Keur Samba Dia, 3 famílias de Samba Diallo e 4 famílias de Simal. A nova legislação florestal de 1998 estabeleceu mais restrições sobre os contratos de cultura, estipulando no artigo 17 que ‘os contratos de cultura tem uma duração de no máximo três anos e são claramente definidos quanto à superfície, a localização e as culturas autorizadas’. Mesmo com a nova legislação, os contratos de cultura não foram revisados. Segundo o agente florestal, atual administrador da floresta, os contratos de cultura que as populações possuem hoje, não têm validade jurídica, pois, eles datam dos anos 40 sem renovação. O agente florestal afirmou que ‘a situação ilegal está acima de suas competências’ porque seus superiores têm conhecimentos sobre a situação e não fazem aplicar as leis. Portanto ele ‘ não pode fazer nada contra esta ação considerada ilegal’.

A introdução do amendoim nos sistemas de produção do camponês senegalês constitui um elemento importante para entender a atual composição humana e da dependência florestal dos vilarejos próximos da floresta de Keur Samba Dia. Os prolongados anos de seca, entre as duas guerras mundiais e a monetarização no meio rural, provocaram massivas migrações dentro do país. Assim as terras férteis nas áreas ao redor da floresta de palmeiras, atraíram trabalhadores sazonais também chamados localmente de ‘Navetanes’. O fenômeno de migrações dos ‘navetanes’ iniciou-se com a comercialização do amendoim pelos europeus a partir de 1830, os pioneiros foram os grupos étnicos Soninke/Sarakolle e os Mandingos/malinke (David, 1980:13) Estes eram agricultores vítimas das secas ou da falta de terras, ou apenas motivados financeiramente, originários de outras regiões do Senegal (Diourbel, Tambacounda e Kaolack), mas também de outros países vizinhos (Mali, Guinee, Burkina Faso). Este movimento migratório, inicialmente espontâneo, foi ao longo dos anos, recuperado pela administração colonial para apoiar a expansão geográfica e econômica do amendoim.

Vale lembrar, que a partir de 1895, a colônia do Senegal foi a base da AOF (África Ocidental Francesa) que reunia todas as colônias francesas da África Ocidental e a

colonização agrícola iniciou primeiro no Senegal. Portanto, naquela época, o Senegal era muito atraente para camponeses dos países vizinhos que não tinham ainda investido nas culturas comerciais. Naquele tempo, para um camponês, não se engajar nas culturas comerciais, era sinônimo de ‘desprovidos de renda’. A administração colonial ofereceu estes camponeses incentivos financeiros para quitar seus vilarejos e distribuí-los nas regiões do Senegal onde existiam potencialidades para cultivo do amendoim e aonde a mão de obra era escassa.

Os vilarejos de Yayem assim como Djilor, foram um dos lugares onde estes trabalhadores sazonais se orientaram. No início da estação das chuvas, o ‘navetane’ era geralmente acolhido numa família que lhe oferecia proteção, alojamento e comida. Em contrapartida, o ‘navetane’ retribuía com sua força física para trabalhar nas plantações de seu hospedeiro. Quanto maior o número de ‘navetanes’ uma família podia hospedar, maiores seriam suas chances de obter altas produções de milho e de amendoim. A capacidade de uma família acolher vários ‘navetanes’, dependia em parte de suas reservas alimentares (cereais e rebanho) para assegurar a alimentação dos migrantes. De qualquer forma, este suplemento de mão de obra era benéfico e, sobretudo uma oportunidade para a família acolhedora de explorar parte do patrimônio fundiário intocável ou de abrir novas terras. Este processo histórico de migrações, explicaria que a distribuição contemporânea, das terras no vilarejo de Yayem, não seja muito equitativa. Algumas linhagens maternas dispõem de grandes superfícies de terras porque tiveram naquele tempo, as possibilidades de hospedar muito dos ‘navetanes’.

A grande disponibilidade de terras não cultivadas, permitia que algumas familiares alocassem lotes de terras aos ‘navetanes’ para que estes investissem em sua própria produção. O ‘navetane’ ganhava assim um ‘direito de cultivo’ nas terras de seu hospedeiro. Motivados pela aquisição de numerários, ‘no seu lote particular’, o ‘navetane’ se concentrava exclusivamente na produção do amendoim, principal cultura comercial. No final da estação das chuvas, após o período de colheita, os ‘navetanes’ vendiam sua produção e retornavam aos seus vilarejos de origem com seus ganhos monetários. No ano seguinte, na época das chuvas, o mesmo movimento migratório se repetia, com a tendência dos ‘navetanes’ retornarem para

as mesmas famílias onde foram bem tratados nos anos anteriores. O sistema de ‘navetanes’ garantia o aumento das superfícies do amendoim no território, para a grande satisfação da administração colonial. O ‘navetane’ tinha assim acesso às terras e oportunidade de obter ganhos. Quanto às famílias de Yayem, elas puderam ter acesso a uma mão de obra suplementar, lhes permitindo em primeiro lugar, aumentar suas superfícies de terras produtivas e segundo lugar de se integrar à economia de mercado através do cultivo e a comercialização do amendoim. Esta era, de monetarização rural, foi, no entanto acompanhada de um regresso das superfícies das culturas de subsistência, e desequilibrou a economia local e os sistemas agrários tradicionais.

Entretanto, nos anos 60, com o evento da independência do Senegal e de seus vizinhos, se observou um decréscimo dos movimentos migratórios vindo de exterior. Os países de origem dos ‘navetanes’ se concentraram em manter a disponibilidade de sua mão de obra dentro de suas fronteiras, para promover seu próprio desenvolvimento econômico. A introdução de maquinários com tração animal no mundo rural senegalês, havia também reduzido às necessidades de empregar trabalhadores sazonais. Apesar destas mudanças, os movimentos de migrações não terminaram, mas foram apenas freados. A demanda de mão de obra continuou forte, nem todo camponês tinha acesso aos equipamentos e tinham aqueles que resistiam a tal inovação. No vilarejo de Yayem, os movimentos dos ‘navetanes’ estrangeiros continuaram, e tomaram novas formas. O quadro mudou quando os migrantes deixaram de voltar nos seus vilarejos de origem após as colheitas para permanecer definitivamente nos vilarejos de Yayem, Djilor, Simal, Fimela. Após anos de convivência, os migrantes ganharam dos seus hospedeiros ‘direitos de cultivo’ permanentes lhes alocando definitivamente terras para seu uso familiar. Estes lotes de terras transformaram-se em terras agrícolas e também em residências. As suas famílias (do Mali, de Tambacounda, ect...) vieram se juntando aos poucos até formar novos vilarejos que são hoje Samba Diallo, Babucar Toumbou e Keur Samba Dia, atuais vilarejos adjacentes a reserva de biosfera de Keur Samba Dia. Na próxima seção, voltarei a falar especificamente sobre o processo de criação do vilarejo de Samba Diallo.

Atualmente, o vilarejo de Yayem está em fase de modernização. O vilarejo conheceu uma expansão demográfica e conta hoje com mais de 146 famílias. A agricultura e o pastoralismo continuam sendo praticados com o uso sistemático da tração animal, mas algumas famílias estão confrontadas com a falta de terras cultiváveis. Os conflitos familiares, não são raros, quando alguns indivíduos decidem vender seus lotes de terra em vez de respeitar as regras tradicionais de herança matrilinear.

Geralmente duas ou mais famílias unitárias vivem na mesma concessão, mas se observa cada vez mais que cada concessão é constituída apenas de uma família. A maioria da população ainda é do grupo étnico 'sereer', neste ainda se encontram também algumas famílias 'woloff' e 'peulh'. O 'sereer' continua sendo a principal língua de comunicação dentro do vilarejo. A arquitetura local à base de subprodutos da palmeira, ainda marca o vilarejo, mesmo que as construções de tipo ocidental tenham sido desenvolvidas. Os pecíolos da folha de palmeira ainda constituem o principal material para o encerramento das residências, e o uso das folhas de palmeiras como telhado ainda é comum. O vilarejo tem acesso à eletricidade pública, as ruas são iluminadas, mas nem todas as residências têm acesso à luz, isto depende do poder aquisitivo da família. Da mesma forma, a água corrente esta disponível em algumas residências através de perfurações modernas hidráulicas. Todavia, muitos ainda preferem o uso da água dos poços (públicos e privados) para uso doméstico devido à salinidade da água das torneiras. Quanto as infra estruturas de saúde, o vilarejo dispõe de uma casa de saúde. Vale ressaltar que, durante as minhas estadias no vilarejo, nunca vi esta casa funcionar. Na verdade, a casa de saúde está na maior parte do tempo fechada devido à falta de recursos humanos especializados e de material medicinal.

Quanto ao acesso à educação, em comparação com os vilarejos vizinhos, o vilarejo de Yayem se caracteriza por uma alta taxa de escolarização. Isto poderia estar associado à fundação de escolas católicas nos vilarejos 'sereer' do litoral atlântico desde a época colonial. No meio do século 19, missionários católicos, foram enviados da Europa para evangelizar as populações locais. Os missionários

progredirem nas regiões da ‘Petite Cote’¹⁰³, no Sine Saloum e em Casamance habitadas pelos ‘sereer’ ou os ‘diola’ que eram pouco islamizadas. A construção de escolas católicas nos vilarejos foi, naquele período, uma das estratégias para uma difusão rápida da religião. Por conseqüente às populações do vilarejo de Yayem, desde o século 19, puderam se beneficiar das infra-estruturas escolares existentes na ‘Petite Cote’. Atualmente a população de Yayem é constituída na maioria de católicos, e de uma pequena comunidade muçulmana. O vilarejo dispõe de uma escola primária pública, uma escola primária católica e uma creche. Além disso existem muitos estabelecimentos de ensino médio no vilarejo de Fimela que está localizado a 1,5 km de Yayem. Depois do ensino médio, muitos jovens continuam seus estudos para nível universitário em Dacar ou no exterior. Para aqueles que não tem condições financeiras ou não foram bem sucedidas na escola, o domínio da língua francesa lhes permite a concorrer a oportunidades de empregos nas Ongs ou nos ramos do turismo.

Em suma, o acesso precoce à escola francesa e a existência de estabelecimentos de ensino primário e médio, facilitaram a inserção das populações de Yayem em diversos setores da economia. Hoje Yayem conta com muitas gerações de universitários, de funcionários e técnicos que exercem profissão nas grandes cidades e no exterior. Frente a numerosas oportunidades de criação de rendas para os jovens de Yayem eles se tornaram menos colhedores de produtos florestais do que os outros vilarejos adjacentes. Também com a redução das rendas agrícolas, eles optam de investir seus esforços em outras atividades mais bem remunerados nos setores modernos. Nas próximas seções, voltarei a falar sobre as implicações de uma gestão local de floresta quando uma parte da comunidade local se tornou menos dependente da coleta de produtos florestais.

¹⁰³ ‘Petite Cote’ se refere ao litoral atlântico desde Dacar ate o Delta do Saloum

IV.3.2 O vilarejo de Samba Diallo

O vilarejo de Samba Diallo foi criado por migrantes ‘bambara’ originários do Leste do Senegal (Tambacounda) e do Mali. Sua fundação foi contemporânea ao reinado do Bour Koumba Ndoffene Diouf por volta de 1895-97 (DAVID, 1980:454). Já em 1897, os ‘bambara’ estavam presentes no ‘canton de Ndangane’. Os ‘navetanes bambara’ foram seduzidos pela fertilidade de solos ao redor da floresta de plameiras. Um censo da administração colonial em 1932 identificou 3.000 descendentes destes migrantes dispersos nos vilarejos de Samba Diallo, Baboucar Toumbou e Keur Samba Dia. O nome dado ao vilarejo vem do fundador que se chamava Samba Diallo que foi durante muito tempo, um ‘navetane’ no vilarejo de Yayem.

Atualmente, o vilarejo de Samba Diallo conta mais de 40 famílias que são na totalidade, muçulmanos. As concessões reúnem sempre duas ou mais famílias. A população é predominantemente composta de ‘bambara’ cuja língua constitui a principal forma de comunicação dentro do vilarejo. Encontram-se também algumas famílias ‘peulh’, ‘sereer’ e ‘woloff’. Em termos de infra-estrutura básica o vilarejo não tem eletricidade, não tem água corrente nem estrutura de saúde. Os poços públicos dentro do vilarejo são as principais formas de acesso à água. A casa de saúde funcional mais próxima está há 2 km no vilarejo de Fimela.

Existe uma escola primária pública e uma creche. Vale a pena salientar que a alfabetização em língua francesa é um fenômeno recente no vilarejo de Samba Diallo, a educação árabe com base do alcorão, foi sempre privilegiada. Deparei-me com a falta de instrução em francês principalmente entre os jovens, quando no início do meu trabalho de campo, procurei jovens maiores de 15 anos de idade no vilarejo para a atividade de assistente de pesquisa. Obtive apenas dois candidatos: uma mulher de 28 anos residente, mas não originária em Samba Diallo e um homem de 35 anos originário de Samba Diallo, mas cresceu fora do vilarejo. Somente recentemente que os parentes conscientes dos benefícios que uma

escolarização francesa poderia trazer nos tempos modernos, começaram a colocar suas crianças na escola francesa. Mesmo se as migrações para centros turísticos ou urbanos entre jovens de Samba Diallo, estando progredindo, eles nem sempre podem aproveitar as muitas oportunidades de trabalho sem o domínio do francês ou sem uma especialização profissional.

A agricultura, a pecuária, a coleta de produtos florestais e a transformação dos produtos da palmeiras, são as principais atividades econômicas nas quais as populações investem. Atualmente a agricultura em Samba Diallo está confrontada principalmente com o problema de acesso de terra e a perda da fertilidade dos solos. Contrariamente a Yayem, as terras agrícolas de Samba Diallo estão localizadas fora dos limites da floresta de Keur Samba Dia, com exceção de quatro famílias. Essas terras, que lhes foram alocadas, por habitantes de Yayem e de Djilor, não satisfazem mais sua população crescente, nem para criar rendas. Todas as terras ao redor do vilarejo de Samba Diallo pertencem a outros vilarejos: Simal, Yayem, Djilor, que também não têm mais condições de expandir. Além das pequenas superfícies agrícolas, os agricultores de Samba Diallo são também confrontados com a perda gradual de fertilidade de solos. Com recursos financeiros limitados para aquisição de fertilizantes químicos, e com uma fertilização orgânica limitada, eles assistiram a uma redução da produção de cereais e de amendoim. Alguns estão investindo ultimamente na produção de legumes durante a estação das secas visto que o lençol freático pouco profundo permite uma irrigação manual. Por enquanto os resultados são pouco satisfatórios. O acesso às sementes de boa qualidade, e a falta de terras, são os principais fatores limitantes que eles denunciam. Quanta a pecuária, ela se limita principalmente a pequenos rebanhos de ovinos (números/família) confinados dentro das concessões. O rebanho bovino não é muito importante.

Mesmo se a situação atual da agricultura e da pecuária esteja se degradando, estas atividades socioeconômicas nem sempre, ou nunca, foram as principais para os habitantes de Samba Diallo. De fato, a fundação do vilarejo não pode ser dissociada

dos interesses dos ‘navetanes’ de investir na exploração intensiva da palmeira – abanico. Estes ‘navetanes’ conheciam as técnicas de subir a palmeira-abanico e seu uso comercial nas suas terras de origem. Ao sedentarizar-se, a floresta densa de Keur Samba Dia representava para eles fortes potencialidades para criação de numerários. A prática de uma agricultura já freada pelas dificuldades de acesso a terras e a impossibilidade de expandir as terras agrícolas, era uma atividade secundária. Desde que foi criado, o vilarejo de Samba Diallo se especializou na coleta das folhas da palmeiras e depois com o desenvolvimento do turismo, na transformação das folhas em produtos com valor agregado.



Figura 11: Um artesão do vilarejo de Samba Diallo transformando os pecíolos do borassus em moveis

Fonte: autora, 2006

Como o código florestal colonial classificou a palmeira-abanico como uma espécie protegida, sua exploração foi regulamentada: quem e o quanto podia explorar a madeira da palmeira. A partir deste momento, somente os possuidores de uma carteira profissional podiam obter, do serviço florestal, uma licença de corte do

tronco da palmeira para utilidade comercial. O beneficiário tinha que pagar previamente uma taxa ao serviço florestal. Assim cada ano, o serviço florestal responsável pela administração da floresta de Keur Samba Dia, definia uma quota de palmeiras a serem exploradas antes de reparti-las entre os empresários florestais. Estes empresários podiam ser originários de diferentes regiões do Senegal, o que importava era apenas apresentar uma carteira profissional. Geralmente estes empresários traziam seus empregados que realizavam os cortes na floresta. Assim, para os ‘navetanes’ que tinham habilidades de subir nas palmeiras, novas oportunidades de trabalho surgiram. Como o período de corte das palmeiras coincidia com a estação da seca, então após as colheitas de amendoim em vez de voltar aos seus vilarejos de origem, alguns ‘navetanes’ optavam por ficar e gerar maiores rendas. A exploração comercial das palmeiras, por empresários, resultou assim na sedentarização dos ‘navetanes’ que acabaram fundando novos vilarejos como o de Samba Diallo.

De fato, os empresários se interessavam apenas por partes específicas da palmeira: o tronco muito usado na construção civil e, os pecíolos das folhas para fabricar peneiras. Após a remoção do pecíolo, as nervuras das folhas eram abandonadas pelos empresários. Entretanto, antes de secar, as nervuras eram recuperadas pelos habitantes de Samba Diallo, de Babucar Tombou, Keur Samba Dia e outros indivíduos que vinham de Thies ou Dacar. As nervuras eram então vendidas ou usadas pelos próprios colhedores para fabricar esteiras e cestas e comerciá-las. As cestas coloridas e mais elaboradas eram destinadas ao mercado turístico enquanto as cestas simples eram destinadas ao mercado local de sal ou de peixes. Com a presença dos ‘tannes’ e, do rio Saloum muito salino, alguns vilarejos da Comunidade Rural de Fimela se especializaram na produção de sal através de técnicas de perímetros fechados para a retenção da água salina. Geralmente o sal é estocado em cestas com folhas de palmeiras para ser transportado, comercializado e vendido no interior e exterior do Senegal. A proximidade da floresta de Keur Samba Dia a grandes centros de pesca como as cidades de Joal ou Mbour tem criado também um mercado de cestas feitos de palmeiras para o transporte de

peixes frescos ou defumados. A coleta das lâminas de folhas e sua transformação em cestas e esteiras eram realizadas por ambos os sexos.

A partir de 1979, a exploração da madeira da palmeira a título comercial foi proibida no o território senegalês para frear o desaparecimento das palmeiras. Entretanto, a interdição do corte do tronco, não afetou muito os habitantes de Samba Diallo, pois estes eram especializados na coleta das folhas da palmeira, e os empresários continuaram a receber licença para o corte de folhas.

Na próxima seção será discutida as novas dinâmicas locais que surgiram ao nível da Comunidade Rural quando as populações tiveram as oportunidades de participar na gestão da floresta estatal de Keur Samba Dia. Será feita também uma análise do processo de co-manejo florestal entre as populações locais e o serviço florestal.

IV.4 A GESTÃO LOCAL DA FLORESTA DE KEUR SAMBA DIA

A floresta de Keur Samba Dia por ser uma floresta estatal está submetida à autoridade do serviço florestal. O novo código florestal de 1998, que resultou das reformas de descentralização, reforçou a autoridade e o poder de gestão do serviço florestal em todas as florestas estatais. Para estas florestas, a principal mudança foi apenas de legitimar o maior envolvimento das coletividades locais na gestão e na proteção dos recursos florestais. Em outras palavras, no contexto da descentralização, o conselho rural de Fimela foi interpelado a se engajar ativamente no manejo e na proteção da floresta de Keur Samba Dia, em parceria com o serviço florestal. Neste caso, o código florestal nacional continua sendo o principal instrumento para regulamentar as formas de uso, os direitos de uso dos recursos florestais e as formas de sanções em casos de infração. O conselho rural como instituição local representativa das populações locais, responsabilizou os principais cinco vilarejos adjacentes à floresta. Tratam-se dos vilarejos de Yayem, Baboucar Toumbou, Samba Diallo, Djiedieng e Keur Samba Dia, para assumir as novas

tarefas de co-manejo de uma floresta submetida a uma forte degradação num contexto onde a pobreza rural está ganhando espaço.

IV.4.1 As Causas da Degradação da Floresta de Keur Samba Dia

O histórico da fundação dos vilarejos de Yayem e de Samba Diallo na seção precedente nos informou sobre as diferentes formas de pressões exercidas na floresta. O crescimento demográfico de uma parte, e a introdução das culturas comerciais de outra parte criou uma forte demanda de terras cultiváveis ao detrimento da floresta. A exploração comercial do tronco e das folhas de palmeiras foi também prejudicial. A floresta de Keur Samba Dia, está hoje caracterizada por uma baixa densidade de árvores, uma regeneração natural freada, e uma comunidade de palmeiras dominada por indivíduos jovens.

A prática da agricultura dentro da floresta tem causado sem dúvida uma gradual redução da área florestal e freado a regeneração natural. DIOUF (1982:77) na sua pesquisa comparativa entre florestas de palmeiras abanico nas regiões de Thies, Sine Saloum e Casamance, observou-se que a regeneração natural é mais abundante nas florestas com proteção integral do que nas florestas onde o cultivo está autorizado como a reserva de biosfera de Keur Samba Dia. O desbravamento com uso do fogo, foi e ainda é uma prática comum para limpeza das áreas agrícolas. Esta operação agrícola, não deixa nenhuma chance para os brotos de palmeiras crescerem e se desenvolverem. Entretanto, é bom salientar que a degradação florestal se intensificou depois a criação em 1968, de um organismo nacional SODEVA¹⁰⁴ pelo governo. Esta instituição nacional emergiu no quadro do plano nacional de intensificação agrícola. A sua missão foi de melhorar as produções agrícolas principalmente do amendoim através de incentivos financeiros e materiais. Para isto, Sodeva divulgou uma série de técnicas culturais que os camponeses da bacia do amendoim tinham que adotar para aumentar sua

¹⁰⁴ Société de Développement et de Vulgarisation Agricole

produtividade. Assim a vulgarização se concentrou no uso de fertilizantes químicos e de tração bovina para o preparo dos solos e durante a semeadura. Para facilitar a passagem dos maquinários, um programa de ‘eliminação de árvores’¹⁰⁵ nos terrenos agrícolas, foi igualmente encorajado através de prêmios como alimentos e fertilizantes (fosfato de cálcio). Não se tratava apenas de abater as árvores, mas até suas raízes tinham que ser arrancadas. Além do prometido aumento de produtividade, os camponeses se empolgaram com as possibilidades de adquirir maiores números de bovinos por crédito através deste programa. A difusão e a aplicação destas técnicas ‘modernas’ pelos camponeses que cultivavam na floresta de Keur Samba Dia, significaram a remoção de árvores dentro de suas terras agrícolas. O terreno agrícola precisava ser plano, limpo e sem obstáculos (árvores) para o uso eficiente e prático dos maquinários. A partir deste período, o sistema agro florestal tradicional do consórcio das palmeiras com cereais passou para um sistema de monocultivo. Novas lógicas tomaram lugar. Além disso, o crescimento demográfico impedia a prática de pousio para a restauração da fertilidade dos solos, o que foi fatal para a regeneração das espécies vegetais.

¹⁰⁵ A promoção deste programa na bacia do amendoim explica o desaparecimento de florestas principalmente na região de Diourbel que foi muito ativa na produção de amendoim



Figura 11: Os restos culturais de milho no meio da floresta de borassus

Fonte: autora, 2006

Além da agricultura, outras práticas locais comprometeram a regeneração natural e o bom desenvolvimento das palmeiras. O consumo de lenha acompanhou o crescimento demográfico, e as expensas das essências florestais, acentuando o desmatamento. Com exceção de algumas concessões de Yayem que dispõem de recursos financeiros para adquirir o gás butano, as famílias dos vilarejos adjacentes à floresta usam a lenha como principal fonte para o preparo das refeições.

Da mesma forma, o pastoralismo extensivo participou na degradação da floresta. Cada vez mais, pastores ou proprietários de pequenos rebanhos realizam podas para alimentar os animais durante a estação das secas. Nisto as árvores jovens são os principais alvos, por serem mais fáceis de podar e pelas suas folhas ternas. A chegada tardia das chuvas nos últimos anos e a falta de controle da autoridade

florestal tem acentuado as podas abusivas, causando a morte prematura de muitas árvores. Com o abandono dos sistemas de pousio, na estação das secas, toda parte da floresta se tornou uma área de pastagem para o rebanho. Logo após as colheitas agrícolas, o rebanho é conduzido para a floresta onde o tapete herbáceo ainda é abundante. Mas no final da estação das secas, quando a pastagem se torna menos densa, os brotos das palmeiras, assim como as folhas das palmeiras jovens, acabam se tornando alimento para os animais. Devido a todas essas ações, existem poucas chances para novas palmeiras emergirem, crescerem e se reproduzirem.

A coleta abusiva de frutas, de raízes e de folhas das palmeiras representa outro fator causal da regressão da floresta de Keur Samba Dia. Os frutos verdes (ou ‘koni’) da palmeira têm uma polpa que se consome crua como uma geléia refrescante. Estes frutos são muito apreciados pelas populações locais assim como pelos cidadãos. Com a demanda crescente destes frutos nos mercados urbanos, uma nova forma de geração de rendas surgiu, e a sua colheita se intensificou. Foi um negócio rentável nos mercados urbanos para aqueles que tinham habilidades de subir nas palmeiras, seja da população local ou não, já que não precisava de uma autorização do serviço florestal. A colheita não controlada dos frutos verdes para consumo, ou venda, reduziu consequentemente o número de sementes de palmeiras viáveis para a substituição das árvores abatidas ou mortas, comprometendo qualquer forma de regeneração. Sem contar que, mesmo se os frutos madurecessem no pé e caíssem, os frutos secos seriam coletados e oferecidos aos animais devido à falta de pastagem. Quando algumas sementes têm chance de germinar, as frescas plântulas se tornam alimentos para os animais ou são arrancados pelo homem.

Quanto à coleta de folhas de palmeiras, ela ficou mais intensa devido ao crescimento populacional e ao desenvolvimento do turismo na localidade. O aumento do número de habitações acelerou a remoção das folhas de palmeiras para cobertura ou cerca das casas. A expansão do turismo favoreceu o desenvolvimento do mercado dos produtos artesanais. As folhas das palmeiras são cortadas em um ritmo que impede a árvore de crescer e de produzir mais folhas. Nem as folhas de

jovens palmeiras não escapam dos cortes, estas são de fato as mais acessíveis, devido a seu pequeno porte. O corte excessivo das folhas retarda o crescimento da palmeira e sua capacidade de produzir mais folhas. A palmeira precisaria ficar com pelo menos seis folhas para que seu desenvolvimento não seja interrompido, e para que ela continue a produzir um maior número de folhas. A procura incessante de numerários a partir de recursos florestais foi acompanhada de atitudes irresponsáveis dos colhedores, atitudes prejudiciais à integridade da floresta de Keur Samba Dia.

A crescente demanda por plantas medicinais nos centros urbanos, tem convertido muitos indivíduos em coletores profissionais. Isto resultou em maiores coletas de raízes, folhas e casca de uma forma indiscriminada que levam à morte das árvores, e conseqüentemente à rarefação das espécies mais procuradas.

O desmatamento da floresta de Keur Samba Dia não foi então causado apenas pela agricultura. A coleta abusiva de folhas de palmeiras e as necessidades crescentes da construção civil nos centros urbanos têm aumentando a demanda por palmeiras, ultrapassando mesmo as potencialidades reais da floresta. O seu tronco produz um tipo de material fibroso de difícil purificação, de grande durabilidade, com excelente qualidade para trabalhar na carpintaria, na construção (postes, vigamentos, pontes) e obras de hidráulica. Com tantas qualidades de sua madeira, a floresta de palmeiras foi confrontada com uma série de abates praticados, sobretudo por agentes externos, os empresários. Para suprir as necessidades das habitações e das grandes obras de modernização, até as palmeiras jovens foram sistematicamente eliminadas. A interdição da exploração comercial da madeira de palmeira na região de Sine-Saloum, a partir de 1973, não conseguiu frear o desmatamento, ao contrário acelerou os abates ilegais e a exploração de outras essências da floresta.

Mesmo se as ações humanas têm contribuído fortemente para a degradação da floresta de Keur Samba Dia, os fatores climáticos não podem ser excluídos ou

ignorados. Os sucessivos anos de seca durante a década dos 70 abaixaram o nível do lençol freático o que resultou na morte de muitas árvores. Como as raízes da palmeira são pouco profundas, e seu porte alto, o stress hídrico prolongado causa a seca da árvore, ocasionando sua rápida morte.

Por causa de suas múltiplas formas de uso das diversas partes da palmeira não somente das populações locais, mas também de agentes externos, a floresta de Keur Samba Dia, experimentou uma regressão de sua superfície e um empobrecimento dos números de palmeiras. A situação se torna ainda mais drástica quando as formas de regeneração naturais são inibidas e não existem muitas ações para a regeneração assistida.

Para tentar restaurar a floresta de Keur Samba Dia, em 1995, as populações locais se beneficiaram de projetos de âmbito internacional. Além das atividades de replantio comunitário na floresta, um dispositivo organizacional foi implementado com a criação de comitês locais de gestão. Estes comitês compostos principalmente pelas populações locais, tinham como missão a vigilância e a proteção da floresta. Os membros se beneficiaram de uniformes e de material para facilitar sua tarefa, tiveram um acesso facilitado ao crédito e recebiam uma remuneração. Seis meses depois do início podia-se observar uma recuperação ecológica com melhor regeneração natural (BYERS, 2000). Isto devido à vigilância próxima que freou a exploração abusiva. Entretanto o encerramento do projeto significou também o fim das motivações financeiras, que resultou no desânimo dos membros dos comitês de vigilância. Conseqüentemente, a vigilância da floresta voltou de novo ao serviço florestal criando uma situação favorável para as coletas e cortes clandestinos.

IV.4.2 O Processo de Formação dos Comitês Locais de Manejo

IV4.2.1 A concepção do Código de Conduta da Comunidade Rural de Fimela

A descentralização ofereceu uma oportunidade para re-dinamizar os comitês dos vilarejos, mas desta vez, sob a supervisão do conselho rural.

O atual conselho rural da comunidade rural de Fimela, investido em 2002 é composto de 28 membros, 3 mulheres e 2 jovens (menos de 35 anos) que foram eleitos segundo sua afiliação aos partidos políticos¹⁰⁶. A maioria dos conselhos rurais tem o grau de ensino médio ou primário, mas nenhum deles obteve uma educação universitária. Quanto aos vilarejos de estudo, Yayem conta com quatro (4) conselhos rurais enquanto Samba Diallo não tem nenhum representante nesta instituição local. O conselho rural é composto de sete comissões¹⁰⁷. Nenhuma das comissões dispõe de um plano de ação mesmo em curto prazo. A falta de domínio dos textos da descentralização e o nível baixo de instrução, não favorecem um bom funcionamento destas comissões técnicas, o que consequentemente limita o Conselho Rural a realizar sua missão. Apenas a comissão dominial que demonstra certo dinamismo. Existe uma forte especulação fundiária devido à alta demanda de terras ao redor dos vilarejos da Comunidade Rural. Esta comissão tem então de se reunir frequentemente para tomar decisões de alocar terras a privados. Com a expansão do turismo na localidade, cada vez mais, ocidentais e senegaleses urbanos compram terras para residências de férias ou para iniciar uma produção de frutíferos.

As reuniões do conselho rural se focalizam geralmente sobre a elaboração dos orçamentos e dos assuntos fundiários. O essencial do orçamento do conselho rural está composto dos impostos locais e das taxas fiscais, que acrescentados ao apoio financeiro externo representam as fontes para a realização de investimentos (infra-estruturas) na comunidade rural. Mesmo os produtos financeiros relativos à crescente demanda de alocação de terras, para fins habitacionais ou turísticos,

¹⁰⁶ O conselho rural é dominado por membros que são dos partidos da oposição

¹⁰⁷ Comissão dominial, Comissão dos assuntos econômicos e financeiros, Comissão Meio Ambiente e Gestão dos recursos naturais, Comissão Saúde, Higiene e Ação Social, Comissão Juventude, Educação, Esporte, Comissão Cooperação Descentralizada, Comissão Boa Governança.

tomaram importância ultimamente, o decréscimo das receitas de taxa rural afeta negativamente a disposição dos recursos financeiros da coletividade local. Em 2003, por exemplo, o conselho rural recebeu apenas 30% do valor da taxa rural esperado (PLD, 2003). A taxa rural constitui a principal fonte de renda para o conselho rural, mas poucos indivíduos pagam regularmente. Ela é cobrada anualmente pelo chefe do vilarejo, a cada adulto do vilarejo, o valor total é integralmente entregue ao Conselho Rural. Alguns indivíduos entrevistados nos vilarejos apontaram a falta de transparência na gestão dos recursos financeiros e a falta de visibilidade das ações do conselho rural nos vilarejos, como os principais motivos para não pagar a taxa rural.

Frente a tantas dificuldades institucionais e financeiras, com o evento da descentralização, o conselho rural de Fimela foi promovido a assumir novas competências tais como a gestão dos recursos naturais do seu território com exceção do domínio estatal (floresta de Keur Samba Dia). Suas áreas de intervenção compreendem a gestão das terras agrícolas, dos bosques comunitários, dos recursos hidrológicos, dos recursos de pesca e cinegéticos e das áreas de pastagem contidas nos limites geográficos.

A palmeira abanico é uma essência que se encontra em quase todas as áreas da comunidade rural de Fimela. Como ela é uma espécie protegida pelo código florestal, nenhuma coleta pode ser feita sem uma prévia autorização do serviço florestal, mesmo que ela esteja localizada numa área particular. Como as restrições do uso dos recursos da floresta de Keur Samba Dia, as populações tem se focalizado nas áreas comunitárias que estão na responsabilidade do conselho rural. Se os indivíduos tiveram receio de cometer infrações na floresta de Keur Samba Dia, por ser uma propriedade do Estado, não era o caso nas áreas comunitárias cujo acesso era considerado aberto. Sem uma clara definição das regras de uso e sem a funcionalidade da instituição responsável do manejo destes recursos, a degradação nas áreas comunitárias se tornou inevitável.

Em 2003, o conselho rural solicitou um apoio financeiro e metodológico da Ong WorldVision¹⁰⁸ e da Cooperação Técnica Alemã¹⁰⁹ através do ‘Programme de Bassin Arachidier’ para a elaboração de uma regulamentação local consensual (código local) sobre a reabilitação, a proteção e o manejo dos recursos de suas responsabilidades. Ao longo deste processo, houve uma preocupação levar em consideração as disposições da legislação nacional (código florestal, código do meio ambiente, textos da descentralização, ect...), para que o código local não fosse contraditório, às leis em vigor. Assim foram estabelecidas regras que controlam o acesso e o uso dos recursos naturais, assim como os mecanismos de vigilância e medidas contra as transgressões. Estas regras são supostas refletir as realidades locais em termos das formas de uso dos recursos naturais, esperando, portanto que elas estejam mais efetivas na prevenção e gestão de conflitos entre usuários. Além da elaboração de um código local, as áreas com estado avançado de degradação foram identificadas e classificadas em ‘aires mise en defens’ com o objetivo de limitar as coletas nestas áreas.

O conjunto de novas medidas resultou em um ‘Código de Conduto Local’ que a partir de 2004 foi a principal ferramenta, legitimada e legal que regulamenta as regras de acesso e de uso das áreas comunitárias, assim como as principais atividades de proteção dos recursos naturais da comunidade rural. Quanto à floresta Keur Samba Dia, ela continua sendo submetida ao código florestal nacional com algumas regras locais que vieram reforçar as leis nacionais. A negociação das novas regras e disposições envolveu diversos atores: os principais usuários dos recursos (populações locais) e as autoridades legítimas e competentes (Representante do Estado, CERP¹¹⁰, Serviço florestal, Conselho Rural). A

¹⁰⁸ World Vision é uma organização internacional católica, presente na comunidade rural de Fimela desde 2002. Ela apóia as populações em diversas áreas, sobretudo na educação das crianças e na freio da degradação ambiental.

¹⁰⁹ Desde 2000, a cooperação alemã lançou nas regiões de Fatick e Kaolack um Projeto de Promoção das Comunidades Rurais (PROCER). Este projeto tem por objetivo de sensibilizar as populações rurais sobre seus direitos depois da descentralização e apoiar os conselhos rurais a elaborar seus Planos Locais de Desenvolvimento.

¹¹⁰ CERP (Centro de Expansão Rural Polivalente) reúne agentes técnicos, cuja função consiste em reforçar as capacidades dos conselhos rurais para melhor assumir sua missão.

participação do serviço florestal nos encontros foi uma inovação deste processo. No passado, não tinha espaço para diálogo e comunicação entre as comunidades locais e o serviço florestal. As populações percebiam as ações do serviço florestal como ‘repressivas’ e este último, sempre acusou as populações de degradar as florestas. Também participaram no processo diversas instituições cujas ações poderiam interferir na efetividade ou não das novas regulamentações. Trata-se dos representantes de vilarejo, a comissão de ‘meio ambiente’ e a comissão dominial do conselho rural, as ONGs com projetos na comunidade rural (World Vision,), os serviços técnicos governamentais e as organizações locais de base (Adaf-youngar, CLCOP¹¹¹, os comitês locais de gestão, etc..).

A comissão do ‘meio ambiente’ do conselho rural e a associação Adaf-youngar, foram escolhidas como responsáveis da implementação das medidas regulamentares. Enquanto que Adaf-youngar está encarregada da execução do código local nos vilarejos, o conselho rural através da ‘comissão do meio ambiente’ teve o papel de intermediário entre as populações locais e o serviço florestal. O código de conduta local definiu também as formas de resolução de conflitos entre usuários dos recursos naturais. Na ocorrência de um conflito, ao nível dos vilarejos os comitês locais tentam por conciliação, gerenciar o problema. Se não for resolvido, a mediação de Adaf-youngar e depois do Conselho Rural é solicitada. Em casos de não consenso, as autoridades estatais (serviço florestal, representante do governo) são interpeladas para a gestão do conflito. Quanto aos recursos financeiros obtidos a partir da aplicação das sanções, eles são repartidos segundo as disposições previstas pelo código florestal.

O envolvimento de técnicos e de representantes das comunidades para a concepção de um código de conduta local, resultou na implicação do conselho rural o processo de emissão das licenças de coleta dos produtos florestais dentro e fora da biosfera.

¹¹¹ CLCOP: Quadro Local de Concertacao das Organizações de Produtores. Trata-se de uma instituição local que assume o papel de interface entre as organizações de produtores e as organizações de apoio (externas)

Isto só reforça a idéia de ‘co-manejar’ a floresta de Keur Samba Dia. Cada autorização de coleta precisa doravante da aprovação do conselho rural antes de ser transmitido ao serviço florestal. Com isto, a coletividade local passou a assumir um poder de controle sobre o acesso dos produtos florestais. O código florestal nacional de 1998 permite ao presidente do Conselho Rural, liberar autorizações de coleta nas áreas comunitárias com exceções das espécies protegidas e integralmente protegidas. Quanto às florestas estatais, elas são emitidas apenas pelo serviço florestal. Todavia, no processo de elaboração do código local houve um consenso que a última decisão de conceder ou não licenças ainda pertence ao serviço florestal, mas o conselho rural precisa primeiro aprovar as demandas de licença. Segundo entrevistas com conselhos rurais, e as populações, esta mudança de abordagem foi positiva, pois conferiu ao conselho rural o poder de controlar a distribuição das licenças: quem está acessando os recursos florestais e as quantidades. Por muito tempo os detentores de licenças eram originários de outras localidades, e estes tinham atitudes abusivas em frente das populações locais que não tinham nenhum poder de frear a destruição.

O código local de conduta além de permitir ao conselho rural de adaptar as legislações ambientais nacionais ao seu contexto local, tornou-se uma ferramenta que posicionou o conselho rural como um ator incontornável na proteção e no manejo dos recursos naturais.

No mesmo âmbito, para a reabilitação da floresta de Keur Samba Dia, o conselho rural recebeu um apoio financeiro da ONG World Vision para o cercamento com arame do núcleo central da floresta (62 hectares). No início, o agente do serviço florestal, ficou resistente à iniciativa de cercar o núcleo central. Isto porque, primeiro o Conselho Rural está a desenvolver atividades dentro da propriedade do Estado. Segundo, ele ficou com receio de não ter o poder de controle sobre a área cercada e sobre as atividades remuneradoras que poderiam ser desenvolvidas naquela área. Apesar de as palmeiras do núcleo central ter sido explorada com menos intensidade que o resto da floresta, esta superfície vem reduzindo ao longo

dos anos, devido ao avanço das terras agrícolas e as coletas clandestinas. Após a aquisição do financiamento, a tarefa em si de cercar ficou na supervisão da associação Adaf-youngar. Depois de cercada em 2006, o acesso ao núcleo central ficou limitado apenas aos comitês locais e ao agente de serviço florestal para monitorar ou para fazer outras atividades como limpeza ou regeneração assistida. Quanto aos cinco vilarejos adjacentes a floresta de Keur Samba Dia, além de adotar as medidas do código de conduta, cada um cercou uma área florestal de 0,5 hectares próxima ao seu vilarejo como área protegida. As áreas protegidas foram replantadas de palmeiras e de outras espécies, depois cercadas para proteger os brotos dos animais e evitar que as folhas das palmeiras sejam cortadas.

Na próxima seção vou me focalizar especificamente, na associação Adaf – youngar que além de ganhar as responsabilidades de colocar implementar o ‘código de conduto local’ nos vilarejos, teve um papel ativo na formação e na organização dos comitês locais dos vilarejos.

IV.4.3.1 A associação Adaf-Youngar e os Comitês Locais

Adaf-youngar¹¹² é uma espécie de organização camponesa que reagrupa várias organizações locais (agrupamento de mulheres, associação de produtores, ect...). A associação foi criada informalmente em 1987 por jovens dos vilarejos ao redor da biosfera frente a gradual degradação deste ecossistema. Com apoio de parceiros estrangeiros (Ong Accra, Horizonte 3000¹¹³ e o Fundo Mundial do meio ambiente), a associação adquiriu sua sede em 1993, uma estação experimental agrícola e financiamentos para desenvolver projetos agroecológicos nos vilarejos. Os principais programas da associação são atualmente orientados na reabilitação dos ecossistemas degradados da comunidade rural (biosfera, bosques e manguezais) e na construção e no reparo de barreiras anti-sal. A associação apóia também as mulheres da comunidade rural de Fimela na transformação e na comercialização dos produtos de pesca. Ela realiza pesquisas experimentais para a promoção nos

¹¹² Associação para o Desenvolvimento de Fimela

¹¹³ Horizon 3000 é uma ONG da Áustria que atua na comunidade rural de Fimela desde 1999 nas áreas de pesca e de agricultura

vilarejos da agricultura com uso de insumos orgânicos. A associação se distinguiu também no setor da micro-finança com a criação de uma agência de poupança e de crédito na sua sede. As populações da comunidade rural de Fimela são os principais beneficiários desta estrutura que as permitem ter acesso ao micro crédito. Apesar da existência de agências de bancos clássicos no vilarejo centro de Fimela, grande parte das populações rurais tem pouca chances de serem eleitas para obtenção de crédito.

Entre outras atividades, Adaf Youngar dedicou-se à promoção do desenvolvimento da medicina tradicional. Frente às dificuldades das populações em ter acesso a infra-estruturas de saúde, a medicina tradicional se tornou uma alternativa incontornável para estas. As populações rurais e urbanas ainda dependem fortemente dos tratamentos dos curandeiros. Mesmo quando as infra-estruturas sanitárias existem e são funcionais, os preços altos dos produtos farmacêuticos impedem um tratamento eficaz. Para reverter esta situação, a associação se engajou na promoção de encontros e intercâmbio entre curandeiros de diferentes origens a fim de prevenir a perda dos conhecimentos tradicionais medicinais. Entre outros exemplos, as raízes da palmeira eram muito usadas no tratamento da esterilidade masculina, enquanto suas folhas tratam doenças de garganta. O resgate dos conhecimentos para o tratamento de doenças a base de plantas através dos programas de Adaf-youngar foi um incentivo para que não somente os curandeiros, mas as populações investem na proteção destas espécies medicinais. Sem contar que a prática da medicina tradicional constitui hoje uma alternativa para a diversificação de rendas.

A comunidade rural de Fimela dispõe de muitas potencialidades humanas detentoras destes conhecimentos devido à presença de uma alta biodiversidade no passado. Estes conhecimentos adquiridos com os antepassados, nos tempos em que a floresta de palmeira estava bem mais densa, transmitidos de geração para geração, correm os riscos de desaparecer frente a perda da biodiversidade. Uma floresta degradada contribui ao desaparecimento de espécies vegetais e animais úteis para

os tratamentos medicinais. Por isto, Adaf-Youngar promove encontros entre curandeiros justamente para facilitar as trocas de conhecimentos.

Durante meu trabalho de campo, em Maio 2006, presenciei um evento de Adaf youngar que reuniu os curandeiros da comunidade rural de Fimela e da região de Ziguinchor (sul do Senegal). Segundo minhas entrevistas com os curandeiros, eles puderam trocar conhecimentos, mas também alguns materiais vegetais reprodutivos (sementes, raízes, ect...) que não se encontram mais atualmente na floresta de Keur Samba Dia. Desta forma, a associação Adaf youngar promove a re-introdução dentro da floresta de espécies desaparecidas, contribuindo, portanto a recomposição das espécies na localidade de Fimela.

Quanto aos recursos humanos da Adaf Youngar, eles são todos originários dos vilarejos da Comunidade Rural de Fimela. Eles têm a principal vantagem de conhecer e compreender as realidades sócio – ecológicas e as principais causas da degradação. Desde sua criação, a associação desenvolveu uma expertise local na restauração de ecossistemas degradados frente aos numerosos problemas ecológicos (salinidade, desmatamento, etc..) que estão confrontados com a Comunidade Rural. Ao contrário do conselho rural, Adaf-youngar constitui a principal instituição de base apolítica representativa das comunidades locais. Por ter acumulada muitas experiências na proteção do meio ambiente, o conselho rural delegou Adaf-youngar as responsabilidades de aplicar as disposições práticas do código local. Isto inclui a organização dos comitês-vilarejos que tem as tarefas de monitorar as novas regras ao nível dos vilarejos. As ações de intervenção destes comitês não se limitam apenas nas áreas comunitárias, elas se estendem na floresta Keur Samba Dia (domínio estatal) sob a autoridade do serviço florestal, inaugurando a era do co-manejo.

Como dito anteriormente, os comitês-vilarejos já existiam desde 1995, mas pararam de serem funcionais depois que os recursos financeiros do projeto esgotaram. Por isto, a instauração dos novos comitês se iniciou com sessões de

informação e de sensibilização em cada vilarejo, para restaurar a percepção negativa que as populações tinham sobre os ‘comitês locais’. Foi muito importante que as comunidades estejam informadas sobre o novo contexto que estes os comitês-vilarejo estão criando. Tais sessões animadas por membros de Adaf-youngar, a comissão ambiental do conselho rural e o agente florestal, foram essências para motivar as populações a aderir de novo às ações coletivas de proteção e restauração da reserva de biosfera. Tem que lembrar que antes da descentralização, a gestão estatal da floresta inibiu as estratégias comunitárias de conservação. Desde que a floresta foi estabelecida como propriedade do estado, as decisões sobre o manejo foram unilaterais. O serviço florestal sempre solicita apenas uma contribuição física da parte das populações locais. Para usufruir seus direitos de uso, estas populações adjacentes à floresta são obrigadas a participar nas atividades de traçado das redes divisionais de contra fogo. As interdições de coleta mesmo para uso doméstico tinham levado as populações a adotar atitudes completamente passivas quanto à preservação da floresta já que nem podiam mais usufruir dos seus esforços de conservação.

Após uma melhor compreensão do arranjo de co-manejo do serviço florestal junto com os comitês locais, as populações locais se motivaram a se engajar nas ações de proteção dos recursos naturais. Já que o apelo vinha da parte de uma organização local, a associação Adaf-youngar suposta a representar os interesses locais. Em cada vilarejo, uns indivíduos chegaram a se candidatar para fazer parte do comitê-vilarejo.

O código de conduta foi divulgado as populações informando lhe sobre as modalidades de participação a proteção e a gestão da floresta. Cada assembléia – vilarejo se soldou com a formação de um comitê local de gestão. Entretanto a comunidade tinha também de concordar sobre as candidaturas porque o comitê deveria ser composto por indivíduos conhecidos como ‘íntegros’ e ‘dinâmicos’. Os membros dos comitês foram então escolhidos sobre os princípios de voluntariado e de benevolência. Suas tarefas consistem em organizar e mobilizar as populações em atividades como o replantio de palmeiras, de espécies raras, de espécies utilitárias

como frutíferas, o estaqueamento e a proteção contra incêndios florestais. Dentro da biosfera, a tarefa do comitê se limita a aplicar as leis do código florestal, transmitir as demandas de licença de coleta ao conselho rural, supervisionar e indicar as infrações à autoridade competente. Nesta área, apenas o agente do serviço florestal que está habilitado a aplicar as penalidades previstas pelo código florestal.

Cada comitê vilarejo tem uma estrutura organizacional composta de um presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e controlador, e o conjunto dos comitês vilarejos se reúne no Comitê intervilarejo, estrutura que coordena as ações coletivas. Os membros dos comitês não se beneficiam de uma remuneração financeira, nem de privilégios quanto ao acesso aos recursos florestais. Entretanto o código florestal prevê que o agente indicador da infração seja recompensado de 2/10 do valor das multas. A associação Adaf-youngar dotou os comitês de material de trabalho (botas, lâmpada, ect..) e lhes acompanhou com sessões de formação. Os comitês puderam se beneficiar de treinamento e de capacitação técnica e institucional, sobre aspectos técnicos do manejo da floresta e os textos da descentralização e o código florestal. Tal treinamento foi importante, pois, durante as minhas entrevistas nos vilarejos, pude observar uma incompreensão e às vezes uma má-interpretação dos textos legislativos pelos indivíduos. Como dito no capítulo anterior, os textos do código florestal e do código da descentralização, estão disponíveis apenas na língua francesa com um estilo de linguagem jurídica, o que os torna inacessível às populações. Isto dificulta obviamente uma compreensão comum das leis, especificamente sobre os direitos e deveres de cada ator.

IV.5 IMPACTOS SOCIOECONOMICOS E ECOLOGICOS DO CO-MANEJO

Esta seção vai discutir como o sistema de co-manejo vem afetando o estado da floresta de Keur Samba Dia e as condições de vida das populações, especificamente dos vilarejos de Yayem e de Samba Diallo.

IV.5.1 Impactos ecológicos do co-manejo florestal

A floresta de Keur Samba Dia ganhou o estatuto de biosfera, devido a sua significativa importância em biodiversidade e por ter uma constituição de 70% de palmeiras, ou seja, uma raridade nos ecossistemas do Senegal. Mas nem por isso se beneficiou de muitos projetos demonstrativos ou de programas de âmbito nacional ou internacional de pesquisa ou de monitoramento ecológico. Contrariamente às duas outras reservas de biosfera do Senegal (Parque Nacional de Niokolo Koba e Parque do Delta de Saloum), a biosfera de Keur Samba Dia, foi a menos estudada. Ela não se beneficiou de avaliações periódicas nem de capitalização sobre as experiências de manejo comunitário ou de pesquisa sobre as dinâmicas deste ecossistema considerado de grande importância socioeconômica.

Para coletar informações sobre a situação ecológica antes da descentralização, me focalizei na coleta de dados qualitativos através de entrevistas com as populações nos vilarejos, com as autoridades administrativas, as ong e o serviço técnico florestal.

Eu obtive uma resposta unânime ao perguntar a diversos atores (indivíduos nos dois vilarejos, técnicos, ONGs) sobre o estado da biosfera depois que os comitês

locais de vigilância foram re-dinamizados. Além das palmeiras estarem com um número maior de folhas, se observa dentro da floresta, a emergência de novas plântulas de palmeiras. Como a coleta de frutos verdes da palmeira para fins comerciais foi interdita, os frutos puderam amadurecer cair no chão e, por conseguinte germinar. Somente a coleta de frutos para uso familiar foi liberada. Esta disponibilidade de frutos maduros facilitou também a disseminação das sementes da palmeira pelos comitês dentro da biosfera. Estes resultados mostram que as interdições de coleta de folhas e de frutas foram respeitadas.

Primeiro, a vigilância acabou sendo uma tarefa não somente dos comitês locais, os infratores são denunciados pelas próprias populações. Particularmente no vilarejo de Yayem, qualquer indivíduo que testemunhar alguma forma de infração reporta o caso aos membros de comitês que aplicam as sanções. Em segundo lugar, a palmeira tem um porte tão alto (20-30 metros) que fica quase impossível alguém subir na árvore, cortar folhas ou frutas verdes sem ser notado ou ouvido nos vilarejos próximos. Com o sistema de vigilância de proximidade, tornou-se difícil alguém colher um produto para vender sem que os vizinhos ou mesmo sem que o vilarejo ficasse sabendo. Os colhedores clandestinos que vinham de outras localidades, informados da existência de uma estrutura local funcional de vigilância, pararam suas atividades clandestinas dentro da biosfera. Em breve a estratégia de gestão comunitária que promoveu a participação popular na tarefa de vigiar reduziu consideravelmente as colheitas abusivas, o que favoreceu o crescimento da vegetação. Nas entrevistas, alguns assinalaram a reaparição da pequena fauna como os pequenos roedores e macacos que tinham desaparecidos anos atrás.

A maior recomposição das espécies vegetais tomou lugar no núcleo central da biosfera, a área está mais densa e as palmeiras carregadas de folhas. Como o núcleo foi cercado com arame e a altura da cerca impede os infratores de pular, então a atividade humana foi quase anulada. A área fica aberta apenas quando os comitês organizam ações comunitárias como plantio, desbaste, podas, etc... As chaves da

portaria ficam com o presidente do Comitê Intervilarejo e o agente do serviço florestal. O núcleo central sempre foi uma área de pastagem comunitária ou um ponto de passagem não somente para os rebanhos das populações locais, mas também para indivíduos originários no Norte do Senegal à procura de pastos verdes. Então quando o núcleo foi cercado, os rebanhos passaram a ser conduzidos fora da reserva da biosfera para pastar. Ficou sob a responsabilidade do conselho rural, de traçar um novo percurso dos rebanhos, para evitar eventuais conflitos entre pastores e agricultores. A permanência ou mesmo a passagem do gado nas áreas ‘tampão’ e ‘periférica’ da floresta ficou inviável devido aos riscos de comprometer as plantações agrícolas das populações de Yayem. As mudanças do percurso do gado, fora da reserva de biosfera, deram conseqüentemente maiores chances para as sementes das palmeiras vingarem e as plântulas crescerem sem riscos de serem pastadas. Também como o código de conduto tinha proibido nas áreas protegidas as podas de ramos para fins alimentares, os pastores estavam desmotivados a deixar seus animais dentro da floresta. Enfim todas estas medidas de proteção e de gestão trouxeram melhorias na reserva de biosfera no sentido de restaurar sua biodiversidade.

No caso específico do vilarejo de Yayem, cujas terras agrícolas de algumas famílias estão localizadas dentro da biosfera, notaram-se esforços individuais no emprego de técnicas de controle de queimadas quanto ao arroteamento das terras agrícolas. O fogo tem efeito de destruir as palmeiras jovens em fase de brotar ou de crescer. Como o código de conduta tinha reforçado severas sanções para quem provocar um incêndio florestal por inadvertência ou negligência os cuidados para controlar o fogo nas plantações foram redobrados. Além disso, como há maiores riscos do fogo se propagar na estação das secas devido ao tapete herbáceo seco, após as chuvas os comitês locais mobilizam principalmente os homens dos vilarejos ao redor da floresta para a limpeza e para traçar as redes divisionais como ação preventiva à propagação de fogos. Conseqüentemente, nenhum evento de incêndio florestal foi registrado pelo serviço florestal na reserva de biosfera, nem nas áreas comunitárias nos últimos anos desde que os comitês florestais foram instaurados. A ausência de

fogo deu mais chances para a manutenção da cobertura vegetal e para a regeneração natural.

As restrições severas de coleta de folhas e de frutas de palmeiras em toda comunidade rural de Fimela, incentivaram as familiares a cuidar mais das palmeiras e outras espécies de árvores dentro de suas terras particulares. Algumas chegaram mesmo a semear palmeiras nas suas concessões e terras agrícolas. Um pedido de coleta de folhas de palmeiras dentro da própria plantação passou a ter maiores chances de ser aceita de que dentro da floresta. Lembrando novamente que por ser uma espécie protegida, a palmeira (*borassus aethiopium*) mesmo em terras particulares, precisa de uma autorização antes de colher suas folhas ou cortar o tronco. As práticas locais de cuidar das palmeiras dentro das plantações são muito antigas, já que as formas de uso desta árvore eram múltiplas, e seus produtos usados em diversos eventos sócio culturais. Ainda hoje se encontra terras agrícolas de linhagem com mais de 150 pés de palmeiras numa superfície de 10 hectares. Todavia, as práticas tais como o replantio de palmeiras ou o monitoramento das árvores jovens foram aos poucos abandonadas por razões já esclarecidas acima. Primeiro, as palmeiras foram eliminadas para facilitar a passagem de maquinários e ao detrimento do amendoim ou cereais. Segundo, quando a floresta passou a ser propriedade estatal, indivíduos detentores de licenças tiveram a liberdade de entrar nas terras agrícolas de particulares para coletar folhas de palmeiras que os próprios agricultores protegeram e cuidaram. Isto obviamente desencorajou qualquer incitativa individual de conservação.

Com a nova estratégia de co-manejo, os pedidos de autorização para coleta eram restritos apenas às populações da comunidade rural de Fimela, e as instituições locais são implicadas no processo. Se alguém deseja colher folhas de palmeira dentro das terras agrícolas de um particular, ele precisa primeiro pedir a autorização ao proprietário destas terras, somente após aceitação é que o comitê de vigilância vai encaminhar o pedido ao Conselho Rural, e em seguida o pedido será repassado ao serviço florestal, que tem a autoridade de emissão da licença. Em suma, a descentralização permitiu às populações locais de participar no processo decisivo

do controle do uso dos recursos florestais, o que resultou em impactos positivos ecológicos visto que as comunidades locais se investiram mais em ações conservativas.

O decréscimo de atividades clandestinas e de coletas abusivas pelas populações locais e estrangeiros, resultou numa melhoria da flora e da fauna. Os curandeiros locais atestam o retorno da diversidade florística. Segundo eles, muitas espécies vegetais medicinais reapareceram, seja na floresta ou nas áreas comunitárias desde que o co-manejo foi iniciado. O agente do serviço florestal também notou a melhoria sobre o estado da floresta em termos de densidade e de recomposição desde que os comitês foram instaurados, mesmo que ele continue adotando uma atitude, precavia que os comitês pudessem chegar a se apropriarem de maiores responsabilidades do que o código lhes permite, dentro de uma floresta estatal.

A instauração de comitês locais, que fazem respeitar as regras locais, foi um motivo para as populações locais se engajarem na preservação. Isto foi mais do que uma garantia de que elas podem se apropriar dos benefícios de uma floresta que eles mesmos se esforçaram para proteger. O co-manejo permitiu que as populações ribeirinhas se beneficiassem mais da floresta e garante que os esforços de proteção se traduzem a um maior acesso.

IV.5.2 Análise Comparativa dos impactos socioeconômicos do co-manejo nos vilarejos de Yayem e de Samba Diallo

A escolha dos vilarejos de Yayem e de Samba Diallo como campo de estudo, se explica principalmente pelas suas formas diferenciadas quanto ao uso da floresta de Keur Samba Dia. Esta variável influenciou sobre os tipos de impactos socioeconômicos do manejo local em cada vilarejo. As populações de Yayem cultivam na floresta e colhem os produtos da palmeira para uso doméstico, enquanto que as populações de Samba Diallo se concentram na colheita dos produtos florestais para uso doméstico, e, sobretudo para comercialização. É um evento raro que alguém do vilarejo de Yayem, colha folhas de palmeiras para

vender, seu o uso das folhas está restrito à renovação ou à construção de casas. Além disso, muitas famílias de Yayem possuem terras agrícolas fora da biosfera com pés de palmeira que elas podem explorar, ao contrário das famílias de Samba Diallo cuja biosfera constitui o principal reservatório para coletar as folhas de palmeiras. Suas terras agrícolas já com tamanho menor, são reservadas exclusivamente para a produção de cereais e de amendoim. Também outro fato importante é que os jovens de Yayem são investidos em uma diversidade de atividades, teriam maiores possibilidades de diversificar suas fontes de rendas. Quanto aos jovens de Samba Diallo, eles são especializados na coleta de folhas de palmeiras para revender ou para transformar em produtos artesanais, e tem menos oportunidades de empregos nos setores modernos por falta de educação formal. Com níveis diferentes de dependência dos produtos florestais e lógicas diferentes de uso da terra, um sistema de co-manejo que reúne estes vilarejos, se apresentou como um desafio. Nesta seção vou assim analisar as dinâmicas de co-manejo e suas implicações nas condições de vida das populações.

IV.5.2.1 Os impactos econômicos do co-manejo florestal de Keur Samba Dia

Ao contrário do consenso entre as populações e técnicos que o manejo local foi benéfico para a restauração da floresta, as interpretações sobre os impactos econômicos foram bastante diversas. As populações de Samba Diallo de todas as idades, sexo e gênero sustentam que, elas foram muito prejudicadas economicamente com o sistema de manejo comunitário. A nova regulamentação freou suas atividades econômicas e reduziu suas rendas. Com já vimos, a criação deste vilarejo está totalmente relacionada com as atividades de coleta de folhas de palmeiras para transforma-las em produtos artesanais. Desde então, a população continuou a investir nesta atividade já que a agricultura não dava mais para sustentar uma família por mais de três meses. O tamanho das áreas agrícolas não acompanhou o crescimento demográfico, e os agricultores não dispõem de recursos financeiros para praticar uma agricultura intensiva. Conseqüentemente, a aplicação

do código local que restringiu o acesso aos produtos florestais, foi para as populações de Samba Diallo um impedimento de exercer sua principal atividade geradora de rendas.

Além disso, estas populações estimavam que as interdições da coleta de folhas para uso próprio não levavam em consideração as realidades locais, porque precisavam trocar as folhas do teto pelos menos a cada três, ou quatro anos, para ficar ao abrigo do sol e das chuvas. A decisão de limitar até as autorizações de licenças domésticas afetou mais aquelas famílias que fortemente dependem das folhas das palmeiras para cobrir anualmente os tetos de suas concessões. Visitei algumas casas no vilarejo de Samba Diallo com teto de quarto a céu aberto, eles reclamaram das inundações na época das chuvas. Sem recursos financeiros, estes não conseguem construir um teto com outro material que não seja as folhas de palmeiras. Eles julgaram esta situação de ‘inadmissível’ já que eles moram a menos de 500 metros da floresta, e nem podem se beneficiar para as necessidades quotidianas.

A transformação das folhas de palmeira em produtos artesanais é uma atividade muito antiga nos vilarejos de Yayem e de Djilor, e faz parte do patrimônio cultural dos nativos da área. Nos tempos antigos, em Yayem, na estação das secas, após os trabalhos agrícolas, homens e mulheres se investiam nesta atividade. As mulheres eram mais especializadas na confecção de esteiras enquanto os homens se dedicavam à confecção de cestas. Naquela época, havia uma forte demanda por estas cestas devido a grande produção de sal nas áreas próximas do Delta de Saloum. A partir da década de 60, as jovens gerações de Yayem se desinteressaram pela confecção de cestas para investir nos setores modernos: turismo, construção, academia, ect... enquanto que o vilarejo de Samba Diallo se apoiou nesta atividade artesanal para se desenvolver. A confecção destas cestas ainda é uma atividade rentável. Com apenas uma folha de palmeira pode-se confeccionar uma cesta com valor no mercado local de 250 Fcfa. Em um dia, um adulto pode chegar a 30 cestas correspondendo a 7500 Fcfa/dia, tal renda não seria desprezível quando estatísticas

mostram que as famílias rurais no Senegal vivem com menos de 2 \$ (800 Fcfa/dia).

A rentabilidade desta atividade e a facilidade de obter as licenças comerciais no serviço florestal para corte de folhas nos anos 70, 80 e 90 atraíram muitos artesões a migrar para a Comunidade Rural de Fimela e a se instalar nos vilarejos ao redor da floresta como Samba Diallo. Nestes vilarejos já existia uma mão de obra especializada em subir na palmeira e cortar as folhas, sem contar que os indivíduos de outras localidades, que durante a estação das secas vinham na localidade para oferecer seus serviços de corte de folhas de palmeiras. Estes artesões iniciaram uma produção mais sofisticada com a confecção de cestas coloridas, de móveis a base do caule (cadeira, cama, armário). O desenvolvimento do turismo e da pesca nas áreas de Joal e Mbour criou de fato um importante mercado para estes produtos artesanais.

A instauração do sistema de co-manejo reduziu as oportunidades de dispor da matéria prima dos artesões, freando em consequência suas atividades e rendas. Com o fim das licenças comerciais, observou-se também uma redução dos movimentos migratórios dos migrantes e dos cortadores de folhas de palmeira. Durante uma entrevista (Janeiro 2007), um artesão no vilarejo de Samba Diallo revelou que o seu volume de trabalho diminuiu de 1/10 e seus custos de produção aumentaram consideravelmente. Para permanecer no ramo, ele precisa comprar seu material em outras localidades onde não existem restrições, ou comprar com os clandestinos. Segundo ele, este tipo de manejo comunitário tem efeitos contrários à promoção do ‘desenvolvimento local’, porque muitos jovens perderem seus empregos e a oportunidade de aprender a profissão de artesão. Ele acrescentou que não tem em Samba Diallo uma família que não tenha sido afetada financeiramente. Desde que os comitês foram criados, a pobreza tomou mais lugar no vilarejo de Samba Diallo. O co-manejo fez com que a conservação fosse prioridade em detrimento aos meios de subsistência das populações.

As mulheres dos vilarejos adjacentes a floresta também foram prejudicadas pelas novas regras, especialmente aquelas que dependem exclusivamente da lenha para o preparo das refeições. A coleta de lenha dentro da floresta foi parte das interdições. As alternativas foram de procurar lenha nos bosques comunitários e nos pomares. Mais uma vez, as mulheres de Samba Diallo foram as principais vítimas, elas que mais dependem da lenha. Para elas, a floresta de palmeiras sempre foi a principal fonte de lenha devido a sua proximidade com as suas residências. Quando a lenha se torna escassa, elas são obrigadas a comprar carvão ou lenha no mercado local. Quanto a Yayem, muitas famílias cozinham com gás. Além disso, elas têm as possibilidades de coletar lenha nas suas terras agrícolas e nos seus pomares. A dificuldade de coletar a lenha significa que as mulheres precisam percorrer maiores distâncias, e gastar mais tempo para esta tarefa doméstica e ter maiores despesas. Elas passaram a ter despesas financeiras para aquisição de lenha, quando suas rendas estavam abaixando.

No início da estação de chuvas, as mulheres costumavam coletar na floresta os frutos secos (nozes) de palmeira para replantar atrás das concessões. Com a aparição das primeiras folhas, um tubérculo (chamado localmente de ‘Pouloh’) se forma debaixo do solo. Estes tubérculos são arrancados e cozidos antes de serem vendidos pelas mulheres, nas escolas, nos mercados locais e aos turistas. Com a nova regulamentação, a coleta das nozes na floresta foi proibida para poder permitir a regeneração natural. Durante a época de colheita destas plântulas, os membros dos comitês fazem inspeções nos mercados locais para verificar se umas mulheres ainda continuam com esta atividade. Em caso de infrações, as acusadas são condenadas a pagar multas. Estas sanções desencorajaram as mulheres a investir nesta atividade lucrativa. Todavia, a produção destes tubérculos atrás das concessões não parou, ela esta agora limitada apenas ao consumo familiar. Os tubérculos são complementos alimentares essenciais, nas semanas precedentes às colheitas de cereais e grãos, para as famílias desprovidas de recursos financeiros.

Uma outra atividade geradora de rendas foi também reprimida com o novo sistema de co-manejo. Trata-se de uma atividade que envolve principalmente as crianças de Samba Diallo. Elas costumavam apanhar do chão as folhas e os caules mortos dentro da biosfera, para depois los vende aos defumadores de peixes. O dinheiro da venda era geralmente usado para a compra do material escolar (caneta, caderno, ect...). A coleta deste material é menos comum em Yayem devido ao apoio financeiro dos membros da família que migraram para os centros urbanos. Entretanto esta atividade foi interdita porque segundo os comitês, o material vegetal seco seria importante para constituir um refúgio ecológico para a pequena fauna. Esta interdição afetou os bolsos dos pais das crianças escolarizadas, que já tem seu poder aquisitivo reduzido com as restrições na floresta. Durante uma entrevista, um deles com indignação declarou: ‘em nome da preservação, proteger a casinha de uma cobra tornou-se mais importante do que coletar fundos para nossos filhos freqüentarem a escola’.

Além das mulheres, das crianças e dos coletores de folhas, os pastores e os proprietários de rebanho foram também afetados negativamente com um sistema de manejo comunitário. Depois que o núcleo central da floresta ficou cercado, os indivíduos sejam do vilarejo de Yayem ou de Samba Diallo, foram confrontados com as dificuldades de acesso à pastagem de boa qualidade. As famílias que tem grandes rebanhos como aquelas de Yayem, foram buscar melhores pastos em outras localidades. Para aqueles com pequenos rebanhos (3 a 5 vacas) geralmente no vilarejo de Samba Diallo, que costumavam deixar seus animais na floresta, não compensa muito percorrer longas distâncias com um número pequeno de animais. Estes últimos confiam seu rebanho a pastores profissionais ou confinam os animais atrás das concessões. Nos dois casos, novas despesas são criadas, seja para o pagamento das prestações do pastor, ou seja, para a compra de suplementos alimentares para os animais. Por causa destas dificuldades, alguns simplesmente desistiram de adquirir mais animais, eliminando assim uma forma importante de poupança no meio rural.

Frente às dificuldades gerais das populações de aceder aos pastos, após 12 meses de cercado, o comitê inter-vilarejo decidiu abrir o núcleo central para que as populações pudessem coletar forragem. Também os membros do comitê inter – vilarejo removeram as folhas mortas das palmeiras da área cercada, para venda. Esta iniciativa, além de acalmar as populações locais sujeitas a muitas privações quanto ao uso florestal, surgiu como uma oportunidade de coletar fundos para alimentar a tesouraria do Comitê intervilarejo. Frente às suas experiências passadas de manejo comunitário, a geração de seus próprios recursos se tornou uma estratégia para o Comitê intervilarejo que deseja manter-se como uma instituição local financeiramente autônoma, capaz de proteger a floresta sem apoio externo. Estas estratégias de reforço de suas capacidades financeiras são importantes já que os membros dos comitês não são remunerados por investir seu tempo e seu esforço físico na proteção da floresta. Estes fundos seriam uns pontos de partida para desenvolver atividades lucrativas tais como o micro crédito ou o comércio.

Nos meus primeiros dias de campo, tive bastante constrangimento para ganhar a atenção das populações de Samba Diallo e receber uma autorização dos chefes de famílias antes de iniciar minha pesquisa. A resposta inicial deles foi que suas famílias não teriam interesse e nem ‘tempo a perder’ participando de entrevistas e respondendo questões relativas ao manejo atual da floresta de Keur Samba Dia. Como a reunião foi em língua ‘bambara’ que eu não domino, pude perceber não tinha um consenso dentro da assembléia sobre a resposta que me foi dada. Quando tentei entender os motivos deles através de maiores questionamentos, meu tradutor me informou a baixa voz que eles acham que eu fui mandada pela Adaf-Youngar para espiar se o vilarejo está respeitando as novas regras estabelecidas. Este momento foi crucial para oferecer maiores detalhes sobre minha pesquisa, seus objetivos e os tipos de informações que podem gerar em termo das dificuldades e dos desafios do co-manejo. Finalmente obtive a autorização para iniciar minhas atividades dentro do vilarejo, mas ao longo do trabalho de campo fiquei confrontada com este clima de desconfiança. A partir deste momento minhas reflexões e entrevistas foram guiadas pela principal pergunta: ‘ como que as

populações de Samba Diallo, chegaram a ser confrontadas a uma situação tão desfavorável quando o processo de manejo comunitário foi baseado no consenso e na negociação?

Como dito anteriormente, a descentralização foi promovida nas áreas rurais do Senegal para favorecer uma participação efetiva das comunidades locais no manejo dos recursos naturais. O envolvimento dos vilarejos adjacentes na gestão da reserva de biosfera entra, portanto neste quadro para promover a participação das populações locais. Devido a sua posição geográfica em relação à floresta, o vilarejo de Samba Diallo foi incluído sistematicamente neste processo. A priori, as suas populações foram muitas a favor da instauração de novas formas de manejo para frear a degradação. Afinal, a floresta é um importante provedor de recursos para sua subsistência, o seu estado de degradação só pode lhes prejudicar. Por isto na primeira assembléia-vilarejo de informação de Adaf-youngar, as populações se engajaram a participar nas atividades de restauração da floresta, e um comitê local de manejo foi criado. Entretanto, minhas entrevistas com o comitê local de Samba Diallo revelaram que, durante a assembléia, eles não foram informados de todos os detalhes do código local e não esperavam que a nova regulamentação pudesse ser tão rígida de tal forma que nenhuma forma de uso comercial não fosse mais permitida. Apenas a coleta de folhas em casos de urgência (incêndio de uma casa ou outros) está autorizada.

De fato, eles acusam a associação local Adaf – Youngar de implementar restrições que não levam em consideração as realidades econômicas e sociais de todos os vilarejos. Mesmo se os agentes técnicos da associação responsáveis pela animação e pela aplicação das novas regras são originários da localidade, as populações de Samba Diallo sustentam que estes são salarizados, portanto não são afetados financeiramente com as restrições de uso da floresta. Além disso os membros da equipe técnica e a liderança da associação, são na maioria originários do vilarejo de Yayem que tem forma diferente de uso da floresta, enquanto nenhum agente vem do vilarejo de Samba Diallo. Mesmo se a existência de um comitê local dentro do

seu vilarejo fosse uma forma de respeitar o compromisso, em geral, as populações de Samba Diallo ressentem antipatia e desconfiança contra as intervenções da associação Adaf-Youngar. Segundo elas, a organização local impõe severas regras que lhes impediria de não se beneficiar da floresta.

Nas perspectivas de providenciar alternativas econômicas aos vilarejos responsabilizados prejudicados com as interdições de acesso aos produtos florestais, Adaf-youngar iniciou projetos de horticultura com uso mínimo de produtos químicos oferecendo apoio técnico e acesso ao crédito. Através da agência de poupança e de crédito da associação, as populações podem adquirir um crédito para a compra de insumos. Estes projetos buscam a lhes oferecer uma oportunidade de se inserir num mercado crescente de frutas e legumes, e uma estratégia de diversificar suas rendas. Devido ao crescimento do turismo, os hotéis e albergues da região constituem uma importante demanda de legumes e de frutos sem uso de agrotóxicos. Desde então, algumas iniciativas (homens e mulheres) de produção de legumes, tomaram lugar do vilarejo de Samba Diallo, mas elas vêm encontrando dificuldades. As mulheres particularmente enfrentam os problemas de acesso às terras. Em geral como as terras são propriedades dos homens¹¹⁴, estes têm prioridade para uso. As pequenas superfícies das terras agrícolas vêm acrescentar a competição por terras. Apesar da pouca profundidade do lençol freático, a irrigação manual se torna às vezes uma tarefa penosa quando os pontos de água estiverem muito distantes do sítio de produção.

Entretanto, um dos principais motivos de desânimo das populações de Samba Diallo a produção de legumes está no tempo requerido antes de colher os numerários. A transição para uma lógica de criação de rendas em curto prazo para médio ou longo prazo, se tornou problemática para os jovens de Samba Diallo. Ao contrário da coleta de frutas, de folhas de palmeira ou a confecção de cestas cujos retornos financeiros são quase imediatos, a horticultura representa um investimento

¹¹⁴ Segundo a lei senegalesa, homens e mulheres têm direitos iguais de acesso a terra. Mas na prática, as regras costumeiras predominam pela qual grande parte das terras é herdada pelos homens.

em longo prazo. Precisaria pelos menos de 2 a 3 meses para plantar, coletar e comercializar legumes enquanto que em um dia, um jovem pode subir na palmeira colher os frutos e vender no mesmo dia. Além de ser uma estratégia de ganho monetário mais rápido, a exploração dos produtos florestais seria também mais rentável. Por exemplo, um jovem de 18 anos em 1 dia pode colher 10 regimes de frutos de palmeira e vender cada regime por 2500 Fcfa, o que faz um ganho diário de 25.000 Fcfa. Ou mesmo em 2 horas ele pode encher um carinho de folhas de palmeiras vendido entre 12.000 e 20.000 Fcfa enquanto que, após 3 meses de produção de legumes, seus benefícios nem chegam a 50.000 Fcfa. No entanto, economicamente, a coleta de frutos silvestres continua sendo o negócio mais atraente do que a horticultura, a alternativa econômica que foi oferecida a eles. A relação custo/ benefício/tempo investido, associada à coleta de produtos florestais, nos permite de compreender porque as populações de Samba Diallo foram resistentes a um sistema de manejo florestal que eliminou sua principal fonte de renda.

IV.5.2.2 Impactos sociais do sistema de co-manejo

Pode se observar que uma tensão social reina entre os dois vilarejos em estudo. O comitê-vilarejo de Yayem se distinguiu pelo seu dinamismo a vigiar a floresta e na aplicação das novas regras, enquanto que as estratégias de sobrevivência de Samba Diallo foram desestabilizadas. Os dois vilarejos se acusam mutuamente de ter destruído a floresta de Keur Samba Dia. As populações de Samba Diallo estimam que as regras locais em vigor estejam totalmente fora de suas realidades socioeconômicas. Elas se consideram como os grandes perdedores deste processo de manejo local, porque apenas as coletas florestais foram inibidas enquanto que outra atividade destruidora tal como a agricultura na floresta, continua sendo autorizada. Nas entrevistas, uma pessoa chegou a declarar que eles se tornaram as vítimas porque eles são os ‘badolo’, uma expressão em woloff que significa ‘aqueles sem força político, sem poder econômico’.

Mesmo após décadas desde a fundação de Samba Diallo, suas populações são ainda vistas como ‘estrangeiros no ‘terroir’. Para as populações de Yayem, a floresta de palmeiras teria para Samba Diallo apenas um sentido utilitário econômico, não um significado cultural. Por causa disto, estes não se esforçam por ter um uso sustentável dos recursos florestais. Eles acreditam que, quando a floresta for totalmente degradada, as populações de Samba Diallo voltarão simplesmente aos seus vilarejos de origem ou vão migrar para outras terras. Por outro lado, os residentes de Samba Diallo apontam a agricultura como principal fator causal da degradação, uma agricultura com maquinários dentro da floresta, não favorece o desenvolvimento de uma formação florestal densa. Mesmo assim nenhuma restrição foi feita em relação a esta atividade no processo de co-manejo.

Apesar de se sentirem lesados no processo de co-manejo, os membros do comitê local continuam participando das atividades comunitárias de manejo (reuniões, replantio, ect...), mas é como se fosse por obrigação. A sua eficácia e seu nível de engajamento como estrutura de vigilância é questionável. Desde a aplicação das regras locais, apenas dois casos de infrações foram registrados e foram realizados pelo comitê local de Yayem. As infrações envolveram dois indivíduos de Samba Diallo, um estava produzindo carvão e o outro coletando folhas de palmeiras sem autorização. Apesar das infrações ocorrerem ao redor do seu vilarejo, o comitê de Samba Diallo não fez nenhuma denúncia. Devido ao grau próximo de parentesco entre as famílias do vilarejo, e também sem alternativas viáveis de curto prazo a oferecer às populações, os membros do comitê de Samba Diallo tiveram receio de denunciar os infratores ao agente do serviço florestal. Parece-me que o comitê local de Samba Diallo não está funcionando, justamente para evitar conflitos intra e interfamílias e para não enfraquecer as relações sociais já existentes dentro do vilarejo. Entretanto sua permanência na estrutura organizacional do sistema de co-manejo constitui uma estratégia para que o vilarejo não seja acusado de frear os esforços comunitários de restaurar a floresta. Tal atitude impediria o vilarejo de se beneficiar de futuros projetos de desenvolvimento externos que poderiam vir a apoiar as iniciativas comunitárias de proteção da floresta. Também como as regras

locais foram aprovadas pelas autoridades administrativas (representante do Estado, serviço florestal), o vilarejo de Samba Diallo corre risco de sanções em caso de desrespeito das leis locais. Por ser o vilarejo com menos número de habitantes e sem representante nas instâncias locais de decisões as populações de Samba Diallo têm dificuldades de levantar suas vozes para defender seus interesses.

A questão de ‘contratos de cultura’ na floresta de Keur Samba Dia constitui um assunto muito delicado que quase se tornou ‘tabu’ na localidade. No início da redação, tentei procurar abordar este assunto de uma maneira que, este documento não poderá colocar em riscos já que se trata de uma atividade agrícola ‘ilegal’ dentro de uma área internacional protegida, mas também constitui uma fonte importante de renda e de subsistência das populações locais. Mas como ignorar esta problemática local se meu questionamento da tese está interessado nos impactos da gestão local da floresta, e a agricultura é uma forma de uso da floresta? Quanto às populações de Yayem, elas argumentam que estas terras eram cultivadas pelos seus ancestrais antes de serem classificadas como floresta. Durante as minhas entrevistas, o agente florestal não quis se pronunciar sobre a questão, porque segundo ele, seus superiores estão bem informados da situação, e não tomam nenhuma providência. Se a lei for rigorosamente aplicada, a questão permanece sobre quais terras alocar a estas famílias quando a comunidade rural de Fimela já esta confrontada com a pressão demográfica e a perda de terras agrícolas como o fenômeno da salinidade. Mas por outro lado, devido ao caráter internacional da floresta de Keur Samba Dia, o governo, para respeitar seus compromissos internacionais sobre a conservação, poderia chegar a cercar toda a floresta e interditar categoricamente qualquer atividade agrícola e outras formas de uso. A perda ou a deslocalização destas terras agrícolas poderia provocar conflitos sociais já que os vilarejos de Yayem e de Djilor contam com muitos recursos humanos (acadêmicos, políticos, ect..) que podem liderar uma mobilização para a devolução das terras de seus antepassados. Devido à uma política florestal nacional inconsistente, as autoridades acabam adotando uma atitude passiva. Afinal, se assistem regularmente ao fenômeno de desclassificação das florestas estatais para

alocar a particulares como os chefes religiosos (ver capítulo 3). Apesar da floresta de Keur Samba Dia ter as especificidades de ser uma raridade ecológica e um patrimônio da humanidade, a interdição de cultivar corre o risco de vir acompanhada de muitas tensões sociais.

Mesmo se ao longo das entrevistas, as populações de Yayem evocaram principalmente motivos ecológicos para explicar seu dinamismo na restauração da floresta de Keur Samba dia, outros fatores estão em jogo. Uma contínua degradação da floresta poderia comprometer os contratos de cultura que já não tem nenhuma validade. Manter a floresta sadia seria uma estratégia para minimizar os riscos de interdição.

Apesar da contribuição financeira dos migrantes, a agricultura tem ainda um papel importante nas economias das famílias de Yayem. Com as dificuldades em comercializar a amendoim desde a liberalização do setor agrícola, muitas famílias se concentram no cultivo do milheto, um dos principais alimentos base. Como o milheto é uma espécie tolerante a seca e não exigente em insumos químicos, então, os riscos financeiros quanto ao seu cultivo são mínimos. Quando uma família produz alguns sacos de milheto, ela faz uma economia nas despesas alimentares. Além deste aspecto financeiro, a agricultura tem um valor simbólico para os 'sereer', e as populações de Yayem não são uma exceção. Às vezes, terras agrícolas são mantidas produtivas não por razões econômicas, mas porque se trata de um patrimônio de família ou de uma linhagem. A terra passa a ser considerada não somente como espaço de produção de bens materiais, mas como a produção cultural da família enquanto valor. Ainda é muito comum que um originário de Yayem que se instalou em Dacar, mandar uma contribuição financeira para as despesas agrícolas nas terras de sua linhagem sem reclamar uma parte das colheitas. O enfoque aqui não está sendo dado na produção em si ou na reprodução social de um indivíduo, mas sim na perpetuação do patrimônio da linhagem. Esta relação do indivíduo em relação à terra foi descrita por WOORMANN (1987) como a ética camponesa. Neste sentido a prática da agricultura mantém os membros de uma linhagem dentro de uma rede de solidariedade e de reciprocidade. A conscientização no vilarejo de Yayem, de que a perda das terras de linhagem

localizadas na floresta, pode comprometer as redes sociais internas e o sistema de herança matrilinear, seria mais um motivo de se tornar ativo na preservação da floresta.

Ao contrário do primeiro estudo de caso que mostrou que um manejo comunitário florestal pode promover uma coesão social entre os vilarejos adjacentes a floresta, e uma partilha eqüitativa dos benefícios de uma floresta restaurada, o estudo de caso da floresta de Keur Samba Dia demonstra que a descentralização pode resultar em conflitos sociais e mesmo acentuar a pobreza, quando os atores têm lógicas diferentes sobre o uso da floresta.

CAPÍTULO V: AÇÃO COLETIVA, NORMAS SOCIAIS E CONFLITOS DISTRIBUTIVOS

Neste capítulo, será feita, uma análise teórica dos resultados obtidos ao longo da pesquisa de campo. Vou me focalizar especificamente nos fatores que explicariam os impactos da descentralização observados nas duas florestas em estudo.

A minha pesquisa empírica trouxe evidências que quando a descentralização foi juridicamente estabelecida, houve diferenças no estado das florestas e nas vidas das comunidades rurais. As populações estudadas através de suas instituições locais mostraram grande eficiência na administração florestal, pois as florestas foram restauradas. Isto confirmou a minha hipótese inicial que as comunidades locais podem ser eficientes na proteção e na restauração das formações florestais degradadas. Quanto aos impactos socioeconômicos da gestão florestal descentralizada, os resultados obtidos nos dois estudos de casos foram menos homogêneos. Enquanto a gestão descentralizada da floresta comunitária de Sambandé trouxe benefícios para grande parte das populações adjacentes através da criação de rendas, melhoria na alimentação humana e do gado, na floresta estatal de Keur Samba Dia, o manejo local da floresta enfraqueceu as atividades geradoras de renda dentro da floresta, prejudicando a faixa da população mais dependente da floresta. Segundo estes dados, a afirmação de que o processo de descentralização possa aliviar a pobreza das comunidades rurais, não poderia ser então generalizado.

A idéia por trás de conduzir um estudo comparativo entre duas florestas com estatutos jurídicos diferentes: estatal e comunitário foi de verificar se, o nível de responsabilização das populações locais pela administração das florestas, poderia interferir nos impactos da descentralização. Na floresta comunitária, as populações locais podem estabelecer regras locais e aplicá-las enquanto que na floresta estatal, as populações locais são habilitadas apenas a aplicar o Código Florestal. Meus dados geraram duas informações importantes. Em primeiro lugar, a regeneração florestal em ambas as florestas demonstrou que o Estado não foi capaz de gerenciar as florestas. Em segundo lugar, populações locais podem ser mais eficientes que o Estado na proteção das florestas. Em terceiro lugar, o estatuto

jurídico das florestas não necessariamente constitui a principal variável que explicaria uma distribuição não eqüitativa dos benefícios de uma floresta manejada coletivamente. As capacidades das comunidades, de beneficiar-se de uma floresta manejada por elas mesmas, estariam também ligadas às formas de uso florestal e ao contexto sócio-histórico-cultural.

Este capítulo teórico compreende três partes. A primeira parte do capítulo aborda a questão do dilema social ao redor das florestas do Senegal e mostra que a degradação dos recursos florestais comuns não se explica somente na busca de lucros individuais. Esta resultaria do vazio institucional que caracteriza a gestão das florestas do Senegal. A segunda parte deste capítulo dará explicações de como as populações rurais empoderadas, chegaram a reverter a degradação florestal. Entender as dinâmicas e os mecanismos pelos quais as comunidades locais resolvem a problemática da degradação dos recursos ‘comuns’ se torna muito relevante quando grande parte das florestas do Senegal está sob a administração estatal. Quanto à terceira parte deste capítulo, tentarei explicar porque umas comunidades puderam se aproveitar economicamente de um sistema de manejo descentralizado e outras não.

V. 1 O MANEJO LOCAL DAS FLORESTAS DO SENEGAL, UM DILEMA SOCIAL

V.1.1 As Teorias da Racionalidade Individual e Manejo dos Comuns

A questão de como governar de melhor forma os recursos naturais, e mais especificamente os recursos florestais de uso comum, e limitar seu uso para assegurar sua viabilidade econômica a longo prazo, recebeu ultimamente, muito atenção da arena política e da academia. A complexidade de manejar bens de uso comum reside principalmente na dificuldade ou até às vezes na impossibilidade de excluir potenciais usuários ou controlar o acesso dos mesmos. Em outras palavras, cada usuário tem a capacidade de afetar adversamente a habilidade de exploração de um outro usuário, criando as chamadas exterioridades. Quando o consumo dos bens comuns pelo indivíduo altera positivamente a quantidade disponibilizada para os demais, as exterioridades são consideradas positivas.

Entretanto quando a ação deste indivíduo prejudica outros atores, as exterioridades são consideradas negativas. A questão é como evitar que as exterioridades negativas não recaiam no grupo social.

Neste sentido, o manejo de recursos de uso comum constitui um dilema social que segundo OSTROM (1998:1) ocorre quando os indivíduos em situação de interdependência, encaram escolhas nas quais a maximização de interesse próprio de curto prazo produz resultados que deixem todos os participantes pior do que as alternativas possíveis. Por tratar da relação conflitante entre interesses individuais e interesses coletivos, as teorias de ação coletiva oferecem um arcabouço teórico interessante para discussão desta seção.

Os recursos florestais do Senegal estão legalmente sob o regime da propriedade estatal.¹¹⁵. O Estado tem o papel de definir as modalidades e as condições pelas quais estes recursos devem ser usados. O código florestal estabelece que nas florestas comunitárias, qualquer indivíduo tem os mesmos direitos de acesso aos recursos florestais que a comunidade local, enquanto que nas florestas estatais, apenas as populações locais se beneficiam dos direitos de uso domésticos. Todavia, na prática, os recursos florestais são ‘recursos de uso comum’, pois qualquer um seja da comunidade ou não pode acessar nos produtos florestais. Devido à característica de não-exclusão dos recursos florestais, o manejo florestal local no Senegal ficou ainda mais complexo, já que ninguém pode ser excluído de se beneficiar dos recursos florestais, uma vez que eles já estão produzidos.

Segundo a tese da racionalidade econômica, sustentada por OLSON (1978), quando ninguém pode ser excluído de se beneficiar de um bem público, não haverá possibilidades de cooperação entre os indivíduos. Alguns usuários teriam pouca motivação a contribuir voluntariamente para o fornecimento ou a manutenção dos recursos florestais devido a um tipo de comportamento conhecido como ‘free-rider’. Estes preferirão apenas pegar uma ‘carona’ no resultado das ações dos outros em vez de investir na sua produção.

¹¹⁵ Os recursos de uso comum podem ser possuídos pelo Estado, pelo indivíduo, por grupos ou podem ser de livre acesso.

Neste ponto de vista, Olson refuta os pressupostos recorrentes sobre a ação coletiva que grupos de indivíduos com interesses comuns logicamente coordenariam suas ações de forma a realizar tais interesses. Com algumas exceções, os indivíduos não atuarão para alcançar os interesses do grupo, mesmo que eles possam viver numa situação melhor quando esse objetivo for alcançado. A sua análise de ação coletiva enumera a existência de certas condições para que os benefícios coletivos sejam alcançados ao detrimento dos benefícios individuais. O autor leva em consideração o papel das ‘induçãoes seletivas’ (sanções e prêmios) e o tamanho do grupo para possibilitar as ações coletivas bem sucedidas. Num grupo grande onde todos os membros não partilham os mesmos objetivos, pode-se esperar uma defecção nas tentativas de uma ação colaborativa a menos que haja coerção ou alguma indução extra, que leve os membros do grupo a agirem em interesse comum do grupo. Entretanto “se o grupo for suficientemente pequeno, isto é, se cada participante for obter uma parte tão grande do benefício total, que estaria disposto a arcar com todo o custo para não se privar do mesmo, o bem coletivo seria provavelmente alcançado” (OLSON, 1971: 44). Em suma, Olson sugere, a menos que o número de indivíduos num grupo seja muito pequeno, ou a relação custo/benefício for muito atraente, ou a menos que haja coerção ou algum incentivo especial para fazer os indivíduos atuarem em seu interesse comum, indivíduos racionais não agirão numa lógica colaborativa.

Da mesma forma, HARDIN (1968) trata o dilema social a partir de uma visão pessimista sobre a possibilidade de uma ação coletiva. O autor enfatiza que, interesses comuns não são suficientes para cooperação devido ao comportamento racional e auto-interessado dos indivíduos. No seu famoso artigo, HARDIN (1968), ‘The Tragedy of the Commons’¹¹⁶, apontou os problemas enfrentados quando os recursos naturais são utilizados coletivamente num contexto de superpopulação. A análise do artigo se concentrou sobre como os indivíduos se organizam quando estes são expostos à exploração de recursos comuns que pertencem a todos, ou não pertencem a ninguém, em particular com acesso livre. A ‘tragédia’ se refere à degradação que seria inevitável quando vários indivíduos usam coletivamente recursos escassos numa forma desordenada e competitiva. Hardin

¹¹⁶ Pode ser traduzido em português a ‘tragédia dos bens comuns’. ‘Commons’ se referem às pastagens comunais da Inglaterra seria qualquer recurso que dispunha de pouca ou nenhuma limitação ou regulamentação.

ilustrou a estrutura lógica do seu modelo dando o exemplo das áreas de pastagem aberta a múltiplos usuários, que vêm a sofrer da pastagem devido à falta de delimitação do uso dos recursos. Segundo o autor, a inexistência de direitos de propriedade acompanhada da ausência de regras para a afetação sustentável de um recurso comum, pode levar à sua destruição e por fim à impossibilidade generalizada de poder dele se beneficiar. Se todos os usuários dos pastos limitam sua exploração, segundo as regras bem definidas, os recursos podem ainda estar disponíveis a longo prazo. Mas se cada usuário acrescenta quantas cabeças de gado que quiser, os que limitaram seu gado correm os riscos de perder os benefícios de curto prazo, enquanto que outros o usufruem. Cada cabeça de gado adicional a pastar num terreno baldio vai, na sua totalidade para o dono da cabeça de gado, enquanto os custos provenientes do esforço adicional que esta cabeça de gado coloca no pasto são partilhados por todos os usuários do terreno baldio. Chega-se a uma situação tal que, alguns usuários estariam apenas preocupados com o lucro individual, enquanto seus custos são partilhados com os outros usuários. Neste contexto, os usuários estarão sujeitos ou prisioneiros de um dilema, lhes obrigando sempre a aumentar seu rebanho para maximizar seus ganhos, mesmo quando os recursos são limitados. O resultado, portanto desta dinâmica, seria a utilização excessiva do pasto comunal por cada proprietário de gado, levando conseqüentemente à destruição das pastagens.

A "tragédia dos comuns" que descreve uma situação onde cada usuário utiliza os pastos sem se preocupar com os demais, é também visto como um caso clássico do dilema do prisioneiro. Muito usado pelos estudiosos na Teoria dos Jogos, o 'Dilema do Prisioneiro' mostra porque os indivíduos não cooperam, mesmo se a cooperação for a melhor saída para todos. O jogo é ilustrado da seguinte forma: dois suspeitos, A e B, são presos pela polícia. A polícia tem provas insuficientes para condená-los, mas, separando os prisioneiros, oferece a ambos o mesmo acordo¹¹⁷.

¹¹⁷ se um dos prisioneiros, confessando (delatar), testemunhar contra o outro e esse outro permanecer em silêncio, o que confessou sai livre enquanto o cúmplice silencioso é indiciado, e cumpre uma sentença longa (digamos 10 anos). Se ambos ficarem em silêncio (cooperar), eles serão indiciados por um crime menor a polícia só pode condená-los a 6 meses de cadeia cada um. Se ambos traírem o comparsa, ambos se dão mal, mas não tanto (apenas 5 anos).

Cada prisioneiro toma a sua decisão sem saber que decisão o outro vai tomar, e nenhum tem certeza da decisão do outro. O dilema aqui é que a escolha não pode ser feita no terreno puramente racional. Cada prisioneiro prefere ficar livre cooperando com a justiça, enquanto o comparsa se recusa a falar. Entretanto a pior situação possível seria de ser traído e pegar a sentença máxima. O ideal seria ambos não falarem nada, pois ambos pegam uma pena leve. Mas o medo de que o parceiro delate, impede que qualquer um dos dois coopere, e ambos acabam delatando. A falta de confiança entre os prisioneiros faz com que a escolha mais racional (sair livre) não seja mais a melhor opção para ambos, cada um adota uma linha de ação para cumprir uma pena intermediária. Neste sentido, o dilema dos prisioneiros mostra como a racionalidade individual pode conduzir a irracionalidade coletiva.

O clássico dilema do prisioneiro pode ser resumido na matriz seguinte:

	Cooperar	Delatar
Cooperar	ganha-ganha	Perder muito – Ganhar muito
Delatar	Ganha muito - perde muito	Perder – Perder

Tanto na “lógica da ação coletiva” de Olson, quanto na “tragédia dos comuns” e no “dilema dos prisioneiros”, o egoísmo individual caracteriza as sociedades contemporâneas de tal forma que os indivíduos optam de se prejudicar que de comunicar e realizar acordos coletivos. Nas sociedades orientadas ao mercado, por causa da competição e a busca do lucro individual, os objetivos da coletividade são inibidos em detrimento dos objetivos individuais (OLSON, 1978). Estas teorias defendem que, os indivíduos vão sempre perseguir seus próprios interesses ao detrimento da coletividade, impossibilitando assim ação coletiva para regular o uso apropriado de recursos comuns. Para evitar a tragédia, elas propõem a privatização e a adoção de medidas coercitivas e de leis, defendendo neste caso a propriedade privada e a propriedade estatal. O estabelecimento de direitos de propriedade

sobre estes recursos, seria a solução para atingir uma organização social e econômica eficiente.

Estas formulações teóricas baseadas na racionalidade individual têm uma visão estática no sentido de prever apenas a degradação quando recursos comuns estão sob a gestão de grupos. Tais teorias propõem políticas limitadas e reforçaram a necessidade de estabelecer uma tutela ampla do Estado e do Mercado através dos direitos de propriedade. Os direitos de propriedade englobam os direitos de uso, do gozo e da disposição são vistos como uma garantia para eficiência. O Estado tem o papel de promover a ‘coerção mutua’ para limitar o comportamento abusivo dos usuários, e a função de regular o acesso assim como as formas de exploração dos recursos. A segunda alternativa para prevenir a destruição dos recursos naturais, seria de privatizar, dando ao proprietário, os direitos de demarcação, proibição e defesa, a fim de maximizar a eficiência no uso dos recursos.

Através desta análise, apenas o estado e o privado teriam competências para um manejo sustentável dos recursos naturais, negando as capacidades das populações locais de se organizar coletivamente nesta tarefa. Todavia nem sempre o estado ou o mercado, chegaram a garantir a sustentabilidade nas formas de uso dos recursos naturais. Estudos em vários países têm mostrado a privatização não foi sempre sinônimo de resultados satisfatórios em termos de sustentabilidade. Mesmo se os proprietários privados tendem a preservar seus bens para um uso duradouro, a competição entre atores privados pode ocasionar a degradação (TONI, 2003; LARSON 2004). Também, a privatização permanece uma solução não apropriada quando se trata de bens de uso comum e não excludentes. Quanto ao Estado, como veremos na próxima seção, a sua coerção nem resultou a uma gestão racional das florestas no Senegal.

V.1.2 Fraqueza do Estado na Gestão dos Comuns

No Senegal, as políticas que focalizam apenas a regulação central para administrar as florestas, não conheceram o sucesso. Na verdade, as incapacidades do Estado não se limitaram no setor florestal. Vem-se observando a ineficiência do Estado em resolver as

demandas crescentes da sociedade. No Senegal, uns dos maiores problemas, relacionados às políticas publicas, é a inadequação dos serviços oferecidos às necessidades das populações. As populações urbanas e rurais encontram dificuldades em ter acesso adequado aos serviços básicos como água, educação e saúde. O Estado se orientou em setores outros que florestais para promover um crescimento econômico. De fato, a gestão estatal das florestas no Senegal tem criado um vazio institucional que resultou em uma situação de ‘Tragédia dos comuns’.

O setor florestal recebeu pouca atenção das políticas nacionais de desenvolvimento, que se traduziu à pequena alocação de recursos. Em quase todas as regiões do Senegal, o serviço florestal está confrontado à falta de recursos humanos e financeiros. Mesmo com toda boa vontade, os agentes florestais ficam impossibilitados de monitorar milhares de hectares de floresta, sem os recursos financeiros e materiais necessários. Em certos casos de infrações, a legislação não se acompanha necessariamente da aplicação rigorosa das sanções estabelecidas pelo código florestal. Corrupção, clientelismo e patrocínio, interferem muito para o não cumprimento da legislação nacional (RIBOT, 2008). Os textos regulamentares numa linguagem jurídica, concebidos por técnicos e às vezes incoerentes, fogem à compreensão das comunidades.

De fato, desde a nacionalização das florestas, o Estado não conseguiu frear a degradação, nem motivar bastante às populações rurais a proteger os recursos florestais. As iniciativas individuais ou comunitárias de proteção dos recursos florestas cessaram, pois as populações locais não tinham a garantia de que podiam usufruir futuramente dos benefícios. Elas testemunharam varias vezes, indivíduos de outras localidades, com autorização do serviço florestal se beneficiar dos recursos florestais sem participar da manutenção destes bens. As regras tradicionais não eram mais reconhecidas devido à preeminência das legislações modernas. Conseqüentemente, as leis costumeiras que davam fundamentos a um número de comportamentos e atitudes favoráveis a um manejo sustentável dos recursos naturais desaparecerem. Finalmente, as populações não se sentindo investidas de poder, nem de legitimidade de regulamentar ou de controlar o acesso aos recursos e os ‘free rider’, deixaram totalmente a proteção das florestas com os

agentes do Estado. Esta situação resultou consequentemente em um vazio institucional, já que as ações dos agentes florestais não eram eficientes. A lógica da procura dos lucros individuais predominou pelo qual cada ator tira proveito das florestas sem uma preocupação de preservar, sabendo que os bens do estado são considerados como bens de ‘ninguém’. Neste caso, a estratégia individual predominou em detrimento de estratégias cooperativas não somente por egoísmo, mas porque o ambiente institucional não favoreceu.

A dificuldade do Estado de se impor como instrumento de regulação nas sociedades africanas, foi estudado por EKEH (1975). Este autor defende que o espaço público (propriedade do Estado) não beneficia a legitimação suficiente na África, pois é considerado um espaço amoral. Este espaço é associado ao colonialismo, a estruturas de dominação que foram impostas, portanto os indivíduos não dão respeito ao espaço e às regras instituídas. Ao contrário o indivíduo vai se esforçar a se investir e a respeitar as normas do ‘espaço público primordial’ governado por instituições sociais (parentesco, amizade, ect..) pelo qual ele se identifica melhor. A tendência de não dar a devida consideração à propriedade do Estado, pôde ser observado antes da descentralização nas florestas em estudo. Apesar da existência de uma legislação, a autoridade do Estado sobre as florestas não se cumpriu e não foi respeitada.

Esta situação, descrita acima, de florestas que aparentemente são ‘como acesso aberto’ mas estão na realidade sob a regulação estatal, traduz o contexto das duas florestas estudadas. Na floresta comunitária de Sambandé, antes da descentralização, as comunidades locais se concentravam na coleta de produtos não madeireiros para consumo e renda enquanto, indivíduos que não fazem parte da comunidade se concentravam na produção de carvão, uma atividade ilegal. As populações locais denunciam a produção de carvão como a atividade que mais degradou a floresta. Como a floresta estava sob a responsabilidade do estado, a ação coletiva dos vilarejos adjacentes contra os produtores de carvão não foi um sucesso. Eles chegaram a denunciar ao serviço florestal a prática de atividades ilegais na floresta, mas o serviço florestal não fez cumprir as leis. A floresta de Sambandé ficou então sob uma legislação ineficiente, na qual cada ator se preocupa em maximizar seu

lucro individual. O acesso da floresta ficou, portanto, livre para todos, sem restrições ou limites, levando a uma utilização coletiva com efeitos destruidores. O Estado, suposto a exercer uma coerção, para que os usuários respeitassem a regulação de acesso ou de uso, falhou no seu papel.

A floresta estatal de Keur Samba Dia também sofreu uma regulamentação estatal ineficiente. O serviço florestal não conseguiu aplicar o código florestal de maneira eficiente, nem fazer respeitar as regras de acesso e de uso. A floresta ficou como se não houvesse autoridade, os agentes florestais ausentes, e as populações locais sem nenhuma legitimidade de regular ou de interdizer o acesso aos recursos. Além de uma legislação¹¹⁸ que não incentivava as iniciativas comunitárias numa floresta estatal, as próprias comunidades locais desenvolveram atividades de concorrências na florestal que acelerou o processo de degradação. Uma parte da comunidade coleta massivamente produtos das palmeiras para finalidades domésticas e comerciais, enquanto a outra parte se concentra em atividades agrícolas dentro da floresta.

A incapacidade do estado em assumir suas responsabilidades de gestão, foi prejudicial às florestas do Senegal. Entretanto, quando as competências de gestão foram transferidas as autoridades locais, iniciativas de ação coletiva tomaram forma para reverter o processo de degradação. Desde os anos 80, uma série de trabalhos em diferentes partes do mundo aponta a gestão coletiva sucedida de bens comuns. As experiências de ‘CAMPFIRE’ em Zimbábue e de ‘Joint Forest Management’ na Índia, mostraram instituições locais que exerceram com eficiência suas responsabilidades de gestão dos recursos naturais. Tais experiências indicam que instituições locais democráticas podem ser a base para as decisões efetivas sobre o meio ambiente, que as comunidades tem, ou podem, desenvolver capacidades e desejos para fomentar e executar efetivamente decisões sobre o manejo dos recursos naturais. Na Namíbia, na região de Caprivi, o bom manuseio das terras comunais, e o uso de técnicas sustentáveis de coleta, têm permitindo às mulheres da localidade, acrescentar suas rendas familiares através da comercialização de cestas aos turistas

¹¹⁸ Os textos do código florestal são muito rígidos em relação às atividades das populações ribeirinhas nas florestas estatais.

(MURPHY & SUICH 2004:8-9). A estratégia de construir coletivamente regras, acordos e castigo é também uma opção para prevenir tragédias. Segundo OSTROM (1990), os sistemas de manejo coletivo, podem existir para uma longa duração, através da definição de um arranjo institucional, incluindo a definição clara do sistema de recursos e dos participantes; o monitoramento regular, as sanções gradativas contra desviantes e instâncias de fácil acesso para a resolução de conflitos.

A segunda parte a seguir trata de discutir, os mecanismos locais que permitiram a eficiência das regras locais e sua aplicabilidade, nas duas florestas estudadas.

V.2 AS INSTITUIÇÕES LOCAIS NO MANEJO FLORESTAL DESCENTRALIZADO

A minha pesquisa de campo foi mais um comprovante que em ambas as florestas, as populações rurais foram capazes de manejar florestas com sucesso depois que o poder de gestão foi transferido às autoridades locais. As ações coletivas das populações locais para o manejo florestal, foram bem sucedidas porque, em primeiro lugar, elas formularam as suas próprias regras de acesso e de uso dos recursos florestais, e em segundo lugar, elas conseguiram aplicar estas regras. Em outras palavras, as possibilidades das populações locais de participar na concepção, execução e acompanhamento da regulação florestal, aumentaram as chances das regras de uso serem aplicadas e respeitadas pelos atores envolvidos. A transferência do poder de decisão mais perto dos usuários dos recursos florestais, foi um importante incentivo para que as populações locais se engajassem nas estratégias eficazes de gestão de recursos, que foi positiva para as formações florestais.

V.2.1 Eficácia das Regras Locais de Manejo Florestal

Em ambas as florestas, as regras locais foram mais eficientes que aquelas do Estado. Isto se explica, em primeiro lugar pelo fato que as populações locais tenham conhecimentos sobre as dinâmicas sociais e culturais do seu ‘terroir’ que lhes permite destacar quais são as atitudes que levam à deterioração dos recursos do mesmo, como dos atores responsáveis.

Eles sabem quem são os ‘free rider’ e suas motivações. Através destas informações específicas as populações locais puderam propor mecanismos eficientes para frearem as atividades dos ‘free rider’. A participação local nos processos decisórios nas florestas em estudo encorajou os indivíduos a fornecerem informações pertinentes sobre as realidades locais que podem comprometer ou reforçar o respeito das normas de uso. Pela observação e pela prática, as populações locais selecionam e recorrem às informações mais úteis e adequadas para formular as regras de uso das florestas. Ao contrário do legislador e técnico, que leva em consideração apenas os aspectos legais e técnicos de um código florestal padrão, os membros da comunidade dispõem de conhecimentos locais que fornecem informações específicas sobre o contexto sócio cultural. Por deter informações valiosas e mais completas sobre a problemática de uso das florestas, as populações locais ocupam uma posição privilegiada para fomentar e executar normas de uso que funcionem.

Uma vez que as comunidades em estudo ganharam o direito de manejar ou co-manejar suas florestas, os arranjos institucionais foram modelados para que eles satisfaçam suas necessidades sociais e econômicas de forma individual e da coletividade. O desafio para as novas autoridades locais, foi de conseguir que cada usuário tenha acesso aos recursos florestais sem comprometer os interesses dos outros e sem colocar em risco o potencial existente, através de uma legislação local. Para isto, a comunicação foi um importante componente para (re)-estabelecer a confiança e para convencer o outro a cooperar, para fazer acordos e para favorecer a troca de comprometimento mútuo. Este processo comunicativo resultou na formulação das regras locais que definem as condições de acesso aos recursos florestais e seus modos de exploração da floresta.

As propostas de regras e sanções foram debatidas, reajustadas e validadas pelos usuários, para que as decisões finais possam se beneficiar de uma verdadeira legitimidade local. As reflexões críticas sobre os próprios comportamentos da comunidade e de outros usuários, resultaram no consenso entre vilarejos e usuários sobre os modos de gestão dos conflitos irrefutáveis, ligados às partilhas dos recursos comuns e sobre os papéis e as responsabilidades de cada categoria na gestão dos recursos florestais. Como veremos, antes a descentralização, as estratégias de uso florestal eram individuais com a lógica

dominante da maximização do lucro individual. O Estado se mostrou ineficiente como gestor dos recursos naturais, e as instituições tradicionais como ‘o chefe de vilarejo’ ou o ‘conselho dos idosos’, que tinham papel de regular o acesso e o uso, perderam respeito. Era, no entanto necessário que as populações locais tivessem uma instância comunitária através dos comitês locais para discutir, dialogar e negociar as possibilidades de cooperação. Assim os indivíduos dentro, e entre os vilarejos, chegaram a se comunicar para atingir um consenso sobre os modos comunitários de gestão. Este processo de negociação resultou em uma regulamentação local¹¹⁹ que indicou os futuros comportamentos e as ações individuais e coletivas dos atores envolvidos.

A regulamentação local definiu também as relações entre os diferentes usuários. Nesta perspectiva, a regulamentação local representa uma ferramenta institucional de manejo coletivo, mas também de gestão preventiva de conflitos. Cabe salientar que a regulamentação local foi elaborada levando em consideração as formas de uso dos usuários não residentes nos vilarejos próximos a floresta, já que os recursos florestais em questão são bens de uso comum. Os residentes e não residentes tem os mesmos direitos para acessar os recursos florestais, mas a descentralização permitiu que todos os usuários fossem submetidos à regulamentação estabelecida às populações locais. Estabelecer arranjos institucionais consensuais determinou a legitimidade e o reconhecimento das regras locais pelas diferentes categorias de usuários. Ao longo deste processo de definição das regras locais, o Estado como garantia da gestão das florestas nacionais¹²⁰, participou no processo através do serviço florestal e do subprefeito que conferiram a compatibilidade entre os acordos coletivos e a legislação florestal nacional. Isto reforçou a legalidade da regulamentação local perante a legislação nacional.

O conjunto de regras, de medidas e os mecanismos de controle destas, reconhecidos e aceitos pelas próprias populações e pelas autoridades administrativas, foram as principais instituições locais em que o manejo local florestal foi realizado. As populações locais se tornaram em tomadores de decisão, o que resultou numa melhor mobilização social, e, por

¹¹⁹ Também chamado de convenção local ou código de conduta

¹²⁰ Segundo a lei sobre ‘domaine national’, 95% do território são propriedades do Estado.

conseqüente foi muito benéfica para as florestas. Neste sentido a pesquisa trouxe mais evidências o que muitos autores (CROOK e MANOR, 1998; SMOKE 2000) vêm defendendo: a descentralização melhora a participação popular, o que aumenta a eficiência, resultando a melhor e sustentável gestão dos recursos naturais.

Em segundo lugar, as regras locais foram eficientes para manejar florestas devido aos conhecimentos locais das populações locais. O legado das experiências de gerações passadas constitui uma fonte de saberes e de saber-fazer quanto à proteção dos recursos florestais. As regras locais partiram, no entanto de um conjunto de conhecimentos, técnicos e saberes baseados nas experiências do passado, mas também de elementos sócio – econômicos – culturais e contemporâneos que incorporaram normas sociais, princípios ecológicos e valores culturais. SCOTT (1998:6) chamou este tipo particular de sabedoria de ‘saber metis’ ou ‘know how’. Baseada na experiência praticada, ela é acumulada e adquirida como resposta às constantes mudanças do meio natural e social. Da mesma forma, BERKES et al (2000) define o conhecimento ecológico tradicional¹²¹ como um conjunto de conhecimento cumulativo, de práticas e crenças, envolvidos em processos adaptativos e passados através de gerações pela transmissão oral ou por práticas, sobre a relação entre os seres vivos e o meio ambiente. O conhecimento local se acumula gradativamente, baseado na observação apurada e na aprendizagem experimental. Local é um termo relativo e variável e por isso mesmo tem uma validade instrumental situada (GEERTZ, 2001) em oposição ao conhecimento científico generalizante.

No entanto as regras e normas de uso após a descentralização não eram totalmente novas, as ‘instituições informais’¹²² (NORTH, 1990) foram as fontes de inspiração, o legado das crenças, usos, costumes, hábitos foram essências na formulação de um código de conduta adequado ao contexto local.

Desde as épocas do imperialismo, os conhecimentos e modos de produção das sociedades africanas, foram classificados como 'arcaicos' e 'atrasados'. Os projetos de modernização

¹²¹ Tradicional não se refere à antiguidade, mas pelas formas sociais que este conhecimento é transmitido

¹²² As instituições são informais quando relacionadas com códigos de conduta e comportamento que geralmente são transmitidas através das gerações tornando-se assim fatores culturais

partiram da premissa de que as populações rurais africanas não dispõem de conhecimentos adequados para julgamento, tendo, portanto a missão de levar o progresso a estes povos. A partir deste momento, o Estado se posicionou como garantia dos interesses da toda sociedade e instaura “relações tutelares” com suas populações com a finalidade de proporcionar o desenvolvimento. COWEN & SHENTON (1995:28) chamam a atenção para a intenção de ‘desenvolver’ que sempre envolve um elemento de “tutela ativa” (active trusteeship), e que agências estatais e para-estatais estabelecem frente ao seu público-alvo, com a finalidade de instaurar a ordem e estimular o progresso.

A construção do Estado-Nação moderna, não pôde ser separada do ‘processo de desenvolvimento’ que foi acompanhado de várias tentativas de homogeneizar modos de vida, cultura ou mesmo ferramentas legais com as finalidades de integrar mesmo as comunidades mais remotas nas tendências modernas. O uso indiscriminado da palavra ‘desenvolvimento’ na cena política internacional, pela sociedade civil, pelas organizações multilaterais, pelas instituições financeiras, até pelas populações rurais do Senegal, tende a ocultar a natureza e os projetos do discurso de desenvolvimento. Este discurso estabeleceu argumentos que legitimaram o Estado e sua autoridade de controlar e de intervir nos povos, territórios e ecossistemas. O discurso de desenvolvimento definiu o que é conhecimento, o que é bem-estar, e elaborou práticas e um ‘guia’ para chegar ao ponto final da maratona: ‘ser desenvolvido’. No entanto, a ideologia de ‘high modernism’¹²³, que acompanham os projetos de desenvolvimento estatal, persiste em deixar para trás a ‘diversidade’ para seguir um modelo único ocidental. As comunidades rurais são constantemente pressionadas à imitação e à reprodução de modelos importados, bloqueando as vezes suas capacidades de auto produção e de auto expressão cultural. Como prova, a dinâmica de desaprovação da diferença se repete continuamente nas políticas públicas através da implementação de programas de desenvolvimento que aplicam as mesmas soluções técnicas em contextos distintos. As especificidades de diferentes experiências históricas não são reconhecidas, e complexos processos sociais e naturais são ofuscados e silenciosos. Através de mecanismos de coerção do Estado e com apoio da Ciência, as

¹²³ James Scoot (1998) usa ‘high modernism’ como a ideologia que prioriza o progresso técnico e científico que está associada ao processo de industrialização da Europa ocidental e da América do Norte na virada do século XX

populações rurais são forçadas a entrar na maratona do desenvolvimento, deixando à margem um acervo de conhecimentos locais, produtos de adaptações históricos.

O antropólogo e cientista político James SCOTT (1998) argumenta que uma das características do Estado moderno consiste em racionalizar e estandardizar o hieróglifo social e natural em um formato legível. Segundo Scott, tal processo de uniformização aliada ao próprio poder coercitivo que o Estado detém, possibilitaria ou facilitaria a intervenção e a administração. Obviamente este exercício reduz as diferenças e as particularidades dos vários contextos sociais e naturais, mas se torna necessário para o Estado controlar mais facilmente e formular respostas quantitativas às demandas. Para reforçar seu argumento, o autor se baseou no exemplo do desenvolvimento da silvicultura moderna na Europa. Para os estados europeus, a importância das florestas se resumiu nas implicações comerciais. Assim para tornar a floresta mais eficiente na criação de rendas das taxas, um sistema de tabelas foi criado contendo fórmulas padronizadas para calcular as classes de árvores com dados matemáticos sobre o tamanho, idade e grau de maturação. Também um sistema oficial de manejo de sementes, plantio e corte foi estabelecido para facilitar ao Estado as tarefas de contagem e de mediação. Através desta forma de manejo florestal ‘matemática’ sustentada por códigos e padrões uniformes e homogêneos, o Estado evidentemente focou apenas sobre a visão utilitarista das florestas e deixou de lado os usos culturais das mesmas que as normas pautadas por gerações pelos principais usuários das florestas. O conhecimento científico se tornou evidentemente o único conhecimento válido e o método científico permaneceu o principal meio de se obter o conhecimento verdadeiro, pois facilita um design racional dos sistemas sociais e naturais.

A predominância do conhecimento científico e da visão utilitarista nas florestas ao detrimento dos conhecimentos locais florestais, foi muito evidente no Senegal. Como já mencionado, o primeiro código florestal foi uma herança colonial, baseada na legislação francesa. As florestas eram percebidas pelos colonizadores apenas como fontes de rendas, e àquelas com fortes potenciais comerciais, foram classificadas como ‘florestas estatais’. As formas tradicionais de manejo florestal, que eram específicas em cada comunidade, foram desconsideradas para validar apenas o código florestal. Mesmo se nas últimas décadas, o

código florestal sofreu algumas mudanças, persistiu a idéia do Estado de colocar uma ordem administrativa nas florestas, uniformizando as regras de acesso e de uso a nível nacional. As revisões sobre o código foram realizadas por técnicos e legisladores distantes das realidades sócio-culturais, e seguindo os princípios da racionalidade e do conhecimento formalizado. Sem poder captar as particularidades da pluralidade de sociedades rurais, o código florestal por muito tempo não foi adequado, por isto não impediu que as florestas fossem devastadas.

Neste sentido, a descentralização no Senegal que permitiu a transferência das competências de manejo florestal às populações locais, pode ser considerada como uma real mudança de paradigma, pois se reconhece que todas as florestas não podem seguir uma única e mesma legislação e se abrem vias para sistemas de manejo próprio das comunidades. A defesa dos direitos das comunidades locais, tradicionais e indígenas para autogestão de seus recursos naturais, constituiu-se não apenas no Senegal, mas nas regiões da América Latina e da Ásia. Para o capitalismo, as florestas constituem um real obstáculo para o desenvolvimento, havendo necessidade de uniformizar seus modos de produção ao modelo predominante. Nos últimos 20 anos, movimentos sociais com um discurso de valorização da tradição vêm se organizando e se posicionado contra as imposições negativas dos projetos estatais. Eles defendem que estas comunidades tenham a oportunidade de forjar seus sistemas de manejo de recursos naturais, passando assim a controlar os processos produtivos em vez de lhes impor os interesses do mercado.

Desde o fim da década de 80, muitos autores pós-modernos (ESCOBAR, 1995; CRUSH, 1995, SHIVA, 1997) questionam a hegemonia dos conhecimentos ocidentais como sendo os legítimos. Há cada vez, mais evidências na África, Ásia e América Latina, de sistemas de gestão de recursos naturais desenvolvidos localmente e que incorporam práticas, rotinas e mecanismos, que resultaram na geração de tecnologias e de normas apropriadas ao contexto local. Estes sistemas estão adaptados ao ambiente, dependem de recursos locais, se desenvolvem em pequena escala, de forma descentralizada e conservam os recursos naturais. A ecologia social tem se centrado a mostrar que o manejo e a gestão das áreas naturais podem estar profundamente influenciados pela visão de mundo e práticas culturais

e simbólicas das comunidades tradicionais, e não por conceitos e práticas científicas, em sua acepção moderna. A perspectiva co – evolucionista que tende a ver os ecossistemas como produtos da co-evolução humana e natural, conferem legitimidade ao conhecimento cultural e intuitivo das populações locais. A co-evolução para NOORGARD (1994) pode ser entendida como uma síntese interativa dos mecanismos de mudança social e natural. Nesta abordagem, considera-se que o sistema social e sistema ambiental se relacionam um com outro e co-evoluem, a adequação e a apropriação dos conhecimentos dependerá das influências seletivas, valores e organizações. A perspectiva co-evolucionista, no entanto, refuta a superioridade da ciência convencional, dando assim poder à sabedoria das populações locais, que passam a participar do processo de formação e de escolhas de conhecimentos e técnicas.

Da mesma forma, a ecologia social apoiada na etnociência, vem sendo fundamental por revelar, a partir do estudo das relações do ser humano com a natureza, que as populações tradicionais são portadoras de conhecimentos teóricos e práticos que lhes possibilitam utilizar os recursos naturais de forma harmoniosa. As suas correntes (etnobiologia, etnobotânica, etnoecologia, etnozoologia, ect) pressupõem que os conhecimentos das populações rurais são importantes para a conservação, e cada grupo possui um sistema único de perceber e organizar comportamentos. Para POSEY (1987), a biodiversidade não seria um conceito apenas biológico, relativo à diversidade genética de indivíduos, de espécies e de ecossistemas, mas é também o resultado de práticas antigas das comunidades que domesticam espécies, mantendo-as e aumentando-as, como em alguns casos, a diversidade local. Os curandeiros da floresta de Sambandé afirmam coletar e transferir material vegetal dentro da floresta quando uma espécie medicinal tende a desaparecer. Este hábito de transplantar espécies florestais foi descrito por POSEY (1987) com os Kayapó que efetuam transplantes para os antigos campos de cultivo, ao longo de trilhas e junto às aldeias, formando os chamados ‘campos de floresta’ que são aproveitados no dia-a-dia indígena, bem como no tempo das longas expedições de caça.

Para LEFF (2002, 48), a emergência de comunidades endógenas e autogestionárias se fundem em uma demanda por democracia participativa e direta, que implica o seu direito

de pensar, propor e realizar outros futuros possíveis, de gerar novas técnicas e de apropriar-se delas como força produtiva e de democratizar os processos de produção de seus meios de vida. Assim, através do processo de descentralização, as comunidades locais têm as possibilidades de fazer ou alcançar o que elas valorizam, em vez de subir imposições de políticas estatais, externas ou de mercado. Elas tem a oportunidade de adaptar suas ações às necessidades locais, e levar em consideração suas aspirações locais na concepção e na implementação da regulação florestal e de estabelecer sistemas de manejo, de acordo com suas crenças, valores, tradições e suas especificidades culturais. As possibilidades de participar na concepção, execução e acompanhamento da regulação florestal, aumentaram as chances de que as regras de uso sejam aplicadas e respeitadas. Como defendeu SEN (2000) na sua obra clássica “desenvolvimento com liberdade”: a liberdade dos indivíduos de levar o tipo de vida que eles valorizam, são elementos constitutivos básicos no processo de desenvolvimento. Como mostrei nos estudos de casos, nem todas as relações das comunidades rurais com o meio ambiente são estabelecidas para satisfazer apenas necessidades básicas, e seus modos de vida não podem ser dissociados de sua ecologia. As relações Homem-Natureza, são mediadas pelos padrões de comportamentos socialmente transmitidos e pela cultura, e pelos valores políticos que a comunidade impôs a tais relações. Portanto, a natureza não teria apenas utilidade para produção econômica de bens e serviços, ela possui a função social que permitiria a comunidade de se manter culturalmente e socialmente.

V.2.2 Grau de Obediência das Regras Locais de Manejo Florestal

Uma vez que as regras locais foram fomentadas, as populações locais se comprometeram a executar e monitorar estas regras. Em ambas as florestas, os mecanismos de gestão e de controle foram estabelecidos através da criação dos comitês locais de gestão, legitimados para implementar as decisões tomadas. O comitê vilarejo representa a principal autoridade de gestão dos recursos naturais cujas principais tarefas consistem na vigilância da floresta e a mobilização para tarefas comunitárias na floresta. Seus membros são escolhidos em cada vilarejo pelas próprias populações e são encarregados de defender os interesses de seus

vilarejos ao nível do comitê intervilarejo, a instância de decisão coletiva. Em ambas as florestas, os comitês de gestão com exceção de um vilarejo foram funcionais, pois as ações abusivas na floresta regrediram permitindo uma regeneração das espécies. Isto reforça os estudos (AGRANAL, 2003, OSTROM, 1990, BERKES et al, 2000) que vem demonstrando que a utilização dos recursos comuns sob regime de propriedade comunal obedece a uma regulamentação bem definida e se acompanha com a criação de instituições para garantir o respeito das regras. Esta seção tratará de dar explicações analíticas sobre as motivações das populações ao redor das florestas de Sambandé e de Keur Samba Dia a respeitar as regras locais. Os valores éticos são elementos essenciais nesta análise.

O alto grau de conhecimento entre as pessoas da comunidade que MENDRAS (1978) chamou de ‘interconhecimento’, foi essencial para que as populações locais resolvessem seguir as regras em vigor em vez de seguir seus interesses individuais. As relações personalizadas e próximas facilitam o autocontrole e permitem detectar os fraudulentos. Uma relação de interconhecimento supõe que o indivíduo, suas posições sociais atuais e passadas, as particularidades de sua personalidade, sejam conhecidos por todos de forma integral, por um lado. Por outro, supõe-se que este indivíduo conheça os outros também dessa forma (Mendras, 1978:88). A existência de relações interpessoais fez com que sua reputação se torne um recurso valorizado, o que aumentou a disposição das populações em cooperar. Como são os outros que criam a reputação de alguém a partir de informações, de rumores e de fatos, as informações negativas sobre uma pessoa se espalham facilmente, portanto cada um busca de fazer o que estiver ao seu alcance para obter uma boa reputação. Manter uma boa imagem de si dentro da comunidade tende a ser visto como um valor positivo, pois a confiança se estabelece com o resto da comunidade baseada no histórico social do indivíduo. Ser indiciado como ‘delator’ pela comunidade pode ser duplamente prejudicial. Ao nível individual, a reputação do ‘delator’ pode influenciar negativamente quando o indivíduo desejar alcançar um status social mais elevado dentro da comunidade, assim como assumir a liderança de um projeto ou de uma associação. Também os familiares do ‘delator’ podem adquirir uma má reputação de não respeito os

seus compromissos ou deveres, o que pode afetar seriamente os laços sociais¹²⁴ desta família. Isto pode influenciar até o ponto de que algumas famílias irão evitar relações matrimoniais com a família 'delatora'. Pode se chegar também que a reputação de 'delatar' se repercute a nível étnico. Grupos étnicos sereres, woloff e peulh coabitam ao redor das florestas. Se por exemplo grande parte dos deletores são peulh, este grupo étnico adquire uma má reputação dentro da comunidade podendo assim inibir a cooperação. No entanto, o castigo que resulta da procura do benefício pessoal, acaba sendo tão oneroso para o indivíduo e para as redes sociais nas quais ele está envolvido, que a cooperação se torna uma escolha final.

A reputação ajudou a determinar que os indivíduos cooperassem entre si em ambas as florestas. DIEGUES (1997) caracterizou também alguns sistemas de manejo comunitário que se estabeleceram e se reproduziram através de relações de parentescos, compadrio, ou a aceitação compartilhada de regras e de valores sociais, econômicos e ambientais da floresta. Nas áreas estudadas, como cada indivíduo tem um histórico prévio de mobilização e de participação em diversas redes sociais (família, associação esportiva, classe d'age¹²⁵, associação religiosa, ect...) , a preservação de valores comuns: sua 'reputação', 'sua honra' ou 'honra familiar' prevalece. Isto seria uma motivação bastante forte para que ele escolha respeitar seu compromisso para com a coletividade do que seguir seus interesses individuais

EKEH (1975) defendeu que na África existem duas esferas públicas que têm suas origens no colonialismo. Trata-se de um lado do 'espaço público primordial' pelos quais os grupos, os sentimentos e as ligações de origem ou primarias influenciam sobre o comportamento do indivíduo em público. Este espaço corresponde às relações familiares, étnicas e de coleguismo. Por outro lado, tem-se o 'espaço público cívico' que do ponto de vista histórico, está em relação direta com a dominação colonial, pois se apóia em estruturas estatais como a administração pública, instituições judiciárias, ou a polícia. Segundo Ekeh,

¹²⁴ de acordo com Wasserman e Faust (1994, p. 18) , o laço social é a conexão apresentada entre dois atores em uma rede social

¹²⁵ La classe d'age é uma associação no vilarejo (muito comum nos vilarejos sereres) que reúne aquelas pessoas que nasceram no mesmo ano.

o africano tende a se investir mais no ‘público primordial’ por obrigação moral. Este espaço ‘moral’ seria com um reservatório de relações sociais pelo qual o indivíduo se identifica mais, o que lhe leva conseqüentemente a se esforçar a respeitar suas obrigações e restaurar sua imagem neste público. Portanto indivíduos tomam decisões sobre sua participação numa ação coletiva determinados por fatores que não se reduzem apenas aos seus próprios interesses e preferências (GRANOVETTER, 1978).

Da mesma forma, SCOTT (1990) enfatiza a habilidade dos grupos de garantir a obediência, suas normas e práticas. A “reputação” que ele descreve como tendo: ‘very practical consequences’ ‘in any small closely knit community’ tem um lugar central na sua argumentação. Ele reforça a importância da reputação afirmando que:

‘a peasant household held in contempt by their fellow villagers will find it impossible to exchange harvest labor, to borrow a draft animal, to raise a small loan, to marry their children off, to prevent petty thefts of their grain or livestock, or even to bury their dead with any dignity’.

Segundo o mesmo autor, no arsenal de uma comunidade interessada em garantir o respeito das regras locais, existem as armas como:

“slander, character assassination, gossip, rumor, public gestures of contempt, shunning, curses, backbiting, outcasting” (SCOTT, 1990: 131)’.

Em ambas as florestas, os instrumentos de controle não foram tão diferentes quantos os descritos por EKEH (1975), SCOTT (1990), a reputação representa um valor moral de grande importância dentro e entre os vilarejos responsabilizados para o manejo das florestas. As populações locais respeitaram amplamente as regras estabelecidas por elas mesmas devido às normas sociais que governam suas sociedades. Para evitar que sua ‘reputação’ seja negativamente alterada por denúncia de uma atividade proibida, estar de acordo e seguir as regras locais, acabou sendo a principal escolha dos indivíduos.

Os indivíduos estão enraizados em redes sociais (GRANOVETTER, 1985) que são construídas socialmente ao longo de diversos processos históricos. Eles podem se esforçar para se manter nestas redes ao detrimento de suas preferências e interesses pessoais, pois

estas constituem um capital social, que poderia ser mobilizado no futuro. De acordo com PUTNAM (2000:19), o capital social constitui um conjunto de recursos de um determinado grupo: “*refers to connection among individuals - social networks and the norms of reciprocity and trustworthiness that arise from them*”. Para BOURDIEU (1983), o capital social é uma consequência das relações sociais, e depende ainda de investimentos dos indivíduos: *the network of relationships is the product of investment strategies, individual or collective, consciously or unconsciously, aimed at establishing or reproducing social relationships that are directly usable in the short or long term (...)*”(BOURDIEU, 1983:249). Sem investimento em tempo, em energia ou em sacrifício dos interesses pessoais, as relações sociais se deterioram, depreciando o capital social do grupo. O esforço de sociabilidade para se manter nas redes sociais, fazem com que os interesses individuais passem a não ser determinantes, pois a confiança e a reciprocidade são normas valorizadas. Segundo OSTROM (1998) normas sociais podem favorecer ou não a cooperação. Estas normas são comportamentos, valorações internalizadas, normalmente comuns a vários indivíduos, elas são aprendidas em sistemas sociais. Ela destacou a confiança (as expectativas que os indivíduos têm sobre os outros), a reciprocidade (normas que os indivíduos aprendem da socialização e das experiências da vida) e a reputação (identidades que os indivíduos criam projetando suas intenções e normas) que são os três tipos de normas, guiar as pessoas a cooperar.

Na mesma linha de pensamento, autores da Nova Economia Institucional (NEI) como Ronald Coase, Oliver Williamson e Douglass North defendem que a eficiência da ação coletiva não reside numa pressuposta harmonia de interesses, mas da invenção de instituições, que colocariam ordem no conflito. As instituições seriam mecanismos de ação coletiva para colocar ‘ordem’ no conflito, reduzir as incertezas e aumentar a eficiência. NORTH (1990:359) elaborou uma definição de instituição conhecida como as regras do jogo que determinam o que os jogadores podem e não podem fazer. Pois dadas às motivações dos indivíduos, as organizações, a tecnologia e outras restrições, as regras de jogos determinam como e por que ele é jogado desta forma (NELSON 1995:81). Todavia, este conceito de instituições inclui não apenas as regras do jogo, mas também os padrões e os paternos esperados do jogo evoluir o que definirão as restrições e as expectativas dos

jogadores (NELSON, 1995:81). Assim para a NEI, as instituições surgem para minimizar as incertezas através da elaboração de referências convencionais que permite estabelecer um ambiente estável para interação humana.

Cabe ressaltar que, mesmo que se os membros dos comitês forem responsabilizados por vigiar a floresta para frear as ações dos infratores, em ambas as florestas, esta tarefa foi coletiva. Como as populações locais se sentiram muitas implicadas na formulação das regras de uso, isto ajudou a realçar a auto-estima e lhes encorajou a tomar posse do processo. A participação ao processo decisório, resultou em um envolvimento popular nas ações de proteção da floresta e um forte comprometimento para respeitar as restrições e as proibições. A vigilância da floresta não se limitou apenas nos membros dos comitês, cada um ficou observando se seu vizinho, amigo ou parente esta realizando ações proibidas dentro da floresta. Houve um nível de autocontrole dentro dos vilarejos e entre os vilarejos, que impediu as iniciativas de desrespeitar as normas de uso. Devido à proximidade das concessões se torna muito difícil para alguém trazer uma coleta fraudulenta da floresta para o vilarejo sem que alguém do vilarejo ou do vilarejo vizinho percebesse. A comercialização dos produtos coletados seria ainda mais uma atividade arriscada. O ‘louma’¹²⁶, que é um ponto de encontro dos vilarejos, e cada um sabe o que o outro vende, e também a origem destes produtos. A comercialização em centros urbanos se apresentaria como viável apenas quando se tratam de produtos com alto valor econômico devido aos custos de transporte e as taxas sobre os produtos florestais.

Se alguém testemunhar, por exemplo, que um indivíduo coletou, por exemplo, fruto florestal sem amadurecer, antes da estação, este reportará ao seu comitê de gestão que tem a responsabilidade de tomar uma providência. As mulheres particularmente se destacaram a denunciar os infratores. Com a sua presença quase diária na floresta para coletar lenhas ou condimentos, elas presenciaram muito mais as ações abusivas. Isto é mais uma evidência que as instituições locais foram mais eficazes quando se compara com o desempenho do serviço florestal, porque diminuem os custos de informação e de monitoramento.

¹²⁶ Mercado local semanal

As denúncias foram particularmente movidas em primeiro lugar porque as populações assumiram realmente sua posição de gestores da floresta. Desde que elas tiveram uma clara compreensão de seus direitos de controle sobre o acesso dos recursos florestais, elas investiram mais seu tempo e seu esforço físico para restaurar a floresta degradada. Em segundo lugar, as populações conscientes que serão os primeiros a se beneficiar de uma floresta regenerada, se esforçaram a respeitar e fazer respeitar as regras locais por atores de dentro e de fora da comunidade. A existência de um interesse comum econômico foi citada por OSTRUM (1990) como um critério para que a ação coletiva se realize com sucesso. Em terceiro lugar, as populações locais ficaram mais motivadas frente à garantia de que o comitê de gestão aplicaria sanções sem favoritismo ou clientelismo.

Nos anos anteriores à descentralização, denúncias por parte das populações eram menos frequentes por diversas razões. Se um indivíduo pegasse um infrator do mesmo vilarejo, a preservação das relações de parentesco ou de vizinhança impedia que a denúncia fosse feita. Os parentes ou vizinhos do infrator interferem e pedem perdão para que o delito não seja informado ao agente florestal. Já que se a lei for aplicada, o infrator será passível de uma multa ou de cadeia. Assim para não ser apontado como ‘o indivíduo mau’ dentro da comunidade, a denuncia acaba não sendo feita. Também para muitos não valeria a pena ‘ficar de mau’ com os parentes ou vizinhos quando o próprio agente florestal pode se tornar passível frente às infrações denunciadas. Este pode decidir não aplicar a legislação por má vontade ou porque uma autoridade política ou religiosa (marabu) interviu para que o infrator não fosse punido. Tais práticas foram reprimidas durante o processo de formulação do código de conduta e foi feita a promessa de vigiar mesmo familiares e vizinhos. O caso de um membro do comitê de Sambandé, que denunciou seu próprio irmão, ilustra que as novas autoridades de gestão estavam cometidas a aplicar o código de conduta sem exceção.

Esta evidência empírica sobre o papel das normas sociais nas ações coletivas, é contrária às teorias pessimistas (OLSON, 1978; HARDIN, 1968) que sugerem que os indivíduos defendem preferencialmente seus próprios interesses, o que impossibilita a ação coletiva

para regular o seu uso apropriado dos comuns. Em todo momento, as populações da floresta de Sambandé são confrontados pelo dilema de cooperar (respeitar as regras) ou delatar (não tomar em consideração as regras locais). Segundo a teoria da racionalidade, devido ao interesse individual e egoísta, a estratégia dominante para os usuários, seria a utilização intensiva dos recursos sem restrições para a maximização de rendas a curto prazo. Já que uma decisão unilateral de racionalizar suas coletas, não garante que os outros terão o mesmo comportamento, cada usuário sucumbira à tentação de se beneficiar da floresta sem pagar os custos das externalidades negativas. Para evitar serem chamados de ingênuos, todos cedem à tentação de não cooperar, e consequentemente todos serão castigados pela situação de degradação dos recursos florestais. De modo independente, cada usuário quer aumentar ao máximo a sua própria vantagem sem levar em conta os comportamentos dos outros.

Estas teorias da racionalidade econômica subestimam os valores éticos tais como confiança, solidariedade, amizade e compromisso, que influenciam muito nas escolhas de estratégias de cooperar ou não, ainda que prevaleçam e influenciem nas decisões individuais.

Mesmo antes da descentralização, a estratégia individual foi dominante ao redor da floresta de Sambandé, as populações eram conscientes de que esta forma de uso não seria sustentável em longo prazo. Como um ambiente institucional que favoreceu que elas tivessem mais controle de acesso sobre os recursos, a cooperação mútua passou a ser vista como melhor estratégia. Consequentemente os indivíduos retornaram ao diálogo, a comunicação e se engajaram em novos acordos, restabelecendo a confiança entre os membros da comunidade. A compreensão das sociabilidades locais, auxiliaria muito na explicação do porque, em ambas as florestas, as estratégias cooperativas de manejo florestal funcionaram.

A manutenção dos valores morais, importantes para a comunidade, foram então essências para que as estratégias de uso coletivo prevalecessem aos interesses individuais. A reciprocidade, o parentesco, a amizade, o conhecimento mútuo e as ligações de proximidade, foram mecanismos que exerceram uma influência para uma aplicação

rigorosa das regras locais de manejo dentro dos vilarejos ribeirinhos. Este mesmo capital social foi também um instrumento para conseguir coordenar ações coletivas contra os usuários da floresta, não residentes nos vilarejos ao redor das florestas.

V.3 CONFLITOS DISTRIBUTIVOS RESULTANTES DO MANEJO LOCAL

Quando se trata de examinar os impactos ecológicos do manejo florestal local, ambas as florestas apresentaram resultados similares, pois o estado das florestas melhorou. Todavia, as florestas apresentam uma grande diferença quanto aos aspectos sócio econômicos do manejo local. Enquanto na floresta comunitária de Sambandé, todos os vilarejos puderam se beneficiar economicamente de uma floresta regenerada, na floresta estatal de Keur Samba Dia, alguns vilarejos se sentiam prejudicados pelo manejo florestal local. Um objetivo desta seção consiste em oferecer explicações sobre estas diferenças.

Na floresta comunitária de Sambandé, na sua grande maioria, as populações locais têm as mesmas formas de uso na floresta, por isto o benefício que vem da descentralização foi distributivo entre os vilarejos. Na floresta de Keur Samba Dia, as formas de uso da floresta são diferentes nos vilarejos de Yayem e de Samba Diallo. O vilarejo de Yayem coleta na floresta para necessidades domésticas e pratica em grande parte agricultura na floresta, enquanto que o vilarejo de Samba Diallo faz coletas intensivas de produtos florestais para uso doméstico e venda. Os dois vilarejos acham essas duas formas de uso incompatíveis. Isto levanta duas questões: - porque o manejo local ainda foi efetivo mesmo com esta incompatibilidade de uso? - como o processo do manejo local foi diferente em ambas as florestas?

Para responder a estas questões, a literatura sobre ‘conflito distributivo’ sobre o estabelecimento e funcionamento das instituições pode ser muito útil. Esta literatura (KNIGHT, 2002; Farmin-seller, 1996; Terry Moe, 2005) vai além do argumento de que instituições são instrumentos criados para melhorar a eficiência, e que elas beneficiam todas as partes envolvidas. A literatura considera as instituições como instrumentos que um grupo usa para assegurar suas vantagens na sociedade. Tais instrumentos não beneficiam todos com equidade e por isto eles são fontes de contestações quanto ao seu estabelecimento e sua aplicação. Em suma, as instituições têm consequências distributivas, elas criam perdedores e ganhadores. Os ganhadores apóiam o aparecimento destas instituições, enquanto que os perdedores muitas vezes se opõem contra elas. Portanto o

estabelecimento e o funcionamento das instituições são evidências de força de poder e de habilidade dos atores (ganhadores) desta instituição de derrotar outros grupos (os perdedores).

A situação na floresta estatal de Keur Samba Dia mostra um clássico exemplo deste argumento. As formas diferenciadas de uso da floresta geraram um conflito distributivo. Os habitantes do vilarejo de Yayem usam a floresta como local de agricultura contrário da existente legislação nacional. Para eles, o manejo florestal local deveria consistir em preservar as árvores para evitar chamar a atenção do estado sobre o estado degradado da floresta. Se a floresta aparecer em bom estado, os agentes florestais que já são muito ocupados, não darão atenção, mesmo se a agricultura estiver sendo praticada dentro da floresta. Ao contrário, a boa saúde da floresta vai desencorajar o serviço florestal a abolir as práticas agrícolas. Então, para as populações de Yayem, o manejo local deve focalizar apenas sobre o manejo das árvores (*borassus*). Qualquer grande escala de coleta de produtos florestais é como uma ameaça para suas produções agrícolas. No outro lado do conflito distributivo no vilarejo de Samba Diallo, a floresta representa fontes de renda através da coleta e da transformação dos produtos florestais em artigos artesanais. Eles não apreciam a hostilidade dos habitantes de Yayem sobre a coleta de produtos não madeireiros. Para eles, a atividade agrícola constituinte, apresenta a maior ameaça na floresta devido ao impedimento da regeneração natural. Além disso, a redução da área florestal ao detrimento das áreas agrícolas reduz a fonte de suas rendas e chama a atenção do estado. Neste contexto de conflito distributivo, se não houver um controle ou uma possibilidade de luta de forças entre os dois vilarejos, haverá uma excessiva exploração da floresta, reduzindo as rendas dos vilarejos que são dependentes da floresta, e neste caso a intervenção do Estado acabará prejudicando a exploração da floresta pelos habitantes.

Segundo a literatura do conflito distributivo, as consequências ecológicas de tais conflitos são evitadas pela imposição de instituições nos grupos mais fracos. Isto acontece na administração local da floresta de Keur Samba Dia. O vilarejo de Yayem conseguiu impor arranjos institucionais que os beneficiam desproporcionalmente ao detrimento das populações fortemente dependentes da coleta de produtos florestais. De fato, as regras

locais enfatizaram a proibição da coleta de produtos florestais para finalidades comerciais. Nenhuma interdição foi direcionada em relação à atividade agrícola na floresta, apenas recomendações para as boas práticas agrícolas foram elaboradas. A floresta regenerou a custo de instituições locais que permitem às populações de Yayem de praticar a agricultura na floresta sem obstáculos, mas que eliminam a exploração comercial de produtos florestais. Consequentemente as populações de Yayem puderam prosseguir tranquilamente com suas atividades agrícolas, mas as rendas do vilarejo de Samba Diallo foram reduzindo. Neste sentido, os impactos sócio-econômicos do manejo local da floresta de Keur Samba Dia, não foram uniformes para a comunidade local.

As populações de Samba Diallo tentam responder a esta distribuição não equitativa dos benefícios da floresta restaurada de diferentes formas. Elas reclamam serem ‘injustiçadas’, pois elas são as que mais dependem da floresta e que a aplicação da regulamentação local levou a redução de suas rendas. Também alguns moradores do vilarejo realizam coletas clandestinas sem que o comitê do vilarejo lhes denuncie. Os membros do comitê do mesmo vilarejo, por princípio de solidariedade, acabam não punindo os infratores. Eles entendem às dificuldades de sua população de gerar rendas e não tendo alternativas econômicas para lhes propor. Para manter suas relações sociais com o resto do vilarejo, os membros do comitê deixam de aplicar a regulamentação local. Contrariamente aos outros vilarejos em estudo, em Samba Diallo as normas sociais contribuem ao não respeito das regras sociais, pois estas lhes foram impostas. Todavia os infratores de Samba Diallo não foram bem sucedidos porque foram denunciados pelas populações de Yayem e foram sujeitas as sanções.

As habilidades da comunidade agrícola de Yayem, de concordar entre elas para forçar instituições locais às populações dependentes de produtos florestais de Samba Diallo, se explicam em primeiro lugar pela existência de um capital social e de normas sociais que descrevi na seção precedente. Em segundo lugar, a população de Yayem é fortemente mais elevada (quatro vezes) do que o vilarejo de Samba Diallo. Em terceiro lugar, o vilarejo de Yayem registra maior numero de recursos humanos instruídos e qualificados que lhes permitem usar as legislações a seu favor. O vilarejo de Yayem conta com quatro

representantes no governo local enquanto que o vilarejo de Samba Diallo não é representado. Em último lugar, as populações de Yayem defendem seus ‘direitos de propriedade’ mesmo não legalmente, pois seus antepassados foram os primeiros a se instalar ao redor da floresta. Elas consideram as populações de Samba Diallo como ‘migrantes’ que largaram as terras de seus antepassados para se instalar na floresta de Keur Samba Dia e destruí-la. As populações de Yayem se posicionam como ‘nativas’ da área, por isto salvaguardar seus interesses passa a ser a prioridade.

BOURDIEU (1980:220) chama de ‘violência simbólica’, o processo de reconhecimento pacífico da dominação:

Les formes douces et larvées de la violence ont d'autant plus de chances de s'imposer comme la seule manière d'exercer la domination et l'exploitation que l'exploitation directe et brutale est plus difficile et plus réprouvée.

A construção das instituições locais de manejo florestal realizou-se através de lutas de representação e de interesses. Estas lutas são evidentemente desiguais porque os agentes sociais têm um domínio variável dos instrumentos de produção da representação do seu contexto social. Com lembra BOURDIEU (1977:2):

La représentation du monde social n'est pas un donné ou, ce qui revient au même, un enregistrement, un reflet mais le produit d'innombrables actions de construction qui sont toujours faites et à refaire. Elle est déposée dans les mots communs, termes performatifs qui font le sens du monde social autant qu'ils l'enregistrent, mots d'ordre qui contribuent à produire l'ordre social en informant la pensée de ce monde et en produisant les groupes qu'ils désignent et qu'ils mobilisent.

O contexto social da floresta de Keur Samba Dia demonstra que existe uma tensão entre dois modos de pensar. De um lado, o Estado senegalês aspira a um ideal cosmopolita pelo qual todos os senegaleses tem direitos iguais como cidadãos, e cada senegalês pode se instalar em qualquer parte do Senegal e usufruir dos bens públicos. A tensão permanece entre ‘a construção de uma nação unida’ e o discurso contínuo sobre autenticidade, ‘territórios dos ancestrais’ que conferem especiais direitos econômicos e políticos aos indivíduos que se consideram como nativos de uma área em relação aos ‘estrangeiros (MBEMBE, 2002; GESCHIERE & NYAMNJOH, 2000).

CONCLUSÕES

Esta pesquisa gerou informações sobre como a descentralização no Senegal está afetando as populações dependentes das florestas e das florestas em si. Ela demonstrou que os impactos do manejo florestal local foram positivos para a sustentabilidade florestal. Quanto aos impactos sócios econômicos, eles estão muito influenciados pelas dinâmicas internas das comunidades. A descentralização acentuou a pobreza onde já existiam formas conflitantes de uso florestal e um grupo social dominante, e melhorou as rendas aonde os usuários têm formas uniformes de uso florestal. Estes resultados nos esclarecem duas coisas: a descentralização melhora a saúde das florestas e que os benefícios econômicos da descentralização são mediados por fatores sociais.

As implicações teóricas e políticas destes resultados de pesquisa são várias.

A regeneração florestal após a descentralização revelou mais uma vez que os sistemas alternativos de manejo, a regulação central, e a privatização podem ser efetivos. A pesquisa confirmou a literatura que defende que a descentralização melhora a eficácia. As reformas de descentralização no Senegal criaram uma base institucional para uma participação popular na gestão dos recursos naturais, que contribuiu com suas capacidades, habilidades e conhecimentos para um manejo efetivo das florestas. A exclusão das comunidades nos assuntos florestais, tinha resultado na percepção de que, as florestas pertencem ao governo, levando a adoção de comportamentos depreciativos e abusivos dentro das florestas. Entretanto quando as autoridades locais foram apoderadas dando-lhes direitos de controle dos recursos naturais, elas foram capazes de proteger e restaurar as florestas.

Entretanto a pesquisa nos informa que mesmo que a participação popular traga benefícios ecológicos, uma distribuição equitativa destes benefícios nem sempre é garantida. Ao contrário do que vem afirmando a literatura, a descentralização nem sempre melhora a equidade. A estrutura social, o caráter conflituoso das formas de uso florestal, e as estratégias econômicas, são elementos destacados neste estudo e que interferem sobre como as populações locais se beneficiam economicamente da gestão descentralizada. O

uso da literatura sobre os conflitos distributivos nos permitiu entender que a criação de instituições não está baseada sempre no consenso, mas obedece a uma lógica de luta de interesses. Na floresta de Keur Samba Dia, o apoderamento local levou a uma criação de instituições que permitiram que membros do vilarejo de Yayem mantivessem seus interesses enquanto que os membros do vilarejo de Samba Diallo se sentiram prejudicados. As comunidades rurais não são homogêneas e são compostas de grupos diferenciados segundo, a etnia, o poder econômico, a religião e outros. Dada esta diversidade, a equidade se torna um grande desafio. Em suma, os resultados da pesquisa permitem concluir que a descentralização pode criar ganhadores e perdedores. Neste caso, a principal questão é quem são os perdedores? No caso da floresta de Keur Samba Dia, os mais pobres, a minoria e grupos vulneráveis foram os perdedores, significando que a descentralização em vez de cumprir as suas promessas de reduzir a pobreza rural e a injustiça social, reforça o poder e a posição social do grupo dominante.

De acordo com minha pesquisa, os impactos econômicos da descentralização não são homogêneos, eles são influenciados pelo contexto social-histórico. Na floresta de Sambandé, a descentralização impactou positivamente na criação de rendas das populações rurais. Na floresta de Keur Samba Dia, ela prejudicou a fonte de rendas de um determinado vilarejo. A literatura sobre a descentralização vem insistindo sobre a existência de instituições locais democráticas, com poderes significativos e que prestam contas às populações locais como condição para que a descentralização seja bem sucedida. Todavia as condições sociais nas quais surgem estas instituições sociais são também essenciais para que a descentralização solva mais problemas do que cria.

Enfim, os resultados da pesquisa chamam a atenção que não se pode esperar que a descentralização se desempenhe da mesma forma em todas as comunidades rurais. Nesta perspectiva, dizer que a descentralização é boa ou má não faria muito sentido, pois os impactos dependem das especificidades locais. Isto deve levar aos acadêmicos e formuladores de políticas a não julgar a ‘descentralização’ em si, pois suas justificativas são pertinentes e lógicas. Esforços destes deveriam ser mais concentrados em entender as condições nas quais a descentralização está sendo implementada.

CONTRIBUIÇÃO PARA AS POLÍTICAS

Baseado nas iniciativas estudadas pode-se apontar algumas contribuições para o desenvolvimento de políticas mais eficazes para o manejo comunitário dos recursos florestais.

Garantindo a Equidade

O vilarejo de Samba Diallo se considera prejudicado com a descentralização. Quais seriam então as medidas políticas a serem adotadas para que a descentralização não se torne um processo marginalizante? A implementação da descentralização não deveria ser considerada como uma mera transferência de autoridades e de poder às populações locais. Ela precisa ser acompanhada de políticas que visem a reduzir as disparidades sociais e econômicas dentro, e entre os vilarejos responsabilizados pelo manejo das florestas, para que os processos de tomada de decisão ao nível comunitário sejam igualitários. O vilarejo de Yayem conseguiu impor e fazer aplicar uma regulamentação local a seu favor devido suas potencialidades humanas: grau elevado de educação, forte representatividade nas instâncias de decisões e fraca dependência dos produtos florestais. O acesso à educação e maiores oportunidades de diversificação das fontes de renda, são algumas formas de reduzir as desvantagens estruturais nas comunidades rurais.

Além das políticas de acompanhamento, faz-se importante que as estruturas sejam o estado ou ONGs realizem previamente estudos antropológicos da localidade, antes da implementação da descentralização, fazer isso para entender as dinâmicas de distribuição e de poder nas comunidades. Tais estudos podem prever que a elite não seja o único alvo do apoderamento local e que ela não capture os benefícios da descentralização.

A motivação dos comitês locais

A questão da motivação dos comitês locais de gestão merece uma atenção especial para que os impactos positivos da descentralização continuem consolidados. Vimos que o monitoramento de proximidade foi essencial para frear ações abusivas na floresta e resultar em florestas restauradas. Todavia o princípio de voluntariado está desmotivando os membros dos comitês para se manter dinâmicos nas tarefas de monitorar e vigiar a floresta

a longo prazo. A questão da motivação financeira poderia ser resolvida de três formas. Primeiro, as populações locais podem mobilizar através de cotizações ou através do pagamento de uma taxa simbólica, para a remuneração dos membros de comitês. Segundo, o repasse dos fundos oriundos das multas florestais deveria ser efetivo e os recursos financeiros alocados diretamente aos membros dos comitês. Para que isto aconteça o estado precisa detalhar a origem dos fundos de dotação transferidos às comunidades para que os conselhos rurais sejam informados do valor das multas a serem repassadas aos comitês de gestão. Por fim, uma descentralização fiscal daria autonomia às autoridades locais para a gestão financeira da floresta. De qualquer forma, um sistema de recompensa destes comitês precisa ser estabelecido para que a proteção da floresta continue sendo uma prioridade para os membros do comitê. Além de criar um ambiente institucional favorável para a participação local na gestão dos recursos naturais, o estado tem um papel essencial em tornar o manejo local bem sucedido a longo prazo.

A Complexidade do Plano de Manejo Florestal

A condicionalidade do plano de manejo no Senegal merece uma atenção particular quando se estuda os impactos da descentralização. O exercício da autoridade das populações rurais nas florestas, dependente de um plano de manejo cujos meios de concepção não conciliam com as realidades do mundo rural senegalês. O sistema atual do plano de manejo bloqueia a descentralização florestal e compromete o processo de democratização local. Nem toda comunidade rural pode contar com o apoio de uma agência não governamental para desencadear um processo complexo e oneroso de elaboração de um plano de manejo. Hoje há poucos planos de manejos no território por falta de recursos. Tal situação significa que muitas comunidades rurais são impedidas de assumir suas novas responsabilidades de administração dos recursos naturais por não possuir um plano de manejo. Nestes casos, o serviço florestal continua sendo o gestor da floresta e as populações continuam sendo submetidas às regras do código florestal, que não levam em consideração as especificidades locais.

A exigência dos planos de manejo para possibilitar um manejo local inibe as iniciativas comunitárias em termos de manejo efetivo dos recursos naturais. O plano de manejo se apresenta com mais de uma ferramenta imposta que está fora do alcance das capacidades técnicas das populações. Como o código florestal, o plano de manejo está escrito em francês quando grande parte dos interessados é analfabeta em francês, e depois está escrito em uma linguagem técnica complexa. Há de se perguntar sobre a pertinência de conceber um documento de planificação com altas exigências técnicas fora do alcance das populações. O governo central defende que o plano de manejo seria um instrumento de controle para se assegurar de que as novas autoridades locais estão gerenciando e protegendo as florestas com eficácia. A realidade é que este instrumento se tornou tão técnico que deixou de ser pertinente, pois freia o processo de apoderamento local. O governo central transferiu as competências de gestão ao conselho rural, mas ao mesmo tempo projetou instrumentos de planejamento tão sofisticados que escapam ao controle das populações rurais. Para alguns autores, isto seria mais uma estratégia da autoridade central para manter seu controle sobre os recursos naturais (OYONO, 2002).

A complexidade técnica da elaboração do plano de manejo florestal compromete a autonomia sobre os direitos de gerenciar e concorre à manutenção de uma dependência das coletividades locais aos serviços técnicos estatais e organismos internacionais. A aplicação de uma convenção local concebida pelas populações, que resultou numa regeneração das duas florestas estudadas, foi uma experiência entre outras que demonstram que as populações locais são portadores de conhecimentos e instituições eficientes para manejo de florestas. O sucesso do código local se deu pela sua adequação e simplicidade das regras estabelecidas e pela implementação de um sistema de controle que as próprias populações podem perseguir. Portanto a autonomia é necessária para que as autoridades locais desenvolvam capacidades de funcionar independentemente. A transferência de competências às autoridades locais precisa ser acompanhada da concessão de poderes que atestam maior confiança nas habilidades das populações em gerenciar ecossistemas. O plano de manejo deve ser um instrumento simples para que as populações locais se apropriem dos processos de elaboração e de implementação.

O Papel das ONGs

Os estudos de casos mostraram o papel preponderante das ONG para que a descentralização tenha efeito no meio rural. A transferência de poder de gestão das autoridades locais foi promulgada desde 1996, mas nem por isso todos os conselhos rurais estão assumindo suas novas funções. Mesmo a palavra ‘descentralização’ sendo de uso comum nas áreas rurais, nem por isso as populações locais e autoridades sabem do que se trata, quais são seus novos direitos e também suas responsabilidades. Para que as comunidades rurais possam tirar proveito dos direitos que lhes oferecem a descentralização, e que elas exerçam suas obrigações, se torna necessário que elas conheçam as leis. Esta tarefa de educação cívica precisa ser realizada pelo estado ou por outros. As ONGs estão se destacando por ter este papel de informar e capacitar as autoridades locais a exercer suas novas funções. Elas apóiam também a nível das populações rurais na criação das instituições locais e na capacitação das estruturas locais responsáveis pelo monitoramento das florestas. Apesar das críticas que a intervenção dos organismos dificulta em determinar se as mudanças observadas no campo resultam de uma intensiva assistência externa ou das iniciativas locais (BAVISKAR, 2002), as ONGs são atores incontornáveis no processo de implementação da descentralização. Não é por coincidência que a transferência de competências de gestão dos recursos naturais está se tornando efetiva nas localidades que sobretudo se beneficiam de intervenções de projetos internacionais ou do apoio de ONGs locais. Conseqüentemente, as áreas rurais que não desenvolveram parcerias com organismos internacionais, correm riscos de serem marginalizadas e de não alcançar às formas de manejo mais democráticas. Apenas reformas políticas ao benefício das populações rurais, não são suficientes, as populações locais precisam ser apoiadas para tomar posse deste processo e dos benefícios.

SUGESTÕES GERAIS PARA FUTURAS PESQUISAS

O processo de implementação da descentralização está ainda em curso no Senegal e em muitos países em desenvolvimento. Esta pesquisa identificou alguns fatores que pode impedir que a descentralização seja benéfica para as populações locais. Agora, é necessário dar continuidade à pesquisa, analisando e estudando os impactos reais da descentralização. Como recomendação à continuação de pesquisa, alguns aspectos da descentralização precisam ser aprofundados.

- os mecanismos e modos de funcionamento das instituições locais que emergem no processo da gestão local dos recursos naturais. Estas instituições são supostas a representar os interesses das populações locais. A democracia interna destas instituições não é sempre garantida, dada à diversidade da categoria de usuários e de seus interesses, se torna importante entender melhor os processos de tomada de decisão (quem decide? sob quais parâmetros?, ect..). As instituições locais são produtos das realidades sociais e refletem os sistemas de distribuição de poder das comunidades. Como vimos no estudo de caso da floresta de Keur Samba Dia, as instituições locais criaram regras que refletem os interesses de apenas um vilarejo. Estas instituições locais merecem mais atenção para garantir que a descentralização não crie ou reforce a iniquidade ou a injustiça social.

- estudos dos mecanismos não fundamentados em procedimentos legalmente sancionados na aplicação da regulação local. Meu estudo de campo trouxe evidências empíricas que o manejo local florestal aconteceu sob um monitoramento baseado na proximidade e mecanismos efetivos de aplicação das regras. Sanções penais, pagamentos de multas são as principais formas geralmente recomendadas para garantir a aplicação de legislação. Todavia, nas pequenas comunidades rurais, existem outros mecanismos como a reputação, a honra, a reciprocidade, a confiança, etc.. que podem ser mais funcionais para motivar a obediência às normas locais. As pesquisas deveriam, no entanto, se dedicar mais ao estudo destes mecanismos não legais e não físicos de aplicação das regras e como eles chegam a interferir no sucesso de ação coletiva.

- estudos sobre as relações entre cultura e descentralização. O manejo local da floresta de Sambandé resultou em uma reafirmação de identidades culturais. Pesquisas deveriam se orientar mais a entender como que aspectos culturais interferem na gestão descentralizada de recursos naturais e quais são os impactos culturais da descentralização. Mais estudos antropológicos são necessários para nos informar sobre quais bases sócio-culturais a descentralização teria mais chance de ser bem sucedida.

- Por fim, em 2 anos ou mais, outras pesquisas de impactos de descentralização deveriam ser realizadas nas duas florestas aqui estudadas, para verificar se as populações locais continuam a manejar as florestas com sucesso. No caso da floresta Sambandé seria interessante acompanhar a inserção das populações locais na cadeia da produção e de comercialização do carvão. Na floresta de Keur Samba Dia, estudos deveriam se concentrar, sobre se as populações locais estão lidando com as tensões sociais associadas ao manejo local e quais foram as respostas em termos de estratégias econômicas desenvolvidas pelas populações de Samba Diallo frente às rigorosas restrições de acesso aos produtos florestais.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

AGRANAL, A “Considering the woods and the trees”. **The Common Property Resource Digest**, n. 64: 4-5, March, 2003

AGRAWAL, Arun, and RIBOT, Jesse C. “Accountability in Decentralization: A Framework with South Asian and African Cases,” **Journal of Developing Areas** 33,1999.

AMIN Samir. “Sous-développement et Dépendence en Afrique Noire. Les Origines Historiques et les Formes Contemporaines”, Preface in BARRY, Boubacar. **Le Royaume du Walo, le Sénégal avant la Conquete**. Editions Karthala. 1985

ANDERSON, A. B., P. H. MAY, and M. J. BALICK. **The subsidy from nature: Palm forests peasantry, and development on an Amazon frontier**. New York: Columbia University Press, 1991

ANGELSEN, A and WUNDER, S. **Exploring the Forest – Poverty links: keys Concepts, Issues and Research Implications**. Cifor Ocassional papers No 40, 2003

ARRETCHE M. **Estado Federativo e Políticas Sociais: Determinantes da Descentralização**. São Paulo, Revan, 2000.

BARRY Boubacar. **La Sénégambe du XV au XIX siècle. Traite Negriere, Islam et Conquête coloniale**. Editions l’Harmattan, 1988

BARRY, Boubacar. **Le Royaume du Walo, le Sénégal avant la Conquete**. Editions Karthala, 1985

BAVISKAR, A., **Between the Micro-politics and Administrative Imperatives: Decentralization and the Watershed Mission in Madhya Pradesh, India**, Paper presented at the WRI's Workshop on Decentralization and the Environment, Bellagio, Italy, February 18-22, 2002.

BAZAARA, N., 2002. **Actors, Powers, and Environmental Accountability in Uganda's Decentralization**, Paper presented at the WRI's Workshop on Decentralization and the Environment, Bellagio, Italy, February 18-22, 2002

BERGH Sylvia, 'Democratic Decentralization and Local Participation: a review of recent research', **Development In Practice**, 14:6, 780 – 790, 2004

BOURDIEU, Pierre. 4. **Distinction: A social critique of the judgment of taste** [La Distinction] Cambridge, MA: Harvard University Press, 1984

BOURDIEU, Pierre. **The Forms of Capital**. Originalmente publicado em "Ökonomisches Kapital, kulturelles Kapital, soziales Kapital" in Soziale Ungleichheiten (Soziale Welt, Sonderheft 2). (pp. 248-257) Tradução de Richard Nice

BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratique**. Paris: Éditions de Minuit. 1980

BOURDIEU, Pierre. "Une classe objet". - **Actes de la recherche en sciences sociales**. - (1977-11) n°17/18, p. 2-5

BERKES, F. COLDING, J. E FOLKE,C. "Rediscovery of Traditional Ecological Knowledge as Adaptative Management". **Ecological Applications**, 10:1251 -1262, 2000.

BOUTINOT L., DIOUF C.N. LES LINÉAMENTS DE LA POLITIQUE FORESTIÈRE DANS LES NORMES DE RÉGULATION INSTITUTIONNELLE DE LA FILIÈRE DU BOIS ÉNERGIE AU SÉNÉGAL. AFRIQUE CONTEMPORAINE, 2 (222): 45-72, 2007

BYERS Bruce, Understanding and Influencing Behaviors: a Guide. Biodiversity Support Program, Washington, DC, USA, 2000.

CHAMBERS, R., GUILDYAL.B. P; “Agricultural Research for Resource-for Farmers: the Farmer first and last”. *Agri Admin*, v 20, p 1-30, 1985

CHARPIN, M. La valorisation des fruits forestiers dans les forêts communautaires : Un enjeu pour les populations gestionnaires Le cas des forêts communautaires de Diombose et Mama Kaoussa Régions de Kaolack et Fatick, SENEGAL 99 pages. Juillet 2004.

CONYERS, D. Whose Elephants Are They? Decentralization of Control over Wildlife Management through the CAMPFIRE Programme in Binga District, Zimbabwe, *Environmental Governance Working Paper No. 4*. Washington, D.C.: World Resources Institute, 2002

CONYERS, D. Decentralisation: A Conceptual Analysis, Parts 1 and 2, *Local Government Perspectives: News and Views on Local Government in Sub-Saharan Africa* 7(3,4), 2000

COPANS, Jean. Les Marabouts de l’arachide. Paris, le Sycomore. 1980.

COWEN. M, SHENTON. R. “The Invention of Development” in *Power of Development*. Routledge, 1995.

CROOK Richard, Decentralization and Poverty Reduction in Africa: the Politics of Local – central relations. *Public Admin. Development*. 23, 77 – 88 (2003)

CROOK, R.C. and SVERRISSON, A.S. Decentralization and Poverty-Alleviation in Developing Countries: A Comparative Analysis or, is West Bengal Unique? **IDS Working Paper** 130. Institute for Development Studies, Brighton. 2001

CROOK, Richard C., and James MANOR. **Democracy and Decentralization in South-East Asia and West Africa: Participation, Accountability, and Performance**. Cambridge: Cambridge University Press. 1998

CSE. MEPN. **Rapport sur l'Etat de l'Environnement au Sénégal**, 2006

CRUSH Jonathan. "Imagining Development" in **Power of Development**. Routledge, 1995

DANCETTE, CI et SARR, P.L., **La dégradation des sols dans les régions centre-nord du Sénégal (Cap-Vert, Thies, Diourbel et Louga)**. ISRA: département des systèmes et transferts des technologies en milieu rural; travaux et documents No2, Dakar, 1985.

DAVID Philippe. **Les Navetanes: Histoire des Migrants saisonniers de l'arachide en Senegambie des origines a nos jours**. Nouvelles editions Africaines, 1980

DE VALK, P. "State, Decentralization and Participation," in P. de Valk and K.H. Wekwete (eds.) **Decentralizing for Participatory Planning: Comparing the Experiences of Zimbabwe and Other Anglophone Countries in Eastern and Southern Africa**. Aldershot: Avebury Press, 1990

DEGRASSI, A. Constructing Subsidiarity, Consolidating Hegemony: Political Economy and Ago-Ecological Processes in Ghanaian Forestry. **Environmental**

Governance in Africa Working Paper #13. World Resources Institute, Washington, DC. 2003

DEMBELE, E. and M.A. DEMBELE. Experience de Gestion de Terroir Villageois 'SIWAA: Brousse Seche', Working Paper, **Decentralisation Responsabilisation et Gestion de L'Environnement**, Cape Town, South Africa, October 15-19, 2001

DFID (DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT). **Tools for development.** DFID, Government of the United Kingdom, 2002b.
<http://www.dfid.gov.uk/pubs/files/toolsfordevelopment.pdf>. FAO, 2002

DIOP Momar Coumba, DIOUF Mamadou. **L'Administration, les confréries religieuses et les Paysanneries in La construction de l'Etat au Sénégal.** Editions Khartala 2002.

DIOP. **La Décentralisation au Sénégal: Enjeux et pour quel bilan,** 2006

DIOUF Mamadou, **Une histoire du Sénégal : le modèle islamo-wolof et ses périphéries,** Paris, Maisonneuve & Larose, 2001, 250 p.

DIOUF Saliou, **Le Rônier au Sénégal: Etudes de Rôneraies dans les Régions de Casamance, Sine Saloum, Thiès.** Mémoires d'Etudes présentée a L'Ecole Nationale Supérieure des Sciences Agronomiques Appliquées , Option: Eaux et Forets, 1982.

DSPR II, **Document Stratégique de Réduction de la Pauvreté II,** République du Sénégal. 2006.

DUPRIEZ, H. **Les Paysans D'Afrique Noire.** Harmattan, 1980

EKEH, Peter P. "Colonialism and the Two Publics in Africa: A Theoretical Statement." **Comparative Studies in Society and History**, 17:91-112, 1975.

ESCOBAR, Arturo. "Imagining a Post-Development Era" in CRUSH Jonathan. Imagining Development in **Power of Development**. Routledge.1995

FISMAN, Raymond, and Roberta GATTI. "Decentralization and Corruption: Evidence across Countries." **Journal of Public Economics** 83: 325–45. 2002.

FIRMIN-SELLERS Kathryn, **The transformation of property rights in the Gold Coast**. New York: Cambridge University Press, 1996

FRIENDS OF THE EARTH. **Community-based Forest Governance from Resistance to Proposals for Sustainable use**, 2008

GESCHIERE, P and NYAMNJOH, F.B. Capitalism and Autochthony: The Seesaw of Mobility and Belonging, **Public Culture** 12 (2- 2000):423-452

GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Tradução de Vera Ribeiro, Jorge Zahar Ed, Rio de Janeiro, 2001

GRPM, **Soutien Informationnel aux politiques de conservation, de gestion et d'utilisation des plantes medecinais au Senegal**, UCN, 2006

GRANOVETTER, Mark.S. "Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness". From **American Journal of Sociology** 91):481-510. Copyright 1985 by The University of Chicago, November 1985

GRANOVETTER Mark, "Threshold Models of Collective Behavior", **American Journal of Sociology** 83, 6 (1978): 1420-1443

GRAVAND, Henry. **Visage Africain de l'Eglise**. Ed. De l'Orante, Paris, 1961

HARDIN Garret., The tragedy of the Commons. **Science**, (162) p.1243-1248. 1968.

HELMSING, A.H.J. (Bert). **Local Economic Development: New Generations of Actors, Policies and Instruments**. Summary report for the UNCDF Symposium on Decentralization and Local Governance in Africa, Cape Town, South Africa, 26–30 March. UNCDF, New York, 2001.

HIRSCHMAN, D. 'Aid Dependence, Sustainability and Technical Assistance: Designing a monitoring and Evaluation System in Tanzania', **Public Management Review**, vol 5, No2, pp.225-44, 2003

KANTE, Ahmadou M. "Décentralisation sans représentation: le charbon de bois entre les collectivités locales et l'Etat". **Working Paper for World Ressources Institute**, CIRAD-foret, and Conseil pour le Développement de la recherche en Sciences Sociales e Afrique. Dakar: Codesria, 2006

KASSIBO, B., **Participatory Management and Democratic Decentralization Management of the Samori Forest in Babye Commune, Mopti Region, Mali**, Paper presented at the WRI's Workshop on Decentralization and the Environment, Bellagio, Italy, February 18-22, 2002.

KNIGHT Jack. **Institutions and social conflict**. Cambridge University Press, New York: 1992

LARSON, A.; PACHECO, P.; TONI, F.; VALLEJO, M. The Effects of Forestry Decentralization on Access to Livelihood Assets. **The Journal of Environment Development**.2007; 16: 251-268, 2007

LARSON, A., and RIBOT J. Democratic Decentralization Through a Natural Resource Lens: an Introduction. **The European Journal of Development Research**, Volume 16, Number 1, March 2004, pp 1-25(25)

LARSON Anne.M. **Democratic Decentralization in the Forestry sector: Lessons learned from Africa, Asia e Latina America**. Cifor, 2004

LARSON, Anne M. 2002. **“Decentralization and Natural Resource Management: A Nicaraguan Case Study,”** Paper presented at the World Resources Institute’s Workshop on Decentralization and the Environment, Bellagio, Italy, February 18–22, 2002.

LEISINGER, K.M., SCHMITT, K. and ISNAR(eds). **Survival in the Sahel. An ecological and developmental challenge.** The Hague, 1995.

LEFF, Enrique. "Agroecologia e saber ambiental", **Agroecol. e Desenv.Rur.Sustent.**, Porto Alegre, v.3,n.1, jan./mar.2002.

LIVTACK, Jennie and Jessica SEDDON (eds) **Decentralization Briefing Notes**, WBI Working Papers, Washington, DC: World Bank (1999)

LUDKE, M.; ANDRE, M. E .D. **A Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986

MAE, Ministère de l’Agriculture et de l’Elevage. République du Sénégal, – **Recensement National de l’Agriculture** 1998-99, Vol. 1 à 6, Septembre 2000.

MANOR James, ‘Democratic decentralisation in two Indian states: past and present’, **The Indian Journal of Political Science**, Vol 63 No 1, March(2003)

MAMDANI, Mahmood. **Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism.** Princeton University Press, 1996

MBASSI, J.P. Elong (ed.).. **La décentralisation en Afrique de l’Ouest.** Report of the conference on Decentralization in West Africa, Ouagadougou, 5–8 April. PDM and CEDA, Cotonou, Benin, 1995

MBEMBE Achile, "African modes of self-writing," **Public culture** 14(1) 2002

MEINZEN-DICK, R., KNOX, A. and Gregorio, M.D., **Collective Action, Property Rights and Devolution of Natural Resource Management: Exchange of Knowledge and Implications for Policy**, Proceedings of the International Conference - Puerto Azul, The Philipines. 21-25 June 1999. Published by DSE/ZEL, Feldafing, Germany, 249 pp. 2001.

MEF, DPS. **Diagnostic de la Pauvreté au Sénégal**, 2004

MENDRAS, H.-. **Sociedades Camponesas**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978

MINISTERIO DO ULTRAMAR, **Jardim e Museu Agrícola do Ultramar**. Essências Florestais da Guine Portuguesa: 16- *Borassus aethiopum mart* (cibe), ISBN/ISSN: 972-672-063-X, 1959

MOE Terry , "Power and Political Institutions," **Perspectives on Politics**, Vol. 3, No. 2, June, 2005, pp. 215-34

MUHEREZA, F.E., **Environmental Decentralization and the Management of Forest Resources in Masindi District**, Draft Environmental Governance in Africa Working Paper. Washington, D.C.: World Resources Institute. Mimeo,2002.

MURPHY, Carol, and Helen SUICH. "**Basket Cases: Individual Returns from Common Property Resources.**" Presented at "The Commons in an Age of Global Transition: Challenges, Risks and Opportunities," the Tenth Conference of the International Association for the Study of Common Property, Oaxaca, Mexico, August 9-13,2004.

NELSON, J. Recent Evolutionary Theorizing About Economic Change. **Journal of Economic Literature**, Vol. 33, No. 1 (Mar., 1995), pp. 48-90

NDIONE J.A, **Contraintes et Evolution Climatique récente au Sénégal Oriental: Impact sur le milieu physique.** Thèse de doctorat de 3 ieme cycle, UCAD, Depart Geogr., 417p, 1998.

NEUMANN, R.P. and HIRSCH,E. **Commercialization of Non Timber Forest Products: review and analysis of research.** CIFOR and FAO, p35. 2000

NDONG, J.B. L'évolution de la pluviométrie au Sénégal et les incidences de la Sécheresse récente sur l'environnement in **Revue de Geographie de Lyon**, 70 (1995), S 193-198

NIANE Assane, **Les Niominka de l'offensive musulmane en 1863 à l'établissement du protectorat français en 1891 : Le Gandun dans la maîtrise du royaume du Saalum**, Dakar, Université Cheikh Anta Diop, 1995, 81 p. (Mémoire de Maîtrise)

NORGAARD, R.B. **Development Betrayed: The End of Progress and a Coevolutionary Revisioning of the Future.** Routledge, London and New York, 1994

NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change, and Economic Performance**, New York: Cambridge University Press, 1990a.

OKSANEN, T and PAJARI, B and TUOMASJUKKA, T (eds). **Forests in Poverty reduction Strategies: Capturing the Potential.** EFI Proceedings N0 47, 2003. European Forest Institute, Finland, 2003

OLOWU, D. **Local Political and Institutional Structures and Processes**, Draft Paper for the Participatory Symposium on Decentralization and Local Governance in Africa, United Nations Capital Development Fund, Cape Town, March 26-30, 2001

OLSON, Mancur. **Logique de l'action collective**. Paris, França:PUF, 1978,199p.

OSTROM, E. A behavioral approach to the racional choice theory of collective action: presidential adress. **American Political Science Review**, Washington, v.92, n. 1, p. 1-22, Mar. 1998

OSTROM, E.. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge University Press, Cambridge, 1990.

OYONO, P.R., **Infrastructure organisationelle de la gestion locale des forêts au Cameroun. Eléments de sociologie des ressources naturelles pour la théorie social et les politiques publiques**, Draft Environmental Governance in Africa Working Paper. Washington, D.C.: World Resources Institute. Mimeo. 2002a.

OYONO, P.R., 2002b. **Forest Management, Systemic Crisis and Policy Change: Socio-Organizational Roots of Ecological Uncertainties in Cameroon's Decentralization Model**, Paper presented at the WRI's Workshop on Decentralization and the Environment, Bellagio, Italy, February 18-22, 2002

PACHECO, P. Municipalidades y participación local en la gestión forestal en Bolivia. *In*: Ferroukhi, L. (ed.) **Gestión Forestal Municipal en América Latina**, 19-56. CIFOR/IDRC, Bogor, Indonesia, 2003.

PACHECO, Pablo. “**The Implications of Decentralization in Forest Management: Municipalities and Local Forest Users in Lowland Bolivia**,” Paper presented at the World Resources Institute’s Workshop on Decentralization and the Environment, Bellagio, Italy, February 18–22, 2002.

PENNING DE VRIES, F.W.T. ET AL.(EDS.) **La Productivité des Pâturages Sahéliens** Pudoc, Wageningen, Netherlands, 1982. 1 ed. 525 p

PELUSO, N. **Some Questions about Violence and Decentralization: A Preliminary Exploration of the Case of Indonesia**. Paper presented at the World

Resources Institute Workshop on Decentralization and the Environment. Bellagio, Italy, 18-22 February 2002.

PERACOD. **Document du Plan d'Amenagement et de Gestion de la foret communautaire de Sambande**, 2007.

PLD, **Plan Local de Développement de la Communauté Rurale de Fimela**, République du Sénégal, 2003

POSEY, Darell Adison. "Introduction: Culture and Nature – the Inextricable Link". **In Cultural and Spiritual Values of Biodiversity**. Published by ITP on behalf of UNEP 2000

POSEY, D. A. Etnobiologia como uma ciência aplicada e seu papel na criação de novos modelos para conservação na Amazônia. In G. Kohlhepp (Ed.), **Homem e Natureza na Amazônia**. Tübingen: Geographisches Institut, Universität Tübingen (1987).

PNUD, **Suivi des Objectifs de Developpement du Millenaire au Senegal**, Aout 2001, (<http://www.undp.org/french/mdg/MDGsenegal-f.doc>)

PRUD'HOMME, R., **Fiscal Decentralization and Intergovernmental Fiscal Relations**, Summary report for the UNCDF Symposium on 'Decentralization and Local Governance in Africa', Cape Town, South Africa 26-30 March, New York:UNCDF, 2001

PUTNAM, Robert D. **Bowling Alone**. The collapse and Revival of American Community. New York: Simon e Schuster, 2000

REPUBLIQUE DU SENEGAL, **Plan Directeur de Développement Forestier**, Ministère de l'Environnement et de la Protection de la Nature, 1991.

REPUBLIQUE DU SENEGAL, **Plan D'Action Forestier**. Ministère de l'Environnement et de la Protection de la Nature, 1993

REPUBLIQUE DU SENEGA. **Politique Forestière du Sénégal**, 2005-2025 . Ministère de l'Environnement et de la Protection de la Nature, 2005

RESOSUDARMO, I.A.P. and DERMAWAN, A. Forests and Regional Autonomy: The Challenge of Sharing the Profits and Pains. *In*: Colfer, C. and Resosudarmo, I.A.P. (eds.) **Which Way Forward? People, Forests and Policymaking in Indonesia**. Resources for the Future and CIFOR, Washington, DC, 2002.

RIBOT, J. **Authority over Forests : Negotiating Democratic Decentralization in Senegal**, World Ressource Institute, 2008

RIBOT, J. **Pour une gestion décentralisée et démocratique des ressources naturelles au Sénégal. Analyse de la filière Charbon de bois au Sénégal: recommandations**. WRI, CIRAD, CODESRIA, Septembre 2006

RIBOT, J. Democratic decentralization of natural resources: institutional choice and discretionary power transfers in Sub-Saharan Africa. **Public Administration and Development**, 2003;23(1):53-65

RIBOT, J.C. **African Decentralization: Local Actors, Powers and Accountability**. Paper No. 8, United Nations Research Institute on Social Development (UNRISD) Programme on Democracy, Governance, and Human Rights, Geneva. 2002a

RIBOT Jesse, **Democratic Decentralization of Natural Resources: Institutionalizing Popular Participation**, World Resources Institute, 2002b.

RIBOT, Jesse C. "Participation Without Representation: Chiefs, Councils and Rural Representation," **Cultural Survival Quarterly**, Fall 1996. Special Issue on Participation edited by Pauline Peters, 1996.

ROTHCHILD, Donald. **Strengthening African Local Initiative: Local Self-Governance, Decentralisation and Accountability**. Institut für Afrika-Kunde, Hamburg. 1994

SAYER, J.A, Elliott.C, Barrow.E, Gretzinger, S.Maginnis, S., Msc Shane, T., and Shepherd, G. **The Implications for Biodiversity Conservation of Decentralized forest Resources Management**, 2004

SARIN, M., SINGH, N.M., SUNDAR, N. and BHOGAL, R.K. 'Devolution as a threat to democratic decision-making in forestry? Findings from three states in India', in D. Edmunds and E. Wollenberg, eds, **Local Forest Management: The impacts of devolution policies**, pp. 55–126, Earthscan Publications, London, 2003

SCOTT, James C. **Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed**. New Haven, Conn.: Yale University Press, 1998

SCOTT, James C. **Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts**, Yale University Press, 1990

SEMBENE Ousmane. **Les Bouts de Bois de Dieu**. Paris, Livre contemporain, 1960

SEN, Amartya. **Desenvolvimento com Liberdade**, Companhia das Letras, 2000

SEN, Amartya. "Food, Economics and Entitlements", **Lloyds Bank Review**, no. 16, 1986

SHEPHERD, G., M.ARNOLD and S.BASS. **'Forests and sustainable livelihoods'** (1999). A contribution to the World Bank Forest Policy review process, September 1999. Internet document: <http://wbln0018.worldbank.org/essd/forestpole.nsf/MainView> ('Other stakeholder documents')

SHIVA Vandana. "Western Science and Its Destruction of Local Knowledge" in RAHNENA. Majid (ed). **The Post-Development Reader**, Zed Books, 1997

SMOKE, Paul. **"Fiscal Decentralization in Developing Countries: A Review of Current Concepts and Practice,"** Paper prepared for the United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD), Geneva, October 2000. Forthcoming in Y. Bangura (ed.) *Public Sector Reform, Governance and Institutional Change*. Geneva: UNRISD. 2000

SRPSD, . **Situation Economique et Sociale de la Région de Diourbel en 2004**. 2005

SUD QUOTIDIEN: Senegal/ Transfert d'argent publicado na data 18/09/2003 www.sudquotidien.sn

TONI, F. (2003) "La gestión forestal en los municipios de la Amazonia Brasileña". In: L. Ferroukhi (ed.), **La gestión forestal municipal en América Latina**. www.cifor.org/doc.rec.htm.

TOWNSON, I.M. (1994), **Forest products and household incomes. A review and annotated bibliography**. Oxford Forestry Institute, Dept. of Plant Sciences, University of Oxford.

UNDP. **Human Development Report**, 2003

UPHOFF, Norman T., and Milton J. ESMAN. 1974. **“Local Organization for Rural Development: Analysis of Asian Experience,”** RLG No. 19, Rural Development Committee, Special Series on Rural Local Government, Ithaca: Cornell University

TENDLER, Judith. 1997. **Good Governance in the Tropics.** Baltimore, Md.: Johns Hopkins University Press.

THIOLLENT, M. **Metodologia de Pesquisa Ação.** Sao Paulo: Cortez, 1992

THORNTON, John. **A África e os Africanos na formação do Mundo Atlântico 1400 -1800,** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004

TURNER, Mark, and David HULMER. 1997. **Governance, Administration and Development.** West Hartford, Conn.: Kumarian Press

VALENTIN C. **Système de production d'élevage au Sénégal: effets du surpâturage et du piétinement sur la dégradation des sols autour des points d'eau artificiels en région sahélienne** (Ferlo Nord du Sénégal). ACC- Lutte contre l'aridité en milieu tropical, ORSTOM – Abidjan, 38 p, 1985.

WARNER, K'Forestry and sustainable livelihoods'. **Unasylva** 51(202): 3-12. . (2000),

WASSERMAN, Stanley e FAUST, Katherine. **Social Network Analysis. Methods and Applications.** Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1994

WATSON, David. **“Pro-Poor Service Delivery and Decentralization”.** Issue Paper 3. Fifth African Governance Forum, 23 May, Maputo, Mozambique. 2002

WILL Cavendish (1999) **The complexity of the commons: environmental resource demands in rural Zimbabwe**. WPS/99.8, Centre for the Study of African Economies, Oxford University. (Available through www.csae.ox.ac.uk)

WORLD BANK. **Contraintes d'une croissance inégalement répartie** par Mamadou Dione in Magazine du Bureau Régional de la Banque Mondiale a Dakar, No 10, Avril 2008

WORLD BANK. **The Environment and the Millennium Development Goals**. Washington, DC: World Bank. 2002.

WORLD BANK. **The World Bank Development Report 2000**. The World Bank: Washington DC

WORLD BANK.1997. **World Development Report: the State in a Changing world**. Oxford University Press: New York

WOORTMANN Klass. "Com parente não se negocia, o Campesinato como Ordem Moral". **Anuário Antropológico** 1987

WRI, 2003. **Population, Health and Human Well Being**, Senegal. http://earthtrends.wri.org/pdf_library/country_profiles/pop_cou_686.pdf

YIN, Robert K. - **Case Study Research - Design and Methods**. Sage Publications Inc., USA, 1989.